

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

Geraldina Antonia Evangelina de Oliveira

**A mulher (in)visível:** o racismo em *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus

Juiz de Fora

2026

**Geraldina Antonia Evangelina de Oliveira**

**A mulher (in)visível: o racismo em *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Literatura e Crítica Literária, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Nícea Helena de Almeida Nogueira

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Geraldina Antonia Evangelina de.

A mulher (in)visível : o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus / Geraldina Antonia Evangelina de Oliveira. -- 2026. 195 f. : il.

Orientador: Nícea Helena de Almeida Nogueira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2026.

1. Carolina Maria de Jesus. 2. Literatura negro-brasileira. 3. mulheres negras. 4. racismo. 5. feminismo negro. I. Nogueira, Nícea Helena de Almeida, orient. II. Título.

**Geraldina Antonia Evangelina de Oliveira**

**A mulher (in)visível:** o racismo em Diário de Bitita de Carolina Maria de Jesus

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 30 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

**Profª Drª Nícea Helena de Almeida Nogueira - Orientadora**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Anderson Pires da Silva**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira**  
Pesquisador Independente

**Profª Drª Rafaela Kelsen Dias**  
Instituto Federal de Minas Gerais (Campus Ouro Preto)

Juiz de Fora, 28/04/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Nícea Helena de Almeida Nogueira, Professor(a)**, em 06/05/2026, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Pires da Silva, Professor(a)**, em 06/05/2026, às 20:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves, Professor(a)**, em 07/05/2026, às 07:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Kelsen Dias, Usuário Externo**, em 07/05/2026, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **ÉDIMO DE ALMEIDA PEREIRA, Usuário Externo**, em 07/05/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)

Dedico esta tese à memória de  
meus ancestrais, cujas  
trajetórias foram marcadas por  
contextos históricos que lhes  
negaram o acesso à  
escolarização formal e à  
formação acadêmica. Ao  
tornar-me a primeira mulher  
negra de minha família a  
ingressar no ensino superior,  
concluir duas graduações, o  
mestrado e o doutorado,  
inscrevo-me em uma linhagem  
de resistência e honro aqueles  
e aquelas que, antes de mim,  
não tiveram essa  
oportunidade.  
Abro caminhos!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela oportunidade de concluir este doutorado em Letras: Estudos Literários, realizando mais esse sonho, e por estar presente em todos os momentos de minha vida.

A mim, por querer, acreditar e saber aproveitar todas as oportunidades que contribuíram para o meu crescimento intelectual, espiritual e moral. Subi nos barrancos e não perdi nenhum dos meus cavalos. Enfrentei os altos e baixos da vida e montei cada um deles. Às vezes desequilibrada, quase a cair, mas consegui me firmar na sela e seguir vitoriosa.

À minha querida orientadora Nícea Helena de Almeida Nogueira, por me aceitar como orientanda e contribuir para que eu me tornasse a primeira mulher negra de minha família a ingressar no ensino superior, concluir duas graduações, o mestrado e o doutorado. Você é uma mulher cuja grandeza não cabe em palavras!

Aos professores que aceitaram compor a minha banca: Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves, Anderson Pires da Silva, Édimo de Almeida Pereira, Rafaela Kelsen Dias e os suplentes Michel Mingote Ferreira de Azara e Patrícia de Paula Aniceto.

Ao professor e amigo Édimo de Almeida Pereira, por compartilhar comigo seus conhecimentos. Cabe ressaltar que não foram somente os ensinamentos. No decorrer do curso, mantivemos longas e agradáveis conversas que muito me enriqueceram.

À professora Neiva Ferreira Pinto, pelo incentivo e pelo conselho de nunca desistir.

Ao professor Gilvan, por me acolher como ouvinte em sua disciplina e nas intuições durante a escrita. Ah, como eu pedia...

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, especialmente a Daniele Molina e Raquel Saar.

Aos amigos da secretaria da Faculdade de Letras: Klauber, Danieli Macedo e Mendel.

Aos amigos de curso (Sônia, Eliani, Ton Vecchi, Fernanda Barroso, Fernanda Queiroz, Bruna, Joyce, ...).

Aos amigos da Biblioteca Carolina Maria de Jesus, do Instituto de Ciências Humanas – (ICH/UFJF), pelo incentivo e pela acolhida a esta agregada sênior.

À UFJF, pela bolsa Proquali de incentivo à qualificação para servidores.

Ao meu grande amigo Denes Clemente, pelo incentivo para eu ingressar no doutorado.

À Fernanda Barroso pela revisão e pelo cuidado com cada detalhe do texto. Foi de grande importância!

Ao meu esposo Paulo Roberto de Oliveira, pelo incentivo e apoio para que eu fosse a primeira.

Às minhas filhas, Leslie, Sui e Laís, pelo incentivo e por acreditarem em mim. Gratidão pelo "foca na tese, mãe". O amor, o carinho e o apoio de vocês foram a força que me impulsionou a superar os desafios. Esta vitória é nossa!

Águida, obrigada por trilhar comigo nessa jornada.

Enfim, a todas que aceitaram conviver com minha ausência nos encontros e nos cafés que nem sempre eu consegui honrar o convite: Vânia Pinheiro de Sousa, Águida, Ângela Maria, Carla Bretas, Érica Fernanda, Helena Félix...

Quando nós, mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos. (Hill Collins, 2019, p. 226).

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o racismo e a representação da mulher negra na literatura negro-brasileira de autoria feminina, com ênfase na obra **Diário de Bitita**, de Carolina Maria de Jesus. A pesquisa analisa as consequências das representações estereotipadas que, por longo tempo, desconsideraram a mulher negra como sujeito político e intelectual, negando-lhe o direito à autoria de sua própria narrativa. Ao examinar a trajetória da escritora sacramentoana, tanto no âmbito literário quanto nas produções de caráter testemunhal, buscamos evidenciar o rompimento com o silêncio histórico imposto às mulheres negras, destacando sua voz como instrumento de denúncia e resistência. Como referencial teórico-crítico, no que diz respeito ao debate do racismo e suas reverberações na leitura da obra, mobilizamos intelectuais como Muniz Sodré (2000, 2023), Maxmiliano Martins Pinheiro (2021), bell hooks (2010), Cida Bento (2022), Patricia de Paula Aniceto (2022), Simone Gibran Nogueira (2021, 2022) e Elisa Larkin Nascimento (2003). Para a análise das práticas editoriais e dos contextos sociais que possibilitaram o surgimento, a produção e a circulação de livros de contos e romances de autoria negro-brasileira, utilizamos as contribuições dos autores Anna Faedrich (2022), Maria Daniely Souza Lima e Vitória Gomes Almeida (2018), Luiz Silva, conhecido pelo pseudônimo de Cuti, o professor e pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2011), López Winne e Malumián (2016), Luiz Henrique Silva de Oliveira e Fabiane Cristine Rodrigues (2016), Luciana Paiva Coronel (2011), Deise Quintiliano Pereira (2019) e finalizamos com os apontamentos de Regis Gomes Gonçalves (2024). No que diz respeito à trajetória da escritora sacramentoana, e os pontos em comum com o movimento feminista negro e as escritoras contemporâneas, nos valem, como suporte teórico, das reflexões de algumas intelectuais negras brasileiras responsáveis pela constituição desse movimento e que articulam raça, gênero e classe: Cidinha da Silva e Stephanie Ribeiro (2018), Marília Novais da Mata Machado (2006), Carla Akotirene (2019), a própria Carolina Maria de Jesus (1986) e o professor José Carlos Sebe Bom Meihy (1998). Enfim, todos esses cujas reflexões contribuem para a compreensão das dinâmicas do racismo e das disputas no campo literário. Em síntese, o estudo pretende trazer ao centro do debate a dívida histórica da literatura, da academia e do feminismo para com a mulher escritora, considerando que, por muito tempo, a produção literária colaborou para o silenciamento da população negra, reproduzindo, no plano simbólico, as hierarquias de uma sociedade racista, sexista e machista, na qual a autoria negra era frequentemente mediada ou usurpada por outras vozes.

**Palavras-chaves:** Carolina Maria de Jesus; Literatura negro-brasileira; mulheres negras; racismo; feminismo negro.

## ABSTRACT

This research aims to reflect on racism and the representation of black women in African Brazilian literature authored by women, with an emphasis on the work **Bitita's diary** by Carolina Maria de Jesus. The research analyzes the consequences of stereotypical representations that, for a long time, disregarded black women as political and intellectual subjects, denying them the right to author their own narrative. By examining the trajectory of the writer from Sacramento, both in the literary field and in her testimonial works, we seek to highlight her breaking with the historical silence imposed on black women, emphasizing her voice as an instrument of denunciation and resistance. As a theoretical-critical framework, with regard to the debate on racism and its reverberations in the reading of the work, we mobilize intellectuals such as Muniz Sodré (2000, 2023), Maxmiliano Martins Pinheiro (2021), bell hooks (2010), Cida Bento (2022), Patricia de Paula Aniceto (2022), Simone Gibran Nogueira (2021, 2022) and Elisa Larkin Nascimento (2003). For the analysis of editorial practices and social contexts that enabled the emergence, production, and circulation of short story and novel collections by Black Brazilian authors, we will use the contributions of the authors Anna Faedrich (2022), Maria Daniely Souza Lima and Vitória Gomes Almeida (2018), Luiz Silva, known by the pseudonym Cuti, professor and researcher Eduardo de Assis Duarte (2011), López Winne and Malumián (2016), Luiz Henrique Silva de Oliveira and Fabiane Cristine Rodrigues (2016), Luciana Paiva Coronel (2011), Deise Quintiliano Pereira (2019), and we conclude with the observations of Regis Gomes Gonçalves (2024). With regard to the trajectory of the writer from Sacramento, and the points in common with the black feminist movement and contemporary women writers, we used as theoretical support the reflections of some Brazilian black intellectuals responsible for the constitution of this movement and who articulate race, gender and class: Cidinha da Silva and Stephanie Ribeiro (2018), Marília Novais da Mata Machado (2006), Carla Akotirene (2019), Carolina Maria de Jesus herself and Professor José Carlos Sebe Bom Meihy (1998). Finally, all those whose reflections contribute to the understanding of the dynamics of racism and the disputes in the literary field. In short, the study aims to bring to the center of the debate the historical debt of literature, academia, and feminism to black women writers, considering that, for a long time, literary production contributed to the silencing of the black population, reproducing, on a symbolic level, the hierarchies of a racist, sexist, and patriarchal society, in which black authorship was frequently mediated or usurped by other voices.

**Keywords:** Carolina Maria de Jesus; Afro-Brazilian literature; Black women; racism; Black feminism.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O DEBATE DO RACISMO ESTRUTURAL E SUAS REVERBERAÇÕES NA LEITURA DE DIÁRIO DE BITITA</b> .....	<b>14</b>
2.1	RAÇA E RACISMO .....	14
2.1.1	<b>Racismo e economia</b> .....	<b>21</b>
2.1.2	<b>Sobre racismo e estrutura</b> .....	<b>26</b>
2.2	MAPEANDO O RACISMO COM MUNIZ SODRÉ .....	28
2.3	O PACTO DA BRANQUITUDE COMO CONCEITO SEGUNDO CIDA BENTO .....	34
2.4	RACISMO E LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DE PATRÍCIA ANICETO .....	41
2.5	RACISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA .....	54
2.5.1	<b>Racismo e religiosidade em Diário de Bitita</b> .....	<b>70</b>
<b>3</b>	<b>O MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A LITERATURA DE AUTORIA NEGRA</b> .....	<b>98</b>
3.1	DESAFIOS DE ESCRITORES NEGROS NA PUBLICAÇÃO DE SUAS OBRAS .....	98
3.2	QUILOMBOS EDITORIAIS .....	107
3.3	PANORAMA EDITORIAL DE GÊNEROS NARRATIVOS DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA .....	119
3.4	O CONTEXTO EDITORIAL DE DIÁRIO DE BITITA .....	131
<b>4</b>	<b>O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E CAROLINA MARIA DE JESUS: O “EU” E OS “EUS” EM DIÁRIO DE BITITA</b> .....	<b>148</b>
4.1	O RACISMO COMO EXPERIÊNCIA FAMILIAR E CAROLINA MARIA DE JESUS .....	148
4.2	CAROLINA MARIA DE JESUS E A CRÍTICA FEMINISTA DE AUTORIA FEMININA NEGRA .....	162
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>174</b>
	<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>174</b>
	<b>ANEXO A - IMAGENS DAS CAPAS DAS EDIÇÕES DE DIÁRIO DE BITITA (1982 – 2014)</b> .....	<b>192</b>
	<b>ANEXO B - ORELHAS DA PRIMEIRA EDIÇÃO (1986)</b> .....	<b>193</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo investigar a representação da mulher negra na literatura brasileira, perpassando as questões de gênero, classe social e raça, mais especificamente na narrativa produzida pela escritora negro-brasileira<sup>1</sup> Carolina Maria de Jesus. A opção pelo uso do termo “literatura negra” em detrimento de “literatura afrodescendente” fundamenta-se em uma escolha de ordem política, epistemológica e identitária. Conforme defende Cuti, a expressão “literatura negra” nomeia de forma direta o sujeito histórico e social dessa produção, evidenciando que se trata de uma escrita atravessada pelas experiências concretas sobre a população negra no Brasil, marcada pelo racismo estrutural, pela exclusão e pelas múltiplas formas de resistência. Diferentemente de “afrodescendente”, que pode remeter a uma ancestralidade ampla e, por vezes, diluir especificidades, o termo “negra” reforça uma identidade politicamente situada e comprometida com a afirmação de sujeitos historicamente marginalizados. Nessa perspectiva, como apontam Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, a nomeação da identidade negra constitui um gesto de resistência e de produção de sentido, pois implica a construção de narrativas próprias e a disputa simbólica contra o apagamento e a subalternização. Assim, ao adotar a categoria “literatura negra”, nós enquanto pesquisadoras não apenas delimitamos um campo estético e temático específico, mas também nos inserimos em uma tradição crítica comprometida com a valorização da experiência negra e com o enfrentamento das desigualdades raciais.

Ao assumirmos essa perspectiva, também nos posicionamos política e socialmente enquanto pesquisadora negra, uma vez que estudar o racismo presente na obra **Diário de Bitita** implica reconhecer que a produção literária de Carolina

---

<sup>1</sup> Nesta tese, optamos pela utilização do termo literatura negro-brasileira em lugar de afro-brasileira. A escolha se fundamenta na concepção formulada pelo pesquisador Cuti (2010), para quem a literatura negro-brasileira diz respeito à produção de autores negros brasileiros que se reconhecem enquanto sujeitos negros e que incorporam, em suas obras, experiências históricas, sociais e culturais situadas no contexto brasileiro. O prefixo “afro”, por sua vez, não implica necessariamente a autoria negra, podendo designar apenas referências temáticas ou estéticas relacionadas à África. Além disso, ao empregar essa designação, podemos dar a entender que essa literatura pertence mais à África do que ao Brasil. Tal seleção também tende a homogeneizar as múltiplas culturas africanas, reunindo, sob uma mesma categoria, realidades históricas e culturais diversas, o que obscurece tanto a pluralidade do continente africano quanto a especificidade da experiência negra no Brasil.

Maria de Jesus não pode ser desvinculada das estruturas raciais que historicamente marginalizaram corpos, vozes e saberes negros no Brasil.

Desse modo, a adoção do termo literatura negro-brasileira representa não apenas uma escolha teórica, mas também um gesto de afirmação identitária e epistemológica, pois evidencia a centralidade da experiência negra na constituição dessa escrita. Ao nos colocarmos como pesquisadora negra diante dessa obra, recusamos perspectivas neutras ou universalizantes que, por muito tempo, silenciaram intelectuais negros e minimizaram as violências do racismo estrutural. Assim, esta pesquisa busca dialogar com uma tradição crítica comprometida com a valorização das narrativas negras, compreendendo a escrita de Carolina como espaço de denúncia, memória, resistência e elaboração de uma consciência social negra no Brasil.

Assim sendo, a voz da narradora orientará o desenvolvimento da narrativa, assim como o tensionamento das estruturas que impactam a vida da mulher negra no Brasil. Para esse fim, tomaremos como aporte crítico e analítico autores oriundos da filosofia, sociologia, psicologia e de outros campos das ciências humanas, além da crítica literária feminista, considerando suas reflexões acerca das relações que envolvem o trinômio: aspectos étnicos, de gênero e socioeconômicos.

Três obras integram a narrativa autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, nas quais a autora retrata sua trajetória enquanto criança/mulher negra, catadora de papel e escritora, evidenciando os enfrentamentos impostos pela pobreza e pelo racismo estrutural. O livro **Diário de Bitita** (1986) narra, com um olhar crítico, a infância e a juventude da autora em Sacramento (MG), abordando tópicos como o racismo e a pobreza, bem como outras consequências do pós-abolição. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014), por sua vez, descreve a fome e a vida na favela do Canindé, em São Paulo. Por último, **Casa de alvenaria**, diário de uma ex-favelada (1961), discorre sobre a mudança da autora para o bairro de classe média Santana, também em São Paulo, e o pós-fama da escritora.

A obra que constitui o corpus principal desta investigação é **Diário de Bitita**. As outras duas citadas serão mobilizadas para menções de aportes teóricos e críticos a fim de fundamentar e ampliar a análise proposta. Essa escolha é justificada pelo fato de **Diário de Bitita** problematizar a trajetória da autora desde a infância até a vida adulta, evidenciando experiências que, em alguma medida, ainda hoje, refletem e impactam a condição das mulheres negras em contextos marcados

por adversidades. Para analisar as narrativas, serão utilizados, ao longo das seções desta tese, o pensamento de vários teóricos. Diversos desses pesquisadores têm produzido conhecimentos que se afastam da perspectiva eurocêntrica, especialmente ao abordar as intersecções entre raça, gênero e classe.

Na primeira seção, no que diz respeito ao debate do racismo estrutural e suas reverberações na leitura da obra **Diário de Bitita**, buscamos pensamentos que refletissem os aspectos ligados à raça e ao racismo, ao racismo e à economia, ao racismo e à literatura, ao racismo e às suas implicações na atuação psicológica profissional. Para situar tais pensamentos, consideramos os posicionamentos dos escritores Silvio Luiz de Almeida (2019), Maxmiliano Martins Pinheiro (2021), bell hooks (2010), Muniz Sodré (2000, 2023), Cida Bento (2022), Patrícia Aniceto (2022), Simone Gibran Nogueira (2021, 2022) e Elisa Larkin Nascimento (2003).

A segunda seção, intitulada “O mercado editorial brasileiro e a literatura de autoria negra”, é estruturada do seguinte modo: no primeiro momento, nosso objetivo é evidenciar que a trajetória de escritores negros no mercado editorial brasileiro é marcada por obstáculos históricos e estruturais que atravessam questões de raça, classe e poder simbólico. Embora haja avanços nas últimas décadas, os desafios ainda são significativos. Já o segundo momento corresponde à análise das práticas editoriais e dos contextos sociais que possibilitaram o surgimento, a produção e a circulação de livros de contos e romances de autoria afro-brasileira. Para suporte teórico, utilizaremos as contribuições dos autores Anna Faedrich (2022), Maria Daniely Souza Lima e Vitória Gomes Almeida (2018), Luiz Silva (2010), conhecido pelo pseudônimo de Cuti, o professor e pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2011), López Winne e Malumián (2016), Luiz Henrique Silva de Oliveira e Fabiane Cristine Rodrigues (2016), Luciana Paiva Coronel (2011), Deise Quintiliano Pereira (2019), finalizando com os apontamentos de Regis Gomes Gonçalves (2024).

Na terceira seção, denominada “O pensamento feminista negro e Carolina Maria de Jesus: o ‘eu’ e os ‘eus’ em **Diário de Bitita**”, procuramos apresentar a trajetória da escritora mineira, suas inquietações com a questão da mulher negra e de que maneira sua produção literária contribuiu para que as escritoras e ativistas contemporâneas pudessem problematizar as formulações do movimento feminista negro no Brasil. Para tal feito, tal construção teve como suporte teórico as reflexões de algumas intelectuais negras brasileiras, que articulam raça, gênero e classe,

responsáveis pela constituição desse movimento. Em uma tentativa de convergir alguns pontos comuns, seguimos com os pensamentos das escritoras Cidinha da Silva e Stephanie Ribeiro (2018), Marília Novais da Mata Machado (2006), Carla Akotirene (2019), a própria Carolina Maria de Jesus e o professor José Carlos Sebe Bom Meihy (1998).

Como problematização desta tese, questionamos o motivo de as narrativas de Carolina Maria de Jesus, ainda na contemporaneidade, evidenciarem o descaso e o racismo com a população negra brasileira, em especial com às meninas e mulheres negras.

Feito isso, esperamos que, diante da retomada dos estudos das obras carolinianas, após as comemorações do centenário da escritora, e de outras produções afins, a população negra se aproprie de sua própria história, fortalecendo sua formação crítica e, acima de tudo, se mobilizando em busca de políticas públicas que visem à reparação das injustiças historicamente impostas ao povo negro no Brasil.

## 2 O DEBATE DO RACISMO ESTRUTURAL E SUAS REVERBERAÇÕES NA LEITURA DE *DIÁRIO DE BITITA*

Eu não sou quase da família, não mesmo! A família come na sala de jantar e eu como na cozinha. Sua mulher empresta sua toalha de mesa de renda para a visita e seu filho se diverte com os amigos na sala de estar, sua filha tira o cochilo da tarde no sofá da sala e o cachorro dorme espalhado na colcha de cetim... Veja que eu não sou bem da família (Childress, 1986, p. 2).

Esta seção apresenta uma abordagem sobre o conceito de racismo sob a ótica de alguns pensadores em diálogo com passagens do livro **Diário de Bitita**. Os nomes selecionados são Silvio Luiz de Almeida (2019), Maxmiliano Martins Pinheiro (2021), bell hooks (2010), Muniz Sodré (2000) e Cida Bento (2022). Nossa análise considera alguns aspectos relacionados ao pensamento e aos comportamentos da sociedade brasileira debatidos por esses estudiosos. Em seu sentido mais comum, o pensamento, um processo cognitivo que pode ser ou não externado em relação ao comportamento, pode ser definido como um conjunto de interações e reações provocados de acordo com o meio em que as pessoas estão inseridas. Isso corrobora nossa leitura do livro de Carolina Maria de Jesus.

### 2.1 RAÇA E RACISMO

Em *Racismo estrutural* (2019), Silvio Almeida desenvolve uma das formulações mais influentes sobre a dimensão estrutural do racismo na sociedade brasileira. Reconhecemos que o autor foi recentemente envolvido em denúncias públicas de assédio sexual, questão que não pode ser ignorada, sobretudo em uma pesquisa comprometida com perspectivas críticas sobre raça, gênero e poder. Entendemos, contudo, que a produção do conhecimento é atravessada por tensões, contradições e disputas que exigem uma postura analítica capaz de reconhecer simultaneamente a relevância de determinadas contribuições conceituais e os limites éticos e políticos que podem marcar a trajetória de seus autores. Como pesquisadora negra, não desconsidero as implicações suscitadas por tais denúncias; ao contrário, elas reforçam a necessidade de uma leitura crítica dos referenciais mobilizados. Ainda assim, considero que a noção de racismo estrutural constitui uma ferramenta analítica fundamental para compreender a produção e a

reprodução das desigualdades raciais no Brasil. Por essa razão, as contribuições de Almeida são incorporadas neste estudo em diálogo com outros autores e autoras, especialmente intelectuais negros e negras, de modo a ampliar e problematizar as reflexões aqui desenvolvidas.

Ao introduzir o livro, ele esclarece que, em um primeiro momento, não se trata de uma obra especificamente sobre raça ou racismo, mas um livro de teoria social. Em segundo lugar, mostra que o racismo é sempre estrutural e para Almeida (2019b, p. 19) “[...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade.” O autor justifica que procurou apontar nessa obra que o racismo se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.

No capítulo intitulado “Raça e racismo”, Almeida faz um apanhado sobre o conceito de raça, comentando que o século XVIII e o Iluminismo tinham o homem como seu principal objeto. Assim, o ser humano, com suas diferenças, passou a ser observado, comparado e classificado com base nas características físicas e culturais. Esse movimento intelectual e filosófico, que dominou o mundo das ideias na Europa durante o século XVIII, ou seja, o Iluminismo, separou o sujeito homem em um duo de civilizado *versus* selvagem. O fato é que o movimento, em nome da razão, resultou em um processo de destruição, gerando brutalidade, espoliação e morte. Nações, tais como as dos continentes africano e americano, dentre outras, vivenciaram o processo que se chamou colonialismo, em que pessoas com características diferentes do padrão branco e europeu eram consideradas como bestiais, inferiores e irracionais.

O século XIX surgiu acompanhado de ideias positivistas que analisavam o sujeito como um objeto científico. Essa corrente filosófica teve como um dos principais idealizadores o filósofo francês Auguste Comte. Maxmiliano Martins Pinheiro, em seu artigo “A incorporação do negro na sociedade: o positivismo e as relações raciais no Brasil” (2021), comenta que Comte foi influenciado pelas absurdas ideias eurocêntricas de sua época ao classificar as raças de acordo com suas originalidades. Naquele tempo, defendia-se que cada raça tinha sua especificidade. Inicialmente, considerou que a raça branca era superior à negra na questão da racionalidade e que os brancos deveriam ocupar os melhores lugares na sociedade. Esse pensamento nos recorda as palavras de Carolina Maria de Jesus, em **Diário de Bitita**, que se resignou ao estigma racial ao lembrar da sua infância:

[...] explicações do senhor Manoel Nogueira não mais me entusiasmavam. Quando eu era menina, pensava que tudo o que ele dizia ia realizar-se. Agora já estava compreendendo que, entra governo, sai governo, o pobre continua sempre pobre. Os sonhos de melhores dias não eram para nós (Jesus, 1986, p. 159).

Em segundo lugar, Comte considerou que a raça negra se sobressaía na questão da afeição, que se configura como um ato humano de demonstrar sentimentos por alguém ou algo, realizado por meio de gestos, ações ou verbalizado, ou seja, comum a todos. No caso especificamente dos negros, a escritora estadunidense bell hooks trata o tema da afetividade em sua publicação **Vivendo de amor** (2010). Nesse texto, hooks argumenta em que contexto tal sentimento foi concebido na vida dos negros. Segundo seu relato, “nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata” (hooks, 2010). De certo modo, a escravidão não só criou, mas manteve, por longos anos, um sistema de dominação e opressão em que os negros presenciavam o sofrimento de seu povo. Como manter o amor? Como nutrir o afeto nas relações familiares perante as separações nas quais “nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos; seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão”? (hooks, 2010).

Desse modo, o negro demonstrou uma força que lhe permitiu ocultar qualquer relação de amor. Experimentar as diversas formas de violências e reprimir o ato de amar foi uma maneira de resistir, porque “somente em espaços de resistência cultivados com muito cuidado, podiam expressar emoções reprimidas” (hooks, 2010). Então, a sobrevivência estava, muitas vezes, determinada por sua capacidade de reprimir as emoções. Embora tenha ocorrido o fim da escravidão, ainda há respingos dessa barbárie porque, de acordo com hooks,

Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação. Estavam assim se utilizando dos mesmos métodos brutais que os senhores de engenho usaram contra eles. Sabemos que sua vida não era fácil; que com a abolição da escravatura os negros não ficaram imediatamente livres para amar (hooks, 2010).

Nesse sentido de reprodução da barbárie, temos a passagem de **Diário de Bitita** em que Carolina (1986, p. 86) nos relata que o seu “tio espancava a minha

madrinha que estava superalcoolizada, estendida no solo. Dava a impressão que ele estava espancando um cadáver”.

Finalmente, para Comte, no que diz respeito à raça amarela, as pessoas seriam superiores na ação (Pinheiro, 2021), valendo-se da Biologia e da Física como parâmetro para explicar a diversidade humana.

De acordo com Almeida (2019c, p. 25), as características biológicas, as condições climáticas e o determinismo geográfico tentavam explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Como o foco de sua discussão é o racismo, Silvio Almeida adentra mais na temática e a subdivide na tríade preconceito, racismo e discriminação. O autor deixa claro que raça é um elemento político e social para que haja dominação de classe, em que o negro é o oprimido e o branco, o opressor. Nesse sentido, podemos verificar que Carolina Maria de Jesus percebeu, desde cedo, a questão da dominação. Certa vez, durante uma discussão com um homem branco sobre seu filho, Bitita quase levou uma surra na rua por falar verdades sobre o menino que havia roubado uma lima:

- Cala a boca negrinha atrevida.
- Atrevido é o seu filho porque é filho de juiz, não respeita ninguém. Quando ele ia me bater, eu disse-lhe:
- O Rui Barbosa falou que os brancos não devem roubar, não devem matar. Não devem prevalecer porque é o branco quem predomina. A chave do mundo está nas mãos dos brancos, o branco tem que ser superior para dar o exemplo (Jesus, 1986, p. 29).

A expressão “negrinha atrevida” nada mais é senão a prática consciente de racismo que tentou colocar Carolina ao escrever sobre uma criança negra em desvantagem em uma discussão com um homem branco. Almeida (2019c, p. 29) esclarece que “o racismo se materializa como discriminação racial e que também é um processo em que há condições de subalternidade de uns e de privilégios de outros, articulado com a segregação racial e espacial”. Em relação ao espaço geográfico, é sabido que os ricos sempre ocupam os bairros mais nobres, os condomínios e os jardins, por exemplo. Os guetos e as favelas ficam relegados às pessoas de menor poder aquisitivo. Em consonância com esse quesito, Carolina comenta que os pobres de Sacramento, sua cidade natal, “moravam num terreno da Câmara: ‘O Patrimônio’. Não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água (Jesus, 1986, p. 7).

Silvio Almeida nos apresenta três ideias de racismo. O individualista, como o próprio nome já diz, é um comportamento ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo a ser combatido no campo jurídico por conter situações diretas envolvendo insultos e repulsas em função de características físicas de uma determinada raça. Isso pode ser aplicado a uma passagem do **Diário de Bitita**, anteriormente mencionada: “— Que negrinha feia! Além de feia, antipática” (Jesus, 1986, p. 74).

Já o racismo institucional acontece quando as instituições passam a atuar em uma dinâmica que confere, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios baseados na raça. Infelizmente, após o dia 13 de maio de 1888, não se pensou em políticas públicas que possibilitassem o acesso à educação para a população de negros recém libertos. Portanto, como Carolina Maria de Jesus nos lembra, “os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo” (1986, p. 55). Além de exaustivo, o que recebiam mal dava para comer.

Conseguimos trabalho no sítio do japonês, o Napoleão, para carpir arroz. Eu ganhava três mil-réis, o meu padraço cinco mil-réis. Recebíamos aos sábados. Comprávamos dez quilos de arroz e feijão. Fomos suportando aquela vida. Minha mãe lavava roupas para os ricos (Jesus, 1986, p. 134-138).

Apesar de cada pessoa ter a sua individualidade, os seres humanos não conseguem viver isoladamente. O resultado disso é a formação de sociedades complexas e heterogêneas marcadas por contradições, conflitos e uma luta constante entre grupos que querem assumir o controle das instituições. Assim sendo, de acordo com Almeida (2019c, p. 34), a principal tese dos que afirmam a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Como exemplo, citamos aqui o Exército Brasileiro (EB), uma instituição nacional permanente, regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina. Todo cidadão ao completar 18 anos deve se alistar. Nesse sentido, Carolina recorda (1986, p. 159) que seu irmão não queria usar farda e afirma: “Mas o homem que não lutasse não era homem”, ou seja, na sua concepção e na daqueles que compartilhavam o ambiente em que cresceu, esse indivíduo não era cidadão.

Para Silvio Almeida, o racismo estrutural consiste na presença marcante do preconceito e da discriminação enraizados na sociedade e em suas organizações.

Isso pode ser observado na fala de Carolina quando declara que “O branco criou a alta sociedade, lá não entra o negro” (1986, p. 62). Almeida afirma que o racismo é um processo político porque é sistêmico de discriminação, o que quer dizer que é organizado e estruturado de modo que “influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros” (Almeida, 2019c, p. 44).

Desde que o primeiro negro aqui pisou, o objetivo maior do colonizador foi manter o povo subalterno e inserir novas práticas de cultura para que houvesse total apagamento de sua história. Com isso, o homem branco manteria seus privilégios e dominação.

Nesta seção sobre raça e racismo, precisamos levar em consideração os pensamentos de mais dois escritores. Primeiramente, pontuamos as reflexões de Achille Mbembe. Para esse filósofo, raça e racismo parte da compreensão de que a modernidade está profundamente marcada pela produção de hierarquias raciais que definem quem é plenamente humano e quem pode ser reduzido à condição de subalternidade. Em suas ponderações, especialmente ao desenvolver o conceito de necropolítica, Mbembe evidencia que o racismo não se limita a uma ideologia ou a práticas discriminatórias isoladas, mas constitui uma tecnologia de poder que autoriza a gestão diferencial da vida e da morte sobre um indivíduo. Nesse sentido, o autor demonstra como determinados corpos, sobretudo negros, são historicamente posicionados como descartáveis, sendo expostos de forma sistemática à violência, à precariedade e à morte. Para Mbembe, essa lógica tem raízes no colonialismo e na escravidão, mas se atualiza nas formas contemporâneas de controle, como nas políticas de segurança, nas guerras e nas dinâmicas de exclusão social. Assim, o racismo, em sua perspectiva, opera como um mecanismo central na produção de sujeitos desprezíveis e matáveis, revelando a continuidade das estruturas coloniais na organização do mundo atual.

Em segundo lugar, assinalamos as considerações de Aníbal Quijano. No pensamento desse sociólogo, a compreensão de raça e racismo está diretamente vinculada ao conceito de colonialidade do poder, por meio do qual o autor analisa a constituição da modernidade a partir da expansão colonial europeia. Para Quijano, a ideia de raça foi uma invenção histórica fundamental para legitimar a dominação colonial, estabelecendo uma classificação hierárquica da população mundial que associava características fenotípicas a posições sociais e formas de trabalho. Nesse

processo, os povos europeus foram colocados no topo da hierarquia, enquanto os povos indígenas, africanos e seus descendentes foram inferiorizados e vinculados às formas mais exploradas de trabalho, especialmente no contexto do capitalismo emergente. Assim, o racismo não é entendido como um fenômeno secundário ou derivado, mas como um dos eixos estruturantes da organização do poder global, articulando-se com o controle do trabalho, da produção de conhecimento e das subjetividades. Desse modo, mesmo após o fim formal do colonialismo, essa lógica persiste nas relações sociais contemporâneas, evidenciando que a colonialidade do poder continua a operar na manutenção das desigualdades raciais e econômicas em escala mundial.

Desse modo, constatamos que os pensamentos Mbembe e Quijano estabelecem um diálogo profícuo no que diz respeito à compreensão da raça e do racismo como elementos constitutivos da modernidade, ainda que partam de enfoques distintos. Ambos convergem ao afirmar que a raça não possui fundamento biológico, sendo uma construção histórica forjada no contexto da expansão colonial europeia e fundamental para a organização de hierarquias globais. Nesse sentido, Quijano, por meio do conceito de colonialidade do poder, evidencia como a classificação racial se articula diretamente à formação do capitalismo mundial, estruturando relações de dominação que atravessam o trabalho, o saber e a subjetividade. Mbembe, por sua vez, embora compartilhe dessa perspectiva estrutural, desloca o debate para as formas contemporâneas de exercício do poder, especialmente ao desenvolver a noção de necropolítica, que explicita como a lógica racializada opera na produção de vidas descartáveis e na legitimação da morte de populações subalternizadas. Desse modo, ainda que não sejam propriamente antagônicos, seus pensamentos permitem um confronto analítico fecundo: enquanto Quijano privilegia a dimensão histórico-estrutural e econômica da racialização, Mbembe aprofunda a análise ao evidenciar suas expressões atuais na gestão da vida e da morte, tornando suas abordagens complementares para uma leitura mais abrangente do racismo.

Assim sendo, diante da abordagem sobre a concepção de raça de Aníbal Quijano e Achille Mbembe, percebemos uma relação muito forte desses dois pensadores e Carolina Maria de Jesus. Esse entrelaçamento pode ser compreendido a partir da permanência das estruturas coloniais e raciais que atravessam a experiência da população negra na modernidade. Embora Carolina

não escreva a partir do campo teórico da colonialidade, sua obra evidencia, na prática e na vivência cotidiana, os efeitos concretos do que Quijano denomina colonialidade do poder. Em seus escritos em **Diário de Bitita**, em questão, a autora revela como a pobreza, a fome, a exclusão social e o racismo atingem de forma mais intensa os sujeitos negros, demonstrando que a sociedade brasileira permanece organizada por hierarquias herdadas do período escravista. A marginalização da mulher negra, a restrição de acesso à educação, ao trabalho digno e à cidadania expõem a continuidade das relações coloniais denunciadas por Quijano.

Ao aproximarmos Carolina do pensamento de Mbembe, percebemos que sua escrita também denuncia formas de necropolítica, uma vez que a fome, a miséria e o abandono estatal aparecem como mecanismos que administram a precarização da vida negra. Carolina narra corpos submetidos à sobrevivência extrema, sujeitos cuja existência parece socialmente descartável dentro da lógica excludente da modernidade. Nesse sentido, sua literatura ultrapassa o testemunho individual e transforma-se em denúncia política e social, revelando como determinadas populações são historicamente colocadas em condições de vulnerabilidade e desumanização.

Desse modo, Carolina Maria de Jesus materializa, em sua experiência e em sua escrita, aquilo que Quijano analisa em termos estruturais e que Mbembe aprofunda ao discutir as políticas contemporâneas de gestão da vida e da morte. A autora expõe, por meio da literatura negro-brasileira, as marcas persistentes da colonialidade e do racismo, convertendo sua escrita em espaço de resistência, memória e enfrentamento das violências históricas impostas à população negra.

### **2.1.1 Racismo e economia**

As expressões raça e economia estão profundamente associadas e são chaves importantes para entendermos o processo estrutural que Almeida (2019) nos apresenta. Segundo o autor, é na economia que podemos encontrar respostas que justifiquem as desigualdades porque, desde o Brasil colonial, questões políticas, sociais, éticas e de direito colocaram o negro em condição de desigualdade. Por isso, é necessário que aconteçam reparações, principalmente coletivas, em função dos erros históricos e crimes cometidos contra o sujeito negro.

É sabido que a exclusão do povo negro brasileiro vem de longe porque consta na primeira **Constituição Política do Império** (Brasil, 1824, capítulo 6, art. 94-95). Nessa carta magna, só poderiam se tornar eleitores aqueles que tivessem renda mínima de 200 mil réis, e só poderiam ser candidatos a deputados aqueles que tivessem mais de 400 mil réis de renda líquida. Assim sendo, como conseguir representação que lutasse em prol do povo negro, relegado à periferia da sociedade? Nesse sentido, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com pesquisas por ele desenvolvidas, constata-se que, a partir de 1991, ocorreram mudanças significativas em relação à composição de raças ou de cor na população brasileira. Isso significa que os sujeitos prejudicados economicamente, devido à falta de políticas públicas resultantes da herança colonial escravocrata, despertaram para seus direitos. Segundo o IBGE (2023). Verificou-se um aumento da “declaração por cor ou raça parda, preta e indígena, com decréscimo para a população branca e estabilidade da população amarela na comparação entre 1991 e 2022.”

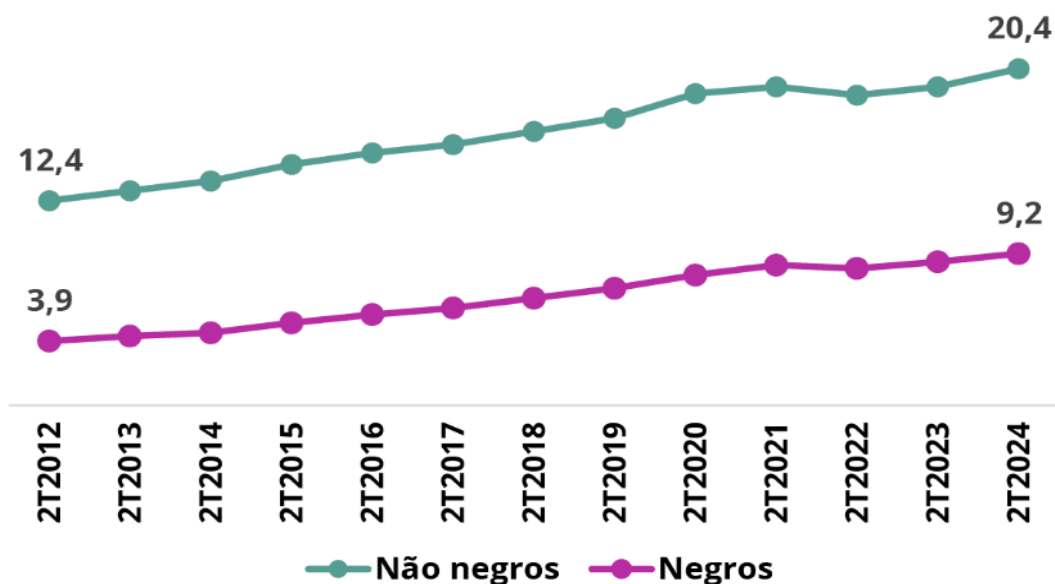
De acordo com o recenseamento de 2022, o instituto revelou que a população parda se tornou o maior grupo populacional do Brasil, representando 45,3% dos habitantes, percentual superior aos 42,9% registrados em 2010 e aos cerca de 42% observados em 1991. Em contrapartida, a população branca apresentou queda contínua ao longo das últimas décadas, passando de mais de 50% em 1991 e 2000 para 43,5% em 2022. Já a população preta registrou crescimento significativo, aumentando de 6,2% em 1991 para 10,2% em 2022. A população indígena também apresentou aumento expressivo, passando de 0,2% para 0,8%, crescimento influenciado, entre outros fatores, pelas mudanças na metodologia de coleta de dados. Por sua vez, a população amarela manteve-se relativamente estável, representando 0,4% da população em 2022. Esses dados revelam não apenas mudanças demográficas, mas também um fortalecimento da valorização identitária e da busca por reconhecimento e direitos, especialmente entre pretos e pardos, que juntos compõem a maioria da população brasileira.

Nesse sentido, ressaltamos a importância da conscientização e participação da população no censo demográfico porque é por meio desse instrumento que o Estado consegue conhecer a realidade do país, identificar as características da população e planejar políticas públicas de forma mais justa e eficiente. As respostas são meios significativos de se obter resultados a partir de coletas de dados raciais

sobre a população brasileira. As análises são fundamentais para revelar, compreender e combater as desigualdades sociais que persistem na sociedade. Dados estatísticos raciais revelam disparidades em áreas como saúde, educação, emprego e divisões de renda, demonstrando os efeitos do racismo estrutural e a necessidade de reparações. Além do mais, tornam-se essenciais para fundamentar políticas públicas capazes de garantir e promover uma verdadeira igualdade racial.

A autoidentificação, associada à coleta de informações sobre etnias, nesse caso, a raça negra, de certa forma contribuiu para adoção de políticas corretivas de inclusão e de cotas, além de também contribuir para outras melhorias. No que diz respeito ao ensino superior, por exemplo, a adoção de cotas relacionadas às ações afirmativas resultou em um avanço significativo com o acesso da população negra à universidade, mas ainda não é o ideal. Se ainda há disparidade na graduação e, conseqüentemente, nos programas de pós-graduação, a presença de estudantes negros ainda é pequena. Mesmo com o aumento do percentual, o quadro abaixo nos dá uma noção do quanto ainda precisamos avançar. Observe:

Gráfico 1 - Proporção de pessoas com ensino superior completo segundo cor/raça.



Fonte: IBGE, Pnda Continua.

O Gráfico nos mostra que o índice de pessoas negras no ensino superior praticamente dobrou, mas, se comparado às pessoas não negras, ainda é bem inferior. Sobre o ponto de vista econômico, inicialmente os negros trabalhavam de

graça e sob o chicote; em um segundo momento, vieram os salários, mas bem aquém do que poderíamos chamar de justo: os patrões combinavam um valor, e, na hora de pagar, o valor era bem inferior. Melhores salários e criação de leis trabalhistas eram promessas que faziam o povo sonhar. De acordo com Carolina, no que diz respeito às remunerações, em sua época, desde criança, os sujeitos oprimidos já sofriam com as desigualdades:

\_\_\_ O presidente soube que ia eclodir outra revolução. Quando o Isidoro fez a revolução, o povo já adorava e venerava o presidente Artur Bernardes. E o povo dizia:

— O presidente não entrou na política apenas para deixar o seu nome na história, vai deixar realizações.

Ele prometeu ao povo que ia criar as leis trabalhistas. Dizem que chegou a escrevê-las. Não as divulgou por causa da oposição da imprensa (Jesus, 1986, p. 46).

De acordo com o documento do IBGE, o assunto que envolve o duo “cor e/ou raça” consta nas investigações que visam ao recenseamento da população brasileira desde o Império. Segundo o IBGE (2022, p. 9), nosso primeiro “recenseamento nacional data de 1872, quando a população era dividida segundo quatro categorias classificatórias: brancos; pardos; pretos; e caboclos”. O IBGE (2022) tem a missão de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” e frequentemente nos oferece uma visão completa e atual do país. Em um estudo recente (2022), o órgão mostrou o tamanho do desafio brasileiro para superar as desigualdades racial e social. De acordo com o IBGE (2022) o rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$20,00) era 61,4% maior que o dos trabalhadores pretos ou pardos (R\$12,4). Pelo que tudo indica, não houve avanços, e a diferença salarial é praticamente a mesma há 10 anos.

Se for levada em consideração a questão da informalidade, a maior proporção é de pessoas pretas ou pardas nos trabalhos domésticos, sem carteira de trabalho assinada. Temos, ainda, os trabalhadores que atuam por conta própria, e os empregadores que não contribuem para a Previdência Social. Posto isso, podem-se constatar as grandes diferenças relacionadas a desempregos, jornadas de trabalho e salários envolvendo raça e gênero. Pesquisas e justificativas para esse quadro sempre envolvem o duo raça e cor. Na verdade, a raça sempre foi um fator determinante da desigualdade e tudo que acontece para dificultar a melhoria de vida

do negro reforça a mentalidade de que ele é incapaz de desenvolver atividades mais complexas.

Para Almeida (2019a, p. 131), analisar o racismo sob o aspecto econômico-estrutural nos leva a duas conclusões: primeiro quando “se manifesta no campo econômico de forma objetiva, ou seja, quando as políticas econômicas estabelecem privilégios para o grupo racial dominante ou prejudicam as minorias”; em segundo lugar, quando se manifesta de forma subjetiva, pois “ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a impotência necessárias para a estabilidade do sistema capitalista”.

Almeida (2019a, p. 142) faz o seguinte questionamento: “na luta contra a desigualdade, a prioridade deve ser dada à classe ou à raça”? Essa pergunta está em consonância com a Declaração e Programa de Ação, resultante da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, no capítulo “Coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos”. Tal declaração afirma que:

Insta os Estados a coletarem, compilarem, analisarem, disseminarem e a publicarem dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tomarem todas as outras medidas necessárias para avaliarem periodicamente a situação de indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (IBGE, 2023, p. 10, parágrafo 92).

Ou seja:

Essa declaração demanda dos Estados que seus dados estatísticos sejam desagregados, possibilitando a construção de indicadores que permitam avaliar a desigualdade nas condições sociais e econômicas dos grupos mais vulneráveis ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Ademais, reconhece que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ocorrem com base na raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica e demanda que a informação sobre essas temáticas seja coletada respeitando o princípio da “autoidentificação” (IBGE, 2023, p. 10).

Dessa forma, a coleta e a divulgação de dados estatísticos desagregados tornam-se instrumentos fundamentais para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais. Ao reconhecer a importância da autoidentificação e da produção de indicadores

específicos, o Estado amplia a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e possibilita uma compreensão mais precisa das múltiplas formas de discriminação presentes na sociedade. Nesse sentido, o censo demográfico e demais levantamentos estatísticos devem ser encarados com responsabilidade coletiva, pois seus resultados orientam ações governamentais, promovem o reconhecimento das diferenças sociais e contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

### **2.1.2 Sobre racismo e estrutura**

No que se refere à relação entre racismo e estrutura social, os professores Lia Schucman e Rafael Montovani (2023) reforçam a tese de que o racismo é estrutural, em consonância com as reflexões de Silvio Almeida. Conforme argumentam no artigo, a ausência de uma legislação “explicitamente racista” no período pós-Abolição não impede a compreensão do racismo como um processo estruturante da sociedade brasileira. Ao contrário, os autores procuram demonstrar, a partir de fundamentos epistemológicos e conceitos científicos, que o racismo no Brasil opera de maneira estrutural, atravessando as instituições, as relações sociais e a organização histórica do país.

Nesse sentido, os conceitos, além de abstrações acadêmicas, são também ideias sociológicas baseadas em análises sistemáticas da sociedade, influenciando nas organizações jurídicas e institucionais. O questionamento sobre “o que é estrutura social” tem explicações baseadas nas distintas correntes sociológicas dos teóricos Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Apesar de posicionamentos diferentes, os três afirmam que o que é estruturante da sociedade não precisa, necessariamente, passar pelo Estado e pela letra da Lei, também reforçando que o fato de a estrutura não estar no Estado, ou seja, não estar regida por leis, “não descaracteriza um fenômeno como estruturante e estrutural. Pensar a estrutura como algo que dá forma de como uma sociedade se constituir é passaporte para manutenção dos fatos”. A lei pode existir, mas não significa que a estrutura aconteça.

Os educadores Schucman e Montovani (2023) mencionam que o conceito de estrutura usado por Silvio Almeida é resultado dos processos social e histórico que construíram a sociedade brasileira: a escravidão. Considerando que, na existência

de um evento que envolva relações pessoais e instituições, é impossível que não atinja a estrutura, temos que o racismo é estrutural porque os indivíduos e as instituições são racistas. Para reforçar, os autores citam também o pensamento do cientista social Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), que considerou o racismo brasileiro como um sistema/estrutura de formação de desigualdades envolvendo três grandezas: “(i) a crença na ideia de raça, (ii) a discriminação e (iii) a situação persistente e estrutural de desigualdade entre brancos e não brancos”. Basta que observemos as relações sociais para constatar que o racismo está presente em todos os setores e que as próprias estruturas se organizam em prol de sua manutenção.

Em consonância com o pensamento de Schucman e Montovani (2023) e Almeida (2019b), temos também as reflexões de Florestan Fernandes que contribuem para aprofundar essa compreensão do racismo como estrutura social. Ao analisar a inserção da população negra na sociedade de classes após a Abolição, o autor demonstrou que a integração dos ex-escravizados ocorreu sob uma lógica assimilacionista, ou seja, os libertos deveriam adotar referências culturais, comportamentais e estéticas associadas à branquitude. Assim sendo, o acesso a determinados espaços sociais dependia da adoção dos valores, costumes e padrões culturais dominantes. Em vez de promover transformações efetivas nas estruturas que produziam a desigualdade racial, esse processo transferia para os próprios sujeitos negros a responsabilidade por sua integração social. Dessa forma, a permanência das desigualdades era explicada como resultado de dificuldades individuais de adaptação, ocultando os mecanismos estruturais que continuavam reproduzindo a exclusão racial.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de racismo estrutural defendida por Silvio Almeida e retomada por Schucman e Montovani (2023). Se o racismo constitui um elemento organizador da sociedade brasileira, sua reprodução não depende necessariamente da existência de leis discriminatórias, mas dá continuidade de práticas, instituições e valores historicamente construídos. Nesse sentido, o assimilacionismo pode ser compreendido como uma das estratégias por meio das quais a estrutura racial brasileira se manteve após a Abolição, preservando privilégios raciais ao mesmo tempo em que difundia a ideia de que a ascensão social dos negros dependeria exclusivamente de sua adequação aos padrões estabelecidos pela sociedade branca.

## 2.2 MAPEANDO O RACISMO COM MUNIZ SODRÉ

A temática do racismo estrutural também está presente na matéria do repórter Maurício Meireles (2023) em que entrevista o sociólogo Muniz Sodré. Maurício cita e faz considerações a respeito da obra **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional** (2023), do então entrevistado. No livro elaborado por Meireles, o jornalista explica que

Muniz Sodré contesta o conceito de racismo estrutural, que a seu ver carece de base científica. Embora não se oponha ao uso da expressão, o sociólogo e colunista da **Folha** afirma que a discriminação racial no Brasil é difícil de combater por ser institucional e intersubjetiva, tendo como marca a negação do preconceito, e que teria se reconfigurado depois da Abolição com ideias fascistas europeias. Sodré defende ainda que o pensamento da aproximação, manifestado em algumas situações brasileiras, traz oportunidade de combater o racismo (Meireles, 2023 – grifo da Folha).

Sodré é escritor, jornalista e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com publicações que focalizam a mídia e a cultura negra. Com mais de trinta obras publicadas, ele se destacou por discordar do ex-ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil, o também professor universitário Silvio Luiz de Almeida, sobre o racismo ser ou não estrutural.

Como já sabemos, a obra **O fascismo da cor** traz uma visão sobre a discriminação racial no Brasil, partindo do argumento de que, depois da Abolição e da Proclamação da República do Brasil, outra forma de racismo se estabeleceu. Para Sodré (2023), tudo se configura com base nas ideias fascistas europeias, contestando Almeida ao afirmar que, se o racismo fosse estrutural, já teria acabado. Sodré ainda relata que o racismo estrutural está relacionado à escravidão, ou seja, era uma a estrutura escravista de segregação espacial que estava presente na economia, na política e nas relações sociais e jurídicas, tendo fim com a libertação dos escravizados. Ele deixa claro que o fato de ter acabado com o escravismo não significa o fim do racismo, pelo contrário, esse se intensificou porque era preciso manter as relações hierárquicas de dominação, colocando o negro como subalterno. Sodré explica que, após a abolição, acabou-se a segregação e passamos a ter uma forma de dominação fascista associada ao eugenismo, isto é, a maneira que a

sociedade brasileira encontrou para selecionar e aperfeiçoar as pessoas por meio do processo da branquitude.

Nesse sentido, para melhor entendermos essa polêmica conceitual, podemos trazer trechos de **Diário de Bitita**. Carolina Maria de Jesus, ao nos contar que, certa vez, estava em um velório com sua mãe, também relata que se encontrava no colinho e feliz com aquela demonstração afetiva de sua mãe Cota. Sempre atenta nas conversas dos adultos, ela narra que o evento se tratava de um casal que morrera por não poderem se amar livremente: “A mulher que morreu era filha da tia Ana, a mulata que não gostava de pretos. Era prima de minha mãe. [...] “Porque será que os mulatos e os brancos negavam os negros?” (Jesus, 1986, p. 71). Essas revelações de Carolina estão presentes no capítulo 6, intitulado “A família”. Nele, a autora comprova o que Muniz Sodré relatou sobre a branquitude ao apontar que

Os comentários no velório eram desabonadores para a tia Ana, que impediu a sua filha de casar-se com um preto. Dizendo que queria que a sua filha casasse com um branco para purificar a raça. E que ela não sabia que o negro é uma raça pura na sua origem. E o branco também (Jesus, 1986, p. 72).

Além do fenômeno da branquitude, é importante ressaltar que, entre o final do século XIX e o início do XX, deu-se início, no Brasil, a instalação de institutos higienistas e de psiquiatria, o surgimento da classe médica e a constituição da elite brasileira, dentre outros. Sodré deixa claro que essas formações institucionais não se consolidaram como estrutura porque não foram afiançadas pelo Estado de um modo geral, acontecendo de maneira espaçada em diversos lugares. Tudo isso se tornou uma forma escravista; uma maneira imagética como a sociedade e as classes dirigentes se via e se refletia através de instituições, a citar a igreja, a família, o exército, entre outros.

Uma terceira entrevista foi feita a Sodré pelo também jornalista Breno Altman sobre o racismo estrutural. Com o objetivo de resumir e esclarecer melhor o conceito, o entrevistador pergunta ao estudioso se ele, Breno, entendeu corretamente a diferença entre os dois conceitos, de modo que:

[...] a ideia de estrutura estaria necessariamente vinculada a um determinado modo de produção e à organização do Estado para garantir esse modo de produção. O racismo teria sido estrutural enquanto existiu a escravidão e institucional, isso tem a ver com o

legado cultural e social, não necessariamente estatal que mantém e se reproduz na sociedade, sem necessariamente ter vínculo com a estrutura econômica (O racismo..., 2023).

Sodré aprovou a interpretação de Breno e também comentou que o racismo brasileiro é diferente das experiências racistas de outras nações, como as dos Estados Unidos após as Leis Jim Crow<sup>2</sup> no século XX, que possibilitaram a legalização do racismo antinegro e a segregação racial em solo americano no período de 1877 até meados dos anos 1960. Configurou-se, portanto, como um sistema que gerou violência e terror aos afro-americanos por mais de 70 anos. Para os estadunidenses, o racismo foi estrutural por ter sido garantido por leis, enquanto, na África do Sul, a sociedade, organizada por raças, vivenciou o regime do Apartheid<sup>3</sup>, também estrutural. Sodré argumenta que, no Brasil, a regra é a negação: o estado nega e as classes dominantes dizem que não são racistas, mas querem o negro em lugar de subalternidade; as pessoas falam que não são racistas, mas, no fundo, são, e isso é comprovado pelas ações. Desde o século XIX, o Brasil vem passando por movimentos de lutas civis, tais como o Movimento Negro e movimentos em defesa dos índios. O fato é que o racista nega, esquiva-se e tenta disfarçar utilizando-se de regras da gentileza ao se referir ao indivíduo negro com diminutivos, como “meu neguinho”.

Sodré argumenta que se batia no negro para intimidar e, ao mesmo tempo, havia o medo de revoltas por parte dos escravizados. O interessante é que, antes da Abolição, o Brasil contava com personalidades negras tais como Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, advogado, diplomata, jurista, político e embaixador de D. Pedro II. No campo da música, especificamente no barroco mineiro, os artistas eram negros e mulatos, e isso sem mencionar os escritores Machado de Assis e Lima Barreto.

---

<sup>2</sup> Em 1955, as chamadas leis Jim Crow, em vigor desde a reconstrução pós-Guerra Civil, exigiam a separação das raças nos meios de transportes, em restaurantes e em locais públicos no sul dos Estados Unidos. Legalmente sancionada, a segregação racial excluía os negros de vários trabalhos e os impedia de morar em certas áreas das cidades. (Fowler, 2005).

<sup>3</sup> O apartheid foi um regime político de segregação racial que vigorou na África do Sul entre os anos de 1948 e 1994. O nome “apartheid” vem do africânder e significa “separação”. O regime foi imposto pela população branca e tinha como objetivo separar os negros dos brancos, estabelecendo direitos diferentes e desiguais entre os dois grupos (Vituriano, 2016).

Sodré ainda argumenta que o conceito estrutural é um termo muito complexo e, tal como afirmou o ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal, aqui, no Brasil, as estruturas jurídica e econômica são feitas para não funcionar, porque agentes políticos podem indicar dirigentes de empresas estatais sem comprometimento com a moral, podendo causar prejuízos à nação. Assim sendo, questiona Muniz Sodré (2023): “por que a única estrutura a funcionar seria o racismo”? Para o sociólogo, isso não faz sentido e o que podemos deduzir é que o que existia, na verdade, era uma consolidação de um racismo ligado à estrutura escravagista que gerou grandes riquezas. Com o final da escravidão, a sociedade escravista teria acabado, mas não o racismo.

Antes da Abolição, destacavam-se, no Brasil, algumas personalidades negras, entre mulheres e homens que, de certa forma, contribuíram para a construção da nação brasileira. Cabe citar guerreiros como Zumbi dos Palmares (1655-1695) e sua esposa Dandara; o escultor e arquiteto Antônio Francisco Lisboa; o paisagista e arquiteto Mestre Valentim (1745-1813); o engenheiro e ativista político André Rebouças (1838-1898); o escritor, jornalista e poeta Machado de Assis (1839-1908); o escritor e ativista político Luís Gama (1830-1882); a escritora e professora Maria Firmina do Reis (1822-1917), dentre outros profissionais liberais, artistas, atletas e ativistas políticos que fizeram a diferença no país.

Após a data de 13 de maio de 1888, houve uma tentativa de apagamento, e a cultura negra virou cultura popular. Para Sodré (2023), se o racismo fosse uma estrutura, isso implicaria a interdependência entre elementos. Por exemplo: qual dos estados brasileiros se define racista? Na verdade, o racismo existe, mas é negado e, para ser estrutural, precisaria estar amparado pelo Estado.

Ele argumenta que o Estado não tem leis racistas porque essas acabaram com a Abolição. Também não existe lei econômica racista, mas, sim, discriminações econômicas. Economicamente, temos as maiores taxas incidindo sobre a população de pretos e pobres, enquanto os melhores empregos e salários são designados para os brancos, tendo isso atravessado gerações. Na prática, o que temos é uma sociedade que reflete o Estado.

Sodré (2023) afirma que as classes dirigentes querem ser vistas com “formas e aparências brancas, europeias, cristãs, sem ter nada a ver com negros”, de modo que são os brancos que controlam as instituições, os patrimônios e ditam as regras

sociais, econômicas e políticas. Ele argumenta ainda que o racismo ocidental é proveniente da Igreja, detentora de terras, tendo os padres como representantes.

Somado a isso, o estudioso nos lembra de uma personalidade negra muito importante, o ex-presidente do Brasil, Nilo Peçanha, conhecido também por se maquiar para disfarçar a cor da pele quando dava entrevista. Sodré cita os movimentos negros externos, por exemplo os de Cuba e Haiti, que exerceram influências significativas na formação histórica e cultural do Brasil. O autor destaca que os negros norte-americanos diferem dos brasileiros sobretudo por razões culturais, de modo que suas produções, assim como a música são amplamente valorizadas, enquanto, na sociedade brasileira, alguns persistem na tentativa de deslegitimar e desvalorizar tudo aquilo que é oriundo da população negra. Ao ser questionado sobre como o racismo no Brasil seria combatido, o sociólogo argumentou que, pelo fato de sermos um país heterogêneo, as oportunidades de convivência, de aproximação e de aceitação do que é diferente são de muita importância.

Diante do posicionamento de Muniz Sodré, verificamos a existência de algumas aproximações importantes o pensamento de Aníbal Quijano, citado anteriormente. Nos referimos, sobretudo no que diz respeito à crítica das estruturas de poder produzidas pela modernidade colonial e aos mecanismos de racialização que organizam a sociedade latino-americana e brasileira. Ainda que partam de campos teóricos diferentes, Quijano é mais vinculado à sociologia crítica e ao pensamento decolonial latino-americano, e Sodré aos estudos da comunicação, cultura e identidade. Ambos compreendem que o colonialismo não terminou com a independência política das colônias, permanecendo como lógica estruturante das relações sociais, culturais e epistemológicas.

Identificamos que Quijano formula o conceito de “colonialidade do poder”, defendendo que a ideia de raça foi um instrumento central para organizar hierarquias sociais, econômicas e culturais no capitalismo moderno. Para ele, a população mundial passou a ser classificada racialmente, e essa classificação sustentou formas duradouras de dominação. Muniz Sodré analisa como a cultura ocidental branca impôs padrões de racionalidade, linguagem e representação que marginalizaram saberes afro-brasileiros e formas negras de existência. Nesse sentido, Sodré evidencia como a colonialidade também opera no plano simbólico e comunicacional.

A relação entre ambos pode ser percebida principalmente na crítica ao eurocentrismo. Enquanto Quijano denuncia a colonialidade do saber como imposição de uma epistemologia europeia universalizante, Sodré propõe a valoriza o de matrizes africanas de pensamento e sociabilidade, como formas legítimas de conhecimento e resistência cultural. Logo, os dois autores ajudam a compreender que o racismo não   apenas preconceito individual, mas uma estrutura histórica que organiza poder, cultura e produ o de conhecimento.

No contexto de **Diário de Bitita**, essa aproxima o   bastante fecunda, porque permite pensar tanto a dimensão material da exclusão racial, discutida por Quijano, quanto os apagamentos simbólicos e epistemológicos da experiência negra enfatizados por Sodré. Quanto   escritora sacramentana, a escrita emerge justamente como enfrentamento dessas estruturas coloniais que tentaram silenciar sujeitos negros, pobres e periféricos.

Nós, enquanto pesquisadoras negras e comprometida com os estudos críticos das rela es raciais, reconhecemos que o racismo   estrutural e ele não se limita somente a atitudes individuais ou episódios isolados de discrimina o. Entendemos o racismo estrutural como um sistema histórico e social que organiza desigualdades, distribui privilégios e produz exclusões em diferentes esferas da vida tais como na educa o, no trabalho, na política, na cultura, na justiça, na linguagem e na produ o de conhecimento.

Embora as contribui es de Silvio Almeida e Muniz Sodré sejam fundamentais para a compreensão das estruturas raciais e dos mecanismos simbólicos que sustentam as desigualdades, o diálogo com Maria Lugones (2014) permite ampliar essa análise ao incorporar a dimensão da colonialidade de gênero. Para a autora, raça e gênero não constituem sistemas independentes de opressão, mas categorias historicamente produzidas de forma articulada no contexto da modernidade colonial. Tal perspectiva mostra-se especialmente relevante para esta pesquisa, pois possibilita compreender que os processos de silenciamento e marginaliza o discutidos por Almeida e Sodré assumem configura es particulares quando atravessam as experiências de mulheres negras, tanto no âmbito social quanto nos espaços de produ o e legitima o do conhecimento.

As reflexões de Maria Lugones dialogam diretamente com as discussões propostas por Silvio Almeida e Muniz Sodré acerca das dinâmicas de poder que estruturam a sociedade brasileira. Ao compreender o racismo como um elemento

constitutivo das instituições e das relações sociais, Almeida (2019) demonstra que as desigualdades raciais não são fenômenos isolados ou resultantes de ações individuais, mas expressões de uma lógica histórica que organiza a distribuição de direitos, oportunidades e reconhecimento social. Por sua vez, Sodré (2019) completa e evidencia que essa estrutura também se manifesta no plano simbólico, por meio de processos de representação, invisibilização e hierarquização dos sujeitos negros nos espaços de produção de sentido e legitimidade cultural.

Entretanto, conforme argumenta Lugones (2014), a colonialidade não produziu apenas classificações raciais, mas também um sistema de gênero profundamente articulado à racialização dos corpos. Nesse sentido, a experiência das mulheres negras não pode ser compreendida exclusivamente a partir da categoria raça, uma vez que as formas de dominação incidem simultaneamente sobre gênero, classe e pertencimento racial. Tal perspectiva amplia as contribuições de Almeida e Sodré ao evidenciar que o racismo estrutural e o apagamento simbólico assumem contornos específicos quando atravessam as vivências de mulheres negras.

Sob essa ótica, a trajetória de Carolina Maria de Jesus revela não apenas os efeitos do racismo estrutural descritos por Almeida ou os mecanismos de exclusão simbólica analisados por Sodré, mas também a maneira como tais processos foram historicamente articulados à colonialidade de gênero discutida por Lugones. Sua experiência, portanto, evidencia a necessidade de uma análise capaz de compreender a interdependência entre raça, gênero e produção de conhecimento, especialmente quando nos posicionamos como pesquisadora negra comprometida com o enfrentamento das estruturas que historicamente silenciaram vozes como a de Carolina.

### 2.3 O PACTO DA BRANQUITUDE COMO CONCEITO SEGUNDO CIDA BENTO

Outra estudiosa que também aborda a questão do racismo é a escritora Maria Aparecida da Silva Bento. Conhecida como Cida Bento, publicou, em 2022, a obra **O pacto da branquitude**. Nascida em São Paulo, ela é doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo e, atualmente, é conselheira e uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).

No que tange à questão sobre a constituição do racismo no Brasil, percebemos que, por um lado, Cida Bento dialoga com o conceito de racismo estrutural de Silvio Almeida, no sentido de acreditar que as práticas racistas não se resumem somente a atos individuais de preconceito, mas também a um sistema histórico, social e político que joga, através de estruturas e instituições, de modo a beneficiar a branquitude, reproduzindo a desigualdade. Por outro lado, a psicóloga faz frente ao pensamento de Sodré que se concentra mais na lógica de lugares e na maneira como a discriminação se manifesta institucionalmente. Cida Bento não discute a herança escravocrata. Para ela, é a população branca que se torna o centro da discussão, mostrando que o racismo não é apenas um problema da população negra, mas uma responsabilidade do branco e da sociedade como um todo.

A temática do estudo de Bento justifica e, ao mesmo tempo, reforça a ideia de que, desde o período colonial, as relações raciais no Brasil possibilitaram a emergência de uma minoria escravizadora que se utilizava de práticas abusivas para oprimir e subjugar uma maioria. Inicialmente, com o objetivo de ocupar o território, utilizaram os indígenas que aqui habitavam. Aos poucos, os povos originários foram dizimados e a empreitada de exploração exigia muita mão de obra. Sem eles, os europeus, logo em seguida, decidiram capturar pessoas no continente africano, trazendo-as para o Brasil com o intuito de escravizá-las nas lavouras. Nesse sentido, percebemos que o termo branquitude tem servido, ao longo de todos esses anos, para silenciar o passado escravagista que tratou de garantir benefícios para uns e desvantagens para uma maioria.

Essa prática iniciada na era colonialista vem se arrastando de forma a manter uma estrutura social em que os privilégios dos brancos continuem inalterados. Bento (2022, p. 11) nos esclarece que as “instituições públicas, privadas e a sociedade civil são que definem, regulamentam e transmite um modo de funcionamento”. Na verdade, isso faz com que os processos se tornem homogêneos e uniformes. Geralmente, os empregados e algumas lideranças terminam sempre sob o comando de alguém majoritariamente masculino e branco. Todo esse processo, repassado entre as gerações que preservam uma hierarquia, foi nomeado por Bento como branquitude, que, na verdade, nada mais é do que um pacto não verbalizado de preservação de um grupo de brancos nos melhores e mais privilegiados lugares sociais.

De posse desse conceito, é interessante saber de onde veio o interesse da autora sobre esse assunto. Em 2002, quando cursava seu doutorado, Bento se dedicou ao estudo do homem branco, particularmente no que diz respeito às suas manifestações psíquicas baseadas nas falas e ao seu comportamento em termos de números estatísticos. Dessa forma, a escritora fez sua análise tirando o negro da condição de um ser explorado e despercebido para se tornar tal como um cientista que estuda o branco e sua conduta. Nesse contexto, lembramos que Carolina Maria de Jesus sempre foi muito precisa e nunca perdia oportunidades para marcar sua presença no cenário político e social brasileiro. Ao participar de um evento, ela constata algo que comprova tal fato:

As mulheres que sentavam na minha mesa falavam de reforma social. – Não é justo deixarmos, os favelados relegados no quarto de despejo – você fez bem nos alertar para este problema. Temos que amparar os infaustos. Os cultos devem velar e orientar os incultos. Você demonstrou coragem lutando para sair daquele antro. Eu pensava, elas são filantrópicas nas palavras, mas não agem. São falastronas papagaios noturnos. Quando me avistam é que recordam que há favelas no Brasil. Quando eu morrer o problema será olvidado como decreto de político. Que vão para as gavetas. Será que surge outras Carolinas? Vamos ver! (Jesus, 1960, p. 324).

Visando ao melhor esclarecimento sobre essa discussão, Bento nos revela que há vários especialistas dissecando o tema e que, segundo eles, validaram-se três ondas para demarcar o cenário de estudos sobre a branquitude. No primeiro momento, ressalta-se a participação de intelectuais negros estadunidenses, os quais descreveram e questionaram a supremacia branca nas estruturas do país durante o século XIX e na primeira metade do século XX. Bento (2022, p. 37) nos aponta que “a fundação histórica dos estudos sobre branquitude é reconhecida a partir das obras de Du Bois”. De acordo com a autora, esse escritor americano evidencia que preconceito racial, racismo institucional e supremacia branca formavam a grande base da sociedade norte-americana. O fato é que os trabalhadores brancos, mesmo com condições financeiras semelhante às dos negros, recebiam tratamento diferenciado com muitos privilégios pelo simples fato de serem brancos.

Bento destaca que, na segunda onda, muitos estudiosos negros americanos engrossavam o bloco que se dedicava à pesquisa. Seguindo a mesma linha de Du Bois (2021), o objetivo era desafiar e visibilizar a supremacia branca e o racismo institucional. Dentre vários, o destaque vai para a contribuição da escritora Toni

Morrison (1992) que facilitou a migração dos estudos do foco individual para análises de prática de discurso que tornavam a branquitude invisível. É importante ressaltar que, nesse segundo momento, os pesquisadores investigavam de que maneira as instituições legais determinavam quem era branco e garantiam a esse grupo acesso a recursos e privilégios associados à branquitude. Ainda em suas pesquisas, Bento (2022) verificou que, em 1988, a feminista americana e ativista antirracista Peggy McIntosh enumerou 46 privilégios de pessoas brancas. Como exemplo, temos o fato de se verem representadas em programas de televisão ou falar em público sem que a raça seja colocada em julgamento.

Avançando para um terceiro momento analítico, observa-se que, finalmente, na terceira onda, o termo branquitude está diretamente ligado às reações das pessoas brancas perante o aumento da presença de pessoas negras em lugares que antes eram frequentados somente por brancos. À vista disso, percebemos e evidenciam-se denúncias e reivindicações por justiça por parte da população negra, sobretudo diante da apropriação de bens materiais. Trata-se, sobretudo, da possibilidade de acessar espaços e neles se ver representado. À medida em que os brancos se sentiam ameaçados e com redução de espaço físico, empregavam a vitimização com o intuito de reaver os privilégios adquiridos. Cida (2022, p. 39) comenta que leu um texto sobre branquitude de Henry Giroux (1980) no qual o estudioso defendia a expansão dos direitos das chamadas minorias nos Estados Unidos, o que provocou forte reação ao gerar, nos brancos da classe média, medo de perder privilégios. Interessante é que estamos falando de fatos ocorridos há mais de 40 anos em território estadunidense e os respingos desse cenário ainda se fazem presentes no Brasil, com o devido respaldo do último governo de direita.

De acordo com Bento (2022), para David Roediger (2004) e vários outros estudiosos, a branquitude é compreendida como um sistema de opressão e dominação, mais do que como uma identidade racial propriamente dita. Diante dessa afirmação, observamos que há um lado de negros, sujeitos capturados, escravizados, fornecedores da mão de obra barata, que por séculos se mostraram como um fator determinante na produção das lavouras brasileiras. Embora tenham sido forçados a (sobre)viver aqui, seus descendentes continuam sofrendo humilhações e são tidos como estrangeiros, menos civilizados e essencialmente inferiores por herança genética. Do outro lado, há os homens brancos, exploradores, forasteiros e vítimas de um preconceito racial às avessas.

Cida Bento nos apresenta um capítulo cujo tema é o capitalismo racial. Em relação às variadas formas de oposição e resistência social, o destaque fica por conta de Frantz Fanon e Albert Memmi. Para Bento (2022, p. 23), os estudos desses dois pesquisadores “problematizaram as continuidades simbólicas e institucionais das relações coloniais de dominação, mesmo após os processos de independência formais das nações”. Ela também cita os pensadores intelectuais Edward Said, Stuart Hall, Homi Bhabha, Gayatri Spivak e Paul Gilroy. O interessante disso tudo é a crítica que todos fazem ao eurocentrismo e à necessidade de uma revisão da narrativa histórica colonial, além da defesa da emergência de “outras” vozes e saberes advindos do Sul Global. Seria o não falar por eles e, sim, deixar que eles mesmos narrem seus fatos. Somado a isso, hierarquizar raça e gênero foi uma maneira precisa de estruturação do pensamento colonial.

No caso do Brasil, o capitalismo é caracterizado pela herança colonial escravocrata. Ao longo dos anos, foi desenvolvido com o propósito e a ideologia racista de dominação iniciada pelo colonizador branco europeu e acolhida pela elite burguesa branca brasileira. O termo nomeado como capitalismo racial é “uma expressão que nasceu entre os sul-africanos que lutavam contra o regime do apartheid na década de 1970” (Bento, 2022). Desse modo, nada mais é do que um jeito de justificar um fundamento absurdo de “exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero” (Bento, 2022, p. 25).

Bento destaca, também, a questão da meritocracia, ou seja, o fato do indivíduo ser capaz de prosperar somente com suas capacidades sem precisar da ajuda da sociedade, do Estado ou da família. Nesse sentido, a autora faz menção ao pensamento do escritor Daniel Markovits, que afirma que esse é um conceito usado para justificar as desigualdades: o que é produzido pela elite é fruto de uma classe considerada trabalhadora e virtuosa. A verdade é que essa mesma elite se beneficia das enormes desigualdades em investimentos educacionais. Os privilégios seguem passando de uma geração para a outra e isso resulta em melhores oportunidades de trabalho e de salários para esse grupo que está sempre no comando. Desse modo, a atenção é voltada para o fenômeno consolidado como pacto da branquitude. Tal branquitude é detentora do componente narcísico da autopreservação, baseado no preconceito, caso o diferente possa ameaçar o normal, o qual, por sua vez, é visto como o universal (Bento, 2022, p. 12).

Em resumo, no que diz respeito à constituição do racismo no Brasil, os estudos publicados por Almeida (2019), Sodré (2023) e Bento (2022) nos mostram que os três pesquisadores nos trazem argumentos com perspectivas complementares ou divergentes que, ao serem somadas, enriquecem os debates acadêmico e social sobre esse tema. Na verdade, o que os difere são as principais diferenças nas ênfases teóricas que cada um atribui às manifestações e aos mecanismos do racismo na sociedade brasileira.

À luz dessas perspectivas, é possível analisar a obra **Quarto de despejo**: memórias de uma favelada (1960), na qual a autora Carolina Maria de Jesus aborda não somente o tema racismo, mas também outros relacionados, tais como economia, desigualdade social, fome, opressão das minorias, machismo e falta de políticas públicas para os moradores da favela Canindé. Na passagem a seguir, pode-se aferir a presença marcante da herança colonial escravocrata na fala do branco que luta para manter a continuidade de suas regalias perante seus oprimidos:

Eu disse: o meu sonho é escrever!  
Responde o branco: ela é louca.  
O que as negras devem fazer...  
É ir pro tanque lavar roupa (Jesus, 2019, p. 107).

Diante do exposto acima, o que percebemos na fala do homem branco é a concretização do termo que Cida Bento instituiu: um pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais, a branquitude. Em verdade, podemos dizer que o sonho de Carolina se concretizou: ela nos presenteou com diversas obras, muitas delas ainda desconhecidas pelo grande público, mas que, aos poucos, vêm sendo recuperadas, publicadas e colocadas em circulação entre leitores, bibliotecas e pesquisadores.

De acordo com uma notícia divulgada no blog da editora Companhia das Letras em 2020, está sendo feita a publicação de todas as obras de uma das maiores casas editoriais brasileiras, o que permitirá o acesso a uma boa variedade de obras carolinianas, incluindo diversos títulos entre romances, poesias, músicas, teatro, narrativas curtas e escritos memorialísticos. Tal fato já se comprova porque, em outubro de 2023, o mesmo grupo editorial divulgou a pré-venda do romance **O escravo**, publicado em 11 de dezembro de 2023. Segundo a publicadora, todo o

material será resgatado a partir dos cadernos originais da escritora, espalhados por diversos acervos pelo Brasil, sendo que o projeto é um “esforço de reparar a rejeição e estigmatização que Carolina por décadas sofreu dos círculos literários, fruto de um racismo estrutural que lhe negava a presença nesses espaços” (Carolina..., 2020).

Voltando ao sonho de Carolina Maria de Jesus, é importante ressaltar e analisar a escrita dessa autora contemporânea. Entre as escritoras que a admiravam, está Clarice Lispector, jornalista graduada em Direito. Nascida na Ucrânia, mudou-se para o Brasil aos dois anos de idade com a família e, como mulher branca, teve bons empregos e, conseqüentemente, bons salários. Seus pais eram de origem judaica e tiveram que fugir devido à perseguição aos judeus durante a Guerra Civil Russa. Nesse quadro, estamos diante de duas autoras e cada uma com suas particularidades: são dois corpos, negro e branco respectivamente, que habitam o mesmo espaço geográfico. Ambas passaram por diferentes processos sociais e econômicos. Clarice, por exemplo, não vivenciou questões relacionadas à raça e à classe social, já Carolina não tinha formação educacional, tendo estudado somente até o segundo ano do primário, atualmente o ensino fundamental, vivia em uma favela e precisava trabalhar dia e noite para prover seu sustento e o dos seus três filhos. Sob o aspecto da escrita, Carolina Maria de Jesus não tinha muito compromisso com a ficção, sua preocupação era a sobrevivência diária e a denúncia de maus tratos. Ela defendia questões como educação de qualidade, moradia, emprego e reforma agrária, ou seja, a realidade que batia à porta de seu barraco todos os dias.

Em um recente debate no programa de televisão **Conversa com Bial**, Vera Eunice de Jesus, filha mais nova de autora sacramentana, comenta sobre o episódio do encontro entre Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus:

Quando minha mãe foi apresentada a Clarice, ela ficou meio intimidada e comentou: Nossa, você é uma escritora. Quem sou eu perto de você? E a Clarice respondeu: Posso ser uma grande escritora, mas você é a única que conta a realidade (Jesus, V., Farias; Motta, 2018).

Diante desses relatos relacionados à branquitude, a ênfase, agora, diz respeito ao ambiente de trabalho. Por esse ângulo, precisamos retornar ao fato de que as instituições públicas e privadas e a sociedade civil são as detentoras de controle das definições dos processos empregatícios. Muitos não percebem a

relação memória negra e seus reflexos nos meios de produção, porém tudo que foi construído desde a colonização até os nossos dias está entrelaçado à história do povo negro. Entretanto, o suposto sistema meritocrático não valida o impacto que as benesses proporcionaram à classe dominante: qualidade de vida, melhores escolas, acesso ao sistema de saúde, moradia e tudo mais que permitisse que uma minoria largasse na frente, relegando aos negros poucos recursos. Desse modo, o que vimos hoje é que os brancos continuam ocupando os melhores cargos e recebendo os melhores salários, tornando o ambiente de trabalho extremamente desigual.

Olhando pelo ponto de vista do gênero, as práticas discriminatórias são ainda piores para as trabalhadoras negras. A verdade é que o preconceito se inicia desde o recrutamento, podendo acompanhar uma pessoa por toda sua vida profissional. Infelizmente, a maioria ou a presença exclusiva de brancos continuam fazendo parte da realidade de organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

Como pesquisadoras negras, recusamos a pretensa neutralidade racial que historicamente orientou a produção do conhecimento acadêmico e literário no Brasil. Reconhecemos que o racismo estrutural não opera apenas por meio de práticas explícitas de discriminação, mas também através do pacto da branquitude, conceito esse, formulado por Cida Bento para compreender os mecanismos de preservação dos privilégios raciais brancos. Nesse sentido, o apagamento e a subalternização de escritoras negras não podem ser entendidos como meras lacunas ou descuidos da história literária, mas como efeitos de uma estrutura de poder que seleciona quais vozes serão legitimadas, quais saberes serão reconhecidos e quais sujeitos poderão ocupar o lugar de intelectualidade. A resistência histórica de instituições como a Academia Brasileira de Letras em reconhecer plenamente escritoras negras como produtoras de conhecimento, literatura e pensamento crítico evidencia a permanência de hierarquias raciais e epistemológicas herdadas da colonialidade, responsáveis por restringir o acesso de mulheres negras aos espaços de consagração simbólica e à constituição do cânone literário brasileiro.

#### 2.4 RACISMO E LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DE PATRÍCIA ANICETO

Para exemplificar como o racismo pode ser discutido no âmbito literário, consideramos importante apresentar as reflexões da escritora Patrícia de Paula

Aniceto. A opção por analisar uma escritora contemporânea e por enquanto, de reduzida visibilidade crítica constitui também uma escolha política e epistemológica.

Além do mais, a obra de Aniceto distingue-se por seu caráter original e pela perspectiva situada que a atravessa. Como mulher negra analisando a produção poética de mulheres negras, a autora mobiliza um consistente aparato teórico para desenvolver uma leitura crítica que articula experiência, pertencimento racial e rigor acadêmico, contribuindo significativamente para os estudos sobre literatura e autoria negra feminina.

Em uma sociedade marcada por desigualdades raciais e por processos históricos de exclusão de autoras negras dos espaços de consagração, a ausência de estudos sobre determinadas produções não deve ser interpretada como falta de relevância estética ou intelectual, mas como um efeito das hierarquias que organizam a circulação do conhecimento. Assim, ao dedicar atenção a tese **Sobre viver: o corpo negro em poemas de Conceição Evaristo e Elisa Lucinda (2022)**, a pesquisa procura tensionar os critérios de legitimidade que orientam a constituição do campo literário brasileiro, evidenciando a potência crítica de narrativas que, embora frequentemente situadas à margem do cânone, oferecem contribuições significativas para a compreensão da experiência social brasileira.

Mineira de Santos Dumont, Aniceto é doutora em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Em sua tese, a pesquisadora nos mostra relatos de experiências do cotidiano em que as poetisas Conceição Evaristo e Elisa Lucinda analisam o racismo. A estudiosa discorre sobre a questão estética do sujeito negro, bem como reflete sobre a potencialização do racismo na sociedade brasileira. Para fortalecer seus argumentos, a autora teve como suporte teórico Grada Kilomba, Achille Mbembe e Lélia Gonzalez. Aniceto (2022) comenta que, desde seu início no período colonial, o racismo deixou um grande legado de ódio que permanece culturalmente na sociedade. Isso pode ser comprovado mediante as abordagens e práticas policiais que associam a negritude à criminalidade. Constantemente, somos bombardeados com reportagens sobre racismo na mídia ou nas redes sociais, sendo ainda mais grave que, ao cometerem o crime de racismo, muitos nem se importam se há alguém filmando ou documentando o episódio. Para Aniceto, o olhar é o sentido mais importante porque permite que se faça o julgamento sobre determinado corpo, no caso, o negro, e possibilita que a pessoa o reconheça e lhe

atribua estereótipos. Contudo, o simples fato de um sujeito ser negro não justifica que ele possa ser julgado como um bandido.

Aniceto (2022, p. 151) destaca que, por meio de poemas, as escritoras Conceição Evaristo e Elisa Lucinda tentam exercer determinada influência sobre o olhar do leitor em uma tentativa de desmanchar “a teia que embaça o cristal dessa imagem” do negro, sendo que as hierarquias de poder são as responsáveis por esse conflito. A autora argumenta que toda a explanação sobre a vida do negro é drasticamente marcada pela eugenia e pela miscigenação, tudo estrategicamente calculado visando ao extermínio desse grupo étnico, que, mesmo diante de tudo isso, resistiu bravamente pela persistência, porque, se foi combinado exterminá-lo, a decisão dos negros foi viver.

É sabido ser de interesse da classe dominante, por questões sociais e políticas, a perpetuação do racismo no Brasil, uma vez que inclui todo o sistema social que é capaz de gerir a discriminação, a subalternização e a exclusão do negro. Vítima do tráfico transatlântico entre África e Brasil, o negro sempre foi rejeitado e menosprezado. É preciso dar um basta na romantização no Dia da Consciência Negra e reafirmar o verdadeiro propósito original da data, isto é, reduzir a superficialização dessa celebração, denunciando as práticas racistas, e promover reflexões mais profundas sobre as desigualdades sociais históricas. É necessário chamar atenção para o fato de que o racismo está presente no nosso dia a dia.

Frequentemente, perante as ofensas do racismo, é comum que alguns indivíduos se assustem de tal maneira que não consigam reagir, sentindo-se impotentes diante do discurso agressivo e contribuindo para a reprodução da violência. Em relação à convivência entre as duas etnias, brancos e negros, essa é “marcada pelos valores conferidos à diferença que se aplica ao corpo e também, sobre o lugar social e cultural que o negro ocupa” e, nesse sentido, a mídia se encarrega de “reproduzir imagens que vão determinar quais são os corpos que são belos, quais os modelos a serem seguidos, quem são os detentores da intelectualidade” (Aniceto, 2022). Segundo o pensamento da estudiosa, ocorre na academia um certo posicionamento de quem deve ou não fazer parte do cânone literário. A leitura que fazemos disso é que, se uns podem, significa que outros serão silenciados. Esse fato se comprova com o que aconteceu com Carolina Maria de Jesus após o lançamento da obra **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (1960).

Após bater recordes de venda, Carolina lançou **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada (1961), mas não obteve o mesmo êxito. Devido à dificuldade de adaptação à nova casa de alvenaria, associada à crueldade da sociedade e da imprensa da época, a autora caiu ou foi colocada no esquecimento até sua morte em seu sítio, em Parelheiros, São Paulo. Frente à grande dificuldade para se publicar na época, pergunta-se: qual imprensa estaria interessada em publicar os escritos de uma mulher preta e pobre? Ainda hoje, após o relançamento de **Quarto de despejo**: diário de uma favelada, em 2019, há pessoas que nunca leram ou ouviram falar de uma das mais importantes escritoras do Brasil. Em vista disso, destaca-se o papel fundamental das poetisas/escritoras Conceição Evaristo e Elisa Lucinda no contexto acadêmico. Ambas escrevem de modo a empoderar o sujeito negro para que ele se recomponha, e consiga recuperar sua dignidade e, principalmente, seu amor-próprio, que são constantemente violados. Os relatos por meio das narrativas “da violência acometida ocorrem como forma de denúncia, de protesto e resistência à necropolítica”, termo criado em 2003 pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). Assim sendo, nesse conceito social e capitalista, o Estado define quem deve viver e quem deve morrer.

O que ocorre, na verdade, com Conceição Evaristo e Elisa Lucinda, é uma prática incansável e constante de uma boa e fiel cumplicidade com a união e a aliança entre mulheres, ambas baseadas na empatia e no companheirismo. Carolina Maria de Jesus inspirou escritoras e artistas tais como as citadas. Sua redescoberta tem impulsionado pesquisadores e, pelos resultados, a autora tem sido um estímulo para novas escritoras, com sua obra sendo cada vez mais lida, especialmente por mulheres negras. Então, sendo Jesus uma escritora negra que denuncia injustiças e dá voz a seus pares por meio de suas narrativas, Conceição Evaristo clarifica que:

Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas (Evaristo, 2005, p. 54).

Assim, nessa perspectiva, consideramos importante enfatizar um tipo de compartilhamento que atinge essas três mulheres – Carolina Maria de Jesus,

Conceição Evaristo e Elisa Lucinda –, escritoras negras que têm em comum a ancestralidade funcionando como matéria prima e central para resgatar memórias históricas e familiares. Digamos que essa ancestralidade feminina serve como combustão, isto é, um ponto de partida para a construção de narrativas que abordam a força, a resistência, a identidade e os desafios enfrentados pela mulher negra. Ao falarmos de escritoras negras e suas lutas, podemos pensar em um conceito relacionado à questão da humanidade, referindo-nos especificamente ao termo “Ubuntu”, o qual expressa a filosofia de vida africana, originário dos povos Bantu, partilhado pelas três escritoras, de modo que:

A filosofia bantu, nas suas várias formas, é a base da filosofia de vida africana e de sistemas de crenças, nas quais são refletidas as experiências diárias das pessoas. Em suas lutas para sobreviver e existir como sociedade humana neste planeta, os africanos tiveram uma longa experiência desde a era Homo Sapiens e primeiro lar no continente. A filosofia é usada diariamente para resolver disputas e conflitos em vários níveis no continente e, por isso, central à ideia de reconciliação (Dju; Muraro, 2022).

Em consonância com essa filosofia, associamos o pensamento de Grada Kilomba (2019) no que diz respeito à “necessidade de tornarmo-nos sujeitos”. De acordo com a escritora, para que uma pessoa possa ser aceita socialmente como sujeito em um grupo, “é preciso se relacionar com outras pessoas e estar em diferentes situações de intersubjetividade, interagindo e, do mesmo modo, participando dos interesses individuais, políticos e sociais” (Kilomba, 2019, p. 29). Nesse aspecto, é muito provável que o crime de racismo sofrido por Carolina contribuiu para que ela não fosse aceita pela sociedade elitista, que sempre relegou à escritora sacramentana um lugar subalternizado. Deixavam claro que ela não pertencia àquele ambiente, o que nos leva a reconhecer o empoderamento da autora por meio do seu lugar de fala, de mulher negra, pobre, mãe solteira e favelada que denunciava as desigualdades sociais e a marginalização enfrentadas não somente por ela, mas por todos os outros moradores da favela do Canindé. Esse lugar de fala, conceito que nos foi apresentado pela engajada filósofa Djamilla Ribeiro (2017, p. 64), esclarece que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”.

A escritora de Sacramento tinha suas aspirações individuais relacionadas a ter uma casa, dinheiro suficiente para se manter e criar os seus três filhos – recursos que viriam como resultado da venda de seus livros. Por outro lado, sua luta era um engajamento em favor de uma coletividade que também sofria com a falta de alimentos, moradia, educação e saúde. Embora Carolina Maria de Jesus tenha denunciado e reivindicado atenção e melhores condições de vida para a população negra e pobre, a sociedade não se comoveu e continuou a ignorar. Faltou empatia, consciência coletiva e valores tais como humanidade e fraternidade com a recém escritora da sociedade paulistana da época. Sentimentos nobres, mas que, na realidade, parecem mais utopias.

Ainda que Carolina tenha demonstrado ser uma mulher inteligente, com visão política e senso de realidade, a cor da pele foi motivo de muita discriminação. O seu corpo negro serviu para despertar a ira por parte do sujeito branco, principalmente quando partia de alguém que exercia certa ou total influência sobre quem possuía as mesmas afinidades. Seria o mesmo que tentar apagar um incêndio com gasolina, por exemplo. O fato é que atitudes como essa são capazes de dividir a nação e separar famílias, deixando um legado de ódio, violência e hostilidade. Prova disso é que até hoje as pessoas brancas, além de não se sensibilizarem com as questões de pobreza e racismo, continuam na luta pela manutenção dos seus privilégios.

No Brasil, várias são as balas que saem das armas dos policiais e têm como alvo os corpos pretos e pobres. Os dados sobre letalidade policial no Brasil evidenciam que a população negra continua sendo o principal alvo da violência exercida por agentes do Estado. O relatório *Pele Alvo: crônicas de dor e luta*, da Rede de Observatórios da Segurança, registrou 4.068 mortes decorrentes de intervenção policial em nove estados brasileiros em 2024, das quais 3.066 vitimaram pessoas negras, correspondendo a aproximadamente 86% dos casos. O estudo também demonstra que pessoas negras possuem probabilidade significativamente maior de serem mortas em ações policiais do que pessoas brancas.

Esse cenário reforça a persistência de uma lógica racial que associa corpos negros à suspeição e à criminalidade, legitimando práticas de controle e eliminação que atingem sobretudo jovens negros das periferias. Soma-se a isso o fato de que crianças e adolescentes também figuram entre as vítimas da violência policial. Em São Paulo, por exemplo, o número de mortes de crianças e adolescentes em

intervenções policiais aumentou 120% entre 2022 e 2024, passando de 35 para 77 vítimas.

Nesse contexto, casos amplamente divulgados de pessoas negras mortas durante abordagens policiais revelam como determinadas vidas são consideradas descartáveis dentro de uma estrutura social marcada pelo racismo. Tal realidade aproxima-se das reflexões sobre necropolítica, segundo as quais o Estado e as elites políticas e econômicas exercem poder sobre quem pode viver e quem pode morrer. Embora a eugenia clássica tenha sido formalmente rejeitada, seus efeitos simbólicos e estruturais permanecem perceptíveis em práticas que produzem o extermínio físico da população negra e contribuem para o apagamento de seus patrimônios culturais, historicamente transmitidos pela oralidade e pela memória coletiva.

Está comprovado que a cor da pele está associada à criminalidade, corroborando com a prática de assassinatos de sujeitos negros que são asfixiados com gases dentro das viaturas, por exemplo. Seja nas favelas, nas ruas ou em barracas de praias, são os representantes da política e da elite que determinam os sujeitos que devem viver e aqueles que devem morrer. Assim sendo, utiliza-se da eugenia como meio de modificar fisicamente as gerações futuras e uma tentativa de apagamento cultural, uma vez que esse veio por intermédio da oralidade.

Sobre esse aspecto, Cheikh Anta Diop (2014) esclarece que a filosofia dos antigos sábios está baseada nas tradições orais que ocupam o mesmo universo investigativo e de atenção que a etnofilosofia<sup>4</sup>, a qual tem sido usada para designar as crenças encontradas nas culturas africanas. Tal abordagem vê a filosofia africana como um conjunto de crenças, valores e pressupostos que estão implícitos na linguagem, nas práticas e crenças da cultura africana.

Aniceto (2022, p. 155) comenta que “quando um negro entra em determinado recinto e não se identifica fisicamente com as pessoas ali presentes, não se sente representado”, e que a presença do negro nos diversos setores sociais é como se fosse uma espécie de violação e de inconveniência, afronta e ameaça para o branco. O fato que ilustra essa afirmação aconteceu quando Carolina Maria de Jesus visitou um país da América do Sul, mais especificamente em Santiago do Chile. Lá, a autora também passou por momentos de racismo. O fato de ser uma

---

<sup>4</sup> Termo criado por Paulin Hountondji em 1970 e presente no artigo “Ethnophilosophie: le mot et la chose” (2008).

mulher negra, mãe solteira e independente provocou desconforto, e a escritora percebeu não só por meio dos olhares, mas também ouviu em claro e bom tom. Além de uma fria recepção no aeroporto de Montevideo, aconteceu uma sucessão de eventos relatados em relação às atitudes discriminatórias por parte de alguns membros da sociedade chilena.

Quando convidada para um almoço com outros escritores na casa de Rubén Azócar, tem uma recepção acolhedora e mostra apreço pelo ambiente. Porém, no momento em que o anfitrião pega um gravador para registrar a conversa, ela senta-se ao lado de Benjamín Subercaseaux<sup>5</sup> que, após uma série de elogios aos encantos chilenos, dirige-se à brasileira com um discurso racista: “- Carolina: a senhora pode admirar as belezas do Chile como turista. Porém, não pense em viver aqui, porque nós, os chilenos, não gostamos de negros, não gostamos de judeus, não gostamos de sírios” (Leal, 2022).

Aniceto (2022, p. 160) argumenta que o “olhar do branco sobre o corpo negro, não atende aos juízos da beleza se comparado ao seu grupo étnico, sendo, portanto, excluído dos padrões socialmente estabelecidos”. Nesse sentido, percebemos mais uma vez a perversidade já embutida em crianças que reproduzem atitudes racistas, provavelmente herdadas da convivência familiar. Quando criança, em seu primeiro dia de aula, Carolina, a nossa Bitita, foi surpreendida por uma fala racista de outro aluno:

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. E que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei:  
— Que negrinha feia!  
Ninguém quer ser feio.  
— Que olhos grandes, parece sapo.  
Minha mãe era pobre. Dona Maria Leite insistiu com a mamãe para enviar-me à escola. Eu fui apenas para averiguar o que era escola (Jesus, 1986, p. 122-123).

Aniceto considera o corpo-herança dos negros marcado pela ancestralidade, pelo fenótipo, pelas características físicas negroides e, também, por sua representação desde o período colonial. Nessa perspectiva, Carolina Maria de

---

<sup>5</sup> Benjamín Subercaseaux Zañartu (1902-1973), psicólogo, escritor, pesquisador científico e diplomata chileno, recebeu o Prêmio Nacional de Literatura em 1963.

Jesus, enquanto Bitita, nos revela, nas seguintes passagens, que o negro se reconhece e tem seus padrões de beleza bem resolvidos:

Eu deixava de brincar e sentava ao lado da cama. O meu avô me olhava. Depois fechava os olhos. Eu ficava preocupada fitando o seu rosto, o seu nariz afilado. Eu queria ser bonita igual ao vovô. Que linda boca. Não tinha o nariz chato da raça negra. O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos (Jesus, 1986, p.114).

Depois do sepultamento, uns foram beber e a minha mãe chorou. Com o decorrer do tempo fui olvidando o vovô, que foi o preto mais bonito que já vi em minha vida. Que lindo nariz! A testa e a boca eram magníficas (Jesus, 1986, p.121).

Tendo em vista as questões abordadas por Aniceto (2022), compreendemos e compartilhamos o pensamento da pesquisadora. A literatura produzida por Evaristo e Lucinda retrata os personagens negros de uma maneira humanizada e diversa. O respeito a esses corpos é uma constante e nos leva a refletir sobre as desigualdades e a diversidade cultural brasileira. Em resumo, trata-se de material rico, autêntico e fundamental para dar visibilidade e protagonismo à autoria negra e às suas narrativas, resgatar histórias silenciadas, desconstruir estereótipos e promover um letramento racial da população brasileira. Ler essas autoras funciona, inclusive, como uma preparação para leitores que ainda não tiveram o contato com Carolina, sendo um modo de compreender de onde partem muitas dessas narrativas.

No entanto, para compreender plenamente a potência dessas vozes e dessas representações, é necessário retomar o contexto histórico que moldou as trajetórias da população negra e marcou profundamente suas experiências.

Em 1873, ocorreu a primeira grande crise do capitalismo, e algumas das consequências foram a invasão de territórios e a captura de alguns povos. Entre os exemplos dessas barbáries, temos o fato de que parte dos ancestrais de Carolina Maria de Jesus foram jogados no porão de um tumbeiro para cruzar o oceano Atlântico e serem escravizados no Brasil. De todos que aqui aportaram, o descendente e ancestral mais próximo e referência para a menina era o avô Benedito José da Silva.

Vale citar que essa questão sobre origem e ancestralidade sempre atormentou a escritora. Em uma recente reportagem, Vera Eunice (Mazzei, 2023) comentou que, se existissem esses exames para descobrir nossas origens, isto é, os testes sobre ancestralidade, na época de sua mãe, “ela seria a primeira a fazer. Minha mãe tinha uma imensa curiosidade em relação às suas origens”. Carolina nos deixou em 13 de fevereiro de 1977 e seus dois filhos José Carlos de Jesus e João José de Jesus também já faleceram. Já a caçula, que conta com seus 70 anos, recebeu um convite da plataforma digital Universo Online (UOL) e concordou em realizar “o sonho da mãe ao fazer um teste de genética para descobrir de quais países vieram seus antepassados” (Vera Eunice apud Mazzei, 2023).

No Brasil, os testes genéticos que mapeiam a ancestralidade têm conquistado pessoas. Inicialmente, o exame era muito caro porque, embora a coleta do material fosse feita aqui, a análise era realizada no exterior. Com o aumento da demanda, empresas como a MyHeritage (israelense) e NewsLab (estadunidense) se instalaram no país e as análises, então, passaram a ser feitas aqui. Esse fato contribuiu para que mais pessoas pudessem pesquisar suas origens, pois, agora, os preços são mais acessíveis e os resultados ficaram mais precisos, além de estarem disponíveis pela Internet. O exame é simples e indolor, pois apenas com um pouco de saliva é possível identificar com precisão, no globo terrestre, por onde passaram os nossos antepassados.

Esse processo de mapeamento ancestral permitiu um breve estudo sobre a família Jesus. A partir do DNA (ácido desoxirribonucleico) de Vera Eunice, foi possível estimar dados relacionados à ancestralidade de sua família. Antes de realizar o teste, a filha de Carolina comentou que a mãe dizia que a família deveria ter origem na Angola porque ela era uma mulher retinta (de pele escura), alta e magra, assim como as angolanas (Mazzei, 2023). Baseando-se no resultado, constatamos que a África é, sem dúvida, o grande detentor do alto índice de porcentagem dos negros, tais como os antepassados de Vera Eunice e de sua mãe Carolina, que foram trazidos para o Brasil. Os índices nos apresentam que 53% dos escravos são oriundos desse continente, com destaque para a porção leste que detém um percentual de 36%.

Assim como a família de Carolina, os negros brasileiros têm suas origens no continente africano. Aliás, ao se falar de África, estamos nos referindo ao ponto de partida da humanidade, ou seja, ao local das raízes de todos os nossos

antepassados. Muitas pessoas não possuem sequer a noção de que estamos nos referindo ao terceiro continente mais extenso do planeta com 54 países e aproximadamente 30 milhões de quilômetros quadrados, o que evidencia que a África detém 20,3% da área total do nosso planeta. Somado à questão geográfica, precisamos refletir sobre a importância desse continente para a humanidade. Infelizmente, alguns acreditam que o todo pode se resumir em países como Angola, Moçambique ou Quênia, por exemplo. Ao se falar dessa localidade, na verdade nos referimos ao local onde o ser humano, considere o *Homo sapiens*, surgiu e permaneceu por aproximadamente 200 mil anos, o que ocorreu, mais especificamente, na região dos Grandes Lagos Africanos (conjunto de lagos de origem tectônica localizados na África oriental).

A obra *A origem africana da civilização: mito ou realidade*, de Cheikh Anta Diop (1974), nos traz uma boa explicação sobre esse tema. De acordo com o capítulo “Início da história da humanidade: evolução do mundo preto”, Diop ([1974], p. 517) nos informa que, a partir de fatos conhecidos, tentará “remontar as principais etapas na evolução do mundo preto desde que o *Homo sapiens* apareceu em cena”. O autor argumenta que os estudos apresentam um quadro com lacunas e incertezas, mas, por outro lado, mostram áreas de clareza. Ele afirma que concentrou seus esforços no intervalo de tempo africano “compreendido desde a pré-história até o aparecimento dos Estados modernos, no final da Idade Média, período este que apresenta o maior número de problemas para a compreensão da história da humanidade” (1974). Ainda sobre a prioridade do fator negro na trajetória da humanidade, o estudioso elenca vários resultados de uma pesquisa realizada por Louis Leakey na África Oriental. Dentre eles, destacamos:

Tais são os fatos revelados pela arqueologia. Com a força desta evidência, devemos reconhecer com toda a objetividade que o primeiro *Homo sapiens* era um "Negróide" e que as outras raças, branca e amarela, apareceram mais tarde, seguindo diferenciações cujas causas físicas ainda escapam à ciência. Recusando-se a aceitar esses fatos, estudiosos substituem hipóteses para eles. (Diop, [1974], p. 520).

Diante do exposto, podemos inferir que, durante muito tempo, só havia seres humanos africanos no planeta Terra. Com isso, a África tem precedência diante de outros continentes no que diz respeito à vida humana. No decorrer dos séculos,

foram necessárias várias adaptações geográficas e climáticas para possibilitar o povoamento de outras regiões. Os nômades africanos foram se mudando para outras partes do globo terrestre, tais como a Europa e a Ásia por estarem mais próximas, levando consigo a língua, os conhecimentos, os artefatos, as ferramentas e as culturas. É importante ressaltar que jamais deveremos confundir “berço da humanidade” com “berço da civilização”, pois são duas questões bem distintas. Regiões da Europa, tal como a Grécia, são consideradas o berço da civilização ocidental, sendo um ponto muito relevante. Em termos cronológicos, a Grécia e a cidade de Roma são regiões bem novas no que diz respeito à história da humanidade.

Além do mais, quando se trata da origem das ciências e das culturas, os antigos gregos e os romanos buscaram conhecimento por meio dos saberes dos sacerdotes das escolas do Complexo Núbia (Baixo Egito) e Kemet (território do Nordeste africano anterior à colonização grega, atual Egito). Infelizmente, ainda hoje, no que se refere à origem da espécie humana ter ocorrido na África, países do norte africano, tal como o próprio Egito, negam pertencimento e dizem estarem ligados ao Oriente Médio. No desejo de esclarecer mais sobre as questões envolvendo origem, raça, religião, dentre outras, podemos analisar e estudar a obra de Diop. Nela, o autor argumenta que

Parece cada vez mais evidente que a humanidade nasceu na África. Na verdade, o mais importante estoque de ossos humanos encontrados até agora tem sido na África do Sul [nota do tradutor: Ao momento em que essa obra foi escrita, ainda não haviam sido encontrados os Ossos de 'Lucy' na Etiópia – em 1974]. Apesar de não ser o local mais extensivamente escavado, é o único lugar no mundo onde os ossos encontrados nos permitem reconstituir a árvore genealógica da humanidade ininterruptamente desde os seus primórdios até hoje (Diop, [1974], p, 134).

Outro estudioso que compartilha o mesmo pensamento de que a África é considerada como o berço da humanidade pelo fato de o ser humano ter surgido e se desenvolvido lá é o escritor Ki-Zerbo. Para ele,

Foi a partir do continente africano que o *Homo erectus*, graças ao fogo descobriu (Prometeu também era africano) e graças ao biface – instrumento e arma muito eficientes -, pode migrar para a Europa: outrora, no Norte do planeta, coberto por calotas de gelo, a vida era

impossível; não foram encontrados vestígios humanos na Europa, nos períodos mais recuados (Ki-Zerbo, 2009, p. 25).

Se quisermos realmente entender a origem da humanidade, precisamos pensar a África que antecede os períodos de escravidão, colonialismo e neocolonialismo. Além de interesse, precisaremos de muito tempo e dedicação para a leitura dos oito volumes sobre a História da África. Nesse sentido, percebemos que qualquer pessoa, pertencente ou não à raça negra, pode pesquisar suas origens e sua ancestralidade. Graças à ciência, é viável estudar nossas raízes e valorizar nossa cultura que são perpetuadas por gerações. Tem-se, assim, uma possibilidade de manter a conexão com a ancestralidade associada à identidade, ao pertencimento e às nossas memórias. Tal como afirmaram os pensadores Cheikh Anta Diop e Joseph Ki-Zerbo, a origem da humanidade, bem como a dos negros brasileiros, está no continente africano.

Em consonância com as reflexões de Aniceto (2022), constatamos que entre racismo e literatura, instaura-se um debate que não pode ser compreendido apenas no plano estético, pois envolve disputas de poder, memória, representação e legitimidade social. Enquanto estudiosas negras, compreendemos que a literatura produzida por mulheres negras constitui um espaço de enfrentamento às estruturas racistas que, historicamente, silenciaram nossas vozes e desumanizaram nossos corpos. Nesse sentido, a poesia de Conceição Evaristo e Elisa Lucinda rompe com a lógica eurocêntrica que por séculos reservou à população negra lugares de subalternidade e invisibilidade.

Por meio de suas produções poéticas, as autoras não apenas denunciam o racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira, mas também reivindicam o direito de a população negra narrar a si mesma a partir de suas próprias experiências, sensibilidades e memórias. Ao tensionarem estereótipos historicamente cristalizados, suas escritas buscam deslocar o olhar do leitor, promovendo o reconhecimento da humanidade, da intelectualidade e da potência estética negra. Dessa forma, a literatura transforma-se em ato político de resistência, uma vez que confronta as bases da colonialidade e desafia o pacto de silenciamento imposto às mulheres negras dentro e fora do cânone literário.

## 2.5 RACISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO PSICOLÓGICA PROFISSIONAL

Nesta seção, abordamos a psicologia africana e a sua relação com os povos que descendem de escravizados. Geralmente, as pessoas veem o mundo apenas sob o ponto de vista do europeu, ou seja, a partir de uma visão eurocêntrica. O que importa é dominar sem se importar com o outro. Na realidade, cada povo e cada parte do mundo têm uma maneira de ser, entender, agir e enxergar os demais. Embora, as outras psicologias, tais como a africana, existam e resistam, parte da psicologia européia não dá conta de explicar e entender o outro. Na verdade, o que importa é dominar, oprimir e não valorizar o que o outro faz.

Em consonância com Cida Bento (2022), é conveniente destacar também o pensamento de Simone Gibran Nogueira (2022), que associa e estuda a relação entre o termo branquitude e a psicologia. A escritora é pós-doutora em psicologia social pela PUC-Campinas afirma que seu interesse pela branquitude se deu em decorrência de ter experimentado a condição de angoleira em um grupo, mais especificamente na Academia João Pequeno de Pastinha. Nesse espaço, teve a oportunidade de se ver como uma pessoa branca que frequentava um núcleo de estudo afro-brasileiro dentro da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

A psicóloga argumenta que, durante seu curso de graduação, teve a oportunidade de trabalhar com a Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva<sup>6</sup>, sendo conveniente enaltecer que essa senhora é referência nacional e internacional em educação nas relações étnico-raciais. Diante desse cenário, podemos concordar que Nogueira esteve sob orientação e supervisão de uma das maiores autoridades no quesito relações étnico-raciais no Brasil.

Verifica-se que cursar psicologia, refletir a educação e se interessar pela psicologia social funcionaram como um gatilho para que Simone Nogueira fosse admitida no grupo. Para que pudesse desempenhar um bom papel ao trabalhar com a questão étnica, ela recebeu da professora Petronilha a indicação de leitura da obra

---

<sup>6</sup> Em novembro de 2022, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva participou da IV Semana da Consciência Negra da Universidade Federal de Juiz de Fora, ministrando a palestra “20 anos da Lei 10.639”. Na ocasião, destacou-se sua atuação, por indicação do Movimento Negro, como relatora do Parecer CNE/CP 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. O evento foi organizado pelo ANIME, PPGE/UFJF e FACED, com apoio da DIAAF e do Projeto “Encontro Temático da Comunidade Negra de Juiz de Fora”.

Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2022). Basicamente, esse livro tem um olhar sobre o Brasil sob uma perspectiva negra, sendo que, para Simone Nogueira, ele deveria ser objeto de leitura e pesquisa para quem se interessa pela causa étnica, principalmente para psicólogos. Diríamos que é uma oportunidade de realizar “uma leitura crítica sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser presentes na psicologia tradicional euro-americana e na vida cotidiana de brancos e não brancos” (Nogueira, 2022, p. 19). É possível considerar que essa obra funciona tal como um divisor de águas porque, antes de sua publicação, a psicologia não se preocupava com as minorias, como os negros e os indígenas.

Por intermédio de Petronilha, Nogueira nos revela que pôde conhecer algumas das referências da psicologia africana, que é quando realmente a história começa. Tal relato, que nos foi contado sob o ponto de vista europeu, levava em consideração somente o que o branco pregava. Durante muito tempo, prevaleceu o pensamento do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que nutria uma imagem negativa sobre esse continente, entendendo que a África era um espaço sem história e sem cultura. O sujeito negro, por conseguinte, era desprezado e rebaixado ao nível de animalidade. Infelizmente, tal postura colaborou de maneira extremamente significativa para justificar o tráfico de milhares de africanos.

Para Nogueira (2023), quando um pensador branco afirma que um continente não possui história e nem cultura, e que lá também não há seres humanos, denota que esses são passíveis de serem escravizados. É preciso rever as falas da branquitude, as quais não reconheceram o poder da linguagem dos africanos, o que faz a única referência de humanidade ser o branco. É desse modo que surge o racismo. Segundo a psicóloga, após a abolição, a primeira política em atenção à população negra no Brasil foi registrada por um governo de esquerda, apenas em 2003: a Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil, apresentando uma outra maneira de contar a história desse povo.

De acordo Nogueira (2021), a psicologia demorou a estudar e, conseqüentemente, a dar a devida atenção para a população negra. Para a escritora, essa ciência vem das teorias biopsíquicas, isto é, das teorias que relacionam os atributos fenotípicos às características intelectuais e morais, sendo as que fundamentam o racismo. Ainda no campo psicológico, a maioria dos

profissionais atuantes e dos alunos são mulheres, brancas e de classe média. Verifica-se que o racismo, que acontece em variados formatos de expressão, causa um impacto significativo na saúde mental, especialmente na subjetividade de indivíduos e dos grupos racializados. Diante da faceta intersubjetiva do racismo no Brasil, perguntamo-nos até que ponto esses psicólogos estão preparados para lidar com as questões de racismo que envolvem a população negra. Expostos constantemente a situações de racismo, os indivíduos podem desenvolver doenças, como a depressão, apresentar sintomas de estresse e medo, além de outras manifestações doentias.

Segundo Nogueira (2022), mais fontes precisam ser estudadas, o que inclui mulheres e outras etnias de lugares variados. Nesse sentido, podemos nos apoiar nas contribuições de psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, bem como Frantz Fanon, a brasileira Neusa Santos Souza, os americanos Na'im Akbar e Wade Nobles. Todos negros. Nogueira (2021) também afirma que os brancos precisam demonstrar empatia e se tornar sensíveis com as pessoas negras, estudando e refletindo sobre a relação da humanidade com essas pessoas. É necessário, portanto, repensar a autocrítica e a forma de lidar com o racismo, porque a branquitude é identitária e reforçada em nossa mente cotidianamente, o que torna essencial saber e ter paciência para ouvir o negro, repensar nossas atitudes e estabelecer novas formas de ver o mundo. Ainda de acordo com a estudiosa, ser antirracista é se comprometer com uma desconstrução política antirracista para mudar a estrutura racial brasileira e melhorar a condição de vida da população negra.

É sabido que, com o fim da escravidão, não houve a menor preocupação em promover políticas públicas de reparações que beneficiassem o povo recém liberto. Convém enaltecer que o homem branco sempre conviveu com seus privilégios construídos, tal como posses, melhores empregos, salários e os primeiros com acesso à educação. Quando houve o incentivo à vinda dos europeus para o Brasil, muitos receberam terras. Após a Abolição da escravidão, os fazendeiros perderam sua mão de obra, tendo que lidar com o legado de desigualdade e preconceito. Contrariamente aos brancos, os negros não receberam terras para cultivar, criar animais e, muito menos, construir suas moradias. Muitos continuaram dependentes de seus senhores ou tiveram que sair em busca de trabalho e uma vida melhor. Assim, o que restou para população negra e pobre foi morar nos morros e/ou nos

alagados, tal como o Canindé, ou seja, em espaços que mais tarde foram nomeados favelas.

Em vista disso, reconhecida por ser a autora da obra que revelou as desigualdades sociais e principalmente o racismo nas periferias brasileiras, **Quarto de despejo**: diário de uma favelada, Carolina Maria de Jesus sempre lutou contra a fome e a favor do direito de ter um teto para viver com os seus filhos. Mesmo com o fim da escravidão, o racismo continuou a marcar a vida dos negros, gerando uma discriminação que se manifesta em diversas áreas, como na educação, no emprego, na justiça e na vida social. Sobre essa perspectiva, Carolina nos relata:

Eu ouvia apenas os rumores que os portugueses haviam lutado desesperadamente para ser os donos destas terras. Mas eu não via portugueses na lavoura. Deram valor ao Brasil só enquanto o braço africano trabalhava gratuitamente para enriquecê-los. Quando eles foram obrigados a pagar os serviços prestados pelos negros desinteressaram-se do Brasil. Eles não iam para a lavoura. E eles xingavam os negros:

— Negros preguiçosos, se ainda existisse a escravidão com os braços para trabalhar gratuitamente, o Brasil ainda seria colônia lusa (Jesus, 1986, p. 50).

Infelizmente, essa violência permanece na vida de muitos negros atualmente. Pessoas falam de racismo, mas nem todos se mobilizam para inviabilizar esse preconceito. Não é somente o que se fala, mas de onde se fala, entendendo o sentimento de dor do outro e criando ações que combatam esse problema. É nesse sentido que a Psicologia pode contribuir para amenizar e tentar fortalecer as pessoas negras que buscam ajuda nessa ciência. A proposta da psicóloga Simone Nogueira:

[...] não vai no sentido de converter a Psicologia unicamente a perspectivas africanas, mas no que contemple, valorize, explicita experiências de vida, modos de ser, viver, pensar, organizar a vida e o trabalho, celebrar a Ancestralidade, próprios a africanos e afrodescendentes (Nogueira, 2022, p. 12).

Poderíamos dizer que, para Nogueira (2022, p. 12), nós podemos nos sensibilizar desde que qualquer pessoa comprometida “tenha o propósito de romper com a exclusividade de uma visão de mundo centrada em ideais, propósitos de raiz

européia, desde que respeite e busque compreender modos de ser e viver distintos daqueles”.

Não podemos nos esquecer daqueles que, de alguma forma, lutaram e contribuíram para que as questões étnicas e raciais no Brasil fossem resolvidas por meio de políticas e ações reparatórias. Pessoas como o professor e político Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e vários outros ergueram suas vozes nessa luta. Esses se foram, mas o embate segue em nosso dia a dia. Frequentemente, somos notificados sobre pessoas que seguem se posicionando e combatendo os crimes de racismo, sendo possível citar mulheres como Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro e Elisa Larkin Nascimento, a viúva de Abdias Nascimento, que dirige e dá continuidade às ações do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), fundado pelo casal.

Precisamos também enfatizar a importância e o legado do martinicano citado anteriormente, Franz Fanon, sobre o seu envolvimento com as questões étnicas e raciais. Indicado para assumir um cargo de psiquiatria em um hospital na cidade de Blida, na Argélia, o médico se questionava a respeito do colonialismo francês. Além de profissional da saúde, Fanon era filósofo político e não achava justo cuidar dos opressores que colonizavam os negros. Assim sendo, ele se tornou um militante da independência africana, contribuindo para libertar não só os corpos, mas principalmente as mentes dos oprimidos. Como legado, deixou-nos obras importantíssimas para compreender melhor as relações raciais e étnicas, bem como as consequências do colonialismo na mente dos colonizados e a necessidade da manutenção de resistência e transformação social. Seus livros **Pele negra, máscaras brancas (2008)** e **Os Condenados da Terra (2006)** são referências para o estudo dessas relações. Nesse sentido, é imprescindível destacar um trecho de **Diário de Bitita** em que Carolina Maria de Jesus faz a seguinte reflexão:

Meu Deus! quem foi que começou com esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras, foram eles que invadiram as terras dos negros (Jesus, 1986).

Diante desse questionamento, temos motivos concretos para entender o que levou, de fato, uma minoria branca a desenvolver ideias de superioridade racial e determinar que a cor da pele seria a justificativa para colonizar, explorar e subjugar

outras raças. Essa narrativa acerca da superioridade branca tem demonstrado, ao longo dos anos, que a prática do racismo sempre contribuiu para a desvalorização do povo negro.

Em consonância com Simone Nogueira, não podemos nos esquecer das contribuições da escritora Elisa Larkin Nascimento. Em sua obra **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil** (2003), ela reflete sobre a questão étnica e racial no Brasil. Elisa Nascimento é mestre em direito e em ciências sociais pela Universidade do Estado de Nova York, além de doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), compondo, atualmente, um grupo de três mulheres que dirigem o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Ademais, ela é a responsável pela idealização e organização do curso “Sankofa: Conscientização da cultura afro-brasileira”, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nascida nos Estados Unidos, Elisa Nascimento, uma mulher branca, loira e de olhos azuis, usa o seu lugar de fala para provocar reflexões no sentido de entender o sentimento e a dor do outro, e criar ações que possam combater esses problemas, destacando-se como uma ativista que se dedicou a várias lutas contra o racismo e o colonialismo. Na reportagem **Uma ativista branca contra a discriminação dos negros** (2018), realizada pela colunista Hildegard Angel, encontra-se a informação de que a militante “Em sua juventude, acompanhou de perto a emancipação do negro nos Estados Unidos e a campanha por direitos civis e igualdade, encabeçada por Malcolm X e Martin Luther King, Jr.” Outros dados de que tomamos conhecimento em relação às atuações de Elisa Nascimento são: i) testemunhou a explosão do movimento Black Power, evidenciando o orgulho racial da população negra; ii) participou de um protesto para boicotar o Estado de Apartheid, na África do Sul; e iii) em uma rebelião em Attica, no presídio estadual de Nova York, atuou em defesa dos presidiários, maioria negros, que reivindicaram melhores condições. Nascimento (2003, p. 36) comenta a respeito das perseguições políticas aos movimentos sociais, principalmente em relação aos negros brasileiros e indígenas, demonstrando empatia com a causa. Nesse contexto, vimos que, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se preocupavam em passar uma imagem de democracia consolidada, a hipocrisia podia ser constatada quando davam aos brancos o direito de portar armas para perseguir e amedrontar a população negra.

Fica claro, portanto, que o conflito entre raças poderia ser um pouco mais leve se houvesse um consenso de que, na verdade, somos todos humanos. Categorizar seres baseando-se nos aspectos fenotípicos foi uma maneira forjada para colonizar e escravizar pessoas. Criaram-se conceitos e inventaram-se falácias de modo que desacreditassem do sujeito negro e valorizassem o homem branco, promovendo a rivalidade entre sociedades. Nesse sentido, de acordo com Nascimento (2003, p. 47), “A noção de “raça”, firmemente embutida na hierarquia social da cor, carece de realidade biológica, mas exerce uma função social de forte e concreto impacto sobre a vida real. Trata-se do fenômeno de raça socialmente construído.

Elisa Nascimento (2003, p. 58) destaca ainda que além de promover desigualdades sociais, o racismo “transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados”. De certa forma, isso influencia e contribui na formação do imaginário do sujeito negro, fazendo com que muitos se sintam realmente inferiores e sem condições de reagir às humilhações. Embora o seu campo de atuação seja na Sociologia, a escritora estuda e busca na Psicologia explicações que possam facilitar o entendimento da maneira pela qual essa ciência pode contribuir, significativa e positivamente, na vida das pessoas que buscam apoio psicológico.

Assim sendo, identificamos em Nascimento a mesma preocupação de Simone Nogueira. De alguma forma, ambas buscam o modo pelo qual os profissionais da Psicologia utilizam o conhecimento para ajudar, controlar ou manipular. Sendo de uma forma ou de outra, as escritoras também tentam encontrar a quem a Psicologia tem servido durante todo esse tempo, ou seja, qual parcela da população conseguiu os melhores resultados. Ao longo de vários séculos, o racismo é usado como uma ferramenta capaz de provocar grandes estragos na mente da maior parte da população brasileira, a exemplo de pessoas que deram suas vidas, com muita força e muito sangue, para que o Brasil caminhasse e construísse suas bases como nação. Então, quando falamos de racismo, estamos falando de aproximadamente 55,5% da população que é negra sendo que: 45,3% se declararam pardos e 10,2% se declararam pretos.

A partir do momento em que o europeu percebeu que precisava de mão de obra para explorar a colônia, a Psicologia entrou em operação. Usada a favor do colonizador, tudo foi pensado politicamente e falado com o intuito de obrigar o outro a escutar, sem direito ao questionamento. Como se não bastasse se apossar das

terras, tentaram colonizar os indígenas que resistiram bravamente. Diante do fracasso, inicialmente, os europeus foram em busca de mão de obra africana para trabalhar na colônia. Em um segundo momento, havia também a intenção não só de explorar a terra e o corpo físico, mas de colonizar o nosso inconsciente. Novamente, tudo foi arquitetado e arranjado para que o homem branco exercesse o seu poder de oprimir, violentar e causar sofrimento não somente aos negros capturados, como também a seus descendentes. Assim, em uma sociedade criada e estruturada na violência colonial, os negros vêm sendo marcados pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre nossas vidas. Nessa direção, encontramos pessoas, tais como Simone e Nogueira e Eliza Nascimento, envolvidas e preocupadas com o modo como a Psicologia pode atuar no acolhimento de pessoas negras e em seus comportamentos perante o racismo.

Na explicitação dos caminhos percorridos por Elisa Nascimento, cruzamos com o paulista Abdias Nascimento, nascido na cidade de Franca no dia 14 de março de 1914, no mesmo dia, mês e ano que Carolina Maria de Jesus, ambos descendentes de africanos escravizados. A consequência de uma Abolição mal resolvida nos deixou feridas abertas, como o racismo e as desigualdades sociais e econômicas que ainda hoje continuam afetando profundamente nossas vidas.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas por Abdias, o escritor viveu trinta e quatro anos a mais que Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, pode-se afirmar que sua trajetória foi relativamente mais favorecida, possibilitando-lhe o aproveitamento de oportunidades fundamentais para sua formação e para sua militância nas questões étnico-raciais. Dentre outros feitos, Abdias é reconhecido como um importante intelectual, artista e político brasileiro devido à sua luta contra o racismo e à sua contribuição na formação do Teatro Experimental do Negro. Embora seja extremamente importante para o país, neste trabalho nos prenderemos a uma resumida biografia. Segundo o site que descreve sua história,

Abdias Nascimento já foi descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX. Ele foi Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York em Buffalo, EUA, onde fundou a cátedra de Culturas Africanas no Novo Mundo do Centro de Estudos Portorriquenhos, Departamento de Estudos Americanos. Foi professor visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale (1969-70); Visiting Fellow no Centro para as Humanidades, Universidade Wesleyan (1970-71); professor visitante do Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade

Temple, Filadélfia (1990-91) e professor visitante no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade Obafemi Awolowo, Ilé-Ifé, Nigéria (1976-77), (IPEAFRO, 2025).

O intelectual participou da Frente Negra Brasileira da década dos 1930, organizou congressos, esteve envolvido em protestos contra o regime do Estado Novo, alfabetizou pessoas, lutou pela libertação dos presos políticos e denunciou a segregação no teatro brasileiro. Ao participar de tudo isso e muito mais, acabou sendo exilado. Em suas andanças pelo mundo, chamou-nos a atenção a viagem para os Estados Unidos, terra natal de sua esposa. Esse dado nos levou a inferir que pode ser que os caminhos do casal tenham se cruzado por ali. Observem:

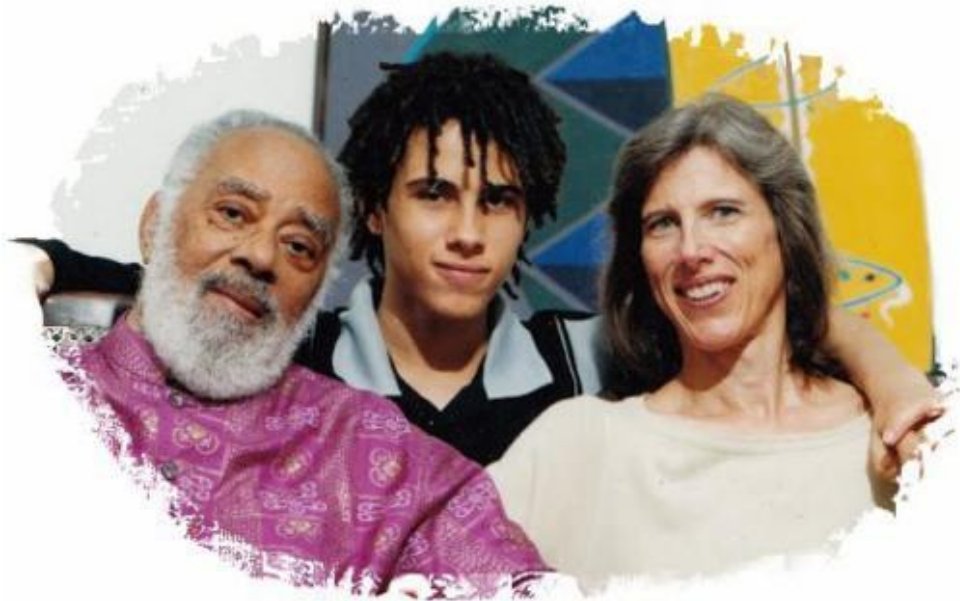
Pouco depois de inaugurar a exposição do Museu de Arte Negra, Abdias Nascimento viajou aos Estados Unidos, com apoio da Fundação Fairfield, com o objetivo de realizar intercâmbio entre os movimentos norte-americano e brasileiro de promoção dos direitos civis e direitos humanos da população negra. Alvo da repressão policial do regime militar, ele não pôde retornar ao país em razão das medidas autoritárias do Ato Institucional n. 5, promulgado em dezembro daquele ano. Durante 13 anos, viveu no exílio nos Estados Unidos e na Nigéria (IPEAFRO, 2025).

Uma vez que compartilhavam dos mesmos pensamentos e ideais, Elisa Nascimento teve a oportunidade de refletir e militar juntamente com o seu esposo Abdias Nascimento em favor da causa dos negros e contra a discriminação racial. A escritora e socióloga reafirma que “antes de conhecer o Abdias, meu marido, eu já me estava engajada em lutas contra o colonialismo, contra o Apartheid, por exemplo (Nascimento, 2018).” Ao ser questionada se há diferença do racismo norte-americano para o brasileiro, ela relata que a essência é praticamente a mesma nos dois países, pois em ambos existe uma rejeição e um sentimento de ódio contra a pessoa de origem africana.

De acordo com o Jornal do Brasil (2018), Elisa Nascimento e Abdias Nascimento se casaram em 1975, e a relação durou 38 anos. O casal teve um filho que atualmente vive nos Estados Unidos, sendo um forte candidato a sofrer racismo naquele país. O envolvimento e o engajamento de Elisa Nascimento na luta contra o colonialismo e o racismo exemplificam um verdadeiro caso de empatia, um modo de ver e se colocar no lugar do outro. Ao ser questionada a respeito dos Direitos Humanos, ela destaca que “a luta dos Direitos Humanos no mundo não consegue ir

para frente se nós não dermos a devida atenção à opressão contra os negros” (Nascimento, 2018). Se colocar no lugar do outro é tomar para si todos os sentimentos que atingem a quem amamos. Ao observarmos a figura abaixo, é impossível mensurar as preocupações, os anseios, as lutas, as afinidades e a quantidade de amor impressa na fotografia, sendo um verdadeiro convite para fazer parte de um grupo que luta por um mundo mais justo e sem a presença do racismo.

Retrato 01 - Família de Elisa Nascimento com o esposo Abdias do Nascimento (falecido) e o filho do casal, Osíris, que hoje vive nos Estados Unidos.



Fonte: (Angel, 2018).

A obra **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil** (2003) contém seis capítulos. No primeiro, intitulado “*Identidade e dominação*”, a autora argumenta que, embora estejamos vivendo um mundo globalizado tecnologicamente, esse desenvolvimento segue marcado pelas desigualdades socioeconômicas. Do ponto de vista tecnológico, a globalização provoca o impacto de beneficiar aqueles que possuem mais recursos e facilidades para acessar informação e educação. Ao mesmo tempo, aqueles menos favorecidos economicamente, às vezes, ficam para trás. Assim, conseguimos perceber um indício de dominação baseado nas questões de gênero e raça, os quais são fatores

determinantes para a população negra, em especial para as mulheres negras, que ocupam os piores postos de trabalho e recebem os menores salários.

A terceira edição de **Diário de Bitita**, publicada pelo SES/SP (2014), traz, na contracapa, a seguinte sinopse:

A dura luta cotidiana de uma família negra, nas primeiras décadas do século passado, narrada do ponto de vista de uma menina inteligente e interessada. **O Diário de Bitita** documenta seus esforços para, ainda criança, encontrar trabalho, garantir a sobrevivência material e manter a dignidade, acima de tudo. Um painel da sociedade agrária brasileira, realçado com tintas de injustiça social, preconceito e discriminação.

Carolina (1986, p. 134) nos relata que, quando criança, foi trabalhar juntamente com sua mãe e seu padrasto em uma fazenda. A fazendeira, dona Maria Cândida, pediu consentimento à Cota, mãe de Carolina, para que a menina a ajudasse nos trabalhos domésticos. Como pagamento, Carolina ganharia um vestido novo. No mais, prometeu também que, quando fosse à Uberaba, além do vestido, compraria um remédio para que tornasse a menina branca e outro que deixasse o seu cabelo “corrido”, além de se comprometer a encontrar um doutor para afinar o nariz da menina. O que temos aqui nada mais é do que uma mulher adulta usando uma psicologia para enganar uma criança negra, depreciando seus atributos físicos. Configura-se, portanto, como implantar na mente de uma criança que ela é feia e precisa ser reestruturada para encaixar no padrão branco – como se isso fosse possível ou necessário.

As promessas direcionadas à menina Carolina evidenciam a perversidade do racismo cotidiano, especialmente no espaço do trabalho doméstico, historicamente atravessado por relações de exploração racial e de gênero. Não se trata de um episódio isolado, mas de uma pedagogia da branquitude que ensina meninas negras a odiarem seus corpos, seus cabelos e seus traços desde a infância.

Teoricamente, as patroas costumam dizer que as empregadas são “como se fossem da família”, mas na prática não é o que acontece. As falsas promessas costumam vir acompanhadas da inexistência de salários e da presença de ofensas e maus tratos. Diante de tal problemática, verificamos a prática de um racismo estereotipado aplicado em um nível individual, que se manifesta baseado em preconceitos, como a cor da pele, o nariz e os cabelos. Estruturalmente dizendo,

infelizmente, essa é uma prática utilizada na tentativa de afetar todas as mulheres negras, começando no particular e partindo para as mais variadas estruturas. É o legado de uma branquitude que ousou reservar à população negra os piores empregos, os menores salários e a tentativa constante de aniquilar nossa autoestima, sem perceber, contudo, que sempre resistimos, manifestando-nos historicamente por meio das lutas, das insurgências e dos protestos em defesa da dignidade e da liberdade. No caso das mulheres negras, elas se identificam de uma maneira que sua identidade, de modo que:

[...] pode ser entendida como um conjunto de referenciais que regem os inter-relacionamentos dos integrantes de uma sociedade ou como o complexo de referenciais que diferenciam o grupo e seus componentes dos “outros” grupos e seus membros, que compõem o restante da sociedade (Nascimento, 2003, p. 31).

Sobre isso, recordemos Bento (2022, p. 39), que afirma que “a branquitude surgiu como um lugar de privilégio, de poder para oprimir e dominar, construído historicamente”. Essa invenção, a branquitude, não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sim sobre os acessos sociais que ela garante.

Retomando a obra **O sortilégio da cor** (2003), de Elisa Nascimento, vale destacar algumas questões. Na divisão de conteúdo do capítulo quatro, intitulado *Construindo e desconstruindo o “crioulo doido”*, deparamo-nos com uma reflexão sobre os caminhos da Psicologia brasileira e a questão social. Atualmente, mesmo com campanhas e alertas informando que racismo é crime, o preconceito racial persiste na sociedade, ora camuflado outras vezes escancarado. Nesse contexto, não é somente a Psicologia que se depara com essa problemática, mas também um pequeno grupo de profissionais negros brasileiros que sentem, cada vez mais, a necessidade de saber lidar com o tema racismo em função da demanda dos pacientes que buscam por tratamento. É interessante ressaltar que a expressão “crioulo doido” é uma forma racista de falar de uma pessoa com origem negra, pois lembra o período da escravidão. Devido ao sofrimento, aos maus tratos, alguns suicidavam-se, outros caíam em depressão e eram tidos como loucos.

Pensando dessa maneira, é conveniente destacar a obra **Ponciá Vicêncio** (2003), de Conceição Evaristo, que ilustra com muita riqueza a história do personagem Vô Vicêncio, o avô de Ponciá e um homem escravizado. Certo dia, em desespero com a lida na fazenda porque trabalhava muito e só fazia enriquecer e

fortalecer o seu senhor, o avô se revoltou e matou a mulher. Em seguida, cortou o próprio braço. Alípio Goulart, em seu livro **Da fuga ao suicídio** (1972), descreve que era comum a existência de “atos como suicídios, homicídios e agressões físicas à excessiva carga imposta pelo cativo”. Nas palavras de Nascimento,

[...] a constituição da psicologia como ciência natural do subjetivo está sujeita a uma contradição *a priori*, pois o subjetivo não se enquadra nessa concepção do “real”, mensurável e manipulável por meio da técnica. Elisa Nascimento, faz uso do que afirmou Figueiredo (1995, p. 19-23), ele sustenta que o terreno de todas as psicologias veio a ser o “lugar do excluído ou do expurgável pelo método, que se constituía como negativo do sujeito pleno e que retornava na forma de sintomas e mal-estar (Nascimento 2003, p. 158).

Diante disso, podemos pensar a importância do papel da Psicologia na vida das pessoas que são consideradas excluídas e que, de certa forma, precisam ser expurgadas, caso não sejam de alguma serventia. Os profissionais devem atuar tendo consciência de sua responsabilidade no que tange à construção e à reafirmação da identidade dos negros no processo de decolonização. Historicamente, na constituição do saber psicológico, os povos africanos e seus descendentes não eram considerados sujeitos e, portanto, eram vistos como desprovidos de subjetividades, sendo manipulados, controlados e tratados como animais. No período colonial, alguns “davam sorte” e viviam como objetos nos cantos da casa, mudos como se fossem um criado ou abanando seus senhores. Demonstrações de rebeldia ou lamento eram motivos para serem tratados como loucos, tratamento recebido inúmeras vezes por Carolina Maria de Jesus. Em **Diário de Bitita**, certa vez, ela estava em uma festa e presenciou, horrorizada, homens e mulheres se beijando. Pensava:

“Por que será que as mulheres abraçam os homens, e os homens ficam contentes com os carinhos das mulheres?”  
 O que preocupava a minha mãe era a minha mentalidade.  
 Se alguém lhe perguntava:  
 — A tua filha é louca?  
 Ela respondia:  
 — A aparência é de louca. Mas não é (Jesus, 1986, 9. 21).

A gente se pergunta, então, como identificar, pela aparência, se uma criança é louca ou não, pois o fato de observar e questionar como um adulto não a define

como louca, seja ela negra ou branca. Mas Bitita era uma criança negra e o racismo persegue os negros. Hoje, não temos mais tempo para mascarar o racismo e a Psicologia precisa urgentemente não só combater, como também contribuir para levar as pessoas a refletirem sobre suas práticas racistas, que, às vezes, perpetuam inconscientemente. Reprimir pode ser uma forma de educar e pode, ainda, ajudar no processo de combate a esse crime.

Criança louca, no caso de Bitita, nega maluca e “crioulo doido” são expressões racistas e ofensivas, pois associam as palavras “nega” e “crioulo” somente às pessoas negras com conotações negativas. Aos nossos olhos, essa associação nada mais é do que um reforço dos estereótipos raciais, perpetuando o preconceito contra os corpos negros. Reforçando e completando essa ideia, Nascimento (2003, p. 168) argumenta que, de certa forma, “a Psicologia participa como corresponsável na construção e manifestação do estereótipo do ‘crioulo doido’ caso não exerça sua função de elaboradora de um discurso competente”, isto é, que o seu “conhecimento desse processo no que diz respeito ao racismo contribua para o desenvolvimento da nova escuta idealizada por psicólogos sensíveis à questão”.

No que diz respeito à relação psicológica e à evolução da questão racial brasileira, fundamentou-se uma íntima identificação entre criminologia e loucura. Os negros libertos e marginalizados após a libertação dos cativos eram tidos como desordeiros, degenerados e criminosos, sendo considerados perigosos e vistos como uma ameaça para a sociedade. Um exemplo disso é encontrado em um dos variados relatos de Carolina (1986, p. 56): “Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiam. Para mim aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães”. Assim, para a sociedade, todos os negros desempregados que fazem uso do álcool, praticam a prostituição, são loucos morais e candidatos natos ao mundo do crime. Contudo, não se fala quais foram as causas que os levaram a esse modo de vida:

A propensão à criminalidade teria origem no desenvolvimento psíquico inadequado, que resulta numa inata e involuntária tendência à impulsividade. O africano, o crioulo (o negro nascido no Brasil), o mulato e o mestiço constituem um “tipo” psicologicamente instável (Nascimento, 2003, p. 171).

Não obstante aos argumentos de Nascimento, Carolina Maria de Jesus, embora tivesse sua vida marcada pela pobreza, viveu sem problemas no que diz

respeito à conduta moral: não roubou, não se prostituiu e não era viciada em bebidas e nem em cigarros. Muito pelo contrário, quando criança, sua família mudou para o interior para trabalhar e tentar melhorar de vida, e ela ouviu de sua mãe Cota:

— Eu comecei a sofrer depois que fui residir na cidade, foi na cidade que aprendi a gostar dos vícios, a cidade nos empolga, e nos destrói. Eu não tinha tempo de estar ao teu lado, ia trabalhar fora de casa, e você ficava vagando pelas ruas. Aqui vamos ser amigas (Jesus, 1986, p. 129).

Em relação à criminalidade, a escritora sacramentana não cometeu nada que a desabonasse. Não temos relatos se Carolina Maria de Jesus tenha sido perseguida politicamente devido às suas críticas e denúncias pelo descaso do poder público quanto à desigualdade social no Brasil. Em **Diário de Bitita**, a autora relata que, certa vez, na pausa de uma leitura, resmungou que seu desejo era ter saúde para trabalhar e que a enfermidade a transformava em um farrapo humano. Uns rapazes ouviram, deduziram erroneamente e foram contar para um sargento que ela o havia xingado de farrapo, dizendo que prendiam somente os pobres. Quando a autoridade ficou sabendo, foi até à casa de Carolina e a prendeu juntamente com a sua mãe Cota, que tentou defender sua cria. Segundo o relato de Carolina (1986, p. 179), elas ficaram presas durante dois dias e sem comer. No terceiro dia, o sargento as obrigou a capinar a frente da cadeia. “O povo passava na rua sem nos ver. Eu pensava: ‘Admito que se dê um castigo moral aos que erram, mas eu não erre.’”

Elisa Nascimento (2003, p. 168) nos traz algumas considerações importantes sobre a questão da Psicologia sob o ponto de vista de alguns estudiosos. Oliveira Vianna (1934) afirma que “os mulatos, obrigados a conciliar as duas tendências étnicas que se chocam entre si, acabam sempre por se revelar uns desorganizados morais, uns desarmônicos psíquicos, uns desequilibrados funcionais.” De acordo com esse escritor, o tipo físico da pessoa pode interferir em sua conduta e nas suas condições de afetividade e intelectual, sendo um corpo com finitude capaz de influenciar na alma/no espírito que o habita. Em segundo lugar, temos que os Alienistas, médicos especialistas em doenças mentais responsáveis por instituições psiquiátricas, que tinham o mesmo pensamento que Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, colocando o sujeito negro no mais baixo degrau da escala da degenerescência. Tudo isso era baseado nos seguintes registros: lábios grossos, nariz esborrachado e os pés chatos, ou seja, um conjunto de itens que os remetesse

à aparência de um macaco. Elisa Nascimento nos informa que as primeiras pesquisas antropológicas a respeito da cultura afro-brasileira se iniciaram com o médico Raymundo Nina Rodrigues. Eugenista, as suas pesquisas destacaram a religiosidade de origem africana desde o ponto de vista psicológico, associando-se ao modelo evolucionista que narrava a inferioridade e o desequilíbrio dos negros.

Mesmo não sendo médico de formação, o Doutor Eurípedes Barsanulfo era um “médico” espírita. Contrariamente à lógica citada acima, o educador, político, jornalista e médium viu, na menina negra Bitita, algo maior que suas características físicas. Durante uma consulta, ao ser informado que a criança chorava muito, disse à Dona Cota que o crânio de sua filha não tinha espaço suficiente para alojar os miolos, os quais ficavam comprimidos, justificativa para as dores de cabeça sentidas. Revelou que “até aos vinte e um anos, eu ia viver como se estivesse sonhando, que a minha vida ia ser atabalhoada. Ela vai adorar tudo que é belo! A tua filha é poetisa; pobre Sacramento, do teu seio sai uma poetisa” (Jesus, 1986, p. 71).

Felizmente, os estudos evoluíram e surgiram novos pontos de vista, como o olhar diferenciado do profissional em relação ao seu assistido. Embora o terapeuta, que é o detentor do discurso, seja uma pessoa branca, espera-se que ele esteja preparado no sentido de tornar os encontros/consultas mais ricos e viáveis, não incorrendo no risco de patologizar a cultura do paciente. Nascimento (2003, p. 185) enfatiza que,

À medida que se formam e atuam profissionalmente psicólogas afro-brasileiras, seu interesse na questão racial leva-as a desenvolver trabalhos sobre a questão. Seja no campo teórico, seja na prática terapêutica, a partir dessa atuação emerge o que denominei uma escuta afro-brasileira (Nascimento, 2003, p. 185).

Em verdade, nós, os negros, não nos vemos representados e nem compreendidos com as questões raciais sendo tratadas por profissionais brancos. O interesse pelo tema pode levar a discussões reais, mas o entendimento potencial realmente acontece quando os dois lados, isto é, terapeuta e paciente, já viveram as mesmas angústias. Quando um corpo negro é rejeitado pela sociedade, é preciso que outro semelhante a ele seja o indicado para tentar libertá-lo do lugar de insignificância e desigualdade que tentaram colocá-lo. Partindo dessa perspectiva, aumenta-se a possibilidade de uma construção identitária baseada em seus pares,

sem submissões de identidade construídas na natureza própria do negro e sem a obrigação de ter que se comparar às feições do homem branco.

Partindo desses apontamentos, tanto criança, quanto na fase adulta, naquela época, Carolina e nenhum outro negro podia contar com ajuda de profissionais no campo da psicologia. Para o branco, não era muito diferente, só que ele sempre foi o opressor, nunca viveu oprimido pelos negros. Imaginar é muito diferente de sentir. Cabe pontuar que foi somente a partir da década de 1990 que começaram a se formar profissionais com o objetivo de sanar esse problema, sendo importante dar destaque para o primeiro grupo de psicólogas negras, o Psique e Negritude de São Paulo (Amma) que juntamente com o Quilombhoje atuam com terapia individual e de grupo no sentido de acolher, prestar consultoria e buscar soluções para reagir aos enfrentamentos. Muitas profissionais e pesquisadoras se unem no sentido de buscar políticas públicas em benefício da saúde mental da população negra, a fim de que cada caso tenha um atendimento diferenciado, pois cada pessoa tem sua particularidade, apesar da temática ser a mesma com o racismo. Não existe uma forma universal e engessada, porque é necessário respeitar a individualidade de cada ser.

Assim, diante de tudo que foi exposto, podemos pensar que a Psicologia exerce um importante papel para que haja uma construção significativa e aprofundada para não só escutar, mas principalmente promover modos de restaurar a dignidade e a dimensão histórica que o povo negro teve e tem na formação e no desenvolvimento da nação brasileira.

### **2.5.1 Racismo e religiosidade em *Diário de Bitita***

A questão religiosa e o preconceito em torno de algumas religiões têm sido uma constante nas mídias, sendo que frequentemente nos deparamos e somos bombardeados por informações e denúncias não só na televisão, mas também nas redes sociais. De acordo com uma reportagem no site **Brasil de Fato** (2020), no período entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2017, a cada 15 horas registrou-se uma denúncia sobre intolerância religiosa. Infelizmente, esse fato não diminuiu, muito pelo contrário, tem sido recorrente. Os dados mostram que a maioria das vítimas é de religiões de matriz africana, com 39% das denúncias. Lideram o ranking: umbanda com 26 ocorrências, candomblé com 22, outras de matrizes

africanas com 18, as católicas com 17, seguidas pelas evangélicas com 14. É importante destacar que, de uns tempos para cá, os católicos também passaram a sofrer perseguições por parte dos evangélicos. Pessoas católicas costumam construir na frente de suas casas, uma pequena capela ou um oratório embutido na parede. De certa forma, isso parece ter despertado a ira de alguns evangélicos que antes só perseguiam as casas e os terreiros das religiões de matrizes africanas.

É de conhecimento público que a intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais e, de acordo com o pensamento de Guimarães (2004, p. 28), esse comportamento contribuiu para que católicos e protestantes se matassem na Europa e para que os hindus e muçulmanos fizessem o mesmo na Índia: “Foi a intolerância que levou países a construir um sistema de *apartheid* ou a organizarem campos de concentração”.

No Brasil, tínhamos uma narrativa de que em cada esquina existe uma igreja, com variados templos religiosos ao seu redor, sendo que todos convivem harmoniosamente. Baseando-se na reportagem citada acima, parece que a convivência não tem sido tão harmônica assim, uma vez que, pelo que o estudo indica, esse fato tomou novos rumos com a Ascensão da Bancada Evangélica nos espaços público e político, levando os seus membros a tentar impor suas ideias e a combater quem pensa diferente, esquecendo-se que o Estado é laico.

É fato que assuntos relacionados a conflitos político-religiosos nunca terminam bem. Apesar da nossa Constituição de 1988, no artigo 5º, parágrafo VI, afirmar que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”, alguns políticos utilizam o espaço político para manipular fiéis e promover o caos (Brasil, 2002).

Partindo dos limites entre religião e raça, Gabriel dos Santos Filho traz, em seu livro **O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade** (2012a), importantes considerações a respeito do catolicismo e do negro no Brasil. Especificamente no primeiro capítulo, “A consciência da negritude”, Santos Filho nos convida a uma reflexão sobre a importância do sujeito se reconhecer negro, pois é partindo dessa consciência que ele tem a oportunidade de lutar por si e pelos seus pares, além de preservar e valorizar sua trajetória e sua cultura. É preciso ter consciência dos traumas, dramas e barbáries sofridas pelo povo negro, mas, acima de tudo, é necessário ser capaz de se reconhecer em uma

sociedade em que seus ancestrais ajudaram a construir um país. Após o primeiro passo de se auto reconhecer, o negro busca meios de migrar da situação de injustiça e se colocar com uma postura de denúncia e reivindicações. Santos Filho (2012a, p. 33) argumenta que, no interior da Igreja, é possível observar a questão da afirmação da identidade: sob esse aspecto, os negros detêm um percentual de 55,04%, enquanto os brancos são 47,6%.

Nesse sentido, de acordo com a Campanha da Fraternidade (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1988, p. 39), as desigualdades raciais da sociedade brasileira no interior da própria Igreja Católica funcionam tal qual uma hierarquia militar. Isso quer dizer que, mesmo que a maioria da população negra se declare católica, ainda é muito reduzido o número de religiosas, religiosos, sacerdotes e bispos da etnia negra.

Por falar em hierarquia, em **Diário de Bitita**, Carolina (1986, p. 36) comenta e reforça a autoridade imposta pelos padres de Sacramento: “O meu avô contava que, após a libertação dos escravos, quando nascia uma negrinha, ao batizá-la, o padre já dizia sem perguntar o nome: Isabel”. Entenda-se assim: não importa o que os pais irão dizer, a autoridade maior é o padre. Santos Filho (2012a, p. 33) também aponta que “um dos traços identitários do negro brasileiro é a sua filiação à religião de matriz africana (mesmo que tenha uma dupla filiação religiosa)”. Sobre esse tópico, é importante ressaltar que ainda hoje alguns negros transitam entre esses dois espaços: um dia na igreja que lhe foi imposta desde o período da colonização e, no outro, em casa de religião de matriz africana, seguindo os passos de seus ancestrais.

Nesse mesmo capítulo, Santos Filho aborda o assunto “Entre o social e o religioso” e provoca determinadas preocupações da igreja, como a necessidade de evangelização das culturas indígenas, afro-americanas e mestiças praticada no passado. O autor cita vários pronunciamentos da Conferência dos Bispos do Brasil e, dentre eles, a “solidariedade a todas as casas religiosas de tradição africana. Estas vêm sofrendo, sem cessar, a violência física e moral dos que, em nome de sua religião, procuram impor a sua mentalidade autoritária” (Santos Filho, 2012b, p. 46).

Diante desse cenário, esta seção apresenta uma abordagem sobre a religiosidade e o conceito de racismo religioso. A análise é baseada em aspectos relacionados ao nosso objeto de pesquisa, a obra **Diário de Bitita**, de Carolina

Maria de Jesus, mas provavelmente recorreremos a outras obras da autora para nos servir de aporte. Primeiramente, propomos investigar significados construídos pela sacramentana em torno do sagrado e seus aspectos simbólicos. Em um segundo momento, analisamos os elementos das narrativas, as reflexões e os questionamentos relacionados ao par divindade/criação e suas influências sobre questões raciais, sociais e econômicas presentes não só na vida da autora, mas também na de seus semelhantes. Por fim, buscamos refletir a respeito desse universo sagrado e seus ecos que reverberam nos impactos de doutrinas e práticas transmitidas pelos líderes religiosos, tais como padres, pastores, sacerdotes, pregadores e espíritas, e que acabavam por incitar as constantes indagações de Carolina.

Nesse sentido, valemo-nos do termo *escrevivências*, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, para descrever experiências. Esse é compreendido aqui como o que se escreve na vivência de cada pessoa, ou seja, diz respeito a escritas de si e do mundo que cada ser humano desenvolve. Por meio desse processo de *escrevivência*, Carolina nos mostra várias tentativas de compreender o motivo do sufocamento e como o universo do sagrado pareceu-lhe profícuo para uma leitura crítica sobre problemas reais, como religiosidade, discriminação racial e desigualdade social vivenciados por pessoas pobres, negras e marginalizadas. Para tal fim, analisamos situações retiradas das obras carolinianas **Diário de Bitita** (1986), **Meu estranho diário** (1996) e **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014). Esse processo dinâmico ocorrerá por meio do recurso da *escrevivência* de Carolina.

**Diário de Bitita** é uma obra póstuma publicada inicialmente na França pela editora Métailié, em 1982, com o título de **Journal de Bitita**. A publicação se deu por intermédio da jornalista brasileira Clélia Pisa, quem levou os manuscritos de Carolina para a França. No Brasil, tivemos três publicações, sendo que a primeira aconteceu quatro anos mais tarde, em 1986, pela editora Nova Fronteira. Em 2007, foi a vez da editora Bertolucci publicar a segunda edição, enquanto a terceira tornou-se realidade por intermédio da editora SESI, de São Paulo, em 2014.

Em sua obra **Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus**, Barcellos (2015, p. 13), esclarece que “no original, o texto autobiográfico – que não está sob a forma de diário – recebeu da autora o título de **Um Brasil para os brasileiros**”. Do mesmo modo, Menezes e Barreto (2023), curadores da exposição

**Carolina Maria de Jesus:** um Brasil para os brasileiros, realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro pelo Instituto Moreira Salles (IMS), reafirmam que **Um Brasil para os brasileiros** é o nome de um manuscrito inédito de Carolina Maria de Jesus.

Na opinião do pesquisador Emanuel Regis Gomes Gonçalves (2020), responsável pela conta do Instagram @carolinabitita, “se a vontade de Carolina tivesse sido respeitada, deveria ter por título **Um Brasil para os brasileiros**, o que denota o seu sentido de busca da representação de uma coletividade, apesar de ser geralmente entendido como texto autobiográfico”. Diferente de **Quarto de Despejo**, essa obra versa sobre a infância da escritora, mas buscamos analisar circunstâncias relacionadas à religiosidade de Carolina Maria de Jesus.

No livro **As almas do povo negro**, especificamente no décimo capítulo intitulado “Sobre a fé dos ancestrais”, Du Bois (2021) nos relata como a fé dos seus antepassados era praticada na África antes da chegada dos europeus. Ele descreve a vida religiosa dos negros americanos, comentando a respeito do pregador, da música e da igreja como um centro social. O autor nos alerta sobre a manutenção da fé pelos africanos escravizados nos Estados Unidos. Para ele, a fé e a presença da espiritualidade devem ser uma constante na vida das pessoas, mas é preciso ter atenção e pensar racionalmente para não deixar que a fé cegue as pessoas a ponto de deixá-las submissas e conformadas diante de determinadas situações, tal como racismo. Para nós brasileiros, esse livro de Du Bois convida a refletir sobre racismo, violência, opressão e diferenças de classe presentes em nosso país.

Reforçando as narrativas existentes na obra **As almas do povo negro**, lançado inicialmente em 1903, Du Bois (2021) apresenta quatorze capítulos durante os quais fala sobre os negros, horizontaliza todas as raças e comenta que ainda hoje continuamos a refletir sobre o significado de ser negro. Seu pensamento revolucionário sobre o racismo nos mostra que a sociedade progrediu nos aspectos industriais e financeiros, mas que a questão racial persiste. O autor nos relata que a situação do negro norte-americano, de certo modo, é internacional, porque está refletida em vários lugares do mundo. No Brasil, não é diferente, pois a situação sempre foi preocupante. Carolina Maria de Jesus se posiciona sobre isso em **Diário de Bitita**, e fala de um lugar em nome de todos os negros. A mulher preta e pobre questionou os fatores que favorecem o branco a ter um olhar superior e diferenciado em relação ao negro. Du Bois (2021) expõe a necessidade de aproximação e de esforços entre brancos e negros para eliminar a barreira de cor, destacando que

O negro não pode suportar as atuais tendências reacionárias, nem indefinidamente um arrebatado traçado da linha de cor sem que se implique em desencorajamento e retrocesso. E a condição do negro é sempre uma escusa para posterior discriminação. Apenas pela união, inteligência e harmonia através da linha de cor, nesse período crítico da República, triunfarão a Justiça e o Direito (Du Bois, 2021, p. 170).

No Brasil, desde o início da colonização, buscava-se reproduzir uma mesma estrutura religiosa que se espelhava nos modelos cristãos da Europa. Assim, os negros foram forçados a abandonar suas crenças e a praticar o Cristianismo imposto pelo colonizador branco, o qual criou, para si, o conceito de superioridade enquanto, para a raça negra, prevaleceu o conceito de inferioridade. Sobre esse aspecto, destaca-se a presença da Companhia de Jesus no Brasil, representada na figura dos padres Jesuítas que aqui chegaram com a missão de catequizar os nativos, tornando-os católicos. Em relação aos negros, os jesuítas também trataram de instruí-los e evangelizá-los nos mistérios da fé católica com o objetivo de impor-lhes os costumes e comportamentos pertinentes à cultura do colonizador.

Dessa forma, nota-se que a chegada do europeu é marcada pela tentativa de mostrar domínio sobre o povo recém-descoberto, surgindo o mito referente à justificativa do conquistador de trazer a modernidade para um povo hostil. Assim sendo, o colonizador utiliza a suposta superioridade das suas armas e da sua cor na tentativa de inferiorizar e de obrigar a nova cor a adaptações, resultando na imposição de costumes, idioma e crença. Por outro lado, há de se reconhecer a influência e o reconhecimento da cultura negra no Brasil, sendo importante ressaltar a qualidade e a riqueza da nossa culinária, das artes, da música e, principalmente, da nossa literatura.

Se partimos do pressuposto de que a religiosidade é algo que nos permite acreditar que Deus existe e que podemos entrar em contato com Ele, e que tudo é feito de acordo com a vontade desse Deus, tal como fazia Carolina em seus questionamentos, precisamos esclarecer que há uma certa relação entre religiosidade, espiritualidade e religião. Ao passo que a religiosidade se baseia na crença, a espiritualidade, segundo Mário Aletti (2012, p. 158), é usada “para se referir à dimensão psicológica, baseada em experiências subjetivas e emoções, buscando fazer referência a um processo mais genérico, e provavelmente universal,

que movimenta o homem na direção da busca de sentido”. Nessa perspectiva, o termo em questão é frequentemente empregado para fazer oposição ao conceito de religião, salientando o aspecto institucional e estabelecendo uma grandeza baseada e ancorada na tradição, nos dogmas e em uma doutrina que apresenta uma concepção moral e normativa. Por sua vez, o termo religião se revela por um sistema de doutrina ou respostas.

Nos meados do século XX, de acordo com **Diário de Bitita**, qualquer pessoa na cidade de Sacramento podia assistir às missas, mas o horário era diferenciado: “os pobres e os pretos assistiam à missa das seis. As madames ricas e casadas assistiam à missa das oito” (Jesus, 1986, p. 100-101). À vista disso, é possível perceber, nessa narrativa, um pequeno relato discriminatório no campo religioso católico, já que não era permitido aos negros frequentar a igreja no mesmo horário que os brancos. Nesse sentido, o ato de separar brancos e negros na igreja assemelha-se a um véu que cobre a todos com a missão de evangelizar ao mesmo tempo em que divide a sociedade sob o ponto de vista racial e social. É uma demonstração clara de discriminação religiosa em um ato basicamente cotidiano, isto é, um local que deveria unir as pessoas no sentido de que todos são iguais perante os olhos de Deus, promove exatamente o contrário.

Essa questão nos remete ao pensamento de Almeida (2019a), quando ele nos afirma que o racismo materializado como discriminação racial é sistêmico, pois não se trata apenas de um feito discriminatório ou de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, economia e das relações cotidianas. Articula-se, portanto, com a segregação racial; ou seja, com a divisão espacial e geográfica de raças em locais específicos, tal como na igreja frequentada por Carolina Maria de Jesus e os seus familiares.

Diante da discriminação em relação às missas os negros, até certo ponto, conseguiam algumas vantagens mesmo com aquele regulamento. Ao serem proibidos de assistirem às missas das oito, eles se valiam inconscientemente da discriminação positiva, definida com base em Hamilton e Kwane (1967 apud Rodrigues, 2021). É verificada, então, uma possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa. Assim sendo, a desvantagem do horário diferenciado para participar da religião dos brancos era compensado

quando Carolina “compartilhava com seus familiares e outros negros rituais religiosos voltados exclusivamente para negros, como uma resposta e proteção à exclusão imposta pelos católicos brancos” (Daibert Junior; Simões, 2021, p. 218).

Em relação aos rituais religiosos voltados exclusivamente para o povo negro, **Diário de Bitita** nos relata passagens com a participação dos negros em festas específicas, como congadas e festas negras em devoção a São Benedito e à Nossa Senhora do Rosário, na cidade sacramentana.

No que tange a essa questão sobre religiosidade, é impossível não reconhecer a pesquisa realizada pelos escritores Robert Daibert Junior e Bárbara Simões (2021), citados acima, intitulada “Um mundo só para negros: experiência religiosa e racismo nos escritos de Carolina Maria de Jesus”. Mencionamos anteriormente a tentativa de reproduzir uma mesma estrutura religiosa que se espelhava nos modelos cristãos da Europa. Nesse sentido, em **Diário de Bitita**, uma das narrativas da infância de Carolina faz referência a uma prática religiosa católica realizada por seu avô Benedito, em Sacramento (MG). Aquele senhor “rezava o terço. Quem sabia rezar, era tratado com deferência especial. Ele recebia convites para ir rezar nos locais distantes” (Jesus, 1986, p. 56). Nessa narrativa, percebemos um exemplo claro daquilo que Kabengele Munanga (2020, p. 21) nos esclarece: “no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços [está o desejo] de ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior”. Rezar o terço tal como faziam os brancos, imitando-os e se comportando tal como eles, funcionaria diante do ideal de que a pessoa negra deve se curvar para agir em conformidade.

O município de Sacramento era uma cidadezinha do interior mineiro cuja maioria da população vivia na zona rural, assim como ocorria em tantas outras. Em 1914, quando nasceu Carolina, era possível perceber que a região caminhava a passos largos em direção ao seu desenvolvimento. Em seu artigo **Carolina Maria de Jesus: a escritora sacramentana que conquistou o mundo**, Eliana Garcia Vilas Boas (2021) nos esclarece que, entre os anos de 1910 e 1920, a pequena cidade passou por algumas transformações. Com a chegada da energia elétrica, a localidade trocava a luz das suas lamparinas, de seus lampiões e de suas velas pela luz elétrica. Somado a esse progresso, a Sacramento passou a usufruir do transporte realizado por intermédio dos bondes elétricos que faziam um pequeno percurso rural.

Outro aspecto importante a considerar é que a educação da cidade natal de Carolina era um privilégio de poucos e quase exclusiva de pessoas brancas e bem-nascidas, já os negros e pobres eram invisíveis e marginalizados por aquela sociedade. Se por um lado uma parte da população desfrutava dos benefícios oriundos do progresso na cidade, a outra parcela perdia o emprego porque todo o serviço braçal das fazendas cafeeiras e de gado realizado pelos negros foi destinado aos imigrantes europeus. Além da questão do trabalho, a imigração foi uma ação planejada com o intuito de promover o processo de embranquecimento da população brasileira, embora tenha fracassado em seu aspecto físico uma vez que a maioria da população brasileira segue negra.

Os simpatizantes das teses eugenistas acreditavam que o homem branco europeu possuía melhores padrões de beleza, saúde e competência sobre as demais raças. Consequentemente, esse fato também contribuiu para o aumento da discriminação racial e social da população negra. No cenário discriminatório das festas e das religiões afro-brasileiras, as manifestações não eram bem-vistas. Além disso, tal processo de embranquecimento da população brasileira também deixou um trauma na família de Carolina Maria de Jesus, visto que, de acordo com os relatos da escritora, uma prima de sua mãe, conhecida por Tia Ana, não aceitava que a sua filha Mariinha, pelo fato de ser a mais branca, se casasse com um preto: “Dizendo que queria que a sua filha se casasse com um branco para purificar a raça” (Jesus, 1986, p. 72). Contudo, a moça não ligava para essa questão de raça, na verdade, era exatamente o contrário, pois se sentia feliz com sua aparência física.

Em relação a essa questão sobre as raças, antes da fase colonialista era usada para designar animais, mas passou a ter outra conotação em relação aos seres humanos. Desde o início, com o objetivo de subjugar e explorar, o negro foi colocado como um ser inferior, feio e repulsivo tal como um monstro. Como já foi dito, o que se distancia do homem branco não tem valor. É como se o homem negro fosse o que ficou para trás no trajeto evolutivo da humanidade, sendo que o que aconteceu de melhor e ideal se completa no homem branco. Se há alguma semelhança, a racionalidade do homem branco superaria a animalidade do homem negro. Nesse aspecto, Mbembe (2018, p. 41-42) nos esclarece que, por muito tempo, essa construção conceitual serviu para nomear seres humanos fora da Europa e quem não fazia parte desse continente era tido como inferior.

Inicialmente, a ideia de raça foi usada para classificar as espécies de animais e vegetais. De acordo com os estudos do Prof. Dr. Kabengele Munanga (2004), em 1684, François Bernier emprega o termo para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados tipos humanos. Com o passar do tempo e durante vários séculos, esse conceito passou a designar e nomear humanidades não europeias que eram consideradas seres inferiores. Dessa forma, os negros africanos e seus descendentes que vieram para o Brasil também eram considerados inferiores.

Como observado, Mariinha, a prima de Carolina, não se importava com a cor da pele. A prova disso foi que se casou com um branco contra sua vontade porque era apaixonada por um negro. Segundo Carolina Maria de Jesus (1986, p. 74), sua prima “Mariinha, tinha desgosto de ter a pele branca que foi a causadora da sua morte. Não desprezava os pretos”. Aqui no Brasil, a paleta de cores é tão diversificada que acaba causando estranhamento e comparações. Além do Oceano Atlântico, nas terras de nossos ancestrais, era plausível brigar por tudo, exceto pela cor da pele. Segundo Carolina, Mariinha dizia:

“Eu queria ter a pele preta e os cabelos crespos. Como é bonito um rosto preto, com os dentes nítidos”. Mariinha dizia que “fui escrava da vaidade de mamãe” e que para agradá-la casou-se com um homem branco, o João Miguel que além dos filhos Adálio e o Olímpio, o esposo só lhe trouxe sofrimento por causa do alcoolismo. “Pobre Mariinha, tinha desgosto de ter a pele branca que foi a causadora da sua morte. (1986, p. 74).

O fato de não poder se casar com um homem negro e ser praticamente forçada a se casar com um branco fez com que a moça vivesse um casamento frustrado e infeliz. A tristeza constante e intensa gerou mudanças significativas no comportamento de Mariinha, afetando a sua saúde física e emocional. O estado de abatimento e a falta de gosto pela vida contribuíram, de algum modo, para um quadro depressivo, causador de sua morte.

Desde a sua tenra infância, Carolina presenciava situações que causavam certas preocupações em sua mãe. Quando Maria Carolina, a Cota, “saía para o trabalho, deixava-me aos cuidados da minha vódrasta siá Maruca. Dizem que eu chorava dia e noite. E o meu choro ininterrupto aborrecia a siá Maruca” (Jesus, 1986, p. 70). Aos poucos, a menina foi descobrindo que, se chorasse, conseguiria

certas coisas, a citar doces e sardinha com pão. Esse fato fez com que a criança fosse hostilizada por algumas vizinhas que a olhavam e diziam: “[...] — Que negrinha feia! Além de feia, antipática. Se ela fosse minha filha eu matava” (Jesus, 1986, p. 13). Nesse texto, é possível observar um preconceito que parte do próprio negro, nesse caso, o das vizinhas. Qualquer sinal que possa denotar um “inacabamento”, tal como se a face de Carolina fosse constituída por defeitos, fazia com que a menina tivesse que ser eliminada, porque o seu corpo não se fundia aos outros da família ou aos outros do mundo.

O choro constante de Carolina irritava tanto as pessoas que, certa vez, sua madrinha siá Maruca deu pinga para a menina beber. O resultado foram algumas horas paz e calma na vizinhança. Quando a mãe de Carolina chegou do trabalho, não ouviu o choro da filha e foi verificar, percebendo que a criança estava inconsciente, o que a fez levá-la imediatamente a um médico espírita.

Esse foi o primeiro contato de Carolina Maria de Jesus com a religião espírita. O Espiritismo ou Kardecismo é uma doutrina religiosa emergida na França, no século XIX, por intermédio de Denizard Hyppolyte-Léon Rivail (1804-1869). Sob o pseudônimo popular e imortalizado de Allan Kardec, Rivail foi o fundador e o codificador do Espiritismo, cuja crença se baseia na reencarnação e na evolução espiritual do indivíduo. Antes desse feito, o estudioso já havia se firmado bem alto no “conceito do povo francês e no respeito de autoridades e professores, a sua reputação de distinguido mestre da Pedagogia moderna, com o seu nome inscrito em importantes obras biobibliográficas” (Sausse, 2014, p. 244). Kardec era conhecedor de várias línguas, mestre em química, matemática, astronomia, física, fisiologia, retórica, anatomia comparada e francês. Aproximadamente durante trinta anos, ele se dedicou a

[...] instruir e educar um sem-número de crianças e jovens parisienses, segundo o método pestalozziano, com modificações, acrescido de práticas pedagógicas por ele mesmo criadas ou desenvolvidas, algumas das quais só mais tarde, no século XX, seriam retomadas e largamente difundidas por ilustres reformadores do ensino (Sausse, 2014, p. 223).

Restabelecendo e pondo novamente em foco o Espiritismo, é importante destacar que a codificação dessa religião surge em um período histórico em que os pensamentos filosófico e científico se encontravam profundamente influenciados por

ideais do racionalismo e do positivismo (uma das doutrinas filosóficas derivadas do Iluminismo), bem como pelo modelo evolucionista. Cabe pontuar que a Codificação Espírita é uma doutrina espiritualista e reencarnacionista que compreende as seguintes obras básicas: **O livro dos espíritos**, **O livro dos médiuns**, **O evangelho segundo o espiritismo**, **O céu e o inferno** e **A gênese**.

Nesse primeiro contato que Carolina Maria de Jesus teve com o Espiritismo, o médium espírita que a atendeu era Eurípedes Barsanulfo (1880-1918), cidadão sacramentano, estudioso, inteligente e muito responsável. Devido a esses atributos, ele foi encarregado, ainda jovem, de ensinar seus colegas de sala de aula. Ele também foi um respeitável representante político de sua comunidade e cooperou ativamente na fundação do jornal **Gazeta de Sacramento** e do **Liceu Sacramentano**. Barsanulfo, em dado momento, recebeu de presente do seu tio Mariano da Cunha (Tio Sinho) o livro **Depois da morte**, de autoria de Léon Denis<sup>7</sup>, sendo que, após a leitura, foi forçado a algumas escolhas ao tomar conhecimento da existência dos fenômenos espíritos e das obras da Codificação Kardequiana. Mais tarde, no ano de 1904, ele assistiu a uma sessão espírita em uma fazenda da região, a Santa Maria. Encantou-se com as novas descobertas e passou a frequentar as reuniões. Essa atitude provocou o afastamento de amigos e de alguns familiares devido ao preconceito religioso. Assim sendo, Barsanulfo desligou-se da Igreja Matriz de Sacramento, colocando à disposição o cargo de secretário da Irmandade, do qual fazia parte. O professor continuou a lecionar no colégio e ainda introduziu o ensino do Espiritismo, mas, aos poucos, foi perdendo seus alunos porque os pais não aceitavam essa nova prática de ensinar sobre a religião espírita em um colégio em que a maioria das pessoas era adepta do Catolicismo.

Empenhado na nova doutrina, Eurípedes desenvolveu várias faculdades mentais tais como “desdobramento, vidência, psicofonia, psicografia, curas, efeitos físicos, receituário foram surgindo e se tornando habituais em sua vivência” (Eurípedes, 2022). Segundo Corina Novelino (2007), ele fundou uma farmácia alopática, a Farmácia Espírita Esperança e Caridade, em Sacramento. Inteiramente

---

<sup>7</sup> Leon Denis (1846-1927). Conhecido como o Apóstolo do Espiritismo conheceu a Doutrina Espírita, por meio de O Livro dos Espíritos, de Allan Kardec. Autodidata, sério e competente tornou-se um investigador, estudioso e propagador do Espiritismo. Encontrava-se em seus trabalhos de experimentação, quando teve a oportunidade de conhecer e cumprimentar Kardec quando o codificador do Espiritismo foi à cidade de Tours (Sausse, 2014).

gratuita e com a manutenção realizada pelo próprio Eurípedes, havia também a ajuda espontânea de alguns companheiros de doutrina com mais condições financeiras. Foi mediante a consulta sobre o choro constante da criança que o médium recebeu Maria Carolina, a Cota, e sua filha Carolina Maria de Jesus. Carolina nos revela que, durante a consulta, ele lhe falou que:

[...] até aos vinte e um anos, eu ia viver como se estivesse sonhando, que a minha vida ia ser atabalhoada. Ela vai adorar tudo que é belo! A tua filha é poetisa; pobre Sacramento, do teu seio sai uma poetisa. E sorriu. Deu-me uns remédios para vomitar o álcool e disse com voz enérgica: — Você... nunca há de beber. O álcool é péssimo promotor. Porque hei de auxiliá-la sempre (Jesus, 1986, p. 71).

De certa forma, baseado nas previsões de Eurípedes, Carolina Maria de Jesus se tornou escritora. Enquanto criança, a menina teve a oportunidade de presenciar várias situações relacionadas às bebidas alcoólicas, mas nunca absorveu esses exemplos. Em consonância com a recomendação do senhor Eurípedes, a autora nos mostra que seguiu tal conselho, o que pode ser visto na seguinte passagem do livro **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (2014, p. 20-21): “[...] hoje não saí para catar papel. Vou deitar. Não estou cansada e não tenho sono. Hontem eu bebi uma cerveja. Hoje estou com vontade de beber outra vez. Mas, não vou beber. Não quero viciar. Tenho responsabilidade”.

Cota lavava roupas para a dona Mariquinha, esposa do senhor José Saturnino, que incentivou a mãe de Carolina a matricular a menina na escola. Assim, Carolina foi estudar no Colégio Allan Kardec, fundado pelo senhor Eurípedes Barsanulfo em 31 de janeiro de 1907, na cidade de nascimento da escritora. Logo de início, ela foi ofendida pelos colegas de sala, mas, apesar dos tormentos, a ida à escola foi se tornando algo prazeroso, não demorando muito para que aprendesse a ler.

Em certa ocasião, Carolina estava sentada lendo um dicionário quando foi acusada de feitiçaria porque imaginaram que estivesse com um livro de São Cipriano. Fransueiny Ferretti (2022, p. 122) argumenta que esse santo “sempre foi associado às religiões de matriz africana, mesmo não tendo qualquer ligação com estas”. O fato é que uma simples leitura foi motivo suficiente para que Carolina e sua mãe permanecessem presas durante dois dias na cadeia de Sacramento. As duas,

mulheres negras que experimentaram a intolerância religiosa, acabaram sendo espancadas por policiais, conforme o depoimento a seguir:

O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe querendo me proteger, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, e fui ampará-la; o soldado continuou espancando me. Cinco dias presas e sem comer. (Jesus, 1986, p. 180).

Esse pensamento de associar rituais de religiões de matriz africana a práticas demoníacas ainda persiste em determinados setores da sociedade, incluindo alguns segmentos religiosos, refletindo a permanência de preconceitos históricos e da intolerância religiosa. Carolina Maria de Jesus (1986, p. 100) nos evidencia que conheceu basicamente apenas duas religiões: “Aos domingos, os habitantes da cidade eram obrigados a assistir aos ofícios religiosos. As religiões predominantes eram a católica e a espírita. Os católicos eram maioria. Os espíritas minoria”. Apesar de sempre muito inteligente, às vezes não entendia por qual motivo os brancos tinham privilégios e mais oportunidades em relação aos negros.

Ainda, não foram poucas as vezes em que a menina se sentia injustiçada, sempre questionando por que “Deus gosta mais dos brancos do que dos negros. Os brancos têm casas cobertas com telhas. Se Deus não gosta de nós, por que é que nos fez nascer? (Jesus, 1986, p. 93). As pessoas não viam com bons olhos os questionamentos da menina, pois os consideravam falta de respeito. O comum era os mais velhos falarem e as crianças, caladas, as ouvirem. Cota era uma exceção. A mulher ficava admirada de ver o quanto sua filha era inteligente, enquanto as vizinhas argumentavam furiosas: “[...] Dona Cota, espanca esta negrinha! Que menina cacete. Macaca” (Jesus, 1986, p. 11).

Por meio das indagações de Carolina, é possível perceber a forma espontânea e clara das contestações que denuncia o modo de vida social de sua classe, principalmente sob o ponto de vista racial. Segundo Daibert Junior e Simões (2021, p. 202), “Carolina passou a buscar explicações para essa desigualdade e meios para suplantar sua condição de subalternidade e marginalidade, em um mundo que desde cedo lhe parecia injusto”. Infelizmente, a menina observava e experimentava uma injustiça triplamente qualificada porque, além da pobreza, havia também o racismo e a questão do gênero que se arrasta desde a colonização com a

característica de desumanizar as mulheres, transformando-as em coisas passíveis de violência tais como espancamentos e estupros seguidos de assassinatos.

Sobre questionamentos como esse de Carolina, a Doutrina Espírita esclarece que fica um pouco mais fácil entender se a análise for feita sob o ponto de vista da reencarnação. Os espíritas costumam dizer que o que somos hoje é reflexo da reencarnação passada, enquanto o futuro dependerá do modo como vivemos no presente. O que poderíamos inferir dessa narrativa é que colhemos exatamente o que plantamos, e que nós mesmos nos punimos na tentativa de reparar nossos erros. Sob outra perspectiva, ainda de acordo com os ensinamentos dessa religião, existem aqueles espíritos caridosos e evoluídos que se oferecem para passar por determinada provação com o objetivo de exemplificar e contribuir para a humanidade. Como alguém pediria ou aceitaria nascer para viver constantemente em sofrimento? De acordo com o capítulo III – segunda parte da quarta obra que compõem os livros da Doutrina Espírita, em **O céu e o inferno**,

O homem honesto, segundo Deus, deve ter sempre cerrado o coração a quaisquer germens de orgulho, de inveja, de ambição; deve ser paciente e benévolo para com os que o agredirem; deve perdoar do fundo da alma, sem esforços e sobretudo sem ostentação, a quem quer que o ofenda; deve, enfim, praticar o preceito conciso e grandioso que se resume “no amor de Deus sobre todas as coisas e do próximo como a si mesmo” (Kardec, 1994, p. 220).

Sendo de uma maneira ou de outra, isso não significa que nós que estamos de fora, observando os fatos, não devamos nos sensibilizar porque alguém supostamente está colhendo o que plantou. Precisamos de empatia e senso de responsabilidade, além de pessoas e políticas públicas que atendam a população como um todo, sem fazer distinções. No que diz respeito ao perdão, Kardec nos aconselha a perdoar do fundo alma. É prudente destacar que muitas atrocidades foram cometidas e, mais tarde, vieram os pedidos de perdão, quase sempre desprovidos de reais comprometimentos, apenas para constar. Destaco, nesse momento, processos como genocídio, massacres, crimes de racismo, escravização, dentre outros. Pede-se perdão, mas as maldades seguem mascaradas. Foi o que ocorreu no ataque racista da deputada federal Carla Zambelli, do Partido Liberal, feito à também deputada federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Zambelli chamou Benedita da Silva de “Chica da Silva” duas vezes em 02 de julho

de 2024 (Zambelli..., 2024). O episódio gerou acusações de racismo e após grande repercussão na imprensa e nas redes sociais, Zambelli fez uma *live* dizendo ter se confundido e pediu desculpas à Benedita. Carla Zambelli foi notificada judicialmente e acusada de cometer crime de racismo. Nesse sentido, possivelmente, Du Bois poderia até recomendar o perdão, mas certamente o pan-africanista, conhecido pela sua luta contra o preconceito racial, exigiria reparação seguida de punição.

Quanto a esses crimes e injustiças, Carolina Maria de Jesus também se manifestou. Sempre atenta, observava tudo ao seu redor, ouvindo e fazendo críticas contundentes, como: “quando os negros aprenderem a ler eles hão de saber defender-se. Não vão aceitar a coleira com humildade” (Jesus, 1986, p. 52). Em dado momento, em uma pregação sobre humildade, ela ouviu que Deus dá valor só aos que sofrem com resignação. “Penso: se o Frei Luiz fosse casado e tivesse filhos e ganhasse salário mínimo, aí eu queria ver se o Frei Luiz era humilde” (Jesus, 2017, p. 85-86).

Não era só a questão econômica que atormentava Carolina. A desigualdade social e o racismo também contribuía para o martírio. Entre as inúmeras vezes que sofreu racismo, uma merece maior atenção neste trabalho. Ela atribuía aos brancos, os dominadores, a desigualdade social, pois tudo era feito do jeito deles. Com isso, cabia a eles resolverem. Assim sendo, “depositava no Deus cristão sua esperança de transformação desse mundo. Queria um mundo só para os negros” (Daibert Junior; Simões, 2021, p. 211), e afirmou: “Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (Jesus, 2014, p. 64). Apesar de todos os percalços sofridos por Carolina, ela se sentia feliz na condição de mulher preta; a questão não era a cor de sua pele e, sim, os problemas surgidos devido à sua raça.

Em sua pesquisa intitulada **A ancestralidade e o mulherismo africana em Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus**, Ferretti (2022) reforça que a obra **Diário de Bitita** elenca fatos relacionados à infância e adolescência de Carolina Maria de Jesus, mas que, nos acontecimentos dessas fases, nem tudo se resume naquele tempo cronológico que antecedeu à vida adulta da escritora. Exatamente no capítulo um, que diz respeito à infância da escritora, ela explica que não conheceu o pai e várias vezes teve vontade de perguntar à sua mãe sobre sua paternidade, mas faltava-lhe coragem.

De alguma maneira, esse abandono afetivo incomodava a criança que se lamentava porque conhecia o pai do seu irmão e não conhecia o próprio. Outra

comprovação desse lamento é percebida quando ela afirma que “achava bonito ouvir a mãe chamar papai e [...] o vovô responder-lhe: — O que é, minha filha? Eu invejava a minha mãe por ter conhecido pai e mãe” (Jesus, 1986, p. 8). Por conseguinte, o espaço vazio do pai biológico de Carolina era preenchido pelo avô Benedito, a figura paterna socioafetiva mais próxima da criança.

Embora não houvesse documentos que pudessem comprovar, parece que o senhor Benedito foi parte da última geração dos escravizados no Brasil. É pertinente pontuar que, sob muito trabalho e maus tratos, a população negra forjou o principal agente produtor das riquezas brasileiras. Com a missão de servir de mão de obra para atender às demandas da produção de açúcar nos engenhos, a vida dos negros era dura e marcada pela violência. Nesse cenário, a falsa liberdade trouxe problemas de moradia e emprego, enquanto a falta de educação contribuiu para a marginalização da maioria das pessoas – em função dos grandes empecilhos da época, os mais velhos, tal como o senhor Benedito, não puderam estudar. Carolina foi a primeira da família que conseguiu acesso à escola, mas isso foi por apenas dois anos. Os ensinamentos que não haviam sido transmitidos via documentos escritos foram repassados por meio da oralidade do patriarca e das mulheres mais velhas, apesar das dificuldades em preservar suas tradições. Em relação à religião, os negros eram obrigados a professar a fé católica imposta por parte dos colonizadores. Porém, para além de servir como mão de obra, é necessário destacar que esse grupo também transmitiu sua cultura, colaborando fortemente para a formação da sociedade nacional.

Ferretti (2022) comenta que, na obra **Diário de Bitita**, mesmo não tendo registro de culto em terreiros de religiões de matriz africana, é possível compreender que Carolina e seus familiares viviam sob a direção da ancestralidade africana. Ferreti (2022, p. 40) nos chama atenção para o pensamento de Hampaté Bâ (2010, p. 173). De acordo com o escritor malinês, precisamos ter em mente que, de modo geral, todas as práticas africanas demandam uma visão religiosa do mundo: a crença, os cultos e as práticas, portanto, não acontecem somente nos terreiros, mas os transcendem, influenciando e direcionando a vida dos negros em todos os lugares da sociedade.

Fortalecendo esse pensamento, é comum ouvirmos os religiosos dizerem que irão à igreja para rezar e pedir por algo ou para agradecer alguma graça alcançada por intermédio de algum santo. Entendemos aqui que as palavras igreja e templo

podem ser vinculadas ao termo "religião", que deriva do latim *religare*, significando religar, voltar a ligar. Nesse ambiente, as pessoas se unem para orar, confraternizar e receber ensinamentos morais e espirituais. A família de Carolina Maria de Jesus recebia os ensinamentos por meio de seu maior ancestral, o avô Benedito. Era como se a voz do ancião personificasse momentos de sacralidade, mistérios e verdades. Além dos ensinamentos morais, eram transmitidas a cultura africana e as histórias eram repassadas aos mais novos. É possível imaginarmos as longas rodas de conversa no interior da casa, ora no quintal debaixo de alguma árvore, ora ao redor de alguma fogueira, pois o fogo é um elemento muito cultuado em religiões de matriz africana.

Se a obra não revela esses tipos de rituais, por outro lado, descreve eventos relacionados à cultura africana, como nos afirma Jesus (1986, p. 22-23): “Mas o José Santana, que era o galã da festa e tinha um terno de congada, pulava por cima das cruzes e cinzas e era aclamado como herói pelo povo. Depois que o Santana havia pulado por cima das cruzes, o feitiço deveria ir para ele”. Consoante a esse depoimento, é possível acreditar que outras incontáveis atividades parecidas com essa eram comuns em Sacramento – acontecimentos não narrados por Carolina, mas que provavelmente ficaram retidos em sua memória.

É importante ressaltar que o Congado é uma manifestação cultural religiosa de origem afro-brasileira que está presente em diversas regiões do país, especialmente na região Sudeste. Cidades como Divinópolis, no centro oeste mineiro, promovem, todos os anos, manifestações coletivas baseadas nas irmandades de alguns santos católicos. Coincidência ou não, os santos homenageados envolvem imagens brancas e pretas, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o que se amplia na devoção a outras figuras igualmente simbólicas, como Nossa Senhora das Mercês, Santa Efigênia e Nossa Senhora Aparecida, santas consideradas padroeiras do reino.

Maria Antônia Marçal e Vanda Serafim (2022) também discutem a religiosidade em Carolina Maria de Jesus. No estudo, as autoras investigam de que maneira a religiosidade contribuiu para que a escritora sacramentana interpretasse a realidade e compreendesse sua trajetória de vida. Vale ressaltar que esse estudo foi baseado na análise das obras **Quarto de despejo** (1960) e **Provérbios** (1963), enquanto este trabalho tem como *corpus* apenas **Diário de Bitita** (1960). Essa obra, que narra a infância e a adolescência de Carolina, apresenta uma narrativa

estruturada a partir das experiências da escritora alinhada à memória coletiva de seus ancestrais. Com uma relação íntima com a narrativa, encontramos uma história narrada em primeira pessoa partindo das escrevivências da autora. Cabe mencionar que, bem como afirmamos anteriormente, os relatos dessa obra mencionam somente as religiões católica e espírita durante a vida da escritora em Sacramento.

As dificuldades materiais e os problemas sociais povoam os pensamentos de Carolina e servem como motivo para que ela se coloque como porta voz e narradora do cotidiano de sua família e da comunidade sacramentana marginalizada. Em certos momentos, seus questionamentos provocam dúvidas e desafiam a justiça divina. Provavelmente, era difícil acreditar nessa justiça ao vivenciar tantas injustiças, sofrendo racismo todos os dias e presenciando tanta desigualdade naquele pequeno espaço. Marçal e Serafim (2022) fizeram um levantamento de expressões que denotavam elementos religiosos com o intuito de mapear e quantificar a utilização dessas na narrativa de Carolina.

Do mesmo modo, mapeamos o livro **Diário de Bitita** e chegamos ao seguinte resultado: Carolina busca em Deus as explicações para as adversidades que acometem pobres e negros, o que faz com que a palavra “Deus” seja citada 87 vezes. À luz dos dogmas e ensinamentos da Igreja Católica, a menina Bitita observava os acontecimentos e elaborava reflexões em busca de respostas. Os católicos têm a Bíblia como principal referência quando o assunto envolve espiritualidade. Partindo do princípio cristão de que Deus é o criador do universo e que todos os seres humanos são seus filhos, a tradição católica sustenta, no plano doutrinário, a ideia de igualdade entre as pessoas diante de Deus. Nesse sentido, sob a perspectiva teológica do catolicismo, não haveria distinção entre indivíduos em razão da aparência, da cor da pele ou da condição social, uma vez que Deus é concebido como imparcial e justo. Entretanto, a experiência concreta vivida por Bitita evidencia as contradições entre esse ideal cristão de igualdade e a realidade social marcada pelo racismo e pelas desigualdades estruturais.

Em relação às desigualdades sociais, sob o ponto de vista religioso, não existe nenhum ser humano maior ou menor diante de Deus, que é imparcial e não julga pela aparência e nem pela condição social. Para o criador, somos todos iguais. Em relação ao termo Jesus Cristo, a expressão é citada 19 vezes. Ainda sobre as desigualdades sociais, o apóstolo Tiago recomenda o seguinte ensinamento: “Meus irmãos, vocês que creem no nosso glorioso Senhor Jesus Cristo, nunca tratem as

peças de modo diferente por causa da aparência delas” (Bíblia, Tg 2, 1-13). Para quem quiser aprofundar, existem várias passagens na Bíblia relacionadas ao quesito desigualdade. Pelo fato de vivenciar mais a prática da igreja católica, Carolina menciona vários santos, como os relacionados às festas juninas, São Pedro, São João e Santo Antônio. Esses dois últimos são descritos como os santos protetores dos casamentos, sendo venerados pelas mulheres que não queriam ficar solteiras, até porque mães e mulheres sem maridos não eram respeitadas.

Além das reflexões sobre Deus, os santos e a justiça divina, a religiosidade presente em **Diário de Bitita** também atravessa as relações sociais e familiares observadas pela narradora. Nesse contexto, Carolina registra situações que evidenciam a condição subordinada das mulheres na sociedade de sua época, revelando como valores morais e normas sociais incidiam de maneira desigual sobre homens e mulheres.

Ainda sobre os negros nesse capítulo, São Benedito, considerado o santo dos pretos, foi citado três vezes. Esse se destaca pelo fato de ter feito votos de pobreza, obediência e castidade antes de se tornar santo. Como demonstração da fé católica, Carolina (1986, p. 22) nos afirma que [...] “O único mês que eu sabia que existia era o mês de maio. E os negros iam pedir esmolas. Saíam com uma bandeira com o retrato de São Benedito”.

Outro santo mencionado pela autora é São Cipriano, mas esse não era muito bem-visto por ser ligado à feitiçaria e considerado, por muitos, como um bruxo. Certa vez, Carolina estava sentada ao sol, lendo um livro bem grosso, enquanto as pessoas passavam, olhavam e comentavam que deveria ser o livro de São Cipriano. Segundo Jesus (1986, p. 178), as pessoas comentavam que ela estava estudando para ser feiticeira para “[...] atrapalhar a nossa vida. O feiticeiro reza, e não vem chuva; o feiticeiro reza, vem a geada.”

Ainda sobre a pesquisa em **Diário de Bitita**, mulheres tais como Santa Izabel, Santa Luzia e Santa Terezinha também foram mencionadas. São Paulo foi citado 58 vezes, mas nenhuma delas diz respeito ao santo. O termo se refere a um primo de Carolina e ao periódico **A Folha de São Paulo**, jornal que era a principal fonte de informação para as pessoas na época em que o livro foi escrito. Em relação a esse termo, chamou-nos a atenção São Paulo enquanto espaço geográfico. Na década de 1920, tanto o estado quanto a cidade eram destaque no país. Tudo girava em torno desse nome.

A mão de obra escrava tinha sido abolida em 1888 e, nesse aspecto, o Brasil precisava substituí-la no país. Foi dada preferência às pessoas vindas da Europa. Ressaltamos o termo preferência por estar associado, a esse movimento de imigração, a teoria do embranquecimento ou branqueamento, cujo objetivo era desenvolver políticas de eugenia que promovessem uma limpeza étnica, clareando pessoas que não correspondessem ao padrão branco europeu. Tal proposição previa a extinção da população negra em um período de 100 anos.

De acordo com Carolina Maria de Jesus (1986, p. 40), “o Brasil abria imigração para a Itália. Íamos receber seis mil italianos, dois mil iam para São Paulo, dois mil para o Rio Grande do Sul, um mil para o Rio de Janeiro e um mil para o Estado de Minas”. Provavelmente, devido a essa grande quantidade de pessoas, muitos trabalhadores brasileiros foram substituídos pelos italianos, tal como ela nos afirma em:

Os italianos que vieram foram selecionados. Sadios, bons dentes e sabiam ler. Uma família de oito pessoas tratava de quinze mil pés de café. Eles comiam carne, polenta, queijo e sopas. O pão era feito em casa. O pão era enorme, eles cortavam as fatias. Elas eram fartas (Jesus, 1986, p. 40).

Nesse sentido, podemos constatar que a cidade de São Paulo sempre foi uma referência para o Brasil. Em Sacramento, cidade de Carolina, algumas pessoas pensavam que São Paulo era outro país em função de sua importância. O sonho de muitos era se mudar para essa localidade, conseguir um bom emprego e melhorar de vida. Jesus (1986, p. 157) comenta que, na sua infância, presenciou situações relacionadas aos rapazes que entravam para o exército; “que se fardaram e entraram no estado de São Paulo, não mais voltaram para os seus estados. Conseguiram emprego em São Paulo”.

No capítulo 10 de **Diário de Bitita**, Carolina comenta sobre as missas e alguns rituais católicos. Chamou-nos atenção uma citação diferenciada feita em relação ao uso de velas, um artefato comum a várias religiões. Corroborando a temática religiosa, além de vela, a escritora cita outros objetos. No candomblé, por exemplo, o uso de roupas brancas representa a pureza e protege as pessoas de coisas ruins. Ao falar sobre “a morte do avô”, talvez em uma tentativa de salvá-lo, Carolina afirma:

A minha mãe foi procurar a dona Maria Treme-Treme, que dizia que tinha poderes sobrenaturais e conversava com os santos. Ela pediu uma toalha virgem, que ainda não fora usada, e uma peneira nova, e um maço de velas. Minha mãe comprou e entregou-lhe (Jesus, 1986, p. 116).

Essa visão de buscar ajuda e/ou tratamentos alternativos, tal como fez a família de Carolina, está fortemente relacionada ao colonialismo e à imposição da religião católica aos povos originários – nesse caso, à população escravizada. A combinação de várias crenças e diferentes doutrinas resultou no sincretismo religioso que mostra um comportamento diferenciado: aos domingos muitos estão na missa, outros momentos frequentando as casas religiosas de matriz africana.

É inegável que, na obra que estudamos, Carolina aponta seus conflitos psicológicos e existenciais em relação às questões sociais, tais como racismo, opressão e injustiças. Em seus lamentos, a escritora imagina Deus como um ser supremo que ouve todas as súplicas e é capaz de solucionar todas as injustiças que atingem os pobres. Os questionamentos da autora soam como preces buscando a bondade divina. Por outro lado, apenas sete vezes a palavra “diabo” está presente na obra, apesar de coisas ruins e negativas serem atribuídas à figura do diabo. É o que percebemos quando Carolina questionava sobre a doença de seu avô Benedito:

O vovô foi enganado pelos médicos. Era infecção nos rins. O médico que tratava o vovô era o Dr. José da Cunha. Eu ficava penalizada, ouvindo aqueles gemidos. E pensava: “Meu Deus, por que é que existe doença? De onde vem? A doença será de Deus ou do diabo?” Por eu ouvir que tudo que é ruim é do diabo como odiei e xinguei o diabo! Malvado, pé redondo! Mandar doença para judiar o meu avô! (Jesus, 1986, p. 113).

Assim como no campo religioso, a problemática envolvendo Deus e o diabo também está presente na literatura. Nas narrativas de Carolina Maria de Jesus, percebemos uma fé em Deus ligada à beleza, à bondade e à esperança. Já coisas feias, pessoas más e tudo que acontece de ruim estão ligados à figura do diabo, um ser apavorante e maléfico que parece vibrar principalmente com o sofrimento das pessoas, tal como a doença do senhor Benedito.

Consideramos relevante a pesquisa de Carlos Rafael Pinto (2021) que, embora dê ênfase à obra que projetou Carolina, **Quarto de despejo**, propõe uma leitura teológico-espiritual que também pode ser aplicada a **Diário de Bitita**. Nesse

sentido, a obra que retrata a infância da autora sacramentana registra vários fragmentos e reflexões sobre as questões sociais e raciais. Como comprovação disso, nota-se que ele revela as adversidades que a escritora enfrentou desde menina para conseguir seu lugar no mundo. Como testemunho, **Diário de Bitita** narra as memórias da infância e da juventude em Sacramento, cidade do interior mineiro, assim como Uberaba e as cidades de São Paulo e Restinga (SP).

Diante de uma infância de miséria e provações, Carolina se mostrava uma criança questionadora e rebelde. Inconformada com as adversidades impostas aos negros e aos pobres, a menina era considerada mal-educada porque não se calava quando presenciava situações de injustiças. Desde criança, ela abordava questões relativas aos pobres, aos negros e às mulheres. Esse tripé que envolve classe, raça e gênero sempre esteve presente na vida da escritora. Assim, de certa forma, Carolina Maria de Jesus representa com maestria essa porção da população brasileira.

Em **Diário de Bitita**, encontramos várias passagens confrontando a categoria classe social. A menina, que sempre se apresentava como uma criança revestida de esperteza, muitas vezes apresentava um contraste com seu lado pueril ao argumentar questões como “[...] nós que somos os pobres, o juiz quer que andemos na linha. Eu não sei que linha é esta” (Jesus, 1986, p. 115).

Certa vez, sua mãe decidiu viver em uma fazenda do interior, pensando que lá teriam uma vida mais farta, mas, em pouco tempo, seus sonhos foram frustrados. A menina entendia que pessoas pobres não tinham o direito de adoecer, porque precisavam enriquecer o patrão. O fato é que, após quatro anos trabalhando na fazenda, foram expulsos pelo dono das terras sem direito a nada. Sobre isso, Carolina relata:

Atualmente, eles fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai se aproximando a época da colheita, o fazendeiro expulsa o colono e fica com as plantações e não paga nada para o colono. O fazendeiro tem um atenuante: – As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei. É um ladrão legalizado (Jesus, 1986, p. 140).

Carolina confundia classe com gênero, o que pode ser constatado quando ela afirma:

Na classe dos homens, eu gostava dos padres porque eles não falavam em guerras. Eram amáveis quando falavam com as crianças que iam ao catecismo. Diziam que nós deveríamos orar para Deus nos auxiliar (Jesus, 1986, p. 75).

Na discussão de raça, Carolina narra com realismo o modo como a maioria das pessoas enxerga o negro. Sua escrita expõe as injúrias, as maldades e o racismo em relação a esse povo. Ela não entendia o motivo de alguns serem tão ricos e outros, tão pobres. Ficava intrigada quando via que os brancos possuíam mais regalias e autoridade do que os negros. Aos seis anos, a menina presenciou um assassinato e afirmou:

O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava (Jesus, 1986, p. 113).

Em relação ao gênero, os problemas são ainda maiores. Em um passado não muito distante, homens e mulheres ficavam separados no interior da igreja. Em momentos de oração, Carolina via as pessoas falarem: “[...] Deus... tem dó de nós. Deus... misericordioso. Quem será o Deus que é o nosso pai? Que vontade que eu tinha de ver o Deus e pedir-lhe para consertar o mundo” (Jesus, 1986, p. 108).

A desvalorização da mulher negra estava presente em todos os cenários. No que se refere ao sexo, os homens que trabalhavam no campo recebiam, ao final da semana, cinquenta e quatro mil-réis, a moeda da época. Alguns iam para cidade com dois objetivos: primeiramente, fazer a despesa da família e, depois, gastar com meretrizes, gabando-se por terem duas mulheres. O segundo pensamento reforça a diferença e o tratamento dado a essas mulheres. Carolina relata que, no retorno ao trabalho, às segundas-feiras, eles comentavam:

— Eu dormi com uma mulher branca.  
O outro dizia  
— Eu dormi com uma pretinha, e dei cinco mil-réis pra ela  
— Eu dei dez para a branca.  
— Que tal é a mulher branca?  
— Que tal é a mulher negra?  
E cada um dava a sua opinião.  
— Eu sempre falei que não haveria de morrer sem conhecer uma mulher branca.

— Você vê como é que o mundo já está melhorando, nós os negros já podemos dormir com as mulheres brancas. É a igualdade que já está chegando (Jesus, 1986, p. 45).

Leonardo Lucio Vieira Machado (2023) desenvolveu uma pesquisa intitulada **Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos**: uma análise comparativo-tematológica entre Provérbios de Carolina Maria de Jesus e provérbios da filosofia tradicional Cabinda. Machado utilizou algumas temáticas que pudessem ser comparadas às narrativas de Carolina e realizou sua pesquisa metodológica recorrendo à Tematologia, área da Literatura Comparada, e à Paremiologia, disciplina voltada ao estudo dos provérbios. Como resultado, ele registrou que os 490 provérbios carolinianos se distribuem nas seguintes temáticas: i) O mundo e a vida humana (97); ii) Conceitos de moralidade (97); iii) Interação social (87), iv) Posição social (87); v) Enfrentando e aprendendo (68); vi) Observações básicas e sociológicas (54); e vii) Critérios éticos do bem e do mal (29), representando 4,5% da obra.

Nosso interesse nessa pesquisa se deu porque o pesquisador nos trouxe um estudo relacionado aos povos cabindas. Em sua obra **Diário de Bitita**, a escritora faz um único relato sobre essa população, ao descrever que, quando criança, trocava umas brincadeiras para ficar sentada na cama ao lado de seu avô. Eles conversavam, se olhavam e, quando o senhor Benedito fechava os olhos para um curto cochilo, a menina observava os traços no rosto do avô. Segundo a escritora:

Eu ficava preocupada fitando o seu rosto, o seu nariz afilado. Eu queria ser bonita igual ao vovô. Que linda boca. Não tinha o nariz chato da raça negra. O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos (Jesus, 1986, p. 114).

Em consonância a esse relato de Carolina Maria de Jesus, observamos que, na infância, a menina conviveu com quase todas as temáticas listadas na pesquisa de Machado (2023). Aprendeu cedo que o duplo mundo e a vida humana são coisas bem distintas, e que o mundo é para todos, mas com moradas bem diferenciadas. Assim sendo, entendeu que a vida humana se apresenta de acordo com o lar que lhe é conferido. Conseqüentemente, ela percebia que os ricos tinham suas casas cobertas de telhas, enquanto os pobres tinham seus ranchos cobertos de sapé.

De acordo com os relatos de **Diário de Bitita**, desde a infância, Carolina era frequentemente descrita como uma menina considerada feia. Embora descenda do avô e, conseqüentemente, dos povos cabinda, seus traços eram bem diferentes, sendo esse o principal motivo das ofensas racistas que sofria. Interagir socialmente era praticamente impossível porque quase sempre ela ouvia coisas do tipo “Que negrinha feia! Que olhos grandes, parece sapo” (Jesus, 1986, p. 122). A posição social associada à raça foi um dos principais motivos que forçou Carolina a desenvolver resistência para enfrentar situações de injustiças e a aprender com as adversidades que lhe eram impostas.

Além dos pontos elencados, ela também aprendeu que os ricos, pobres e pretos não podiam compartilhar o mesmo espaço nas missas dominicais. Alguns dos marginalizados de Sacramento, às vezes, se davam por satisfeitos porque, estando de fora, eles, os pobres, “[...] ficavam perto da igreja para ver as mulheres ricas passarem, usando vestidos caríssimos que eram confeccionados em São Paulo na Casa Alemã ou na madame Antonieta” (Jesus, 1986, p. 101). Provavelmente, as observações de Carolina Maria de Jesus acerca da vida social em Sacramento serviram de base para problematizar as desigualdades sociológicas que se agravariam quando se tornasse adulta e fosse viver em São Paulo.

Apesar da relação entre as temáticas elencadas por Machado (2023), o que mais nos chamou a atenção foi o último item, que diz respeito aos critérios éticos do bem e do mal. Tal como dissemos anteriormente, o avô Benedito era a referência paterna de Carolina Maria de Jesus. Todos os ensinamentos eram repassados por meio da oralidade e era assim que os mais jovens aprendiam no dia a dia. Isso pode ser constatado em momentos como o que antecedeu a morte do senhor Benedito, esse personagem, nos pequenos instantes de lucidez na enfermidade, chamou sua mulher e:

[...] pediu à siá Maruca para sentar-se ao seu lado e ouvi-lo. Quando ele ia falar, os vizinhos, os filhos iam ouvi-lo. A única neta que ia ouvi-lo era eu. Queria ficar perto dele porque estava despedindo-se deste mundo. Preparando a sua longa viagem. Uma viagem para a qual os homens não levam malas, suas bagagens são as belas ações que praticarem aqui neste planeta. Os que o ouviam falar, diziam:

— Este homem é um profeta (Jesus, 1986, p. 116).

Acreditamos que os critérios éticos do bem e do mal deveriam ser comuns a todas as religiões. Atitudes que envolvem justiça, lealdade, bondade, caridade, honestidade e tantos outros comportamentos do bem deveriam ser praticados não somente dentro das igrejas e entre os pares, mas, sim, em todo o contexto social.

Infelizmente não é isso que observamos, porque Carolina nos informa que, certa vez, foi acusada injustamente de roubar cem mil réis de um padre, sendo presa por dois soldados e um sargento. Ela afirma que se imaginava percorrendo as ruas de Sacramento sob os gritos de ladra. Mais tarde, o padre encontrou seu dinheiro e tudo foi esclarecido. O religioso quis pedir desculpas à Bitita, mas a família dele não permitiu alegando que “o negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. O padre disse que ia rezar, pedir a Deus que me ajudasse na vida” (Jesus, 1986, p. 144). A concordância do padre com o raciocínio de sua família contribuiu para desvalorização do elemento negro na sociedade, exemplificando a afirmação de que a igreja contribuiu de maneira significativa com a escravidão no Brasil. Ainda, a evangelização que os negros recebiam era responsável por colocar em suas mentes que deveriam aceitar pacificamente a condição e a situação impostas pelo senhor das terras.

Retornando à questão da ancestralidade de Carolina Maria de Jesus, Machado (2023) elaborou um minucioso levantamento sobre a origem dos povos Cabindas, ou seja, sobre os povos aos quais a escritora atribuía a origem do seu avô Benedito. O autor ressalta a importância da oralidade na comunicação e transmissão dos valores das sociedades ao longo do tempo, e, nesse sentido, acreditamos que o patriarca da família de Carolina desempenhou bem o seu papel. Ao longo dos anos, ele transmitiu para sua família sabedoria e valores éticos e morais. Partindo do achismo de Carolina em relação à origem do avô, descobrimos que a nação Cabinda é uma província de Angola que faz parte do território do antigo Reino do Congo.

Machado (2023) ainda comenta sobre a estruturação e a dinâmica dos processos sociais das sociedades negro-africanas, sua dimensão histórica e a concretude dos reinos, tais como os Iorubá do Benin (reino de Ketu) e da Nigéria (reinos de Ifé e Oyo), dentre outros. Não percebemos menção, entretanto, às religiões de matrizes africanas relacionadas ao avô de Carolina. Essa, por sua vez, comenta sobre as festas compostas por banquetes e batuques que geralmente atravessavam a noite.

Acerca da religiosidade, o que podemos inferir é que são as práticas católicas que constam no **Diário de Bitita**. O fato do senhor Benedito saber rezar o terço era motivo para ser tratado com respeito e consideração. Os momentos de ensinamento funcionavam como um elo entre o avô e a menina, perpetuando hábitos tradicionais de transmissão e de sabedoria ancestral.

### 3 O MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A LITERATURA DE AUTORIA NEGRA

Quando eu morrer!

Não digam que fui rebotalho  
Que vivia à margem da vida  
Digam que eu procurava trabalho  
E fui sempre fui preterida.

Diga ao meu povo brasileiro  
Que o meu sonho era ser escritora,  
Mas eu não tinha dinheiro  
pra pagar uma editora (Jesus, 2019).

Nesta seção, apontaremos algumas considerações sobre o papel e a responsabilidade das editoras no que diz respeito à literatura negro-brasileira no Brasil. Serão mencionadas questões como a representação do negro na literatura brasileira e sua participação enquanto ilustrador, organizador e, principalmente, autor, porque é nessa condição que ele tem a oportunidade de escrever suas narrativas de maneira que estejam de acordo com as suas visões, sem a influência da sociedade em relação a raça negra.

Nesse percurso, estruturamos a seção em dois momentos distintos. Em primeiro lugar, estão os desafios dos escritores negros e das escritoras negras para publicarem seus livros no Brasil. O segundo momento se refere às análises das práticas editoriais e sociais que viabilizaram o surgimento, a produção e a circulação de livros de contos e romances escritos por autores afro-brasileiros.

#### 3.1 DESAFIOS DE ESCRITORES NEGROS NA PUBLICAÇÃO DE SUAS OBRAS

Aspectos interessantes em torno de publicações de autoria negra merecem uma maior atenção. Em sua obra **A integração do negro na sociedade de classes**, Florestan Fernandes (1964), nos permite um interessante paralelo com relação aos desafios de escritores negros na publicação de suas obras. Em seu livro, o escritor demonstra que a Abolição não significou a integração efetiva da população negra à sociedade brasileira. Ao contrário, os negros foram inseridos em uma ordem social competitiva marcada pela exclusão econômica, política e cultural. A sociedade de classes brasileira preservou mecanismos herdados da escravidão,

impedindo que a população negra tivesse acesso igualitário aos espaços de prestígio e poder.

Se aplicarmos essa interpretação ao campo literário, podemos compreender que as dificuldades de publicação enfrentadas por escritores negros não decorrem apenas de questões individuais ou de mérito, mas de barreiras estruturais produzidas historicamente. O mercado editorial, as academias, a crítica literária e os espaços de legitimação cultural foram constituídos majoritariamente por grupos brancos, reproduzindo critérios de seleção e reconhecimento que frequentemente marginalizaram autores negros. Essa dinâmica se alinha com a análise de Florestan sobre a permanência da desigualdade racial mesmo após a transição para a sociedade de classes.

Desse modo, a exclusão editorial constitui uma manifestação daquilo que Florestan chamou de "heteronomia racial" na sociedade de classes: embora formalmente livres e cidadãos, os sujeitos negros continuaram encontrando obstáculos para ocupar posições de prestígio social e intelectual. Nesse sentido, a dificuldade de publicar, circular e obter reconhecimento literário não pode ser dissociada do processo histórico de racialização das oportunidades sociais.

É conveniente destacar que, durante muitos anos, parte significativa das obras literárias de autoria negra foi silenciada e colocadas à margem de nossa literatura em função do preconceito racial e da política de branqueamento da população brasileira. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, despontaram escritores negros como Luiz Gama (1830-1882) e Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Precursores na literatura brasileira, ainda hoje servem de incentivo para novos escritores que almejam um espaço na literatura nacional. Além do mais, a conscientização, a valorização e a importância da representatividade da cultura afro-brasileira podem garantir que escritores negros ocupem espaços que eram ocupados, em sua maioria, por escritores brancos, sendo, assim, capazes de proporcionar e trazer perspectivas únicas e experiências que reflitam a realidade da população negra do país.

Nesse sentido, buscamos refletir acerca das problemáticas que abrangem a literatura negro-brasileira, sendo a sua maior característica a de incentivar a leitura e valorizar os(as) autores(as) negros(as) por meio de suas produções literárias. Se limitarmos o escopo para a literatura negro-brasileira de autoria feminina, reforçamos a importância de Maria Firmina dos Reis nesse viés literário. Ela foi a primeira

mulher a publicar um romance no Brasil, a obra intitulada **Úrsula** e assinada sob o pseudônimo "uma maranhense", em 1859. Além de romance, Maria Firmina também publicou contos e poesias.

Em relação à condição social das mulheres, o século XIX não foi muito diferente dos anteriores. Sabe-se que a rotina das mulheres brasileiras nesse período baseava-se, na maioria das vezes, nos afazeres domésticos, um papel a elas direcionado em um ambiente machista. Eram elas que deveriam exercer as atividades relacionadas ao lar, como educar os filhos, cuidar dos outros membros da família, cozinhar, cuidar das roupas, dentre outras coisas. Sufocadas e relegadas a um ambiente doméstico e hostil, devido às construções sociais e patriarcais, por trás de uma esposa dedicada havia algumas escritoras que matavam ou ignoravam seus talentos literários para valorizar a carreira e a posição social do marido.

Pelos registros, tivemos conhecimento que Maria Firmina dos Reis nunca se casou e jamais teve filhos. Pontua-se que ela possuía duas ocupações: primeiramente, exercia a função de professora primária na rede pública do Maranhão, atividade desempenhada com tamanha dedicação a ponto de exercer uma maternidade afetiva por crianças que frequentavam sua casa. A segunda, não menos importante e em consonância com Carolina Maria de Jesus, era a carreira de escritora nas horas livres.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão em 11 de outubro de 1825, sendo filha bastarda de João Pedro Esteves e da escrava alforriada Leonor Felippa dos Reis (Maria, 2023). Considerada a primeira romancista brasileira, obteve reconhecimento pelo fato de contribuir para diversos periódicos da época com suas publicações. De acordo com o jornal **A imprensa** (Nova..., 1860, p. 4), o lançamento de **Úrsula** era a "primeira tentativa de uma comprovinciana" estrear na carreira de romancista, ao passo que ela se empenhava com modéstia para ocultar o próprio nome. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que, antigamente, as escritoras valiam-se da discrição utilizando pseudônimos masculinos para publicar suas produções devido a preconceitos e restrições sociais, muito comuns na época. Atitudes como essa se configuravam como uma estratégia de driblar o patriarcado, que insistia em relegar as mulheres à condição doméstica. Nesse contexto, as autoras viam-se diante de duas possibilidades: adotar um codinome para serem lidas ou simplesmente publicar, mas com a possibilidade de terem suas obras discriminadas e desvalorizadas. É justamente nesse horizonte histórico que se insere a reflexão da

pesquisadora Anna Faedrich, professora adjunta de literatura brasileira do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em sua obra **Escritoras silenciadas**: Narcisa Amália, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres (2022). O livro aborda a vida e a obra dessas três escritoras, oito e novecentistas. Ainda que mulheres brancas, celebridades para a época e com várias obras publicadas, elas sofreram com a tentativa de apagamento de suas obras.

Assim sendo, esse era um recurso usado por algumas escritoras com o propósito de evitar censuras, julgamentos e, ao mesmo tempo, conseguir inserir suas obras no mundo literário. Não obstante, Maria Firmina dos Reis conseguiu um feito importantíssimo no campo literário. Conhecedora do lugar que era reservado para as mulheres que se atrevessem a trilhar o caminho da escrita, ela ousou, mas com humildade e dignidade, como nos revela na epígrafe de seu livro:

Mesquinho e humilde  
livro é este  
que vos apresento, leitor.  
Sei que passará entre  
o indiferentismo glacial de uns  
e o riso mofador de outros,  
e ainda assim  
o dou a lume (Reis, 1859).

Mesmo diante das dificuldades sociais, econômicas e educacionais enfrentadas pelas mulheres na escrita, especialmente na escrita de romances, a escritora maranhense também soube aproveitar seu tempo livre e a oportunidade para desenvolver seu potencial criativo. Dentro desse cenário, merece destaque o pensamento de Virginia Woolf (1985), que defendia a igualdade de direitos e oportunidades de escrita para as mulheres. Para ela, a escrita das mulheres deve ser vista tal como a dos homens, isto é, como uma profissão, e não como lazer. No entanto, se escritoras brancas enfrentavam problemas de reconhecimento, as autoras negras ainda hoje atravessam uma luta triplamente qualificada, pois, associadas ao sexismo, também precisam enfrentar o racismo e a invisibilidade histórica.

Dentro desse cenário referente aos desafios para se publicar, os autores Maria Daniely Souza Lima e Vitória Gomes Almeida (2018) nos apresentam um artigo de suma importância, pois levam em consideração os desafios dos escritores

negros e das escritoras negras para publicarem seus livros no Brasil. As autoras comentam sobre o papel do mercado editorial e suas funções, como contribuir para a disseminação de inúmeras ideias, e ainda estimulam a cultura. Para Lima e Almeida (2018), a “pouca visibilidade e reconhecimento das obras de autores e autoras negros, além de atingir a sociedade, afeta de um modo específico a educação brasileira.”

Pauta de muitos debates, a produção literária de autoria negra no país tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Após as devidas defesas e apresentações, os pares/examinadores costumam indicar algumas teses/dissertações para a publicação. Com isso, constantemente surgem novos livros sobre a vida e a obra de escritores negros brasileiros, consolidando a relação entre literatura e afrodescendência no Brasil. Nesse sentido, de acordo com Eduardo de Assis Duarte (2011, p. 39), essa relação entre literatura e os negros brasileiros:

Cumprir seu objetivo de antologia crítica ao abrir espaço para que profissionais dos estudos literários possam apresentar a trajetória dessa centena de autores, analisar o perfil de seus escritos e as opções estéticas adotadas por cada um. Traz ainda a memória, a teoria e a discussão da literatura nascida dessas vozes d’África presentes no Brasil. Vozes grafadas, enredadas em seres de papel e figuras de ficção, a nos lembrar a todo instante o mundo em que vivemos hoje e em que viveram ontem nossos antepassados.

Continuando a considerar a temática da Literatura e os negros no Brasil, destacamos o escritor Luiz Silva, conhecido pelo pseudônimo de Cuti. Paulista, nascido em Ourinhos (1950), ele publicou, em 2010, a obra **Literatura Negro-Brasileira**. Neste livro, o autor se dedica a estudar a produção literária de autores negros no Brasil, alegando que a nomenclatura "**literatura negro-brasileira**" (grifo nosso) é mais apropriada que "literatura afrodescendente" ou "afro-brasileira" para descrever essa produção que se desenvolveu com base na identidade, ancestralidade e denúncia do racismo estrutural. Para o autor, o mais apropriado é usarmos "literatura negro-brasileira" para reforçar a conexão com as experiências e a identidade do negro em solo brasileiro, diferente da literatura africana ou de escritores que abordam a temática negra de um modo mais superficial. Cuti se opõe aos termos “afro-brasileira” ou “afro-descendente” e justifica que seu livro trata “de literatura negro-brasileira por conta de não descender o seu corpus da literatura africana” (Cuti, 2010, p. 45). O intelectual argumenta que os negros que vieram

escravizados para o Brasil não trouxeram uma produção escrita em sua bagagem, ou seja, não havia uma tradição que permitisse a continuidade de uma literatura afro no Brasil.

Aspectos particulares do binômio produção literária de autoria negra e mercado editorial são uma constante para os autores da literatura negro-brasileira. Nos últimos anos, movimentos literários, tal como a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), têm contribuído para a valorização da literatura de autoria negra no Brasil. Nas últimas edições, o evento tem apresentado um número considerável de autores negros em sua programação. Escritores brasileiros como Conceição Evaristo, Ailton Krenak e Lázaro Ramos, as portuguesas Grada Kilomba e Ayobámi Adébáyò, e os africanos Kalaf e Gaël Faye estiveram presentes. Cabe destacar que esses autores estão entre os que mais vendem durante o evento. Um detalhe importante é que a FLIP tem se esforçado na tentativa de promover o aumento da presença de autores negros no evento e, conseqüentemente, corrigir a falta de representatividade histórica nos eventos literários.

Longe de desmerecer as edições anteriores, a festa ocorrida em 2017 teve como patrono o escritor Lima Barreto. Nessa ocasião, foi possível observar uma maior participação não só de autores negros, mas também de um público que pôde se sentir representado. A leitura que se faz é uma mudança de perfil dos frequentadores do evento, com uma presença da diversidade. De todos os eventos, chamou-nos a atenção a fala da professora e educadora Diva Guimarães. Natural de Serra Morena, no interior do Paraná, Diva era filha de uma lavadeira e neta de escravizados. Ao se dirigir ao ator e escritor Lázaro Ramos que conduzia a mesa, Diva narrou momentos em que precisou enfrentar ataques de racismo por causa da cor de sua pele. Durante sua fala, a professora precisou controlar suas emoções para conseguir contar algumas experiências vividas na região sul do Brasil, isto é, os três estados que lideram em número de denúncias de casos de racismo ou injúria racial. Naquele instante, foi possível perceber não só um sofrimento aparentemente adormecido no peito de Diva, como também a empatia do público que a ouvia, através das lágrimas capturadas pelas lentes do cinegrafista.

### Retrato 02: Professora Diva Guimarães durante sua fala na FLIP



Fonte: Centro de Referências em Educação Integral (2025)

A partir de seus relatos, Diva Guimarães contribuiu de maneira ímpar e tornou-se referência no combate ao racismo, despertando empatia e provocando reflexões em todo o Brasil.<sup>8</sup>

### Retrato 03: Tais Araújo e Diva Guimarães em cena



Fonte: Vianna; Bessa (2022)

Apesar do predomínio desse entendimento da necessidade do aumento da representatividade dos autores e autoras negras no evento, um outro acontecimento literário tem ganhado corpo no país, principalmente na região sudeste. A Festa Literária das Periferias (FLUP) é um outro evento literário que acontece em áreas periféricas do Rio de Janeiro. No geral, a organização busca levar a literatura e a

---

<sup>8</sup> Em 2020, Diva Guimarães fez parte do elenco do filme *Medida Provisória*, dirigido por Lázaro Ramos. A temática do filme é o racismo estrutural e a violência estatal, onde o governo força todos os indivíduos negros a se mudarem para a África como uma forma de reparação.

cultura para territórios tradicionalmente excluídos dos circuitos literários, como as favelas e os morros. Outro objetivo é despertar e valorizar a cultura negra não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país.

De modo paralelo à FLIP, a Festa Literária das Periferias também promove o lançamento de livros de variados autores, sobretudo de escritoras negras. Por intermédio dessa festa, várias escritoras tiveram a oportunidade de publicarem juntas, a exemplo da coletânea **Carolinas**: a nova geração de escritoras negras brasileiras (2021). Além do lançamento de obras, os participantes são contemplados com mesas redondas, oficinas, saraus, música, dança e performances. Verifica-se, nessa festa, uma alegria contagiante, uma interação saudável e a promoção da diversidade por meio de um modo simples de inclusão.

Em 2025, a FLUP vivenciou sua 15ª edição e a homenageada da vez foi Conceição Evaristo<sup>9</sup>. Sua obra, profundamente enraizada nas tradições orais da diáspora africana, ressoa com a resiliência do manguenzal, ou seja, com sua capacidade de prosperar em condições desafiadoras e de criar vida onde parece impossível. As atividades aconteceram entre os dias 17 e 23 de novembro e o tema, definido como "**Ideias para Reencantar o Mundo**: Escrevivências, Sonhos e Batidões", foi uma celebração do legado revolucionário político, artístico, musical e poético do Caribe e sua profunda influência na diáspora africana, sobretudo no Brasil, com sua cultura de *sound systems*<sup>10</sup>.

Retrato 04: Escritora homenageada Conceição Evaristo



Fonte: FLUP (2025)

<sup>9</sup>Conceição Evaristo, uma das escritoras mais influentes do Brasil, cujo conceito de "Escrevivências" transformou a forma como entendemos e narramos às experiências das mulheres negras e das comunidades periféricas.

<sup>10</sup> A cultura de *sound systems* é um movimento musical e social que nasceu na Jamaica, especialmente a partir das décadas de 1940 e 1950, e se espalhou pelo mundo como uma forma potente de expressão cultural, resistência e celebração comunitária.

Ao citarmos essas duas festas literárias, o que queremos mostrar é a importância não só da promoção de eventos, mas também do ato de escrever e publicar obras que despertem não apenas o gosto pela leitura, mas também a consciência de que escritores e escritoras negras representam a maior parte da população brasileira. Esse novo nicho editorial que emerge de um novo e profícuo campo de estudos é uma ponte, uma estratégia capaz de conectar pessoas e garantir espaço e representatividade para os autores negros no ambiente editorial nacional.

Ao mencionarmos festas literárias como a FLIP e a FLUP, buscamos destacar não apenas a importância desses eventos para a promoção da leitura, mas também seu papel na valorização da escrita e da publicação de obras produzidas por autores e autoras negras. Mais do que estimular o interesse pela literatura, essas iniciativas contribuem para ampliar a consciência sobre a presença e a relevância de escritores negros em um país cuja população é majoritariamente negra. Nesse sentido, o fortalecimento desse nicho editorial, impulsionado por um campo de estudos cada vez mais consolidado, constitui uma estratégia fundamental para ampliar a representatividade e garantir maior visibilidade aos autores negros no cenário literário brasileiro.

Essa valorização da produção intelectual negra ultrapassa, inclusive, os limites do campo literário e alcança outras manifestações culturais. Um exemplo significativo ocorreu no Carnaval de 2026, uma das mais importantes expressões da cultura popular brasileira. Nesse ano, a escola de samba **Unidos da Tijuca** prestou homenagem à Carolina Maria de Jesus, transformando sua trajetória e seu legado em enredo. A escolha da escritora evidencia não apenas o reconhecimento de sua contribuição para a literatura brasileira, mas também a força simbólica de uma mulher negra, oriunda de camadas populares, cuja voz continua ecoando em diferentes espaços da vida cultural do país. Ao levar Carolina para a avenida, o carnaval reafirmou a atualidade de sua obra e a importância de sua presença na memória coletiva brasileira.

### 3.2 QUILOMBOS EDITORIAIS

Quando o assunto é editora, pensamos na importância de pontuar algumas características que as diferenciam. De acordo com López Winne e Malumián (2016, p. 14), as chamadas iniciativas editoriais se dividem nas seguintes categorias:

i) **Iniciativa editorial capitalista selvagem**: são as que se preocupam unicamente com o lucro e com os conteúdos editoriais produzidos, sendo quase sempre voltados ao senso comum, como a cultura de massa e a cultura do âmbito religioso; ii) **Iniciativa editorial humanista**: Para essas, o lucro não é problema. A preocupação maior é oferecer bons produtos. Assim sendo, priorizam um rigor na confecção dos produtos e nos conteúdos que são realmente importantes para a sociedade. Praticamente não há preocupação com os recursos, porque possuem fontes com as quais podem contar; e iii) **Iniciativa editorial híbrida ou independente**: aquelas que constituem, ou melhor, combinam aspectos das editoras tradicionais e de autopublicação. Nessa categoria, a editora e o autor compartilham os custos e os lucros da publicação. Há uma preocupação com o catálogo porque ele precisa ser atraente, além de oferecer um bom preço. Embora a ênfase seja para os produtos menos atraentes, concentram-se na elaboração de um catálogo de qualidade, mas sem relaxar na questão rentável, pois precisam se manter nos projetos vindouros. Essa iniciativa persegue a autossustentabilidade e independe de capital externo. Há um comprometimento com a difusão, por todos os meios possíveis, de seus autores, e a decisão sobre o que se publica ou rechaça está completamente submetida ao desejo de seu editor, sem nenhum tipo de condicionamento (López Winne; Malumián, 2016, p. 14).

A prática quilombola, como forma de resistência ao sistema de escravidão, remonta aos séculos XVI e XVII no Brasil. Os negros que para ali se dirigiam, fugiam das fazendas e dos mal tratos dos senhores. Muitos escravizados se rebelaram por presenciar assassinatos, suicídios e perceberam, na fuga, um modo de se organizarem em um espaço com liberdade para construir uma comunidade independente e preservar suas culturas e tradições africanas e indígenas. Um exemplo muito bom sobre esse espaço de convivência pode ser observado na série

televisiva **Extermine todos os brutos**, de Raoul Peck (2021), disponível no canal HBO Max.<sup>11</sup>

Segundo Abdias Nascimento, o quilombismo nada mais é do que um movimento político dos negros brasileiros cujo objetivo é reavivar antigas práticas e estratégias de resistência, inspirada na República dos Palmares do século XVI. Para o escritor, “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (Nascimento, 1980, p. 263-264). Assim como os quilombos funcionavam como um refúgio para quem queria liberdade, os quilombos editoriais possuem um significado semelhante: são um modo que os escritores negros criaram para garantir a publicação de seus livros, difundir o pensamento e as escritas afro-brasileiras, e, ao mesmo tempo, resistir aos preconceitos do mercado editorial

Partindo da ideia de Luiz Henrique de Oliveira no sentido de pensar o termo quilombo como uma metáfora para as casas editoriais, encontramos o conceito de quilombo editorial definido como:

[...] um conjunto de iniciativas no campo editorial, comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico. Possuem caráter deliberadamente independente. Seus autores são preferencialmente negros ou, em alguns casos, não negros comprometidos com o combate ao racismo em todas as formas. O catálogo é vasto e diverso, com ênfase em ciências humanas, cultura, artes e literatura. Possuem nítido projeto de intervenção político-intelectual a fim de criar debates e formar continuamente leitores sensíveis à diversidade em sentido amplo. Para além de casas de publicação, operam como territórios de ação e resistência ao bloqueio tácito no campo editorial brasileiro (Oliveira, 2018, p. 157).

Em função de tudo que foi exposto, verifica-se que aquilombar-se, do ponto de vista editorial, foi um bom investimento para os escritores e escritoras negras. No entanto, é possível agregar a esse movimento as reflexões de Oliveira e Rodrigues (2022, p. 197). Para esses pesquisadores, por intermédio das novas tecnologias da informação, a popularização e o avanço da internet contribuíram para o aumento na quantidade de publicações individuais e para o crescimento de livros eletrônicos,

---

<sup>11</sup> Nesse filme, Raoul Peck propõe uma análise contundente do colonialismo ocidental, evidenciando os efeitos duradouros da ideologia da supremacia branca na configuração do mundo contemporâneo.

tornando a leitura digital mais acessível e popular. Diante disso, precisamos reconhecer o trabalho e o esforço dessas iniciativas editoriais, fundamentais para a literatura negro-brasileira.

Assim, destacamos o papel das editoras especializadas Mazza e Malê na divulgação e manutenção da literatura negro-brasileira como meio de promoção não só de escritores, mas também de suas obras. O fato é que ambas, referências no meio editorial, trabalham no sentido de valorizar a literatura negro-brasileira e promovê-la no meio social. Nesse sentido, as duas tratam de promover a visibilidade de autores negros por meio de suas obras.

A Malê é uma editora e produtora cultural fundada por Vagner Amaro e Francisco Jorge, em agosto de 2015, no Rio de Janeiro. Seu objetivo é promover a visibilidade de escritores e escritoras negros(as) por meio de suas publicações, buscando atingir um segmento social que ainda segue na luta contra o preconceito e a exclusão. Além da edição de livros, a editora Malê aposta na formação e no desenvolvimento de leitores com as oficinas criativas. Mais do que isso, a Malê também organiza eventos literários, inclusive o **Prêmio Malê de Literatura**. Cabe ressaltar que essa editora prioriza autores negros, como Conceição Evaristo, Muniz Sodré, Cuti, Tom Farias, dentre outros. Destacamos também outro feito importantíssimo da Malê: a Malê Mirim, detentora do selo infantil, cuja temática é direcionada para culturas e histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Outra editora que merece destaque é a Mazza Edições. Comprometida em publicar obras voltadas para a cultura afro-brasileira, iniciou seus trabalhos no ano de 1981, vivenciando um período da ditadura militar brasileira. Sua fundação se deu graças a Maria Mazzarello Rodrigues. Reforçando o que foi dito por Oliveira e Rodrigues (2022, p. 173), “Mulher negra, militante e intelectual, com uma trajetória marcada pelo intenso envolvimento com questões de ordem social, política e cultural brasileiras.” Essa afirmação nos leva a imaginar a pressão sofrida por essa mulher diante de um período conhecido por sufocar vozes, em que a censura se tornou prática comum. Com formação específica no campo editorial, Maria Mazzarello pautou seu catálogo nos valores da ética, da justiça e da liberdade. Os recursos próprios, associados ao capital de escritores, limitam a ação da casa editorial, mas, por outro lado,

[...] garantem a independência de suas ações e posicionam a empresa em um lugar singular e de resistência no campo cultural. Os autores ainda nos informam que a editora [...] propõe-se a atuar com o sentido crítico para oferecer aos leitores e clientes obras que contribuam para uma melhor compreensão do passado, do presente e do futuro a ser construído (Oliveira; Rodrigues (2022, p. 174).

Contudo, o Brasil ainda conta com outras editoras de destaque que merecem nossa atenção. Temos a Nandyala Editora, Editora Ogum's Toques Negros, Kitembo, Quilombhoje e Pallas Editora, por exemplo. De acordo com a relação apresentada por Oliveira e Rodrigues (2022, p. 174-175), chamou-nos a atenção o destaque dado à editora Ciclo Contínuo Editorial, “fundada em 2009 por Marciano Ventura, é a única que se assume de modo explícito como editora independente, com dedicação a obras literárias e pesquisas na área das humanidades”.

Efetivamente, para pensarmos de que maneira o passado pode nos ajudar a solucionar questões raciais do presente, precisamos de livros que retratem a nossa história, sendo essa contada por meio do próprio negro. Vivemos por muitos anos ouvindo a história contada somente por um viés, mas, hoje, as crianças negras têm a acesso a livros infantis com protagonistas negros, escritos por autores não brancos. É direito essa oportunidade da criança não só de se enxergar negra, mas também de se autovalorizar, significando, desde cedo, ser capaz de reconhecer o próprio valor e envolvendo, portanto, um sentimento de autoestima e amor-próprio, independente da opinião alheia. Assim, vimos a literatura infantil tal como uma semente de acolhimento que crescerá forte e capaz de ajudar qualquer criança negra a enfrentar situações diversas que poderão ocorrer na vida adulta.

Para que possamos ter um público adulto leitor que se identifique com suas raízes, lançamos um olhar, inicialmente, para a Educação Básica, que contemplaria **Diário de Bitita**. Quando aprendeu a ler, a menina Bitita estava sempre à procura de algo para saciar sua sede de leitura. Nas palavras da própria autora, temos:

[...] percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior. Lía os nomes das lojas! “Casa Brasileira, de Armond Goulart.” Não é só esta loja que é uma casa brasileira. Mas as casas, as árvores, os homens que aqui nascem, tudo pertence ao Brasil. Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se. Li: “Farmácia Modelo.” Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares.  
Mamãe assustou-se. Interrogou-me:

— O que é isto? Está ficando louca?

— Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler! (Jesus, 1986, p. 126).

Atualmente, temos uma literatura infantil negra que valoriza e celebra a cultura e a identidade afro-brasileiras, empoderando crianças negras através de histórias que rompem estereótipos, promovem a equidade, e prepara tais crianças para lidar com questões relacionadas ao racismo. Na época em que Carolina foi alfabetizada, provavelmente na década de 1920, não somente ela, como todas as crianças no geral não tinham conhecimento de literatura infantil com a temática negra. Sobre esse aspecto, Carolina teve um pouco de sorte. Certa vez, em uma daquelas buscas desenfreadas de algo para ler, ela nos informa:

Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance *Escrava Isaura*. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão. Compreendi tão bem o romance que chorei com dó da escrava. Analisei o livro. Compreendi que naquela época os escravizadores eram ignorantes, porque quem é culto não escraviza, é os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão (Jesus, 1986, p. 126).

A narrativa acima nos mostra duas problemáticas. A primeira, a inexistência de uma literatura voltada para crianças negras ou até mesmo para crianças brancas, na época da infância da autora. Mencionamos crianças brancas no propósito de colocá-las em contato com livros infantis e com protagonistas negros, o que promove a construção da identidade das crianças negras e, ao mesmo tempo, desperta o desenvolvimento de empatia e a noção de respeito das crianças brancas para com as negras. Em segundo lugar, temos a referência ao romance de Bernardo Guimarães, publicado em 1875. Cabe lembrar que, nesse período, a luta pelo fim da escravidão ganhava força devido à resistência dos escravizados e à crescente atuação de grupos civis contrários a esse regime, além da grande pressão internacional dos que também eram contra a escravização. Ademais, é importante ressaltar que, nesse romance citado por Carolina, podemos destacar duas vertentes: i) inicialmente, temos a protagonista Isaura. Escrava de pele branca, bem-educada, refinada e criada pela dona da casa como se fosse sua filha. Entretanto, Leôncio, filho da dona da casa, jovem e sem caráter, não nutria nenhum sentimento de

irmandade por Isaura. Muito pelo contrário, ele a atormentava, e, mesmo depois de ter se casado, continuava a assediar Isaura. A trama se desenvolve nesse cenário até que um dia Isaura, juntamente com seu pai, foge para Recife. Pelo caminho, ela conhece e se apaixona por Álvaro, rapaz rico, estudante e contrário à escravização de pessoas. Porém, a escrava de Leôncio é capturada, retornando à fazenda e sendo severamente castigada. Ao final, consegue ficar com seu amado, Álvaro. ii) Embora a obra seja de caráter abolicionista, nesse romance histórico, o autor não se enveredou pela denúncia dos maus tratos sofridos pelos escravizados. A ênfase se deu em torno do triângulo amoroso entre Isaura, Álvaro e Leôncio.

Verifica-se, nesse cenário, que, por intermédio dessa obra, a menina Bitita despertou o interesse pelo assunto escravidão. Sendo uma criança inteligente, não foi difícil para ela associar a obra à sua vida e à vida dos outros membros da sua comunidade ao tratamento que recebiam da sociedade. Nesse sentido, poderíamos dizer que Bitita abriu os caminhos para que as crianças negras de hoje pudessem usufruir de uma literatura voltada para elas, a ponto de se sentirem orgulhosas e empoderadas.

Para além da literatura infantil negra, temos os livros didáticos que também abordam essa temática. Alguns demonstram uma visão estereotipada com relação à questão racial, sendo importante ressaltar o trabalho vivenciado pela pesquisadora Cristiane Veloso de Araújo Pestana (2023) enquanto professora da educação básica. Das diversas obras estudadas por Cristiane para a produção de sua tese, selecionamos somente duas. Essas apresentam pontos negativos com ilustrações racistas e estereotipadas, as quais podem gerar comentários e estranheza por parte de colegas de sala de aula. No que se refere à Bitita, a primeira experiência dessa criança fora de casa aconteceu no colégio Allan Kardec. Ao ser matriculada na escola, Carolina vivenciou na pele e no coração o poder da discriminação que as crianças negras sofrem. De certo modo, esse fato contribuiu negativamente para a construção de sua autoimagem e autoestima, porque, durante a infância e o pouco tempo em que Carolina frequentou a escola, essas instituições não dispunham de profissionais capacitados para trabalhar essas questões. Hoje, alunos rejeitados e que sofrem o crime de racismo geralmente são encaminhados para psicólogos ou psiquiatras que trabalham para orientar e possibilitar aos alunos negros um fortalecimento psíquico para saberem lidar com esses problemas.

Então, desde cedo, o jeito era resistir diariamente, conforme consta em um de seus lamentos: “Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam: Negrinha! Negrinha fedida! Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo: Cabelo pixaim! Cabelo duro!” (Jesus, 1986, p. 92). Infelizmente, ainda hoje é possível ouvir relatos de crianças que vivenciam essa situação.

Como nos conta Maria Lugones (2014, p. 951), “estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas, de vermos umas às outras na diferença colonial construindo uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber amar”, e, acima de tudo, saber respeitar. O preconceito e a falta de empatia permitiram que comentários infelizes relacionados à cor da pele, ao cabelo e ao nariz atormentassem a menina Bitita:

E que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito - quando eu entrei:  
 — Que negrinha feia!  
 Ninguém quer ser feio.  
 — Que olhos grandes, parece sapo (Jesus, 1986, p. 122).

O título do seguinte livro é um convite à leitura. Ao mesmo tempo, pode causar um certo estranhamento ao nos depararmos com **O cabelo de Lelê** (2012), de Valéria Belém. Nesta obra a protagonista é representada com uma vasta cabeleira crespa, característica que ocupa posição central na narrativa. Embora a obra busque valorizar um traço fenotípico historicamente alvo de discriminação racial, pode-se observar que a ênfase no cabelo como principal marcador da identidade negra contribui para a recorrência de determinadas imagens da infância negra na literatura infantil. Assim, ainda que o livro rompa com representações depreciativas, ele participa de uma tendência que frequentemente associa a construção da identidade da menina negra à questão capilar.

Embora obras como **Os cabelos de Lelê** desempenhem um papel importante na valorização da estética negra, especialmente ao resignificarem o cabelo crespo como símbolo de autoestima e identidade, é possível ampliar essa reflexão a partir da poesia afro-brasileira contemporânea. Em *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz* (2014), Cristiane Sobral apresenta uma perspectiva que ultrapassa a simples aceitação dos traços fenotípicos negros. No poema “Pixaim elétrico”, a autora transforma o gesto de soltar os cabelos em um ato de liberdade e

enfrentamento das normas estéticas impostas às mulheres negras: “[...] soltei os grampos e segui de cara pro vento, bem desaforada sem esconder volumes nem negar raízes [...]” (Sobral, 2014). O verso sugere que o empoderamento não reside apenas na valorização do cabelo crespo, mas também na possibilidade de vivenciá-lo de diferentes maneiras, sem submissão aos padrões sociais. Nesse sentido, a obra de Sobral convida a pensar que existem múltiplas formas de representar a beleza das meninas e mulheres negras, evitando que a identidade negra seja reduzida a uma única imagem ou a um único modo de usar os cabelos. Em relação aos seus traços físicos, Carolina Maria de Jesus, quando adulta, nos relata:

[...] eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo do branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existem reencarnações, eu quero voltar sempre preta (Jesus, 2014, p. 72).

Na obra **Chico Juba** (2011), de Gustavo Gaivota, as ilustrações de Rubem Filho também recorrem à ampliação de determinados traços físicos do protagonista. Além do cabelo volumoso, que ocupa lugar central na narrativa visual, chama a atenção o destaque conferido aos lábios do personagem. Tal representação suscita uma reflexão que pode ser estendida também a **Os cabelos de Lelê**. Embora ambas as obras estejam comprometidas com a valorização da identidade negra e com o enfrentamento de discursos racistas historicamente construídos em torno do cabelo crespo, suas ilustrações continuam enfatizando alguns traços fenotípicos específicos, como os cabelos volumosos e os lábios largos. Essa recorrência convida o leitor a questionar até que ponto a valorização da negritude pode coexistir com formas visuais que, ainda que ressignificadas, retomam características que foram amplamente utilizadas na história para caricaturar e estereotipar pessoas negras. Não se trata de negar a importância dessas obras para a construção de representações positivas, mas de reconhecer que a literatura infantil afro-brasileira também pode avançar na direção de uma maior diversidade de corpos, rostos, penteados e formas de ser negro, ampliando as possibilidades de identificação para crianças negras.

As formas de preconceito e racismo atravessam a história brasileira e permanecem atuantes na contemporaneidade. Elas atormentaram a menina Bitita e

continuam a se manifestar em nossa sociedade, evidenciando uma herança histórica e cultural profundamente marcada pelo sistema escravocrata. Por meio de violências físicas, simbólicas e epistemológicas, esse sistema buscou não apenas explorar corpos negros, mas também apagar histórias, tradições, costumes e saberes ancestrais. Trata-se de um processo que tentou destituir povos africanos e seus descendentes de suas referências identitárias, comprometendo o reconhecimento de sua humanidade e de suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Quanto aos livros didáticos e paradidáticos, é fundamental que educadores e instituições escolares adotem critérios rigorosos na seleção dessas obras. De certa forma, os personagens representados nesses materiais podem funcionar como espelhos simbólicos para os estudantes, especialmente para as crianças negras, que buscam referências positivas de identidade e pertencimento no ambiente escolar. Embora seja importante abordar as diferenças físicas e culturais que caracterizam a diversidade da sociedade brasileira, tais representações não devem colocar sujeitos negros em posições de inferiorização, subalternidade ou estigmatização.

A recorrência de imagens e narrativas estereotipadas pode produzir sofrimento, comprometer a autoestima e contribuir para a desvalorização do corpo negro e de seus atributos físicos. Nesse sentido, materiais que reforçam preconceitos raciais ou reproduzem visões discriminatórias acabam colaborando para a manutenção do racismo estrutural. Por essa razão, atitudes que perpetuam desigualdades devem ser problematizadas e combatidas desde a infância.

Cabe aos professores, pedagogos e demais profissionais da educação desenvolver um olhar crítico e atento na escolha das obras que circulam na escola. Afinal, o estudante negro que ocupa, muitas vezes, um lugar de invisibilidade no espaço escolar poderá encontrar nesses materiais tanto a reafirmação de estereótipos historicamente construídos quanto o reconhecimento positivo de sua identidade, de sua história e de sua cultura. A forma como esse sujeito é representado pode contribuir para reforçar processos de exclusão ou, ao contrário, favorecer a valorização da diversidade e a construção de uma educação antirracista. Nesse sentido, de acordo com Nilma Lino Gomes (2019, p. 179),

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um

pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores.

Por conta disso, é sabido que uma maneira de tentar reverter esse preconceito dos negros na literatura infantil e, ao mesmo tempo, atender à demanda do mercado após a Lei 10.639/2003<sup>12</sup>, é a publicação de livros com temática racial, conforme algumas editoras começaram a fazer. Assim, passaram a considerar e a envolver quadros voltados para as africanidades, empregando crianças negras como personagens, mas, infelizmente, não basta somente publicar livros com essa temática. Na escolha dos livros didáticos, a equipe responsável deve estar atenta se as obras apenas enunciam ou se realmente combatem o racismo, porque pode ocorrer que materiais que chegam às escolas, não possuem os fundamentos para promoverem o que objetiva a lei, isto é, combater o racismo e o preconceito racial, tampouco romper com os padrões estereotipados de representação.

Vale realçar que, além dos personagens, temos também a questão da autoria. O comportamento de um escritor de literatura infantil para a Educação Básica pode contribuir de maneira significativa na recepção dos leitores. Na escola pública brasileira, a maioria dos alunos é composta por negros. A importância do trabalho dos escritores(as) negros(as) é tão grande que eles não só contribuem para o resgate, mas, também, para o fortalecimento da identidade das crianças afro-brasileiras.

Poder ler autores negros é uma forma de aproximar o criador da obra de seu leitor. Diante de um texto literário, cada aluno tem uma experiência de vida e suas interpretações são relativas, individuais e ímpares, pois cada um lê, observa e compreende de maneira distinta. Nessa perspectiva, a mensagem de um texto deve conter características e elementos a partir dos quais o autor seja capaz de despertar sentimentos, motivar reflexões e provocar transformações. Ao saber que o autor da obra que está lendo também é negro, o leitor se vê representado nos personagens e na autoria, fazendo com que reflita sobre suas raízes e sua identidade e, conseqüentemente, sinta-se pertencente a algum coletivo.

---

<sup>12</sup> Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", além de outras providências (Brasil, 2003).

Assim sendo, de acordo com Gomes (2002), nossa identidade se constrói de forma coletiva, a partir do modo como somos vistos, ou seja, se somos partes ou se somos excluídos. Para ele, o modo como o escritor se posiciona sobre seus personagens, ou seja, como podem ser narrados ou representados, possibilita a construção ou autoidentificação:

É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (Gomes, 2002, p. 39).

Ainda sobre a produção literária negra brasileira e sua aplicação na educação básica, destacamos a obra da professora e escritora Sirlene Barbosa com ilustrações do quadrinista João Pinheiro. Ambos são responsáveis pela história em quadrinhos intitulada **Carolina**. Publicada em 2016 pela Editora Veneta, trata-se de uma biografia em quadrinhos de Carolina Maria de Jesus. Em 2023, os dois estiveram presentes na 7ª edição da Bienal de Quadrinhos de Curitiba, para divulgar o livro e participar da conversa: Gibiteca HQ Brasil: Quadrinhos e a Língua Portuguesa.

Em uma declaração, Sirlene Barbosa argumentou que a obra é fruto de suas pesquisas e de sua dissertação. Segundo ela, ao lecionar em uma escola da rede municipal de São Paulo, notou que praticamente não havia escritores(as) pretos nos livros didáticos da escola: “Eu percebi que Carolina de Jesus poderia estar naqueles livros, que talvez ela fosse uma resposta para aquela ausência de pessoas pretas” (apud Zarpelon, 2023). Essa foi uma maneira bem criativa de diversificar o conteúdo e introduzir personagens negros, principalmente o sujeito negro na condição de escritor – Carolina Maria de Jesus.

A literatura infantil afro-brasileira possui um importante papel na formação de identidade das crianças, e merece ser tratada com respeito. É preciso um olhar mais criterioso em relação ao conteúdo dos livros didáticos, de modo que não alimentem a visão estereotipada no que se refere à questão racial. Em relação ao Ensino Superior, Maria Daniely Souza Lima e Vitória Gomes Almeida (2018) apontam que ocorre uma certa “desmotivação quanto à produção científica, visto que em alguns

casos, quando a visibilidade não se faz tão presente gera a ideia de ausência de um espaço consolidado para estes autores”. Já faz mais de 20 anos que foi promulgada a Lei 10.639/2003, fazendo-nos indagar quais foram as conquistas e os desafios para uma educação antirracista. Por causa dessa lei, muitos desdobramentos ocorreram no sentido de incluir a cultura negra na educação e, atualmente, muitos brasileiros têm acesso ao Ensino Superior por meio de programas de ações afirmativas. Por outro lado, de todos que ingressam nas faculdades e universidades, alguns não conseguem seguir até o final de seus cursos. São inúmeras barreiras, a contar a financeira e a social. O racismo nas universidades é uma constante e nem todos estão preparados para enfrentar o problema. Como se não bastasse, há ainda a questão da representatividade negra no meio acadêmico. Quem não leu ou ouviu o seguinte questionamento: quantos professores negros você conhece? Com quantos professores negros você estudou? As respostas demonstram uma porcentagem bem pequena.

Em relação à totalidade da população brasileira, 55,5% da população é de negros, representando a maior parte. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação em relação aos questionamentos acima, é a seguinte:

O Brasil soma mais de 58 mil professores negros em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados, referentes ao ano de 2022, foram levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos. Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes (Ausência..., 2023).

Embora tenhamos a Lei de Cotas Raciais, diante desse quadro, os estudantes negros brasileiros ainda têm muitos desafios a enfrentar, porque a maior parte dos alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil é composta por brancos. Portanto, discentes e docentes vivenciam a mesma situação. A Lei nº 12.990/2014 estabelece que 20% das vagas em concursos públicos federais sejam destinadas para candidatos negros, sendo eles pretos e pardos (Brasil, 2014). Nesse sentido, vale ressaltar a importância e a responsabilidade das bancas e da

comissão de heteroidentificação porque, frequentemente, candidatos não negros se autoclassificam como tal.

Para Lima e Almeida (2018), a Biblioteconomia desempenha um importante papel social, porque, nesse contexto de democratização e acesso à leitura, contribui para a formação de leitores perpassando pela questão da diversidade e da representatividade na literatura.

Ainda nesse pensamento, é importante ressaltar as reflexões de Maria Nazareth Soares Fonseca, professora de Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais e, também, professora do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC-Minas, quando comenta que o termo Literatura Negra vai muito além do que o público considera. Segundo Fonseca (2006), por meio de suas narrativas, o autor tem a oportunidade de desenvolver questões identitárias relativas à cultura africana que estão diretamente relacionadas com a cultura negra brasileira. Mediante relatos e experiências, o escritor transfere para a escrita sua visão particular de compreensão do mundo. Assim sendo, consegue perceber e desenvolver seu sentimento de pertencimento no mundo e, conseqüentemente, promover práticas que resultem em seu bem viver. Aqui, nós temos a literatura negro-brasileira e, nesse sentido, ela busca abordar questões identitárias relativas à cultura africana e à cultura negra brasileira, que se misturam à memória e às lembranças de fatos do passado, percorrendo espaços íntimos do autor e transferindo para a escrita seus modos particulares de compreensão do mundo.

Hoje, muitos escritores negros alinham sua produção literária a uma política de resistência e afirmação identitária. Nesse contexto, a literatura negro-brasileira assume as experiências, demandas e perspectivas dos grupos historicamente marginalizados, ressignificando questões marcadas pela exclusão, pelo racismo e pelas desigualdades sociais. Ao conferir centralidade às vozes negras, essas obras desafiam narrativas hegemônicas e produzem novos sentidos sobre a história, a cultura e a identidade da população negra no Brasil.

### 3.3 PANORAMA EDITORIAL DE GÊNEROS NARRATIVOS DA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA

De acordo com Virginia Woolf (1985), em outubro de 1928, ela foi convidada para ministrar uma palestra sobre o papel da mulher na ficção literária em duas

faculdades inglesas para mulheres, a *Newnham College* e a *Girton College* (ambas pertencentes à Universidade de Cambridge). O texto escrito para essas palestras foi publicado como o artigo “Mulheres e ficção” na revista **Forum**, de Nova York, em março de 1929. Woolf relata que, pelo fato de o artigo ter ficado muito longo, ela optou por alterá-lo, transformando-o em um ensaio intitulado **Um teto todo seu**, publicado no final do mesmo ano.

Nesse ensaio, Virginia Woolf (2021, p. 12) comenta que as mulheres escreviam mais romances do que poesia porque era, e ainda é, mais fácil para uma mulher escrever. Para a escritora, o romance era a forma de arte menos concentrada, mais fácil de interromper ou de retornar quando comparada a um poema ou a uma peça. Considerava-o um gênero que utilizava da observação e da análise do caráter, sendo possível escrever um romance enquanto se descascava batatas ou se cuidava de um pai doente.

Carolina Maria de Jesus gostava de ler e principalmente de escrever, mas, como muitas mulheres, não tinha condições favoráveis para isso. Imaginamos o quanto deve ter sido difícil para uma mãe solteira, todos os dias, ter a preocupação de como matar a fome dos filhos sem ter uma renda fixa. Então, a escritora aproveitava o pouco tempo de que dispunha para se dedicar à escrita. Assim, ela descreve que, no dia 13 de maio, provavelmente de 1958, o tempo estava chuvoso:

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ... Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:  
– Viva a mamãe! (Jesus, 2014, p. 30).

Outro momento em que Carolina aproveitava o tempo para escrever era durante as madrugadas, valendo-se do silêncio da favela e do sono dos filhos. No dia 12 de junho [1958], ela nos relata:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes são brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este

ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2014, p. 58).

Ao lermos os textos de Carolina, compreendemos que a escrita de autoria feminina é uma arte que necessita do que, segundo Woolf (2021, p. 19), seria imprescindível para a literatura. Para a autora inglesa, as mulheres precisam do que por tanto tempo lhes foi negado – tempo livre, dinheiro e um espaço só para si em que tenham paz e sossego para criar bons textos. Diga-se: um teto todo seu, um espaço próprio, se quiserem escrever ficção. Nesse ensaio, Woolf discute a posição da mulher no ambiente doméstico e o seu confinamento caseiro. Além de viver sob a pressão da sociedade patriarcal, era vedada a dedicação aos estudos e, conseqüentemente, à escrita. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus, além de não possuir um ambiente doméstico favorável para produzir suas escritas, era malvista pela comunidade do Canindé porque escrevia e despertava a inveja de outras mulheres, como podemos observar no trecho a seguir, um testemunho sobre o comportamento das vizinhas de Carolina com críticas sobre seus escritos:

[...] O dia de hoje me foi benéfico. As rascoas da favela estão vendo eu escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz. Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres” (Jesus, 2014, p. 21).

Produzir contos e romances não é prerrogativa de ninguém, mas sabemos que, no passado, enquanto os homens viviam um momento de produção intensa, as mulheres foram silenciadas, pois escreviam, mas ficavam ocultas. Quando algumas conseguiam publicar seus textos, era geralmente sob um pseudônimo masculino ou de forma anônima. Diante desse fato, concluímos que, tanto na produção escrita quanto na publicação, há processos que envolvem políticas e questões sociais, de gênero e raciais.

No que tange à questão sobre o papel e a responsabilidade das editoras e a literatura negro-brasileira no Brasil, é inegável não reconhecer também o trabalho de Luiz Henrique Silva de Oliveira e Fabiane Cristine Rodrigues (2016). Para um escritor em geral, sua produção literária poética precisa estar atrelada a um comprometimento fluido, seguido de uma tentativa de não interrupção no processo da escrita. Sem querer desmerecer a poesia, o foco da pesquisa de Oliveira e Rodrigues é analisar as práticas editoriais e sociais que viabilizaram o surgimento, a

produção e a circulação de livros de contos e romances escritos por autores afro-brasileiros.

Oliveira e Rodrigues (2016, p. 91) especificam que a pesquisa tem um recorte temporal, aplicando-se ao “levantamento dos contistas e romancistas negros e suas obras individuais no intervalo temporal de 1859 até o primeiro semestre de 2016”.

Nesse sentido, em um contexto mais contemporâneo, utilizamos como exemplo a autora Eliana Alves Cruz (2016) que, para produzir **Água de barrela**, percebeu que o processo compreendido entre a escrita, a pesquisa e a publicação duraram aproximadamente seis anos. Seguindo, contudo, o raciocínio do referidos, é importante mencionar o percurso da escrita de **Quarto de despejo**: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. Em meados de 1955, quando o jornalista Audálio Dantas cobria uma reportagem na Favela do Canindé, em São Paulo, conheceu Carolina e, conseqüentemente, os escritos da autora. Leu, gostou e prometeu à autora que publicaria seu livro. Após a apreciação do jornalista e alguns cortes, no final de quatro anos, em 1960, o livro foi lançado em grande estilo, obtendo um enorme sucesso.

Oliveira e Rodrigues (2016) comentam que as análises da pesquisa foram organizadas e baseadas em relações tais como o autor e a quantidade de publicações individuais; os períodos e a frequência de publicações; a quantidade de publicações autorais por casa editorial; e a distribuição pelo país. No caso de Carolina Maria de Jesus, seu acervo está alocado em diferentes espaços sob determinadas guardas. Recentemente, em março de 2024, o Instituto Moreira Salles celebrou os 110 anos de nascimento de Carolina com o lançamento de um site<sup>13</sup> sobre a vida e as obras da escritora.

Com o objetivo de ampliar e atualizar a pesquisa desenvolvida por Luiz Henrique Silva de Oliveira, que resultou na publicação da obra **Negrismo**: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984), o autor e a pesquisadora Fabiane Cristine Rodrigues lançaram, em 2022, pela editora Malê, a obra **Trajétórias editoriais da literatura negra brasileira**: poesia, conto, romance e não ficção. Embora o livro tenha sido finalizado, seu conteúdo não é definitivo, porque o conhecimento estará sempre em construção, gerando mais resultados. O que podemos perceber é que se trata de uma pesquisa exaustiva e, tal como

---

<sup>13</sup> <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/>

colocou Eduardo de Assis Duarte (2022, p. 15) ao prefaciar o livro, é também um grande empenho “em situar, analisar e demarcar estatisticamente a trajetória editorial da produção literária negra em nosso país.” Sobre esse aspecto, o professor Eduardo salienta que:

Nestas primeiras décadas do século XXI, assistimos a um vertiginoso crescimento desta vertente de nossas letras, não só em termos de publicações e editoras voltadas para a questão, mas, em especial, do grande contingente de jovens leitoras e leitores empenhados não apenas em fruir tais textos, mas também em se tornar sujeitos de uma criação poética, prosaica ou ensaísta (Duarte apud Oliveira; Rodrigues, 2022, p. 15).

De acordo com Oliveira e Rodrigues (2022, p. 39), os estudos publicados por Pierre Bourdieu, em **As regras da arte** (1996), analisam, entre outros temas, a questão do espaço social e sua relação com as produções literárias “para compreender como elas se articulam com o campo de produção de bens culturais e os demais espaços de poder existentes”. A saber, Bourdieu (1996, p. 64) entende o campo literário como “um mundo à parte, sujeito às suas próprias leis” com certa autonomia, porém não se encontra completamente dissociado das esferas de poder político e econômico. Sua independência configura-se como um processo contínuo, permeado de tensões. Assim como em todas as áreas, no campo literário e no campo editorial existe a figura dos agentes, que estão submetidos às “lógicas, que por sua vez influenciam os modos de produção e circulação, recepção e ciclo de vidas das obras, dos autores, dos editores e dos demais agentes relacionados ao processo que cercam as obras” (Oliveira e Rodrigues, 2022, p. 40).

Como caracterizam os pesquisadores Oliveira e Rodrigues, as lutas no campo editorial definem critérios, determinam a ocupação de postos e espaços de quem detém o maior poder. Quanto maior a influência do agente, maior será a sua força para conservar ou alterar situações. De acordo com ambos, “no interior do campo literário, o mais importante é o capital simbólico”.<sup>14</sup> Embora o livro apresente uma pesquisa bem detalhada sobre poesia, contos e romances, chamou-nos a atenção o

---

<sup>14</sup> Em sua obra **O poder simbólico** (2001, p. 145), Bourdieu afirma que o capital simbólico, outro nome da distinção, não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio que, para ser conquistado, o autor precisa ser reconhecido pelos seus pares e pelos críticos.

capítulo cinco, intitulado “Trajetória editorial da produção não ficcional de autoria negra brasileira: livros individuais (1906-2020)”. A justificativa se faz pelo fato de o objeto de estudo desta tese, **Diário de Bitita** (1986), e o livro de aporte, **Quarto de despejo: diário de uma favelada** (1960), terem sido publicados entre o período citado. Essas duas obras de Carolina Maria de Jesus, conceituadas como autobiográficas, são contempladas no capítulo mencionado.

Sobre isso, a análise de Oliveira e Rodrigues (2022) nos lembra que, no final do século passado e no início deste século, os estudos editoriais conquistaram maior espaço no campo acadêmico. Assim sendo, como resultado, surge uma graduação específica para editores com o intuito de formar profissionais para a crescente indústria cultural brasileira. Nesse contexto, podemos considerar o impacto dos estudos editoriais nos estudos linguísticos e literários. A partir daquele momento, passamos a perceber que

[...] estudar os bastidores do texto é tão importante quanto estudar o texto. Este não nasce pronto, não basta em si, ainda que possam defender essa postura ainda hoje. O texto é processo e produto de dinâmicas específicas do campo em que está imerso, para usar um termo de Pierre Bourdieu (Oliveira e Rodrigues (2022, p. 133-134).

Considerando essa reflexão acerca dos bastidores do texto, torna-se conveniente destacar que a criação de Carolina Maria de Jesus possuía uma íntima relação com o ambiente. Os elementos que compõem a estrutura e o processo de criação de suas escritas autobiográficas iam muito além do que é visível na superfície. As escritas foram realizadas em um cenário traumático: além de um ambiente insalubre, a fome era uma preocupação diária, e Carolina precisava buscar modos de sobrevivência para ela e para seus filhos. Se, por um lado, a fome era uma inquietação, por outro, funcionava tal como um lastro para denunciar e reivindicar atenção e melhores condições de vida para os excluídos. Como se não bastasse, essa mulher era constantemente rechaçada devido a cor de sua pele.

Hoje, Carolina Maria de Jesus é objeto de estudo não só no campo das Letras, mas também em outras ciências, como na História, na Sociologia e no campo religioso. Embora tenha escrito poesias e romances, como foi relatado anteriormente, no capítulo cinco da obra de Oliveira e Rodrigues (2022), encontramos somente a produção não ficcional e não aparece nenhuma poesia de Carolina Maria de Jesus. Os autores salientam que a proposta seria analisar o que

foi publicado por autores negros sociais para além da literatura. A autobiografia é um gênero literário, mas, pelo fato das narrativas de Carolina conversarem com o social, merece atenção. Os pesquisadores nos relatam que, para o levantamento de dados, recorreram ao portal **literafro**, que possui uma seção voltada para a produção intelectual de escritores negros. Criado em 2004, essa plataforma é um projeto de pesquisa e extensão do Departamento de Estudos Literários e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, da Faculdade de Letras da UFMG. A finalidade é divulgar a produção literária afro-brasileira e promover o debate sobre essa temática. Ainda que as datas de publicação das obras carolinianas e em estudo estejam no período estipulado no capítulo cinco, podemos perceber que não constam no quadro abaixo, produzido pelos autores Oliveira e Rodrigues, ainda que não sejam consideradas ficção:

Quadro 01 - Relação autores x quantidade de obras publicadas (não ficção)  
publicadas no período de (1906-2020)

<b>Autores</b>	<b>Obras publicadas (Não ficção)</b>
Muniz Sodré	27
Nei Lopes	17
Domício Proença Filho	16
Joel Rufino dos Santos	13
Ruth Guimarães	11
Arlindo Veiga dos Santos	8
Abdias Nascimento	7
Edmilson de Almeida Pereira, Fernando Góes e Mestre Didi	5
Cuti e Ramatis Jacinto	4
Alzira dos Santos Rufino, José Endoença Martins, Lima Barreto, Lourdes Teodora, Nilma Lino Gomes, Oswaldo de Camargo, Renato Noguera e Ubiratan Castro de Araújo	3
Cyana Leahy-Dios, Eduardo de Oliveira, Elaine Marcelina, Henrique Cunha Jr., Jaime Sodré e Júlio Romão da Silva	2
Acimar de Oliveira, Allan Rosa, Anelito de Oliveira, Conceição Evaristo, Elio Ferreira, Inaldete Pinheiro de Andrade, Jônatas Conceição, Lepê Correia, Lino Guedes, Miriam Alves, Oswaldo Faustino, Patrícia Santana, Raul Astolfo Marques, Ricardo Dias e Ronaldo Augusto	1

Fonte: Oliveira; Rodrigues (2022, p. 139)

De acordo com o último levantamento do IBGE (2022), “o Brasil tem 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens. A população brasileira é composta por cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens”. Ainda assim, mesmo sendo a maioria, as mulheres perdem para os homens no que diz respeito ao número de publicações. Tendo por base a amostragem dos estudos publicados por Oliveira e Rodrigues (2022, p. 139), segundo o quadro acima, podemos concluir que a quantidade de autores que publicaram não ficção no período compreendido entre 1906-2020, totalizou 41 (quarenta e um) escritores, sendo que: i) trinta e um são homens (75%), dez são mulheres (24%); ii) esse resultado confirma que os homens publicam mais que as mulheres. A explicação para isso está relacionada a uma série de desigualdades históricas, especialmente as de caráter estrutural e de gênero, bem como às condições econômicas, aos afazeres domésticos, à educação dos filhos, à falta de tranquilidade e de espaço físico, entre outros aspectos.

Um dado que nos chamou a atenção diz respeito à escritora Conceição Evaristo. Nós, que estamos acostumados com suas poesias, seus contos e romances, ao nos depararmos com um quadro demonstrativo sobre a relação autores x quantidade de obras publicadas (não ficção) publicadas no período de 1906-2020, encontramos o título **A literatura negra: uma poética de nossa afrobrasilidade** (2007). Essa obra é fruto de sua dissertação, pela PUC- Rio de Janeiro, em 1996. Nesse trabalho, Conceição Evaristo nos traz algumas reflexões sobre:

[...] o ato de fazer, pensar e veicular o texto literário negro. Considera a invenção, pelos brasileiros descendentes de africanos, de formas de resistência à violação e à interdição do negro, impostas pelo sistema escravocrata do passado e pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, realçando as marcas profundas que essas formas de resistência imprimem na nação brasileira (Evaristo (2009).

Em decorrência da relação autores *versus* quantidade de obras de não ficção publicadas, houve também uma preocupação em mencionar qual a região que mais publicou obras de autoria negra. Nesse quesito, a região sudeste ficou em primeiro lugar, com destaque para Rio de Janeiro (62%) e São Paulo (61%), que juntas somaram aproximadamente 71%. O que podemos concluir desse fato é que os dois estados que mais publicam são polos significativos do ponto de vista econômico

brasileiro. Apesar de não constar na pesquisa, devemos lembrar que a escritora sacramentana faz parte dos autores mineiros do período em questão.

Em relação aos dados apresentados e pelo levantamento da produção intelectual negra, ambos permitem compreender que a literatura negro-brasileira não se constitui apenas como um campo de produção estética, mas também como um espaço de elaboração crítica da realidade social brasileira. Ao refletir sobre o fazer, o pensar e o veicular do texto literário negro, Evaristo, por exemplo, evidencia que essa produção está historicamente vinculada às formas de resistência construídas pela população negra brasileira diante dos processos de exclusão e silenciamento. Nesse sentido, a expressiva concentração de publicações na região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, revela não apenas a existência de polos editoriais e acadêmicos mais consolidados, mas também a importância dos espaços de circulação e legitimação das vozes negras no cenário nacional.

É justamente nesse contexto que a obra de Carolina Maria de Jesus adquire especial relevância. Antes mesmo da consolidação dos estudos acadêmicos sobre relações raciais e da ampliação do debate público acerca do racismo no Brasil, Carolina já mobilizava a escrita como instrumento de denúncia social e intervenção política. Sua produção literária insere-se nessa tradição de resistência identificada por Conceição Evaristo, transformando a experiência vivida em reflexão crítica sobre as desigualdades raciais, econômicas e sociais que estruturam a sociedade brasileira.

No que tange às dificuldades de publicação enfrentadas por autores e autoras negras, é fundamental destacar a importância da série literária **Cadernos Negros**, criada em 1978 pelo coletivo Quilombhoje. Mais do que um projeto editorial, a iniciativa constituiu uma resposta política à exclusão sistemática da população negra dos espaços de produção, circulação e legitimação literária no Brasil. Em um campo editorial historicamente marcado pelo predomínio de autores brancos e pela definição eurocêntrica do que deveria ser reconhecido como literatura, a coletânea surgiu como uma estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural que restringia a visibilidade e o reconhecimento da autoria negra.

Nesse contexto, a publicação das obras não dependia apenas de mérito literário, mas também da inserção em redes de poder que, durante décadas, dificultaram o acesso de escritores negros aos mecanismos de consagração cultural.

Ao criar um espaço autônomo de publicação e circulação, essa iniciativa editorial rompeu com a lógica de silenciamento imposta pelo mercado editorial e pelas instituições literárias hegemônicas, consolidando-se como um dos mais importantes instrumentos de resistência e afirmação da literatura negro-brasileira.

Assim sendo, a trajetória de Carolina Maria de Jesus evidencia a necessidade histórica de iniciativas dessa natureza. Embora tenha alcançado reconhecimento com **Quarto de Despejo**, sua produção posterior não recebeu o mesmo investimento editorial nem a mesma legitimidade concedida a autores inseridos nos círculos intelectuais dominantes. Carolina faleceu em 1977, um ano antes da criação dos **Cadernos Negros**. Se tivesse vivido para testemunhar o surgimento desse projeto, talvez encontrasse um espaço mais comprometido com a valorização da escrita negra e menos condicionado pelos critérios excludentes que historicamente marginalizaram intelectuais negros. Essa hipótese não pretende idealizar os **Cadernos Negros**, mas evidenciar como a ausência de iniciativas voltadas à autoria negra contribuiu para o apagamento de muitas vozes, entre elas a de Carolina Maria de Jesus, cuja importância literária só viria a ser amplamente reconhecida décadas após sua morte.

De acordo com Eduardo de Assis Duarte (2008, p. 12), a literatura negro-brasileira, “constitui-se a partir de textos que apresentam autoria, temática ponto de vista culturalmente identificados com a afrodescendência. Embora adotemos, nesta tese, a expressão literatura negro-brasileira, em consonância com a perspectiva de Cuti (2010), a definição proposta por Duarte contribui para compreender uma produção literária comprometida com a representação das experiências históricas, sociais e culturais da população negra. A opção por “negro-brasileira” decorre de uma posição político-epistemológica que enfatiza a identidade negra e o enfrentamento do racismo, recusando perspectivas que possam diluir as especificidades da experiência negra no Brasil.

Nessa perspectiva, a escrita de Carolina Maria de Jesus insere-se de modo significativo no campo da literatura negro-brasileira, uma vez que transforma em matéria literária as vivências, tensões e desigualdades que atravessam a população negra. Em sua obra, identificamos conteúdos que, de certa forma, reivindicam atenção do poder público para questões sociais, étnicas e raciais, ao mesmo tempo que provocam reflexões críticas no público leitor. Assim, pode-se afirmar que Carolina contribuiu para a formação de um leitor sensível às desigualdades

estruturais da sociedade brasileira e às demandas históricas da população negra. Apesar das resistências ainda existentes no campo literário, observa-se o surgimento de novas editoras e a ampliação dos espaços de circulação de autores negros, que seguem conquistando leitores e fortalecendo a literatura negro-brasileira como espaço de representação, denúncia e resistência.

Carolina Maria de Jesus experimentou o modo de vida identificado como negra brasileira. Venceu desafios imensos, como a fome e a pobreza, e alcançou a fama, embora por pouco tempo. Assim sendo, conseguiu nos mostrar o quanto a vida de uma mulher preta, solteira, pobre, mãe de três filhos e que almeja ser escritora foi sofrida. Jesus (2014, p. 12), nos relata que perante as dificuldades, ela exclamava: “[...] mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte [...].”

Em conformidade com o desabafo acima, em **Diário de Bitita**, a autora faz o seguinte lamento: “Não me agradava aquele modo de vida dos pobres. Não podia nem classificar aquilo de vida, sofriam mais do que os animais” (Jesus, 1986, p. 96). A literatura de Carolina tem o negro como elemento central, com base na experiência existencial da escritora como um sujeito negro, pois ela escreve com conhecimento de causa e ocupando seu lugar de fala. Desde pequena, quando discutia, inclusive, com adultos, ela se firmava e se posicionava a partir de seu lugar de fala, o qual está intimamente ligado às questões históricas e culturais comuns a esse segmento social – ou seja, pertencente aos pretos e pobres.

Em relação à forma como Carolina escrevia, houve duras críticas. Escritores se posicionaram quando perceberam que a nova edição de um livro publicado pela Companhia das Letras mantinha desvios gramaticais. É importante ressaltar que esse argumento não deve ser mantido como justificativa para excluir autores negros do sistema editorial, até porque, para uma pessoa que estudou somente dois anos ao longo de sua vida, Carolina se saiu muito bem. Ou melhor, soube se fazer lida. Tal como nos esclarece a própria escritora:

[...] O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter (Jesus, 2014, p. 16).

Em 1960, quando foi lançado **Quarto de despejo**, o sucesso foi tão grande que Carolina Maria de Jesus superou a venda de outros escritores, como Jorge Amado. Após ter caído no esquecimento, eis que, na comemoração do centenário de seu nascimento, em 2014, a obra da escritora, que ainda era pouco conhecida entre os brasileiros, principalmente entre os negros, retornou muito mais forte à cena cultural e aos mundos educacional e editorial. Infelizmente, na sua época, a maioria dos negros não era considerada letrada e, mesmo que fossem, provavelmente, não teriam meios para adquirir o livro de Carolina, porque a fome do corpo era maior do que a do espírito. Desse modo, em 1960, seria difícil a escritora formar um grande público de leitores negros.

Nós negros, entretanto, estamos acostumados a dizer que reverenciamos os nossos ancestrais, aqueles homens e aquelas mulheres negros(as) que, a custa de muito sofrimento, abriram caminhos sob toda forma de opressão para que, hoje, pudéssemos estar aqui, subvertendo o silêncio e falando de uma das maiores escritoras brasileiras. O ato de escrever e publicar para negros são passos que vêm de longe, cujo caminho foi trilhado por escritoras como Maria Firmina dos Reis e a própria Carolina Maria de Jesus, sendo seguidas por tantos(as) outros(as), como Conceição Evaristo, Eliza Lucinda, Ana Maria Gonçalves, Cidinha da Silva, Eliana Alves Cruz, Jeferson Tenório, Lima Barreto e Solano Trindade.

Diante de tantas proibições forçadas aos negros em relação à vida educacional, poucos conseguiram romper as barreiras sociais do preconceito. Esses continuam sendo objeto de pesquisas e motivos de encontros a partir dos quais admiradores, estudiosos e leitores podem compartilhar informações sobre seu escritor favorito ou qualquer outro de seu interesse.

De acordo com os estudos de Oliveira e Rodrigues (2016, p. 96), o negro deveria saber o suficiente para ser útil como mão de obra, mas não deveria ter autonomia sobre o próprio pensamento ou questionar a organização social vigente. Assim sendo, às margens de uma sociedade excludente, a produção literária de autoria negra tornou-se marginalizada.

### 3.4 O CONTEXTO EDITORIAL DE DIÁRIO DE BITITA

Como um fenômeno, Carolina tornou-se lida e sua obra circulou por diversos países, graças à tradução para diversos idiomas. Além do Brasil, o público internacional também se interessou pelas narrativas da escritora sacramentoana.

Após muita perseverança, pelo que tudo indica, Carolina conseguiu passar pelo filtro do mercado editorial ao publicar **Quarto de despejo**: diário de uma favelada, em 1960. Atualmente, graças ao advento da tecnologia e principalmente das redes sociais, quando surge uma nova obra em lançamento, a procura acentua-se na pré-venda, devido à propaganda. Sobre isso, segundo Luiz Silva Cuti (2010, p. 48-49),

[...] as editoras, por exemplo, têm o que chamam de “linha editorial”, demarcadora dos parâmetros de suas exigências para os que nela procuram a publicação de seus escritos. Essa “linha” norteia a(s) mensagem(ns) a ser(em) veiculada(s) de forma impressa e em determinados formatos. Assim como existe a tal “linha” orientando o crivo (a escolha) entre os títulos a serem publicados ou não, também, posteriormente, haverá a seleção do que, estando disponível no mercado, deve receber o aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura.

Em relação à escassez de publicações autorais de contos e romances afro-brasileiros, poderíamos dizer que não seria o caso de Carolina Maria de Jesus. Estudos mostram que ainda existem muitos textos de Carolina para virem a público, além de que, como dissemos anteriormente, muitos leitores brasileiros ainda não a conhecem. Nesse sentido, para os autores contemporâneos que desejam publicar e se tornarem visíveis, é necessário construir seus circuitos editoriais. Segundo Oliveira e Rodrigues (2016, p. 97), a necessidade de publicar contribui para que os escritores negros se organizem “em coletivos editoriais que fomentem seus ideais”. Na época em que Carolina tentava publicar sua primeira obra, ainda não havia esses coletivos editoriais. Certa vez, ela reclamou que o jornalista Audálio estava segurando os rascunhos e, conseqüentemente, a impedindo de enviar os escritos para o exterior. Ela nos relata:

[...] Não dormi por estar exausta. Pensei até que ia morrer. Eu tenho impressão que estou num deserto. Tem hora que eu odeio o repórter Audálio Dantas. Se ele não prendesse o meu livro eu enviava os

manuscritos para os Estados Unidos e já estava sossegada (Jesus, 2014, p. 122-123).

Nessa época, Carolina não imaginava que sofreria mais uma desilusão. Mais tarde, decidiu tentar a sorte no exterior e enviou seus manuscritos para os Estados Unidos com intenção de publicá-los na revista **The Reader's Digest** (comercializada no Brasil como **Seleções**), e, de acordo com os relatos da escritora, em 16 de janeiro de 1959,

[...] Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O The Reader Digest devolveu os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra (Jesus, 2014, p.154).

Se, atualmente, os escritores ainda encontram dificuldades para publicar, imaginemos as dificuldades sofridas por Carolina. Como não havia dinheiro para saciar a fome, tampouco havia recursos para promover uma publicação de livro. Embora ela frequentasse o jornal, jamais teria uma oportunidade de trabalho em troca da publicação, provavelmente, por não ter estudos e pelo fato de ser uma mulher preta.

Nesse sentido, Oliveira e Rodrigues (2016, p. 97) comentam sobre a importância de Francisco de Paula Brito, trabalhador do **Jornal do Comércio**, “considerado o primeiro ativista a inserir no debate político-editorial a questão racial”. Somado ao fato de ter sido o primeiro editor de Machado de Assis, é também considerado o precursor da imprensa negra. Nesse sentido, a luta de Carolina para colocar **Quarto de despejo** nas prateleiras das livrarias demonstra que ela foi uma autêntica desbravadora nesse espaço tão hostil para escritores iniciantes. A tentativa de calar a voz do escritor negro é percebida claramente na colocação da professora Florentina Souza (2005, p. 65), quando relata que “aos negros, africanos ou afrodescendentes, de acordo com legislação [...] não caberia escrever, publicar ou mesmo falar de si ou de seu grupo”.

A pesquisa realizada por Oliveira e Rodrigues (2016) constata que, apesar das dificuldades, houve um aumento considerável de publicações de contos e romances afro-brasileiros. Nesse sentido, o destaque vai para a obra **O escravo** (2023), romance de Carolina Maria de Jesus. No momento, além da leitura, cabe-

nos aguardar as críticas, porque a escritora sofria julgamentos e cobranças por ter publicado somente escrita autobiográfica, o que não é verdade. Mais à frente falaremos sobre isso. Atrelado ao aumento das publicações, percebemos também um aumento significativo de editoras especializadas, cuja prioridade é a escrita afro-brasileira, embora não seja exclusiva.

Em um posicionamento crítico, em seu artigo intitulado **Literatura de periferia e mercado**: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus, a pesquisadora e professora Luciana Paiva Coronel (2011) “discute a problemática da literatura de periferia nos quadros do mercado editorial nacional, apontando as formas de negociação implementadas entre a mesma, no caso de Carolina de Jesus, e o sistema da cultura de massa hegemônico no país no sentido de viabilizar a sua circulação por meio da conformação de produtos literários viáveis em termos de aceitação do público”.

Luciana Paiva Coronel, tal como muitos, nos apresenta Carolina Maria de Jesus como uma mulher negra, pobre e mãe de três filhos que buscava o sustento diário para sua família através da venda de papéis e materiais recicláveis que pegava nas ruas de São Paulo. Geralmente, quando o assunto é Carolina Maria de Jesus, parece haver um consenso em dizer que ela dava voz aos moradores da favela em que vivia. Um diferencial na pesquisa de Coronel é que nos mostra uma maneira diferente de analisar essa narrativa e nos afirma que, do ponto de vista social, Carolina realmente falava como uma representante em razão de experimentar praticamente as mesmas situações que seus vizinhos. Por outro lado, Carolina se distanciava da comunidade e não escondia o desejo de um dia não mais pertencer àquele lugar. Embora comentasse sobre a vida dos moradores, os seus registros diários eram relatos de ordem pessoal e sobre seus filhos.

Nos registros de Carolina, verificam-se relatos de alegrias, revoltas, desabafos e o desejo enorme de escrever e publicar seu livro. Ela via, nesse sonho, a oportunidade de mostrar para a sociedade que também era uma escritora, só precisava comprovar. Ela percebia que a única maneira de melhorar de vida seria através dos recursos provenientes das vendas do seu livro. Conforme afirmamos anteriormente, quando o jornalista Audálio Dantas foi até à favela para fazer uma reportagem, ele conheceu Carolina e ela lhe apresentou seus cadernos, no total, trinta e cinco. O jornalista, então, prometeu ajudá-la para que conseguisse publicar, mas, da promessa até a concretização do fato, passaram-se dois anos. Coronel

(2011. p. 69) argumenta que “Carolina foi inserida no rol de publicações de uma editora comercial, atenta ao potencial de vendas de uma obra tão ‘diferente’”. Acontece que o “diferente” passou a incomodar em razão das denúncias e, ao mesmo tempo, despertou interesse da sociedade em conhecer a pessoa que promoveu o feito.

Na verdade, Carolina era considerada culta demais pelos moradores da favela, o que frequentemente a colocava em uma posição de estranhamento e rejeição dentro da comunidade. Sua habilidade de leitura, escrita e articulação verbal destoava das expectativas socialmente atribuídas àquele espaço. Por outro lado, fora da favela, sua produção intelectual era frequentemente deslegitimada por não corresponder aos padrões formais de escolarização valorizados pelas elites letradas. Dessa forma, Carolina ocupava uma posição liminar: não era plenamente reconhecida nem pelos habitantes do Canindé nem pelos grupos sociais que consumiam sua obra, os quais tendiam a enxergá-la apenas como testemunha da miséria e da fome, e não como uma intelectual e escritora de pleno direito.

Finalmente, quando Carolina conseguiu publicar o seu livro, o sucesso momentâneo veio acompanhado do descaso e do isolamento por parte dos seus vizinhos por ter melhorado de vida. Concomitantemente, aqueles que a apresentavam ao público acentuavam a marca diferencial da autora em termos de extração social e seu pertencimento à favela, da qual não costumam sair autores de literatura. Carolina virou celebridade durante algum tempo, mas isso não fez com que ela fosse cem por cento aceita. De acordo com professora Luciana Paiva Coronel, a escritora negra e pobre fala à sua maneira, mas, no final, acaba sendo traduzida, passando pelo crivo dos:

[...] homens conhecedores da norma culta padrão da língua escrita, que apresentam-na nos prefácios e orelhas das diferentes edições de Quarto de despejo. Estes atuam como verdadeiros mediadores entre a autora e o público, concedem-lhe a palavra e autorizam seu discurso tosco (Coronel, 2011, p. 67).

Nesse sentido, pensamos a importância de trazer a reflexão da escritora Catherine Walsh. Sua pesquisa contribui de maneira significativa para compreendermos os limites dessa aparente inclusão de Carolina Maria de Jesus no

circuito editorial. Para Walsh, o multiculturalismo opera por meio do reconhecimento da diferença sem que haja uma transformação efetiva das estruturas de poder que produzem a exclusão. Nessa lógica, sujeitos historicamente marginalizados podem ser incorporados aos espaços institucionais, desde que sua presença não ameace as hierarquias estabelecidas. Sob essa perspectiva, a publicação de da primeira obra, ou seja, **Quarto de despejo** pode ser entendida como um movimento que tornou Carolina visível ao grande público, mas que também a enquadrou em uma identidade específica: a da mulher negra, pobre e favelada que narrava a miséria urbana.

A interculturalidade crítica proposta por Walsh permite avançar essa análise ao deslocar a atenção da simples representatividade para as relações de poder que atravessam a produção e a circulação do conhecimento. O problema não reside apenas em quem fala, mas também em quem autoriza a fala, quem a traduz e quem define os sentidos que serão atribuídos ao discurso. Nesse contexto, a mediação exercida por jornalistas tais como Audálio, editores e críticos revela uma dinâmica marcada pela colonialidade do saber, uma vez que a legitimidade da escrita de Carolina parecia depender constantemente da validação de intelectuais pertencentes aos grupos socialmente privilegiados.

Desse modo, a trajetória editorial da escritora evidencia uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que sua presença foi celebrada como símbolo de diversidade e inclusão, sua produção literária permaneceu submetida a mecanismos de controle que restringiam sua autonomia autoral. A insistência em associá-la exclusivamente à favela, à pobreza e ao testemunho social demonstra que o interesse editorial nem sempre estava voltado para a complexidade de sua obra, mas para a exploração de uma diferença considerada comercialmente atraente. Para Walsh, trata-se menos de uma experiência de interculturalidade crítica e mais de uma forma de multiculturalismo que reconhece a existência do sujeito negro, mas mantém intactas as estruturas que historicamente regulam sua representação.

Em relação à publicação da primeira obra, **Quarto de despejo: diário de uma favela**, Coronel salienta que, socialmente, Carolina sofreu preconceito de ambos os lados, parecendo que as pessoas sentiam uma necessidade de desmerecer sua imagem. Reforçando e completando as considerações de Coronel (2011, p. 67), é possível verificar, em alguns prefácios de **Quarto de despejo: diário de uma favelada**, uma preocupação e a insistência em relegar a Carolina o espaço da

favela, porque a sua obra retrata com fidelidade uma realidade que destaca a fome, a violência, a invisibilidade social e a condição de mãe solteira. Na desatenção ou em relação ao leitor que não gosta de ler o prefácio ou orelhas, Coronel pontua alguns dos seguintes comentários, vistos a seguir.

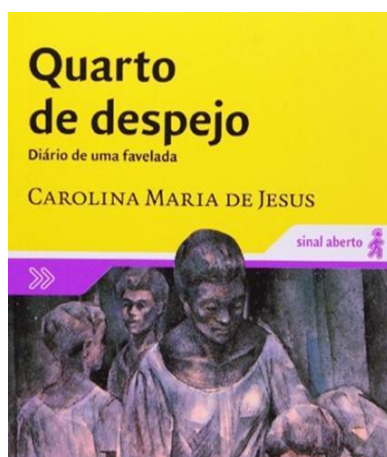
Na orelha da primeira edição do livro, publicado pela Francisco Alves, o editor Paulo Dantas apresenta a obra: “Literatura da favela escrita pelo próprio favelado, eis o sentido sincero do livro escrito pela trapeira mineira, radicada em São Paulo” Jesus (1960). Alerta também para o “particular sopro lírico, com invulgares clarões de beleza. Isto é que vence as formas estropiadas de sua ortografia e de sua sintaxe primária, no livro, conservadas pelo seu sabor e singeleza” (Jesus, 1960, n/p).

Segundo o cotejamento de Coronel (2011, p. 65), de modo paralelo, na edição da Ática, de 2007, percebemos que:

[...] há um prefácio anônimo datado de 1993 e intitulado “Favela, o quarto de despejo de uma cidade”, no qual lê-se em destaque colorido: “Não perca! A vida na favela do ponto de vista de quem mora nela. O retrato trágico da fome e da miséria” (Jesus, 2007, n/p).

Logo depois, em nota, os editores afirmam que “Esta edição respeita fielmente a linguagem da autora, que muitas vezes contraria a gramática, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar seu mundo” (Jesus, 2007, n/p). Na edição de 1993, editado também pela Ática, temos alguns detalhes importantes presentes no prefácio.

Retrato 05: Capa da obra **Quarto de despejo**: diário de uma favelada: livro do professor.



Fonte: Jesus (1993)

No prefácio dessa edição, Audálio Dantas se apresenta, narra como encontrou Carolina Maria de Jesus e se gaba de ter sido o editor de texto que realizou cortes “selecionados os trechos mais significativos”.

Retrato 06 - Caricatura de Audálio Dantas



ESCRITOR NENHUM PODERIA ESCREVER MELHOR AQUELA HISTORIA: A VISÃO DE DENTRO DA FAVELA.

Fonte: Jesus, 1993.

No que tange à questão editorial, Coronel (2011, p. 70) conclui afirmando que Carolina “dialogou com as necessidades do mercado das letras que aceitou publicá-la”, uma vez que as regras e essas necessidades são criadas para atender a um público branco. Se a editora visualizar uma oportunidade, qualquer que seja, de lucrar com as vendas de livros de autores negros, com certeza irá arriscar e investir nas publicações desses escritores. Foi assim que, segundo Coronel (2011, p. 70) Carolina Maria de Jesus foi inserida, apresentada e “traduzida”, pactuando com certa estereotipia, de breve prazo de validade. Coronel (2011, p. 70), afirma, ainda, que mesmo depois de tantos anos, escritores periféricos seguem no esforço iniciado por Carolina no “sentido de romper com o silêncio destinado aos homens e mulheres que a cidade expulsa para as periferias remotas.”

Em seu artigo **Diário de Bitita**: a autobiografia ensaística de Carolina Maria de Jesus (2019), Deise Quintiliano Pereira nos reafirma o que informamos anteriormente sobre **Diário de Bitita** ser uma obra póstuma, publicada inicialmente na França, por intermédio de duas jornalistas francesas que vieram ao Brasil para

entrevistar a autora de **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. O fato ocorreu em 1975, quando a escritora entregou os seus cadernos para as jornalistas. Essa obra ajudou a formar o que hoje nós conhecemos como a trilogia autobiográfica de Carolina Maria de Jesus.

Pereira nos relata que nesse artigo abordará

[...] a expressiva organização da narrativa sob a forma de um ensaio, pelo descolamento de marcas inerentes à elaboração canônica de um diário – como a ausência de datação e entradas –, pela fuga do rigor do romance histórico, pela substituição da técnica dedutiva da tradição filosófica em favor da alternativa empirista, e, sobretudo, porque no ensaio, como nos ensina Adorno, as recordações e a vida se confundem no resultado final do pensamento (Pereira, 2019, p. 3).

Embora pensemos que ela parta de um dado muito interessante, pelo fato de Carolina ser colocada à margem do canônico, nosso objetivo nesta seção está voltado para as dificuldades encontradas pelos escritores negros para publicar suas obras. A autora sacramentana conseguiu êxito com a venda de seu primeiro livro, comprou sua tão sonhada casa e passou a frequentar espaços com os quais não estava acostumada. De certa forma, como a raça influencia nesses ambientes culturais e seletos, Carolina, a escritora negra, era uma estranha no ninho das editoras acostumadas com escritores brancos.

Reforçando o que pontuamos anteriormente, nós podemos pensar que **O pacto da branquitude** (2022) também está presente nas editoras. As hierarquias são preservadas entre pessoas brancas de modo a manter uma estrutura social de privilégios que historicamente as beneficia, impedindo a ascensão de outros grupos, tal como o grupo de escritores negros, ao qual pertence Carolina Maria de Jesus. Então, em uma atitude deliberada, percebemos na fala do próprio Audálio, “o protetor” de Carolina, uma tentativa nítida de exclusão e silenciamento da escritora, a fim de dar sequência aos privilégios da branquitude em relação à produção cultural e a hierarquia do setor editorial. No final do prefácio de **Casa de Alvenaria** (1961), Audálio se dirige a Carolina e a adverte, como se fosse um recado ou um conselho:

Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão.

[...] Guarde “aquelas poesias”, “aqueles contos” e “aqueles romances” que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte, mais forte do que você imagina, Carolina (Dantas, 1961, p. 9-10).

Não podemos afirmar se foi intencionalmente ou não, mas a verdade é que essa fala de Audálio interditou Carolina. Ao mesmo tempo em que ele a ajudou, diante dessa postura, o editor agiu de um modo a promover o silenciamento e o apagamento da escritora. Algo do tipo: você chegou até a sala de visitas, mas não pode permanecer, porque aqui não é o seu lugar.

Sob essa perspectiva, a fala de Audálio nos leva a inferir que a indústria editorial brasileira sempre foi um ambiente hostil e desconfortável para escritores e escritoras negras, a ponto de tentar desencorajar Carolina a escrever. Reconhecemos essas editoras como organizações empresariais, essencialmente configuradas para atender aos escritores brancos, aqueles que escrevem direcionando suas obras ao público leitor branco, independentemente da classe social. Cabia aos negros, quando possível, conviver com uma literatura que, ao falar de negros, retratava-os de um modo negativo a partir do ponto de vista desses autores brancos, que os estereotipava e silenciava suas vozes e vivências.

Em **Diário de Bitita**, a menina reconhecia a importância da leitura na vida das pessoas. Mais do que se manter informado, é um modo do doente melhorar sua enfermidade quando consegue sucesso com os tratamentos. Em Sacramento, quando alguém adoecia, geralmente era atendido pelo médico, o doutor José Cunha. Certa vez, o médico receitou um remédio para o paciente que tomou a medicação de modo errado, causando envenenamento seguido de morte. Carolina nos relata que, para eles, era difícil fazer o uso correto da medicação, porque não sabiam olhar as horas em “uma máquina complicada com números e os pontinhos e aquele tique-taque. E não sabiam ler as indicações” (Jesus, 1986, p. 42).

De acordo com Carolina, em determinado momento, ela viajou para Ribeirão Preto, em São Paulo, para tratar uma ferida na perna. Permaneceu lá por seis dias, vivendo na casa de uma tia que a maltratava o tempo todo. Dormia no chão e, como não tinha dinheiro para pagar a estadia, sua tia Ana somente lhe deu comida uma vez. Trabalhar era impossível porque estava doente. Pediu esmolas, mas foi em vão, pois só recebeu desaforos. Chorou! Carolina narra que tinha “saudades apenas do meu avô, e de minhas madrinhas, siá Maruca e a Mariinha (Jesus, 1986, p. 166).

Carolina pegou sua trouxa e saiu. Foi até à Santa Casa pedir ajuda, onde foi bem recebida. Pode tomar banho e comer, e recebeu curativos na perna. Ouvia as pessoas conversando sobre empregos, salários e que inveja sentia de não poder trabalhar. Melhorou e, apesar da insistência das freiras, agradeceu e decidiu voltar a pé para Sacramento. Ao passar pela cidade de Sales de Oliveira, viu um anúncio: “Precisa-se de uma empregada”. Carolina conseguiu o emprego, mas logo foi dispensada, recebendo o seu pagamento e sendo indicada para trabalhar na casa dos médicos Dr. J. Manso Pereira e Dra. Marietta Santiago.

Nesse novo emprego, a escritora encontrou alguns livros em caixotes, no quatinho onde dormia. Sempre que ouvia uma palavra desconhecida, abria o dicionário e procurava o significado. Embora estivesse empregada e sendo bem tratada, decidiu ir embora – “Seguir para Sacramento. Levei os livros velhos” (Jesus, 1986, p. 176).

Carolina sempre procurou se manter perto dos livros. Dedicou-se às leituras e, mais tarde, à escrita, fazendo algumas considerações importantes sobre o assunto leitura. No capítulo 18, intitulado “Cultura”, Jesus (1986, p. 177) apresenta a seguinte narrativa: “Eu passava os dias lendo **Os Lusíadas**<sup>15</sup> de Camões, com o auxílio do dicionário. Eu ia intelectualizando-me, compreendendo que uma pessoa ilustrada sabe suportar os amarumes da vida. A leitura desse o clássico da literatura portuguesa por Carolina adquire um significado que ultrapassa o simples contato com uma obra canônica. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de raça, classe e gênero, sua dedicação a um texto tradicionalmente associado às elites letradas constitui um gesto de apropriação do conhecimento e de contestação das fronteiras que historicamente limitaram o acesso da população negra à cultura escrita.

Faz-se necessário salientar que, no passado, os negros vivenciavam o conhecimento de variadas práticas culturais e sociais por meio da oralidade. A tradição oral dos contos e histórias familiares, bem como os conhecimentos ancestrais relacionados à religião, curas e culinária eram transmitidos por intermédio

---

<sup>15</sup> Os Lusíadas", de Luís de Camões, são considerados o poema épico do povo português. Trata-se de uma narrativa em verso, inspirada nos modelos da Antiguidade greco-latina, que elege como herói uma personagem coletiva (os portugueses), a qual, anuncia o poeta na Proposição, superará todos os heróis cantados em epopeias anteriores. Nesta obra, podemos encontrar a narração da viagem de Portugal à Índia, comandada por Vasco da Gama, o relato de momentos da História de Portugal e, ainda, a intervenção dos deuses da mitologia greco-latina e momentos de reflexão do poeta (Marques, 2021).

da oralidade. Infelizmente, ainda hoje a população negra sofre as consequências de sua exclusão na educação e da tentativa de apagamento e inferiorização de sua cultura. Então, na falta de obras que narrassem a história e a cultura dos afro-brasileiros, o jeito era ler a história do colonizador.

Voltando-nos especificamente para o campo editorial, apesar da oportunidade no segmento, as empresas editoriais buscam o lucro e, quando a escritora lançou o seu segundo livro, **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada** (1961), o sucesso não se repetiu. Aos poucos, ela foi caindo no esquecimento, permitindo-nos perceber a característica principal da indústria editorial, que geralmente opera para sustentar os privilégios dos escritores brancos e para obter lucro.

Assim sendo, em uma tentativa de se manter no campo literário, segundo Pereira (2019, p. 4), a escritora passou a custear “editando e publicando, às suas próprias expensas, o romance **Pedaços da fome** (1963) e a coleção de pensamentos intitulada **Provérbios** (1963), sem, contudo lograr o êxito pretendido junto ao público”. Digamos que Carolina partiria em uma tentativa de publicar outros gêneros, como poesias e romances, mas, infelizmente, foi desencorajada e veio o fracasso editorial, associado à frustração pessoal e à decepção com a carreira literária. Como consequência, a escritora deixou a cidade e foi viver em um sítio no interior.

Nas considerações de Pereira (2019), percebemos que algumas editoras até tentam diversificar, dando oportunidades para escritores não brancos. Essa diversidade conta, mas o que realmente importa são as obras produzidas por aqueles que se dedicam aos gêneros mais lucrativos, pois, no final, o que as editoras aguardam são os resultados positivos do investimento produzido na expectativa de lucros. Caso isso não ocorra, a atenção volta para os autores brancos, confirmando o pacto do privilégio e da cultura dominante.

Para além da sua página do Instagram @carolinabitita, o pesquisador Emanuel Regis Gomes Gonçalves (2024) aprofundou os seus estudos a respeito da escritora sacramentana. Em sua tese defendida em 2024 e intitulada **A história editorial do livro Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus: literatura vista de baixo, consagração cultural e luta de classes (1960-2020)**, Gomes foca sua pesquisa na obra mais conhecida de Carolina. Porém, no que tange à questão editorial da literatura negra e principalmente em Carolina, importa nos atentarmos para os detalhes.

Nos apontamentos de Gonçalves (2024), encontramos uma riqueza de informações sobre a primeira obra da trilogia autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, **Quarto de despejo** (1960). Ela rendeu à autora uma boa quantia, que lhe permitiu comprar sua casa no bairro de Santana, além de outras coisas. Apesar do sucesso do primeiro livro e das melhorias que as vendas proporcionaram à escritora, o mesmo não aconteceu com a segunda obra, **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada, lançado em 27 de novembro de 1961. Possivelmente, em uma tentativa de manter o que aconteceu com a primeira edição de **Quarto de despejo**, outras edições foram lançadas, mas o resultado não foi o mesmo. Gonçalves relata que o fracasso do segundo livro esteve atrelado a outros acontecimentos, a citar a continuidade das críticas sociais e o apoio da escritora ao governo de João Goulart, conhecido como o presidente Jango. Esse governo prometeu realizar uma série de reformas estruturais no país, o que acabou gerando grande instabilidade à oposição das elites e dos EUA. Tal cenário resultou na deposição de Jango pelo Golpe Militar de 1964, que instalou uma ditadura de 21 anos no Brasil. Defensora e representante das minorias, a imagem de Carolina associada ao governo se desgastou, levando-a a se isolar em seu sítio, em Parelheiros, adquirido com as vendas de seu primeiro livro.

Gonçalves (2024) nos informa que, após a fama, ainda que confinada em seu sítio e diante de dificuldades para publicar, Carolina continuou a escrever. O pesquisador comenta sobre uma matéria publicada na revista **Manchete**, em 1973, quando Carolina recebeu a jornalista Neide Ricosti, para uma entrevista. Ao ser questionada sobre o novo modo de vida, Carolina justificou o porquê de ter escolhido a zona rural ao relatar: “gosto da natureza, cercada desse montão de verde” (Jesus, 1973, p. 36). A reportagem foi iniciada com um paralelo ao revelar o divisor de águas na vida da autora: o antes e depois da publicação de **Quarto de despejo**. A ascensão rápida provocou tamanha reviravolta na vida daquela mulher tão simples a ponto dela mesma estranhar e confessar “a pior coisa que me aconteceu foi publicar, [...] o mundo é interesseiro demais” (Jesus, 1973, p. 36). A escritora trazia nas mãos um bloco de papéis manuscritos, que pediu para a jornalista ler, não sem antes perguntar se aquilo daria um livro. Sobre esse momento, o pesquisador Emanuel Régis Gomes Gonçalves nos traz um dado muito interessante sobre essa pergunta da escritora. Segundo ele:

É fácil depreender que, com seu gesto, Carolina tentava viabilizar os escritos que vinha produzindo em sua reclusão, muito provavelmente **Diário de Bitita**, o segundo livro mais célebre da escritora, que só viria a ser publicado postumamente, em 1982, na França (Gonçalves, 2024, p. 54-55).

Atenta, a jornalista observou a simplicidade e as condições da casa, e a conversa desaguou em lamentações, embora a escritora evitasse falar do passado. Carolina confessou que não sentia saudades da fama porque foi um período muito conturbado, sendo que ela não entendia direito o que estava acontecendo. De todas as viagens, os vestidos e as pessoas que conheceu, o que sobrou de bom foi a casa que conseguiu comprar, em Santana, onde viveu por algum tempo e escreveu o segundo livro. É interessante que, na apresentação dessa obra, Audálio comenta a respeito do comportamento de Carolina diante do sucesso. Segundo o editor:

Como é sua vida aqui na sala de visitas é o que ela nos conta agora, neste livro. O deslumbramento diante de coisas novas, a vaidade muito natural despertada pelas inúmeras solicitações – as legítimas, úteis, e as destituídas de qualquer significado, feitas por debilóides e safados que viam em Carolina qualquer coisa assim como um bicho estranho. Preciso dizer que tudo fiz para evitar esse envolvimento, mas não consegui. A própria Carolina, algo inebriada com o sucesso, constituiu obstáculo (Audálio, 1973, p. 36).

Essa narrativa do editor pode ser comprovada no próprio livro, quando Carolina comenta que o Audálio estava controlando-a. De acordo com Jesus (1961, p. 27), “Eu queria ir para o rádio, pra cantar. Fiquei furiosa com a autoridade do Audálio, reprovando tudo, anulando os meus projetos. Dá impressão de que sou sua escrava”. Neide Ricosti prossegue com a entrevista e ouve da escritora que, quando vivia na favela, era mais feliz do que nessa nova casa em Santana. Naquele momento, estava satisfeita com a vida no campo porque havia paz e estava sossegada. Contou que estava feliz, embora, logo em seguida, tenha afirmado: “— Ninguém é feliz, enquanto vive. Digo sempre que vim ao mundo predestinada a catar, cato de tudo, só não consigo catar a felicidade” (Jesus, 1973, p. 36). Carolina fala para a jornalista que, quando escreveu seu primeiro livro, estava com muito ódio e embrutecida devido às suas condições econômicas e sociais. A favela faz isso com as pessoas.

Ainda sobre suas escritas, a escritora sacramentana mostra para a jornalista uma pasta com folhas datilografadas. Segundo ela, eram anotações relacionadas às

conversas que tinha com o seu avô, sendo uma prova da importância da oralidade na vida de nossos ancestrais. Segundo Jesus (1973, 37), o seu avô “dizia que o homem do ano dois mil ia ser educado, que não ia mais ter ladrão, que não íamos sofrer mais doenças, que o povo ia ficar abalizado, que não ia mais existir o racismo.” Infelizmente, o senhor Benedito se enganou. Tudo continuou, inclusive o racismo, que piorou.

Gonçalves (2024, p. 55) comenta que, quando Carolina concedeu a entrevista à Neide Ricosti, “o Brasil sofrera o impacto de um acontecimento, em âmbito internacional, decisivo para os rumos do país – a chamada crise do petróleo, assim como a história registra, a Ditadura aqui.” Como consequência, dentre vários prejuízos econômicos, registramos o aumento no mercado livreiro, dificultando a compra dos livros pelos brasileiros. Além do mais, várias obras foram apreendidas e proibidas de serem publicadas. De acordo com Gonçalves (2024, p. 57), nesse período, pessoas foram presas e torturadas, inclusive o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Na época, Audálio Dantas, afastado de Carolina desde 1965, exercia o mandato de presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Gonçalves (2024) descreve que, em 1975, Carolina Maria de Jesus, reclusa em seu sítio, sem contato com Audálio e longe daquela movimentação,

[...] recebeu, a visita inesperada de duas mulheres que, finalmente, iriam viabilizar a publicação de mais uma obra da escritora. Eram elas as jornalistas Clélia Pisa, brasileira, e Maryvonne Lapouge, francesa, que realizavam àquela época uma série de entrevistas visando a publicar um livro sobre escritoras brasileiras na França. Carolina aproveitou a ocasião para entregar às jornalistas dois cadernos manuscritos (Gonçalves 2024, p. 58).

Reforçando e complementando o argumento de Gonçalves, que se apoia no conteúdo apresentado pela pesquisadora:

Raffaella Fernandez em seu livro **A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus** (2019, p. 85), em que são analisados os manuscritos da escritora mineira: “um contendo um ‘Prólogo’ e diversos poemas, intitulado ‘Um Brasil’, que cede nome a esse caderno (...) o outro com mais alguns poemas, narrativas autobiográficas e textos ficcionais, nomeado pela titular ‘Um Brasil para os brasileiros’”. De volta à França, as jornalistas publicam esses escritos, em 1982, sob o título de *Journal de Bitita* (“Diário de Bitita”),

provavelmente para aludir à obra mais famosa da escritora brasileira (Gonçalves, 2024, p. 58).

Diante desse esclarecimento, entendemos e reforçamos o que dizem os pesquisadores de Carolina Maria de Jesus: a primeira publicação em português da obra em questão, **Diário de Bitita**, o livro que narra a vida da escritora no período de 1914 a 1937 e objeto desta tese, data de 1986, ou seja, quatro anos após ter sido publicada na França.

Comenta-se que, após a mudança de Carolina para seu sítio, em Parelheiros, o isolamento da vida pública e do meio intelectual a deixou deprimida. Nessa perspectiva, vê-se a necessidade de contextualizar a importância da publicação da obra **Journal de Bitita**, inicialmente na França. Nas leituras de Emanuel Regis Gomes Gonçalves, encontramos a afirmação do trabalho desempenhado pela jornalista Clélia Pisa. Nas palavras de Gonçalves (2024, p. 83), “a notícia dessa publicação internacional envolvendo uma escritora brasileira relativamente esquecida contribuiu enormemente para fazer renascer o interesse do mercado editorial e até da grande mídia por Carolina de Jesus”. Complementando esse pensamento, as pesquisadoras Marília Novais de Mata Machado e Eliana de Moura Castro, autoras da obra **Muito bem, Carolina!** (2007, p. 119) relatam que “O lançamento no exterior [de **Journal de Bitita**], cinco anos após a morte de Carolina, fez os brasileiros verem que era tempo de tirá-la do esquecimento”. Prova disso é o que nos recorda Gonçalves (2024, p. 83), o lançamento do **Caso verdade: Quarto de despejo**: de catadora de papéis a escritora famosa, colocado ao ar entre os dias 7 e 11 de março de 1983. A representação de Carolina Maria de Jesus, coube a atriz Ruth de Sousa e o editor Audálio Dantas atuou como apresentador do programa.

Um fato muito interessante foi a importância de um governo brasileiro voltado para a classe mais pobre do país. É pertinente a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde o seu primeiro mandato, quando abraçou e:

[...] criou mecanismos para a inclusão de uma grande massa de jovens, em sua maior parte constituída de mulheres negras, nos bancos universitários. Ações como o aumento do salário-mínimo, a criação do crédito consignado e os programas Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos melhoraram efetivamente o nível de vida material do subproletariado brasileiro. Junto com tais programas, houve também, como dissemos, políticas públicas democratizantes para a Educação que foram fundamentais para o ingresso de um enorme contingente de pobres e negros no Ensino

Superior, tais como a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Poderíamos acrescentar a essas medidas a criação e aprovação da lei 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afrobrasileira e africana nas escolas de nível fundamental e médio e o Dia da Consciência Negra; além da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010 (Gonçalves, 2024, p. 152).

Nesse sentido, essa reflexão de Gonçalves nos leva a comprovar que as oportunidades foram criadas não somente nos outros setores, mas sobretudo no ponto de vista educacional e intelectual na vida desses brasileiros. Essas ações afirmativas fizeram com que a população negra buscasse representatividade e valorizasse a literatura produzida por autores negros, elevando nomes como o de Carolina Maria de Jesus para que, segundo Gonçalves (2024) “pudessem, finalmente, ocupar um espaço mais amplo, em relação ao passado, no mercado editorial, nos cursos de Letras e, claro, na crítica literária especializada.”

Em síntese, o percurso editorial de **Diário de Bitita** evidencia não apenas a trajetória literária de Carolina Maria de Jesus, mas também as tensões históricas que atravessam a inserção de escritores negros no mercado editorial brasileiro. A publicação de suas obras esteve constantemente submetida ao crivo de uma estrutura cultural marcada por privilégios raciais, interesses mercadológicos e mecanismos de mediação que, muitas vezes, limitaram sua autonomia intelectual. Carolina precisou lutar não apenas contra a pobreza e a fome, mas também contra um sistema editorial que tentava enquadrá-la exclusivamente na condição de “escritora da favela”, restringindo sua produção à experiência autobiográfica e desconsiderando sua pluralidade criativa.

A análise do contexto editorial demonstra que o sucesso de **Quarto de despejo** esteve profundamente relacionado ao interesse do mercado em explorar o caráter “exótico” e “diferente” de uma mulher negra, pobre e favelada que escrevia. Entretanto, quando Carolina buscou ampliar sua produção literária para outros gêneros, como romances, poemas e reflexões, encontrou resistência, silenciamento e descrédito. Tal movimento revela como o campo editorial brasileiro historicamente reservou aos autores negros espaços limitados de representação, aceitando-os apenas quando correspondiam às expectativas construídas pela cultura dominante.

Nesse cenário, **Diário de Bitita** adquire importância singular. Publicada inicialmente na França e somente depois no Brasil, a obra simboliza tanto o apagamento quanto a resistência da autora. O reconhecimento internacional foi decisivo para que Carolina voltasse a despertar o interesse da crítica, das editoras e do público brasileiro, evidenciando a contradição de um país que, durante muito tempo, negligenciou uma de suas maiores escritoras. Ao recuperar memórias da infância, da exclusão social, do racismo e da busca pelo conhecimento, Carolina constrói uma narrativa que ultrapassa o testemunho individual e se transforma em documento histórico, social e literário permanente e a valorização da obra de Carolina Maria de Jesus estão diretamente relacionadas às transformações sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas, sobretudo no campo educacional e das políticas afirmativas. O aumento do acesso da população negra à universidade, à crítica literária e aos espaços de produção intelectual contribuiu para ampliar o interesse pela literatura negro-brasileira e para reposicionar Carolina no cânone literário nacional. Assim, sua obra deixa de ocupar apenas o lugar marginal da denúncia social e passa a ser reconhecida também por sua potência estética, memorialística e crítica.

Portanto, compreender o contexto editorial de **Diário de Bitita** significa compreender as estratégias de exclusão e silenciamento que historicamente atingiram escritores negros no Brasil, mas também reconhecer os caminhos de resistência construídos por essas vozes. Carolina Maria de Jesus rompeu da experiência negra no Brasil.

Além disso, percebe-se que a barreiras impostas pela raça, pela classe e pelo gênero, transformando a escrita em instrumento de sobrevivência, denúncia e afirmação de humanidade. Sua trajetória evidencia que, apesar das tentativas de apagamento, a literatura negra segue ocupando espaços, reconstruindo memórias e reivindicando o direito de narrar a própria história.

#### 4 O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E CAROLINA MARIA DE JESUS: O “EU” E OS “EUS” EM *DIÁRIO DE BITITA*

“As mulheres devem assumir a responsabilidade pelo valorizar o fortalecimento de sua autoestima aprendendo a se amar e se valorizar” (Tate, 2023).

A compreensão do racismo no Brasil ultrapassa a dimensão social e estrutural, alcançando também o âmbito íntimo e afetivo das relações familiares. Nesse sentido, a obra de Carolina Maria de Jesus revela como as experiências de discriminação racial são vivenciadas desde a infância e atravessam gerações, moldando subjetividades, vínculos e percepções de mundo. Ao narrar episódios de sua trajetória, especialmente em **Diário de Bitita**, a autora evidencia que o racismo não se manifesta apenas em espaços públicos, mas também no cotidiano familiar, influenciando práticas, silêncios e estratégias de sobrevivência. Assim, pensar o racismo como experiência familiar, a partir da escrita caroliniana, permite compreender suas marcas profundas e persistentes na constituição da identidade da população negra no Brasil.

##### 4.1 O RACISMO COMO EXPERIÊNCIA FAMILIAR E CAROLINA MARIA DE JESUS

Para compreendermos o racismo vivenciado na escola não só por Carolina Maria de Jesus – mas por todas nós, pelas crianças do passado e por nossas crianças na atualidade –, é fundamental realizar um pequeno apanhado histórico da legislação da educação brasileira, reconhecendo que a escola não é um espaço neutro, mas socialmente construído a partir de relações de poder marcadas por desigualdades raciais. Desde o período colonial, a educação formal foi pensada para atender a uma parcela privilegiada da população, enquanto crianças negras foram historicamente excluídas, marginalizadas ou submetidas a práticas educativas que desvalorizavam sua cultura, sua identidade e seus saberes. Esse legado histórico se reflete, ainda hoje, em currículos eurocentrados, materiais didáticos estereotipados e práticas pedagógicas que naturalizam o silenciamento e a inferiorização de corpos negros, afetando diretamente o desenvolvimento, a autoestima e as relações sociais das crianças. Desse modo, somente ao compreender esse percurso histórico é que se torna possível identificar as raízes estruturais do racismo na educação infantil e

escolar e, a partir disso, pensar em práticas educativas comprometidas com a equidade e o respeito à diversidade.

Tomando por base a presente data, com os 526 anos que seguem da ocupação portuguesa em território brasileiro, distingue-se que, desses, o Brasil experimentou, aproximadamente, 388 anos de intensa escravização formal. No mesmo raciocínio, o país segue por 199 anos de educação pública sendo que apenas nos últimos 23 anos é que firmou, de modo legal, com a Lei 10.639 de 2003, o compromisso de reparar o grande estrago causado pelo racismo que antecedeu os 503 anos retroativos a esse dispositivo legal.

Vale ressaltar que, embora a lei seja tardia, houve, ao longo da história, como já exposto nesta tese, muitas iniciativas de resistência. Entretanto, o que nos cabe expressar nesse momento é o descaso histórico por parte da representatividade governamental em não abordar, através da educação, a questão racial e suas possíveis perspectivas na construção da justiça e da igualdade no Brasil.

Para melhor expor o caso, tomemos como exemplo um fato do qual muito se pode orgulhar na história do Brasil. Longe de ser apenas uma história de derrotas, a educação brasileira, já na metade do século XIX, mais precisamente em 1854, era marcada por discussões inclusivas. Durante o seu reinado (1840-1889), Dom Pedro II demonstrou grande preocupação com a educação de pessoas com deficiência. Talvez, essas preocupações tenham sido fruto de suas viagens à Europa, nas quais provavelmente vivenciava e discutia a questão da deficiência, algo, supostamente, muito mais preocupante para sociedade brasileira que o próprio racismo. Tanto é que, através da Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, e do Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto de Educação dos Surdos (INES), o Brasil passa a ocupar um papel de vanguarda na educação inclusiva em comparação com outros países marcados pela colonização.

Ainda que a questão da deficiência não tenha alcançado um patamar ideal, ela foi uma preocupação muito mais constante, ou ao menos mais central, quando comparado ao racismo. É importante ressaltar que, nessa época, havia também muitos conflitos entre os senhores de engenho e os escravos, sendo que os negros fugiam e se organizavam em quilombos, lutando por sua liberdade. Assim sendo, não há notícias de que, nesse mesmo período, tivesse existido igual preocupação com a inclusão de grupos marginalizados, especialmente nós, da população negra, que sobrevivíamos às margens de uma sociedade extremamente estratificada. O

fato é que a educação antirracista no Brasil só se tornou realmente uma preocupação no século XXI, com a sistematização e promulgação da Lei 10.639/2003.

Mesmo que o processo educacional brasileiro inclusivo tenha se ocupado mais com discussões acerca da deficiência – mais especificamente, em 1854, tendo se voltado para a educação de pessoas cegas e, em 1857, para a educação de pessoas surdas –, nós não tivemos nenhuma lei de inclusão racial no século XIX. Como dito, o tratamento legal iniciou bem mais tarde, no século XXI. Na verdade, o início da regulamentação que prevê educação para pessoas com deficiência no Brasil de uma forma mais ampla aconteceu com a Lei nº 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (primeira LDB), de 20 de dezembro de 1961, que passou a contemplar o atendimento educacional de pessoas com deficiência sob a perspectiva de educação especial. No ano de 1971, a LDB reforçou a educação especial, mas seguiu separando os estudantes com deficiência e prevendo um tratamento diferenciado. Em 1988, surgiu a atual Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu a educação como direito de todos, apontando a importância do atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência e princípios de igualdade. No ano de 1996, a LDB consolidou os parâmetros para inclusão, com atendimento em todo o sistema educacional, e abriu portas para as políticas de inclusão mesmo sem detalhá-las.

O que vemos nesse apanhado histórico-legislativo é o panorama de uma educação brasileira que caminha rumo a um horizonte de perspectivas, nos quais se prioriza a universalidade do acesso ao ensino, a gratuidade escolar e o alinhamento com as necessidades de cada tempo. Porém, as garantias legais que poderiam assegurar, de modo progressivamente satisfatório, a inclusão do negro na escola ainda são muito tímidas. Na ausência de qualquer lei antirracista até 1951, a discriminação racial não tinha nenhum enquadramento legal específico, o que muito contribuía para um modelo escolar que se sentia desobrigado a tratar dessa questão com a devida seriedade e respeito. Embora a promulgação da Lei 1.390, Lei Afonso Arinos, de 1951, considerada a primeira antirracista, pudesse amparar as vítimas de racismo com maior rigor, pelo menos no campo da hipótese, e, por conseguinte, redesenhar os percursos das crianças negras nas instituições de ensino brasileiras, não houve avanços significativos. Isso ocorre porque o racismo não era classificado como crime, algo que só viria a acontecer de fato com a Constituição de 1988 e a

deflagração da Lei 7.716 de 1989, quase 30 anos após a primeira lei antirracista. Assim, o que se percebe é uma morosidade histórica e uma despreocupação quanto a uma educação antirracista em vista das demais pautas sociais.

Esse panorama histórico não permaneceu restrito ao campo das leis ou das políticas públicas. Seus efeitos concretos atravessaram a vida de milhares de crianças negras que frequentaram a escola brasileira ao longo do século XX. Entre elas, encontra-se Carolina Maria de Jesus, cuja trajetória permite observar como a ausência de garantias legais se traduzia em experiências cotidianas de exclusão e silenciamento.

Finalmente, o século XXI traz avanços educacionais significativos, tal como a Lei nº 10.436/2002, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação, facilitando inclusão de surdos. É somente em 9 de janeiro de 2003 que surge a primeira lei explicitamente antirracista na educação brasileira, intitulada Lei nº 10.639. Ela altera a LDB para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Em 2008, a Lei 11.645 estende a de 2003 para a cultura indígena, incorporando conteúdos afro e indígenas na educação básica. Em seguida, conquistamos a Lei de Cotas 12.711/2012, que visa a democratizar o acesso ao ensino superior e a reduzir desigualdades, incluindo cotas para pessoas com deficiência (PcD) e reforçando ações afirmativas. Por fim, é desenvolvida a Lei nº 13.146/2015, que reforçou o sistema educativo inclusivo em todos os níveis, os direitos educacionais e as barreiras a serem eliminadas. Conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI), ela institui a Lei Brasileira de Inclusão, com o objetivo de garantir e promover, em igualdade de condições, os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência para a inclusão social e a cidadania, abrangendo acessibilidade, educação, saúde, trabalho, moradia e acesso à justiça, além de proibir discriminações e prever tecnologias assistivas e formas de comunicação.

Como já enunciado no início desta seção, a escola não se constitui como um espaço neutro. Prova cabal disso é o fato de que Carolina de Jesus, ainda que estudasse em uma escola pública e muito provavelmente com outras crianças negras, frequentava, como notamos pelo histórico legislativo, um local pouco pensado para negros. Isso faria dela uma estrangeira aos olhos do Estado, pois, sem garantias legais, ela dificilmente se reconheceria na História contada pelos

livros, nos profissionais de cunho intelectual da escola ou na parcela de alunos que podiam aventar um futuro de sucesso através dos estudos.

Na ausência de políticas antirracistas na década de 20, período em que a autora teria frequentado a escola, nota-se que as instituições de ensino estariam bem mais próximas à ideia de um lugar de triagem social. Nele, através de uma “seleção natural”, decantar-se-ia os alunos não só pelas competências, mas também pela cor, pelo gênero e por outros parâmetros sociais, selecionando, assim, os candidatos plausíveis a seguirem na formação e aqueles que se tornariam excluídos do percurso. Nesse sentido, a escola era um dos principais fatores que reforçava as barreiras sociais, ao invés de ser uma construtora de pontes, recusando-se, portanto, a unir mundos paralelos separados pela cor da pele.

Diante desse contexto, Carolina de Jesus é inserida em um ambiente onde o racismo é naturalizado e impune. As relações de poder dentro das escolas da década de 20 faziam parte de uma estrutura maior; de um governo e de uma sociedade pensados por brancos e para brancos que, conseqüentemente, educavam para reforçar a desigualdade racial. Não havia espaço para a valorização de culturas e saberes de matriz africana, pelo contrário: quando não eram discriminados, eram punidos com todo o rigor da lei. Desse modo, Carolina de Jesus passa pela escola feito uma sombra que lampeja pelas paredes, ou seja, de um modo furtivo em função de sua breve estadia, cerca de somente dois anos, sendo invisível aos olhos da instituição e sem amparo do Estado.

Embora a Lei 10.639, de 2003, que prevê a inclusão racial no ensino, possa ser considerada um marco para a civilização brasileira, os avanços ainda continuam lentos, encontrando resistência nos mais variados setores da educação, ou se restringindo ao âmbito acadêmico. Carolina de Jesus continua sendo um retrato da exclusão no qual ainda se estampa a realidade de muitas crianças negras que, assim como ela, quando “voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos. As professoras aceitavam [quicá algumas ainda aceitam] os alunos negros por imposição” (Jesus, 1986, p. 38).

Embora a experiência escolar de Carolina esteja situada nas primeiras décadas do século XX, muitos dos mecanismos de exclusão por ela denunciados permanecem presentes na contemporaneidade. Por essa razão, sua narrativa

ultrapassa o campo da memória individual e nos convoca a refletir sobre os desafios que ainda atravessam a relação entre família, escola e educação antirracista.

Nosso posicionamento em relação ao racismo envolvendo família e escola foi algo que demandou, além de leituras, pesquisas e diálogos. Atualmente, dispomos de muitas obras que buscam promover uma educação antirracista e que podem, portanto, dialogar com esta seção sobre o binômio família e escola. O cotidiano escolar é um campo fértil que nos leva a refletir e a compreender a socialização relacionada às questões étnicas estabelecidas desde a pré-escola, passando pelos ensinamentos fundamental e médio, refletindo no espaço familiar.

Sabemos que o racismo não nasce com a criança, mas é aprendido e reproduzido nos espaços sociais, especialmente na escola. Pesquisas e avaliações demonstram que o ambiente escolar deveria ser um lugar de acolhimento e formação sem distinções. Às vezes, com o modo como é dirigida, a escola pode se tornar um lugar de silenciamento, exclusão e desigualdade para as crianças e os adolescentes negros. Nesse embate, a família exerce um papel fundamental na construção da identidade da criança, esclarecendo os maus comportamentos por parte dos colegas de sala, oferecendo proteção e revelando valores e referências que fortaleçam a autoestima. No entanto, quando a criança negra sai do ambiente familiar e ingressa na escola, frequentemente se depara com práticas discriminatórias sutis ou explícitas.

Uma boa maneira de ilustrar essas práticas está nos materiais didáticos. Geralmente, os livros trazem histórias e ilustrações que apresentam, de forma reiterada, personagens brancos como protagonistas, heróis e símbolos de inteligência, enquanto personagens negros aparecem de modo secundário, estereotipado ou invisibilizado. Quadros assim reforçam um racismo simbólico que atinge diretamente o desenvolvimento das crianças negras. Infelizmente, ainda é realidade a existência e o uso de materiais didáticos sem representatividade, mas com estereótipos raciais, havendo a negação do preconceito até mesmo por parte da maioria dos educadores. Precisamos estar atentos nos mínimos detalhes.

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que tal forma de representação negativa afeta especialmente o olhar da criança sobre o seu fenótipo, isto é, sobre as características físicas visíveis, como cor da pele, cabelo, traços faciais e textura dos fios. Ao perceberem que seus cabelos crespos, sua pele escura ou seus traços não aparecem nos livros ou que, quando aparecem, estão associados a bocas enormes,

figuras de inferioridade, sujeira ou ignorância, muitas crianças passam a rejeitar a própria imagem. Crianças, adolescentes e até mesmo os adultos devem compreender que, ao optarem por usar o cabelo no formato arredondado, tal como uma coroa, tal ato carrega, por si só, um forte simbolismo de ancestralidade, resistência e identidade, indo muito além da estética.

Infelizmente, em relação à aparência física, a criança negra aprende, desde cedo, que o que ela é não corresponde ao que a sociedade branca quer, sendo desvalorizada socialmente. Outro detalhe interessante se refere à omissão da escola diante dessas situações, o que contribui para a naturalização do racismo, fazendo com que crianças negras se sintam inferiores e crianças brancas aprendam a aceitar privilégios como algo normal, perpetuando o que conhecemos como pacto da branquitude. Assim, observamos as atitudes e concluímos que, na maioria das vezes, quando a professora decide escolher a ajudante do dia, pode ter certeza de que será uma menina branca, fazendo-nos finalizar aquele período do dia com mais uma volta frustrante para casa.

Diante do que foi exposto, verifica-se que a escola ocupa um papel central e extremamente importante, pois, ao mesmo tempo em que se apresenta como um espaço de formação cidadã e promotora de igualdade, também pode reproduzir práticas e discursos racistas. Ela possui a responsabilidade de jamais permitir ou contribuir para que suas crianças negras cheguem em casa reclamando das preferências racistas por parte de seus professores, o que nos faz pensar em como a obra **Diário de Bitita** nos ajuda a compreender como o racismo se manifesta no ambiente escolar e de que maneira a educação pode atuar no enfrentamento das desigualdades raciais. O processo é longo, mas não é impossível.

De fato, o racismo nas escolas pode se apresentar de duas maneiras. Por vezes, os agressores são bem incisivos e não medem suas palavras quando querem ofender ou magoar, tais como os colegas de classe de Bitita. Outras vezes, acontece da forma velada e silenciosa. Diferentemente das discriminações explícitas, esse racismo se expressa por meio de atitudes sutis, como a ausência de intervenções pedagógicas diante de ofensas raciais. Muitas vezes, os educadores não têm a percepção e a atitude corretas em relação a essas questões. Parecendo seguir essa mesma lógica, existe aquele professor que se faz de desentendido e finge não perceber. De todo modo, a desvalorização da nossa cultura e as baixas expectativas em relação ao desempenho de estudantes negros é uma constante. O

silêncio da escola frente a essas práticas contribui para a naturalização do preconceito, fazendo com que a discriminação seja vista como algo normal ou irrelevante. Como consequência, crianças negras vivenciam processos de exclusão que afetam sua autoestima, sua relação com o aprendizado e sua permanência na escola.

Apesar da aprovação da Lei 10.639/03, que há mais de 20 anos obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, a perspectiva eurocêntrica continua dominando o sistema educacional e o currículo escolar desempenha papel fundamental na reprodução do racismo. A predominância de uma perspectiva eurocêntrica, que valoriza majoritariamente a história e a cultura europeias, invisibiliza a contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira. Além do mais, a pouca representatividade reforça estereótipos raciais e dificulta a construção de identidades positivas entre os estudantes negros, ao mesmo tempo em que limita a compreensão crítica dos estudantes não negros sobre as desigualdades raciais. Nesse sentido, a obra de Carolina Maria de Jesus dialoga diretamente com tais reflexões ao revelar, a partir de sua experiência de vida, os impactos da discriminação racial estrutural e da exclusão social. Desde cedo, sua trajetória evidencia como o preconceito racial limita oportunidades e silencia vozes negras, especialmente no ambiente de ensino.

As consequências desse apagamento não se limitam à educação básica. Elas também alcançam a universidade e a produção do conhecimento, influenciando quais autores são lidos, estudados e legitimados nos espaços acadêmicos. Foi nesse contexto que nossa própria trajetória formativa evidenciou os efeitos da exclusão de intelectuais negras dos currículos educacionais.

Dentro desse cenário, o fato de tomarmos conhecimento acerca de Carolina Maria de Jesus e sua obra somente após o mestrado, permite-nos chegar à conclusão de que a exclusão da escritora sacramento dos currículos educacionais e das faculdades durante muitos anos exemplifica uma prática de segregação racial institucional. Ao desconsiderar autores e produções intelectuais negras, a instituição de ensino reforça a ideia de que apenas determinados grupos sociais são capazes de produzir conhecimento válido. Essa lógica contribui para a manutenção das desigualdades raciais e para a marginalização simbólica da população negra, que não se vê representada nos conteúdos curriculares e nem reconhecida como protagonista da história e da cultura nacionais.

A inclusão das obras carolinianas no contexto escolar representa uma reparação histórica e uma estratégia pedagógica fundamental para a construção de uma educação antirracista. Ao trabalhar com autores negros e com narrativas que problematizam o racismo e a desigualdade social, a instituição educacional amplia o repertório cultural dos estudantes e promove reflexões críticas sobre a realidade brasileira. Essa prática está alinhada a propostas de quem defende uma escola comprometida com o reconhecimento das diferenças e com o enfrentamento das discriminações raciais. Em síntese, a obra de Carolina Maria de Jesus evidencia que o combate ao racismo em colégios exige mais do que ações pontuais; é necessário um compromisso contínuo com a revisão de práticas pedagógicas, currículos e posturas institucionais. Somente por meio de uma educação que valorize a diversidade, reconheça as desigualdades históricas e promova a inclusão efetiva será possível transformar o espaço escolar em um local de justiça social e de construção da igualdade racial. Essas reflexões se fazem diretamente voltadas para a educação pública, onde a maioria das crianças são pobres e onde se concentra a maior parte dos alunos negros. Quanto à rede privada, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira acontece timidamente, e a cobrança é mais disfarçada já que ali estão os alunos de melhor poder aquisitivo. Em relação aos alunos negros, além de serem a minoria, alguns apenas frequentam aquele espaço porque foram contemplados com bolsas de estudos.

Na obra **Diário de Bitita**, a ênfase maior diz respeito às narrativas sobre a infância de Carolina Maria de Jesus. É sabido que o processo de formação de uma criança inicia-se no ambiente mais próximo e afetivo de sua vida, no qual os valores, comportamentos e percepções de mundo começam a ser construídos, o primeiro contato de uma criança, portanto, é com os pais. É nesse percurso que a família exerce um papel fundamental ao transmitir princípios éticos, morais e emocionais que poderão proporcionar a criação de uma base sólida para o crescimento da criança. Por outro lado, pode acontecer também o inverso: infelizmente, é possível encontrar críticas negativas dentro da própria casa, tal como aconteceu com Carolina quando era criança. De acordo com Jesus (1986, p. 11), as vizinhas costumavam dizer: “— Dona Cota, espanca esta negrinha! Que menina cacete. Macaca”. Logo, situações como essa podem ser influenciadas por fatores externos de maneira positiva ou negativa.

Dentro desses fatores externos, especialmente no contexto das famílias adotivas inter-raciais, há um segundo ambiente totalmente diferente da família que é a escola. Para uma criança acostumada apenas com o convívio familiar, em sua chegada à escola, é comum o surgimento de um estranhamento, pois passa a vivenciar outras experiências com regras diferentes, pessoas desconhecidas e formas variadas de interação. Esse momento marca uma transição importante em seu desenvolvimento, exigindo adaptação emocional e social, uma vez que a criança precisa aprender a compartilhar espaços, a estabelecer vínculos fora do núcleo familiar e a lidar com situações que antes não faziam parte de sua rotina. Em uma tentativa de minimizar, uma vez que é praticamente impossível evitar problemas, o ideal é que a educação antirracista comece bem cedo, ainda em casa. As conversas precisam ser diárias e sempre que houver oportunidades, porque o silêncio não protegerá nossos filhos; na verdade, fará o contrário.

Nossas crianças negras precisam ser fortalecidas e preparadas para conseguirem resistir às ofensas raciais que um dia virão. A ideia seria criar uma redoma de vidro, como se fosse uma primeira parede para quando as ofensas chegassem. Cabe a toda a família, principalmente a adotiva, alertar e conversar abertamente sobre o racismo e a importância da igualdade, promovendo a autoestima e o pertencimento de crianças negras. Ensiná-las a respeitar e a valorizar seus corpos, sua cultura e fazê-las compreenderem que a nossa cultura é tão importante quanto qualquer outra, não tendo do que se envergonhar. Assim, a família estará colaborando para combater a discriminação desde cedo.

Depois da família, como visto, a escola possui um papel fundamental no sentido de promover e ampliar experiências, propiciando o aprendizado formal, a socialização e o contato com diferentes realidades, contribuindo, assim, de maneira decisiva para o desenvolvimento integral da criança. Sabemos que o ambiente escolar é formado por seres plurais, mas cada um com suas particularidades que foram absorvidas e construídas no seio familiar. Cada indivíduo chega à escola trazendo e reproduzindo comportamentos típicos de seu meio familiar, mas esses podem e devem ser melhorados para que atitudes perversas e racistas não sejam reproduzidas no ambiente escolar.

As reflexões apresentadas até aqui não pertencem apenas ao campo teórico. Elas encontram eco em experiências concretas vividas por crianças negras na atualidade, demonstrando que o racismo continua a produzir impactos emocionais e

sociais desde a infância. Um exemplo dessa permanência pode ser observado em um episódio ocorrido em nossa própria família.

Ao trazer essa experiência para a análise, não buscamos particularizar o debate, mas evidenciar como as estruturas raciais discutidas ao longo desta seção continuam produzindo efeitos concretos na vida cotidiana das famílias negras.

Em 2025, aos dez anos de idade, nossa sobrinha Ketellen, que não é consanguínea, passou por sua primeira experiência de racismo. Ao participar de uma festa para adultos com sua mãe, ela verificou que havia poucas crianças para brincar, mas isso não teve importância, porque logo se enturmou com outras meninas. Durante as brincadeiras, Ketellen percebeu que uma menina estava isolada, não tendo ninguém que brincasse com ela. Ketellen foi se aproximando, puxou conversa e logo as duas estavam brincando e se divertindo. Mais tarde, a tia da menina a chamou para ir embora, mas ela não queria, pois a brincadeira estava boa e queria continuar. De todo modo, a decisão já estava tomada e, mesmo contrariada, a menina teve que ceder. Ketellen foi ao encontro da nova coleguinha para abraçá-la e se despedirem. Para a surpresa de Ketellen, a menina disse que não a abraçaria porque ela era preta. Nossa sobrinha ficou impactada e foi, triste, procurar consolo com sua mãe. Ao tomar conhecimento do ocorrido, a mãe de Ketellen perguntou qual foi a reação da filha diante da ofensa da coleguinha, e a resposta foi a que acontece com muitos de nós em momentos como esse: “fiquei sem reação”, afirmou nossa sobrinha. É por isso que reafirmamos a importância de preparar nossas crianças para esses enfrentamentos.

Estamos construindo esse preparo com muito cuidado para ensinar a Ketellen a não revidar de forma agressiva, mas com esclarecimentos e estratégias que priorizem a sua segurança, a sua saúde mental e emocional, e a eficácia no modo de agir. A menina que magoou Ketellen nos remete à filha do dono da livraria, do conto **Felicidade clandestina**, de Clarice Lispector. A narradora nos conta sobre uma colega da escola que, por ter características físicas contrárias às dela, era diferente. “Ela era gorda, baixa, sardenta e de cabelos excessivamente crespos, meio arruivados. Tinha um busto enorme; enquanto nós todas ainda éramos achatadas (Lispector, 1975). A narradora nos revela que a filha do livreiro agia com atos de crueldade e sadismo, em uma maneira de tortura planejada para humilhá-la, pois se deleitava em negar o empréstimo do livro **As reinações de Narizinho** para a narradora. A menina usava seu poder e o acesso aos livros da livraria de seu pai

para agir dessa forma com a narradora. Por sua vez, a contadora da história via as ações como vingança e uma demonstração de superioridade, transformando a busca pelo livro em uma felicidade clandestina e dolorosa. Definitivamente, nós não podemos afirmar que a coleguinha de Ketellen era uma criança sádica. Talvez, esse modo de agir das duas meninas seria um jeito para justificar ou compensar o preconceito e a discriminação de gordofobia, sofridos tanto pela filha do livreiro quanto pela coleguinha da Ketellen. Ou não.

O episódio vivido por Ketellen evidencia que o racismo continua sendo aprendido e reproduzido socialmente desde a infância. Não se trata de um caso isolado, mas de uma manifestação de estruturas mais amplas que moldam comportamentos, valores e formas de interação. Nesse sentido, diferentes iniciativas educativas têm buscado demonstrar que o preconceito não é natural, mas socialmente construído.

É propício destacar, nesse momento, um fato ocorrido no ano de 2016, quando a Rede Globo exibiu o vídeo “Ninguém nasce racista. Continue Criança.” A temática do filme versa sobre como o racismo é compreendido, mostrando crianças emocionadas ao tentarem ler falas racistas para pessoas e perceberem, de imediato, a dor que esta atitude pode causar. O conteúdo mostra que o preconceito não é inato, mas ensinado pela sociedade, e que a mudança pode ser iniciada com a educação em prol do respeito e da empatia desde cedo. O objetivo central do conteúdo exposto é provocar uma reflexão sobre o racismo como um fenômeno socialmente construído e reproduzido culturalmente, e não como uma característica inerente ao ser humano. Ao expor crianças negras incentivando-as a repetirem atitudes e falas racistas, o filme convida o público a compreender o modo como o racismo é internalizado e naturalizado desde a infância. Espera-se que, após assistir a essa produção, pais e educadores possam refletir e tentar construir uma sociedade mais justa e menos agressiva.

O episódio relatado não constitui um caso excepcional. Ao contrário, ele evidencia a permanência de práticas racistas que atravessam diferentes gerações de crianças negras, aproximando a experiência contemporânea daquela narrada por Carolina Maria de Jesus. É por isso que reafirmamos a importância de preparar nossas crianças para esses enfrentamentos.

O racismo é um determinante social e prejudicial que impacta no bem-estar físico e mental de crianças, afetando, ao final, toda a família. As consequências

variam, podendo acumular danos tanto à saúde física quanto à mental e emocional. Pode-se também desenvolver e aumentar drasticamente o risco de ansiedade, depressão e até suicídio. Em crianças e adolescentes, o racismo afeta a construção da autoestima, além de contribuir para a queda no rendimento escolar e para o abandono até da faculdade. Outro fator importante a considerar é a formação e contratação de profissionais negros que provavelmente tiveram experiências semelhantes e que compreendem o papel que a identidade racial e o racismo desempenham na formação dos jovens negros. Como se não bastasse, essa segregação impacta profundamente nossa sociedade porque, ao final, acaba perpetuando ciclos de pobreza e piores condições de vida.

Como dissemos anteriormente, cabe ressaltar que o ensino antirracista é estabelecido pela Lei 10.639/2003, e é obrigatório nos currículos escolares e no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. Atitudes como essa se mostram como um modo de preparar os estudantes com ações que combatam a discriminação e o preconceito racial em nossa sociedade de um modo contínuo e não somente no mês de novembro, estabelecido como mês da consciência negra. O que dizemos aos nossos filhos é importante, mas o que eles nos veem fazer produz melhores resultados. Por meio da observação e do espelhamento, transmitimos o testemunho vivo, que é a forma mais eficaz de transmitir valores e crenças. Afinal, nossas crianças não podem crescer e se posicionar contra o racismo se não reconhecerem as questões raciais.

Toda essa carga de conhecimento nos fortalece para enfrentar as discussões sobre a temática. Isso precisa ser uma constante e as políticas públicas educacionais necessitam de práticas mais objetivas e acessíveis. No geral, a educação brasileira ainda comete falhas. É preciso ir além das teorias para implementar práticas reais que tornem a escola um espaço verdadeiramente inclusivo e transformador, exigindo uma mudança pedagógica profunda que envolva corpo, mente, afeto e pensamento crítico para promover a liberdade e a equidade, indo além do mero reconhecimento da diversidade.

Precisamos pensar a escola, ou melhor, a sala de aula como um espaço político de resistência e de criação, não apenas como um local de transmissão de conteúdo. As aulas que abordam o multiculturalismo focam em culturas, abordando tópicos como vestuário, comidas e folclore, e acabam deixando de lado questões

importantes que abordam as estruturas de poder, como o racismo, os pactos para manutenção de privilégios e a dominação que impedem a verdadeira inclusão e transformação. Falamos em diversidade, mas o mais importante e necessário é que se pratique a inclusão exaustivamente.

Se as experiências contemporâneas revelam a permanência de práticas racistas, a obra de Carolina Maria de Jesus nos permite compreender a longa duração histórica desse fenômeno. Retornar à narrativa de **Diário de Bitita** significa reconhecer que muitas das questões enfrentadas por crianças negras hoje já apareciam, sob outras formas, na infância da escritora.

Cabe pontuar que, em **Diário de Bitita**, Carolina exalta o seu desejo de frequentar a escola ainda criança. Embora o espaço escolar tenha sido um lugar que tenha reforçado o seu entendimento sobre o que significa ser negra no Brasil, a escritora seguiu firme no propósito de aprender a ler em uma sociedade tão desigual e separatista. O conselho do avô Benedito ficou marcado em sua mente e, segundo Jesus (1986, p. 57), ele recomendou: “Quando vocês entrarem nas escolas, estudem com devoção e esforcem-se para aprender”. Diante dos esforços, Carolina percebeu as diferenças e a distância que havia entre os alunos negros e brancos.

Assim como Carolina Maria de Jesus recebeu recomendações de seu avô, nós também seguimos firmes reconhecendo e honrando nossa ancestralidade. Recentemente, em cinco de dezembro de 2025, nosso primo, o jornalista Vagner Tolendato revelou-se como o primeiro apresentador negro da Globo Minas a comandar um telejornal com o cabelo trançado. O fato teve grande repercussão não somente na família, mas também em Juiz de Fora, nossa cidade. Pessoas negras se sentiram representadas em um espaço profissional tão elitizado. Nós e nosso primo Vagner, em nosso entendimento, temos consciência e sabemos da responsabilidade em conscientizar não só aos mais novos, como também os que ainda não conseguiram despertar em relação às dinâmicas do racismo e seus impactos na sociedade e na vida pessoal de cada negro. Percebemos, na própria família, aqueles que ainda aceitam narrativas ou estereótipos negativos sobre a nossa raça, a ponto de acharem graça nas ofensas que recebem, disfarçadas de amizade. Assim como Carolina, vivemos discriminados em uma busca pela aceitação de nossa cor e por um mundo livre do preconceito. Apesar das campanhas educativas e das transformações ocorridas juridicamente, nossa luta ainda vai longe. Seguimos

firmes em busca de oportunidades, em direção ao centro e longe das margens às quais nos destinaram.

Essas experiências familiares, embora distintas em tempo e contexto, revelam tanto as permanências quanto as transformações das relações raciais no Brasil. Ao colocá-las em diálogo com a trajetória de Carolina Maria de Jesus, torna-se possível perceber os avanços conquistados, mas também os limites das mudanças ocorridas até aqui.

Diante disso, ao compararmos o racismo vivido por Carolina Maria de Jesus em sua infância ao que sofremos em nossa infância e ao cenário atual, concluiremos que, ainda que as formas de discriminação tenham se transformado, suas marcas ainda permanecem. A diferença central reside na possibilidade de enfrentamento consciente e institucionalizado no presente. Se, no passado, a escola foi espaço de exclusão, hoje ela deve assumir o papel de promotora da igualdade racial, formando sujeitos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e menos excludente. Apresentar Carolina Maria de Jesus, por intermédio da literatura, é uma maneira de revisitar o passado e ativar memórias. Comparamos e partimos em busca de estratégias para compreender o presente e saber se posicionar no futuro. Não devemos nos silenciar diante das ofensas, pois precisamos estar sempre preparados para lutar, porque nossos sonhos continuam.

Diante de toda a problemática que diz respeito a nós, os negros brasileiros, enquanto crianças, adolescentes ou adultos, e enquanto homens e, principalmente, mulheres, urge a necessidade da diminuição, e futuramente de extinção, das práticas racistas no país. É pertinente destacar que, diante de um conflito, a escola não pode naturalizar o fato e tratá-lo como brincadeira, tal como ocorria antigamente. A família, por sua vez, precisa assumir o seu papel de coeducadora porque não podemos contar cem por cento com o sucesso na escola. Assim sendo, a articulação entre família e escola torna-se essencial para combater o racismo desde a infância, promovendo uma educação antirracista que reconheça a diversidade, valorize as identidades negras e construa relações mais justas e igualitárias.

#### 4.2 CAROLINA MARIA DE JESUS E A CRÍTICA FEMINISTA DE AUTORIA FEMININA NEGRA

**Diário de Bitita** é dividido em 22 capítulos e não há nenhum especificamente dedicada às mulheres; entretanto, a presença feminina atravessa toda a narrativa. Embora o capítulo seis trate da questão racial, é a figura da mulher negra que emerge como elemento fundamental para compreender a articulação entre racismo, sexismo e desigualdade social. Em diversos momentos, Carolina registra situações que revelam a vulnerabilidade a que mulheres negras e pobres estavam submetidas em uma sociedade estruturada por relações de poder marcadas pela raça, pelo gênero e pela classe. Nesse sentido, a cena descrita pela menina Bitita evidencia formas cotidianas de violência e assédio naturalizadas no contexto social da época, demonstrando como a opressão se manifesta em diferentes dimensões da vida. A força dessa lembrança é tamanha que Carolina a preserva na memória por décadas, transformando-a posteriormente em matéria literária e denúncia social.

Eu notava que, com as mulheres pretas, eles não mexiam muito. Não faziam elas correrem. Mas falavam palavras para elas e mostravam o pênis, e eu fui dizer para a minha mãe:

— Sabe mamãe, eu vi o homem mostrando, a vela para a Vitalina, e falou umas coisas que eu não compreendi. A filha da Vitalina chorou e disse que vai contar ao noivo dela (Jesus, 1986, p. 56).

Ao registrar episódios como esse, Carolina não apenas testemunha as múltiplas formas de violência direcionadas às mulheres negras, mas também produz uma reflexão que dialoga diretamente com os pressupostos do feminismo negro. Embora escrevesse antes da consolidação desse campo teórico no Brasil, sua obra evidencia como raça, gênero e classe operam de maneira indissociável na produção das desigualdades sociais. É justamente a partir dessas inquietações que se torna possível aproximar sua escrita das formulações desenvolvidas por intelectuais negras que, nas décadas seguintes, sistematizaram críticas às estruturas de opressão que afetam particularmente as mulheres negras

Nesta seção, concentraremos nossos estudos nas inquietações em torno dos pontos que problematizam a questão do feminismo negro. Aqui, temos como base as reflexões de algumas intelectuais negras brasileiras responsáveis pela constituição desse movimento e que articulam raça, gênero e classe. Em uma tentativa de convergir alguns pontos em comum, seguiremos com os pensamentos das escritoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Stephanie Ribeiro, Marília Novais da Mata Machado, Carla

Akotirene, a própria Carolina Maria de Jesus e com as considerações do professor José Carlos Sebe Bom Meihy, além de outros.

Esses intelectuais nos apresentam o feminismo negro como um movimento político e teórico que combate ao mesmo tempo o racismo, o sexismo e a exploração de classe, baseando-se nas experiências de nós mulheres negras. Partem do princípio de que nossas lutas não podem ser consideradas por correntes que analisam somente o gênero ou apenas a raça de maneira isolada. Dessa forma, o feminismo negro adiciona um terceiro critério que é a classe social. Apoiado nesse tripé, busca valorizar os saberes, as experiências e as resistências das mulheres negras, denunciando estruturas históricas de exclusão e defendendo a construção de uma sociedade mais justa, na qual elas sejam reconhecidas como sujeitos de direito diante de seus conhecimentos e engajamento social. Da combinação desses três fatores, surgiu o termo que conhecemos como interseccionalidade, mostrando que a combinação dessas três formas de opressões cria formas específicas de exclusão. Cabe ressaltar que, anteriormente, utilizamos o conceito de interseccionalidade para pensar a questão do racismo. Nesse momento, esse conceito será pensado e relacionado sob o ponto de vista do feminismo negro.

Historicamente, o feminismo negro surgiu em nosso país em torno dos anos 1970/1980 com as ativistas Lélia Gonzalez, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, e Beatriz Nascimento. O objetivo era obter a representatividade das mulheres negras nos movimentos feministas tradicionais e no movimento negro, levando em consideração também a classe social. Nesse sentido, ambas as ativistas foram fundamentais na fase inicial, denunciando o sexismo dentro do ativismo negro e o racismo no movimento de lutas das mulheres. De certa forma, essas denúncias serviram para dar visibilidade às necessidades específicas dessa população, muitas vezes negligenciadas por movimentos feministas hegemônicos.

Diante de um cenário em que a mulher negra sempre esteve nos piores espaços da sociedade brasileira, percebemos o quão importante foi o papel da escritora mineira sacramentoana para a população marginalizada. Com base em suas narrativas, vemos a escritora Carolina Maria de Jesus, que lutou bravamente até conseguir publicar seu primeiro livro, como uma figura central e precursora do feminismo negro no Brasil. Praticamente sem apoio, na companhia dos seus três filhos, preocupada com a fome e conseqüentemente sem sono, por várias noites ela

escrevia seus traumas e registrava seus sonhos. Aos poucos, Carolina ocupou o espaço da escrita, historicamente negado a nós, mulheres negras. Suas obras iniciais e autobiográficas, **Quarto de despejo**, **Diário de Bitita** e **Casa de alvenaria**, formam um conjunto de registros testemunhais e críticos da realidade social brasileira, focando na desigualdade, na pobreza, no racismo e na luta pela sobrevivência muito antes da consolidação do movimento em si. Essa mulher negra vivenciou e denunciou a marginalização, o machismo e o racismo estrutural, tornando-se símbolo de resistência, força e voz para todas as suas mulheres negras.

Em sua época, devido à grande oferta de mão de obra, pessoas negras não colocavam preço em seus serviços, e foi também Carolina que denunciou a miséria e o subemprego ao denunciar que havia muitas pessoas precisando de trabalho. Ao lermos suas obras, temos uma aula que ensina a resistir, a entender e a questionar direitos. A autora abriu caminho para que outras vozes negras e periféricas fossem ouvidas na literatura brasileira com a sua história sendo um exemplo poderoso de resistência, dignidade e coragem. Ainda, ela deixou um legado que inspirou as novas gerações de intelectuais negras, como Cidinha da Silva e Djamila Ribeiro, a consolidarem a literatura produzidas por mulheres negras.

Percebemos, na trajetória de Carolina, que a sua condição de mulher e mãe solteira foi um dos motivos para que enfrentasse preconceitos relacionados ao gênero, especialmente em uma sociedade patriarcal que restringia a nossa autonomia. Entretanto, como vimos anteriormente, a análise a partir do conceito de interseccionalidade nos permite compreender que raça, gênero e classe não atuam separadamente. No caso da escritora, o racismo definia seu lugar na sociedade, enquanto o machismo tornava sua situação ainda mais difícil. Assim sendo, não podemos afirmar que a escritora é mais marcada por ser negra do que por ser mulher ou vice e versa. Também não podemos minimizar a dimensão do gênero em sua trajetória; contudo, é preciso reconhecer que, na formação histórica brasileira, a desigualdade social foi sedimentada pelas estruturas de poder da branquitude, que historicamente se beneficiaram dela. Carolina vivenciou uma época em que o país passava por transformações políticas, sociais e econômicas, sendo uma das consequências desse cenário o destino da base da sociedade para as periferias e favelas, aumentando a desigualdade social. Nossa experiência comprova que a opressão da população negra e pobre não se dá por fatores isolados, mas pelo

cruzamento de múltiplas estruturas de poder. Diante disso, ao transformar a própria vivência em literatura, Carolina não apenas denunciou a exclusão, mas também desafiou os limites impostos a mulheres negras na sociedade brasileira, consolidando-se como figura fundamental para a compreensão das desigualdades no país.

Aspectos interessantes em torno da escrita de Carolina Maria de Jesus são bastante recorrentes. Um deles associa-se ao modo como a crítica reage às suas obras. Ao analisar uma produção, não se deve levar em consideração somente o seu aspecto sonoro, pois é também importante pensar se tal livro é capaz de provocar reflexões, de produzir algum impacto social e, se sim, qual seria o seu alcance. Caso contrário, ele pode ficar restrito a um pequeno grupo de autores que se limitam a escrever para si mesmos e para seus pares e, assim, a literatura canônica dificilmente circula nas periferias. Na maioria das vezes, ela se mostra voltada para um público elitizado e capaz de se identificar com o emissor, deixando à margem uma minoria que não se identifica. Nesse sentido, cabe destacar um certo compromisso estabelecido entre Carolina de Jesus e a realidade tal como se apresentava: para ela, o fenômeno da realidade e a miséria dos negros eram consequências das estruturas de poder que financiavam e fundamentavam a crise social.

Em nossos estudos, vimos que, entre os diversos problemas que dificultam as pesquisas sobre a função social da leitura no Brasil, um se destaca pelo fato de a história da leitura em nosso país ainda não ter sido devidamente construída, em função da chamada história do silêncio. Por longos anos, a história do povo negro foi silenciada e contada de acordo com os interesses do colonizador. Hoje, esse silêncio foi substituído pelas narrativas de escritores tais como as citadas anteriormente com reflexões que contribuiram para a formação e a democratização de novos livros e, conseqüentemente, para a capacidade das pessoas de percebê-los como um produto impulsionador de acesso a mais informações e de ascensão social por intermédio do estudo. Editoras que abraçam a causa negra acolhem os autores que buscam informar e provocar reflexões ao mesmo tempo que flertam com o novo leitor. Enquanto a crítica literária fica restrita ao meio científico, espaço em que o livro possui projetos específicos e segue uma ordem acadêmica, por outro lado, os livros podem se tornar perigosos ao expor fissuras do poder, sendo tratados como uma ameaça capaz de provocar perturbações na ordem social.

É sob o aspecto da escrita enquanto crítica e denúncia que podemos analisar o feminismo negro, a escritora Carolina Maria de Jesus e a literatura brasileira. Diante de uma vida miserável, surge uma mulher negra que escreve sobre a fome, o lixo e o descaso do Estado sob o qual vive. Sob a ótica da miséria, essa mulher escreve de uma maneira clara ao expor o racismo que assola a população negra. A pobreza material não a impediu de incomodar os escritores da elite, muito menos os escolarizados de classe média da literatura brasileira; pelo contrário, a miséria serviu de matéria prima, tal como afirmamos anteriormente. Carolina incomodou. Com pouco estudo, sua escrita é dura, sem filtro e sem motivos para embelezar ou romantizar. Suas denúncias são autênticas e passivas de comprovação, pois ela escreve verdades.

Carolina recebeu duras críticas da elite intelectual por escrever de um modo simples, sem sofisticação. Suas narrativas foram forjadas em orações curtas, misturadas com o cansaço e a fome, sendo constante o questionamento a Deus sobre o porquê de seu sofrimento. O interessante é que ela conseguiu comprovar que a mulher negra, pobre e favelada pensa, escreve e denuncia. Assim sendo, de certa forma, ela balançou não somente as estruturas da elite brasileira, como também o monopólio literário, provocando desconforto nos outros escritores e na sociedade em geral. O tradicional cânone literário brasileiro é formado majoritariamente por pessoas brancas e elitizadas, embora o espaço tenha contado com a presença de escritores como Lima Barreto, Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis. Foi há pouco tempo, somente em 2025, que a Academia Brasileira de Letras (ABL), uma das instituições culturais mais tradicionais do país, elegeu a primeira mulher negra para ocupar uma de suas cadeiras. Mineira de Ibiá, Ana Maria Gonçalves nos encheu de orgulho ao representar esse marco histórico de diversidade, justiça e valorização da nossa literatura negro-brasileira. Por trás desse feito, cabe o destaque para Carolina Maria de Jesus, aquela que era lembrada mais pela fome do que pelo fato de ser uma escritora, pois foi ela que veio antes, lutou e preparou os caminhos para que outras, como Ana Maria Gonçalves, Conceição Evaristo e tantas outras pudessem ser reconhecidas como grandes escritoras negras.

A escritora sacramentoana foi um grande destaque literário, especialmente com o sucesso estrondoso de sua primeira obra, **Quarto de despejo** (1960), mas seu prestígio durou pouco devido a uma combinação de fatores sociais, editoriais e

peçoais. Geralmente, as pessoas liam Carolina como a escritora da fome e da favela, e jamais pela sua capacidade criativa e feminista. Suas escrituras revelam diferentes opressões sociais, o racismo e as dificuldades que as mulheres negras enfrentavam no seu dia a dia. Carolina representava, portanto, um segmento da sociedade, em especial, o daquelas que, além de pobres e negras, carregavam o fardo de ser mulher em uma sociedade machista.

Desde cedo, em **Diário de Bitita**, a autora denunciava a persistência do racismo estrutural e da mentalidade escravocrata no Brasil após a Abolição. A excessiva preocupação com a questão estética de suas obras provavelmente foi uma maneira que a elite branca encontrou para encobrir o descaso e a crueldade com os marginalizados. Muito antes de qualquer movimento oficial e reivindicatório de direitos para a população negra, Carolina já havia iniciado sua militância política. Inteligente e observadora, percebeu a desvalorização da mulher na questão trabalhista ao relatar a diferença salarial entre os sexos. Segundo Jesus (1986, p. 12), “O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar.” Essa afirmação de Carolina nada mais é do que uma demonstração hierárquica que coloca o homem branco no topo e a mulher abaixo. Em relação a um casal negro, a mulher negra é situada na base em termos de valorização social e econômica, sendo uma representação clara do racismo estrutural e do sexismo operando de forma interseccional. Nesse sentido, são destinados, para a mulher negra, as piores tarefas e os menores salários. Em **Diário de Bitita**, Carolina narra que a mãe costumava contar que trabalhou excessivamente, lavando colchas de algodão misturadas com lã, feitas no tear. Dependendo do tamanho, essas colchas, quando estão encharcadas, têm o seu peso praticamente triplicado, podendo pesar quase dez quilos. Pensando nesse testemunho, imaginamos qual sociedade reconheceria ou daria título a uma mulher negra, sendo que poderia prorrogar sua subalternidade nas tarefas domésticas ou destiná-la a ocupar postos menos remunerados.

Assim sendo, é muito mais interessante para o opressor manter o apagamento do sujeito enquanto escritor, tentando diminuir a qualidade por meio de críticas negativas. A mensagem da obra não é analisada e nem sequer valorizada. Isso nada mais é do que uma demonstração de crueldade da elite literária com alguém que surge como uma promessa de renovação e que se projeta como um ícone da cultura e da população negras. Mulheres negras que sabiam ler e escrever,

nos tempos de Carolina, configuravam uma ameaça, e, de certa forma, havia uma necessidade de apagamento e esquecimento. O interessante é que a tentativa de apagamento diz respeito à parte intelectual da autora sacramentana. Contrariamente aos que tentam deixá-la em uma posição de vítima, vinculada à fome e à miséria, nós a vemos de um modo bem diferente: pensamos Carolina Maria de Jesus tal como uma grande feminista negra emancipada que foi capaz de olhar a realidade brasileira sob uma ótica extremamente crítica.

Essa discussão em torno do feminismo negro é uma temática que nos causa um certo incômodo. Essa inquietação se faz quando nos perguntamos algo relacionado a como se dizer uma feminista negra sem nunca ter participado de um movimento. Precisamos pensar nas diversas formas possíveis para que uma pessoa possa trabalhar para combater esses sistemas de opressão estrutural e interseccionais que estamos comentando. Vimos que o termo Feminismo Negro se consolidou no fim do século XX, mas, na prática, há muito tempo as mulheres negras refletem, resistem e se organizam contra o racismo, o sexismo e as desigualdades sociais. Assim sendo, somente essa designação é contemporânea, pois, muito antes de existir tal nomenclatura, já existia a experiência, a crítica e a luta. Veio depois para designar e fortalecer a teoria, dando clareza e estrutura ao que já era vivenciado.

Participar ativamente de um movimento social e político é uma forma de feminismo, mas não é o único modo de contribuir. Ao analisar nossas experiências, foi possível perceber que uma pessoa pode se dizer feminista negra por reconhecer que gênero, raça e classe operam juntos. Entender que as mulheres negras vivem opressões específicas, isto é, diferentes das vivenciadas pelas brancas, possibilita que alguém se considere feminista negra. Comportamentos, escolhas e modo de se posicionar diante de determinadas situações podem revelar até que ponto estamos comprometidas e fortemente dispostas a lutar, posicionando-nos na linha de frente em busca por justiça social, equidade e transformação estrutural. Essa tensão entre experiência, teoria e movimento pode ser entendida de duas maneiras: sob o ponto de vista de quem vivencia as opressões interseccionais e, ainda, sob o aspecto das escritoras que teorizam para quem sofre na pele. Isso não significa que as escritoras não tenham passado por essas experiências.

Enquanto as precursoras faziam uso de suas vozes e de materiais reais para trabalhar o feminismo negro no passado, hoje as novas militantes possuem um

recurso a mais ao contarem com a ajuda da grande aliada que é a internet. Nesse sentido, as novas gerações buscam um ponto de equilíbrio entre as narrativas e as experiências do passado e as tecnologias do presente, sem desmerecer o trabalho e a luta de nossas antecessoras. Na verdade, a internet nos favorece na medida em que quebra a dependência de espaços tradicionais como as universidades, os diretórios dos partidos políticos, as organizações, dentre outros. Os encontros virtuais democratizam as falas, podendo alcançar milhares de pessoas e gerar visibilidade. As informações, que antes eram repassadas por intermédio de reuniões, cartazes e panfletos, passam a contar com novos suportes e são disponibilizadas nas redes sociais. Um ponto interessante que a gente observa com o uso dessas novas ferramentas é a praticidade e a facilidade que as pessoas encontram para desenvolverem seus projetos. Acreditamos que essa é, sem sombra de dúvida, a maior vantagem que temos em relação às lutas das gerações anteriores, uma vez que conseguimos mobilizar mais pessoas de um modo mais rápido e eficaz.

Outro aspecto interessante e que precisamos considerar diz respeito ao fato dessa rede ser sustentada principalmente pelas mulheres. Nossas ações beneficiam o povo negro em geral, a exemplo de que, quando falamos em ações afirmativas, temos consciência de que são fundamentais para garantir o acesso de mulheres e homens negros às universidades. Contudo, mais importante do que o ingresso é assegurar a permanência desses grupos nesses espaços por meio de políticas de apoio e inclusão, haja vista que a maior evasão do ensino superior é de estudantes negros. Os motivos variam entre a necessidade de trabalhar, a falta de suporte financeiro, a discriminação racial, a existência de ambiente universitário pouco acolhedor, entre outros. Nessa batalha, na maioria das vezes, somos nós, as mães, as professoras – ou seja, as mulheres – que despertam, nos jovens negros, a necessidade de questionar a respeito do pensamento e das práticas de opressão da supremacia branca. Nesse contexto, existe uma linha histórica real de continuidade de opressão, consequência da falsa Abolição. A estrutura não foi abalada, pelo contrário, manteve-se firme, sendo que o que realmente aconteceu foi uma reorganização no modo de explorar. No caso da mulher negra, sempre fomos vistas como uma força de trabalho, um objeto sexual e a mercadoria mais barata e acessível, tal como consta na música **A carne**, interpretada pela cantora Elza Soares (2002). A composição é de seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappelette.

Após a Abolição, a falta de projetos que beneficiassem a população negra fez com que esse grupo ficasse sem direitos, terras e educação, largado à margem da sociedade. A mulher negra foi praticamente empurrada para o trabalho doméstico, dando continuidade ao modelo escravocrata de submissão aos patrões brancos e ao baixo salário. Então, como consequência desse sistema, o que mais vemos hoje é o serviço doméstico sendo desempenhado, geralmente, pelas mulheres negras. Como se não bastasse, as pesquisas mostram que elas são as maiores vítimas de violência policial, social e, ainda, obstétrica. Nesse sentido, ao atualizarmos esse cenário, percebemos que ainda transmitimos oralmente às nossas filhas a percepção de que as relações entre mulheres negras e brancas permanecem atravessadas por estruturas de dominação histórica. Consideramos pertinente observar a preocupação do feminismo negro com a juventude negra brasileira ao contribuir para a descriminalização e a criação de oportunidades para nossos filhos, a exemplo do que comentamos anteriormente sobre a questão histórica do afastamento da população negra da educação formal. Então, as constantes denúncias de desigualdade e exclusões serviram de incentivo para que o movimento se organizasse, pesquisando e produzindo dados e narrativas que provassem a desigualdade racial no Brasil. O resultado foi um acúmulo de documentos políticos e intelectuais utilizados para justificar e fundamentar o acesso e a permanência dos negros nas universidades, antecipando, assim, as ações afirmativas oficiais das quais dispomos hoje. Do ponto de vista do feminismo negro, as ações afirmativas estão longe de ser uma concessão, mas uma tentativa de correção histórica mínima. Seja com a graduação à distância, em um ambiente virtual ou presencial, atualmente a mulher pode frequentar a universidade e sentar-se lado a lado com quem antes a oprimia, ainda que as marcas dessa opressão persistam e que olhares questionem o que ela está fazendo ali. A respeito dessa tensão sobre a conquista de espaços, vale mencionar que, apesar dos avanços, a desigualdade não desapareceu; longe disso, ela passou a ser confrontada.

No contexto do feminismo negro, evidencia-se a importância das organizações que atuam na promoção de eventos acadêmicos, no incentivo ao estudo e no estímulo ao ingresso na pós-graduação como instrumentos fundamentais de enfrentamento às desigualdades estruturais que atingem, sobretudo, nós, mulheres negras. Ao considerar que raça e gênero se articulam na produção de exclusões históricas, conforme discutido pelas pensadoras Lélia

Gonzalez, Sueli Carneiro e Angela Davis, compreendemos que a sub-representação de pessoas negras nos espaços acadêmicos e de poder não é fruto do acaso, mas de um processo sistemático de marginalização em que as portas se abrem com muita dificuldade. Nesse cenário, iniciativas que oferecem formação continuada, redes de apoio, bolsas de estudo e oportunidades de qualificação profissional tornam-se essenciais para o aprimoramento de professores negros, possibilitando-lhes atuar e competir em condições mais equitativas. Dessa forma, tais organizações não apenas promovem ascensão individual, mas também coletiva, contribuindo para a transformação social ao ampliar a representatividade, diversificar a produção de conhecimento e fortalecer a construção de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

Apesar das pequenas mudanças na sociedade, muitas de nós ainda trabalham, sem nenhum demérito dessas profissões, como babás, empregadas domésticas e cuidadoras. Tudo isso, fruto resultante da escravidão, faz com que muitas mulheres negras continuem em trabalhos com pouca valorização. O feminismo negro denuncia essa injustiça e defende mais oportunidades e igualdade. Hoje, muitas mães negras ensinam suas filhas a valorizarem sua beleza, a aceitarem seu cabelo natural e, principalmente, a estudarem para conquistar profissões que antes eram ocupadas principalmente por pessoas brancas. Essa mudança é importante porque fortalece a autoestima e ajuda a construir um futuro com mais igualdade.

Em contrapartida, é preciso ficar atento aos perigos da internet. Se por um lado ela possibilita encurtar distâncias, dar maior alcance e permitir mobilização e disponibilizar tutoriais que ensinam a valorizar a beleza negra, por outro, a visibilidade alcançada favorece uma maior exposição à violência digital. Frequentemente, alunas ativistas sofrem assédios, racismo e são ameaçadas. Logo, é preciso estar consciente dos pontos positivos e negativos ao utilizar essa grande rede. Quem está realmente envolvido com as questões do feminismo negro vê a internet como uma ferramenta poderosa, não perfeita, mas capaz de fortalecer lutas, desde que usada de forma crítica e coletiva. Enquanto isso, os agressores seguem ameaçando, postando discursos de ódio e só param quando sofrem punição. Às vezes, quando essa acontece, o estrago já foi feito, resultando em silêncio, abalo emocional e medo da opinião pública. Não obstante, é importante compreender que o combate ao racismo e ao sexismo não pode ser responsabilidade apenas das

mulheres negras. Trata-se de uma luta coletiva, que exige o compromisso da sociedade, das instituições e do poder público na promoção de políticas de proteção, educação e inclusão. Somente assim será possível construir espaços mais seguros, democráticos e igualitários, onde meninas e mulheres negras possam viver com dignidade, liberdade e respeito, sem terem suas vozes silenciadas pela violência, pelo preconceito ou pela exclusão histórica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer uma jornada atravessada pelo racismo e pela interseccionalidade na obra autobiográfica **Diário de Bitita**, de Carolina Maria de Jesus, pretendemos, ainda, exprimir um pensamento final. A começar pelo título, temos que **Diário de Bitita** anuncia uma narrativa de memória, identidade e formação marcada pela experiência concreta de uma menina negra em um Brasil estruturalmente racista. Ao optar por “Bitita”, seu apelido na fase infantil, encontramos um termo carinhoso que está ligado à figura do avô da escritora sacramentana, Benedito da Silva, que era uma referência afetiva e simbólica muito forte na infância da menina. Carolina Maria de Jesus desloca o foco da autora consagrada para a criança que vivencia, desde cedo, as marcas das desigualdades racial, social e de gênero. O diminutivo não suaviza a violência do contexto; ao contrário, evidencia a vulnerabilidade de um período atravessado pela fome, pela exclusão escolar, pela exploração e pela discriminação.

Compreendemos que a conclusão de uma tese não se orienta para o definitivo, pois o conhecimento é, por natureza, inacabado e processual. Diferentemente de encerrar uma discussão, ela sistematiza os principais achados, explicita limites e aponta possibilidades investigativas que permanecem em aberto. Nesse sentido, toda pesquisa se insere em uma cadeia contínua de estudos e produção científica. Certamente, outros pesquisadores podem se interessar pela temática, problematizando as hipóteses já apresentadas, bem como colocando-as à prova a partir de novos dados, ou podem, ainda, confrontá-la com outros referenciais e contextos distintos. Assim, esta conclusão não representa um ponto final, mas um ponto de inflexão para novas críticas e novos desdobramentos.

Esta tese foi escrita após uma leitura atenciosa do livro **Diário de Bitita**, de Carolina Maria de Jesus. Ao ler descrições minuciosas de lugares, pessoas e situações, conseguimos visualizá-las mentalmente, pois já experienciamos vivências semelhantes. A obra em questão se revelou como um preciso e delicado trabalho de transmissão, tornando pública a realidade sobre a vida de uma menina/mulher negra nos anos que sucederam a abolição até a década de 1970. Através de uma peregrinação iniciada em Sacramento até o final de sua vida, Carolina sempre lutou por uma vida digna, em um movimento que atravessou toda a sua trajetória pessoal e literária. A partir da necessidade de entender e acompanhar as causas que nos

obrigam a vivenciar o racismo, surgiu a proposta de estudar a discriminação racial em uma obra que parte da infância de uma autora negra. Diante disso, a reflexão nos leva a entender que a condição histórica da mulher negra brasileira é resultado de um processo estrutural que articulou racismo, sexismo e desigualdade de classe desde o período colonial.

Ao longo da obra caroliniana, a intolerância racial não aparece como episódio isolado, mas como estrutura que organiza as relações sociais e delimita possibilidades. A interseccionalidade, ainda que não nomeada conceitualmente, se manifesta na sobreposição entre raça, classe e gênero, que condiciona a trajetória da narradora em sua autobiografia. Ser negra, pobre e menina no interior do Brasil do início do século XX significava ocupar um lugar previamente determinado na hierarquia social. Desse modo, **Diário de Bitita** ultrapassa o registro autobiográfico e se configura como uma denúncia histórica e política. A escrita de Carolina transforma a experiência individual em memória coletiva, revelando como o racismo estrutura as subjetividades e limita horizontes, tal como um simples desejo de estudar. Por outro lado, sua escrevivência demonstra como a consciência crítica e o desejo de aprender se tornam formas de resistência, resultando na obra que decidimos estudar.

Compreender as denúncias construídas por Carolina Maria de Jesus exige situá-las no interior das estruturas históricas e sociais que organizam a desigualdade no Brasil. Em **Diário de Bitita**, a autora transforma a experiência cotidiana da miséria, tais como a falta de melhores empregos, do direito à saúde e da educação, a fome, a precariedade e a exclusão social em um discurso crítico que ultrapassa o âmbito individual e alcança a dimensão estrutural.

A escrita de Carolina evidencia que a miséria não é resultado de falhas morais ou insuficiências pessoais, mas consequência direta de um sistema social atravessado pelo racismo estrutural, pela desigualdade de classe e pelo patriarcado que sempre operou junto ao racismo sistêmico, confinando-nos, mulheres negras, à marginalidade social. As ações afirmativas, citadas anteriormente, configuram certa reparação com os negros do passado porque, quando essas crianças finalizavam a quarta série (hoje corresponde ao quinto ano), queriam estudar, mas não podiam cursar o ginásio porque precisavam trabalhar e ajudar os pais. Hoje, o curso ginásio corresponde à segunda etapa do Ensino Fundamental, nomeada como Anos Finais, e compreende do 6º ao 9º ano. Enquanto as crianças ricas e brancas estudavam e

se projetavam para um espaço de progresso, as negras e pobres eram relegadas às margens, aos piores empregos e salários, e convertidas em resíduo social.

Além de tudo isso, as denúncias da escritora estudada assumem caráter político ao romper com o silenciamento histórico imposto às mulheres negras. A escrita de Carolina constitui-se como prática de resistência simbólica, por meio da qual a autora reivindica, acima de tudo, humanidade, autoria e legitimidade intelectual. Nesse sentido, sua obra tensiona o cânone literário e desafia hierarquias sociais que tradicionalmente negaram às mulheres negras o direito à palavra. Compreender tais denúncias implica reconhecê-las como um gesto de desnaturalização da pobreza e como um exercício de consciência crítica. Sua narrativa não apenas documenta a realidade do povo negro, mas a interpela, questionando as estruturas que produziram e ainda perpetuam a exclusão social no Brasil.

Assim, ao final desta jornada, compreendemos que a obra não apenas narra uma infância e parte da vida adulta, mas expõe as engrenagens de uma sociedade desigual, ao mesmo tempo em que reafirma a potência da palavra como instrumento de enfrentamento e afirmação de existência.

Quanto a nós, os sujeitos negros politicamente conscientizados e engajados em uma perspectiva decolonial, atribui-se o compromisso e a responsabilidade ético-política de promover processos de conscientização coletiva capazes de desvelar os mecanismos de reprodução e manutenção dos privilégios que estruturam uma sociedade marcada pelas desigualdades raciais.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Maria Simone Nascimento; SILVA, Maria Analice Pereira da. Educação antirracista: uma proposta de leitura do Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. 2023, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: CONEDU, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100669>. Acesso em: 07 dez. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, 2019. (Feminismos plurais).
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo e economia. *In*. ALMEIDA, Sílvio Luiz de **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019a. p. 119-154.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019b.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Raça e racismo. *In*. ALMEIDA, Sílvio Luiz de **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019c. p. 22-47.
- ALTTI, M. A psicologia diante da religião e da espiritualidade: questões de conteúdo e de método. *In*: FREITAS, M. H.; PAIVA, J. G. (orgs.). **Religiosidade e cultura contemporânea**. Brasília: Universa, 2012. p. 157-190.
- ANGEL, Hildegard. Uma ativista branca contra a discriminação dos negros. **Jornal do Brasil**, n. 9005, set. 2018. Disponível em: [https://www.jb.com.br/colunistas/hildegard\\_angel/2018/09/9005-uma-ativista-branca-contra-a-discriminacao-dos-negros.html](https://www.jb.com.br/colunistas/hildegard_angel/2018/09/9005-uma-ativista-branca-contra-a-discriminacao-dos-negros.html). Acesso em: 16 jun. 2025
- ANICETO, Patrícia de Paula. O racismo em poemas de Conceição Evaristo e Elisa Lucinda. *In*: ANICETO, Patrícia de Paula. **Sobre viver: o corpo negro em poemas de Conceição Evaristo e Elisa Lucinda**. Orientadora: Nícea Helena de Almeida Nogueira. 2022. 200 f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. p. 148-179.
- AUSÊNCIA de professores negros é ponto crítico em universidades. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BARCELLOS, Sérgio. **Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro, Sacramento: Bertolucci, 2015.
- BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. Ilustrações Adriana Mendonça. São Paulo: IBP, 2012.
- BELENKY, Mary Field et al. **Women's ways of knowing: the development of self, voice, and mind**. Mary Field Belenky ... [et al.]. New York: Basic Books, c1986.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIBLIA. Bíblia Sagrada on-line.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomáz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL de fato. **Terreiro de Umbanda é incendiado na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2020. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/09/terreiro-de-umbanda-e-incendiado-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro#:~:text=Um%20terreiro%20de%20umbanda%20foi,o%20local%20j%C3%A1%20estava%20destru%C3%ADdo>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%2009%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%2009%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Presidência da República**, Casa Civil, Brasília, 9 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em: 5 fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003.

CAROLINA de Jesus ganha site lançado pelo Instituto Moreira Salles. **O tempo**. Contagem, 11 mar. 2024. Literatura. Disponível em: [https://www.otempo.com.br/mobile/entretenimento/carolina-de-jesus-ganha-site-lancado-pelo-instituto-moreira-salles-1.3346390?utm\\_source=whatsapp](https://www.otempo.com.br/mobile/entretenimento/carolina-de-jesus-ganha-site-lancado-pelo-instituto-moreira-salles-1.3346390?utm_source=whatsapp). Acesso em: 12 mar. 2024.

CAROLINA Maria de Jesus na Companhia das Letras. **Blog da companhia**. São Paulo, 17 set. 2020. Disponível em: [https://www.companhiadasletras.com.br/blogDaCompanhia/Post/5278/carolina-maria-de-jesus-na-companhia-das-letras?srsId=AfmBOoqfVglpWFipXUpQYu5XaElyGZ\\_9vXZ20eXCjtH7zmzovCoulN](https://www.companhiadasletras.com.br/blogDaCompanhia/Post/5278/carolina-maria-de-jesus-na-companhia-das-letras?srsId=AfmBOoqfVglpWFipXUpQYu5XaElyGZ_9vXZ20eXCjtH7zmzovCoulN). Acesso em: 23 nov. 2023.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito bem, Carolina!** Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Humanitas: Contexto, 2000.

CHILDRESS, Alice. **Like One of the Family**: conversations from a domestic's life. Boston: Beacon, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081/5457>. Acesso em: 28 out. 2025.

COLLINS, Patrícia HILL. O poder da autodefinição. *In.*: **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Manual da campanha da fraternidade 1988**. São Paulo: Paulinas, 1988.

CORONEL, Luciana Paiva. Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. **Ipotese**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 63-71, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/ipotesi/article/view/25719/14642>. Acesso em: 11 set. 2025.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Consciência em debate).

DAIBERT JUNIOR, Robert; SIMÕES, Bárbara. Um mundo só para os negros: experiência religiosa e racismo nos escritos de Carolina Maria de Jesus. **Revista porto das letras**, Porto Nacional, v. 7, n. 3, p. 201–226, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11485>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DANTAS, Audálio. Casa de alvenaria, história de uma ascensão social. *In*: JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961. p. 5-10.

DIOP, Cheikh Anta. **A origem africana da civilização**: mito ou realidade. New York: Laurence Hill, [1974].

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda, Ramada: Mulemba, Pedago, 2014.

DJU, Antonio Oliveira; MURARO, Darcísio Natal. Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 239-264, fev. 2022, Edição Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/jpHyJCYDK3MwBDN3Qdk7YqH/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra. *In*: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p.13-48. v. 1.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 31, p. 11-23, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9430/8332>. Acesso em: 22 fev. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Revista terceira margem**, v. 14, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>. Acesso em: 06 fev. 2024.

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. Tradução José Luiz Pereira da Costa. São Paulo: Veneta, [1903], 2021. 296 p.

ELIANA Alves Cruz fala sobre seu primeiro livro 'Água de Barrela'. Rio de Janeiro: Rede Globo, Conexão Bahia, 04 set. 2023. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/redebahia/conexao-bahia/noticia/eliana-alves-cruz-fala-sobre-seu-primeiro-livro-agua-de-barrela.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2024.

EURÍPEDES Barsanulfo. Belo Horizonte: União Espírita Mineira, [2022?]. Disponível em: <https://www.uemmg.org.br/biografias/euripedes-barsanulfo>. Acesso em: 7 de mar. 2022.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares**: cultura afro-brasileira, Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17–31, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FAEDRICH, Anna. **Escritoras silenciadas**: Narcisa Amália, Julia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres. Rio de Janeiro: Macabéa, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1964

FERRETTI, Fransueiny Pereira Fleischmann. Ancestralidade e memória. *In*: FERRETTI, Fransueiny Pereira Fleischmann. **A ancestralidade e o mulherismo africana em Diário De Bitita, de Carolina Maria De Jesus**. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/47a76a29-932d-4764-8c39-a69b27eec39b/content>. Acesso em: 14 maio 2024.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues. **A mulher negra nos cadernos negros**: autoria e representações. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/b09b0e21-7970-4b5e-b933-8882067f85f6>. Acesso em: 04 maio 2026.

FIGUEIREDO, Luiz Cláudio M. **Revisitando as psicologias**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica? *In*: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 9-38.

FOWLER, Bree. Morre Rosa Parks, a que não cedeu. **O Estado de São Paulo**, 26 out. 2005, Internacional, p. A15. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/312754/noticia.htm?sequence=1#:~:text=Em%201955%2C%20as%20chamadas%20leis,em%20certos%20bairros%20no%20norte>. Acesso em: 17 abr. 2024.

GABRIEL, Ruan de Sousa. Quem são os pensadores negros que nos ajudam a entender o Brasil e o mundo? **O Globo**, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/quem-sao-os-pensadores-negros-que-nos-ajudam-entenderbrasil-o-mundo-24756071>. Acesso em: 11 set. 2025.

GAIVOTA, Gustavo. **Chico Juba**. Ilustrado por Rubem Filho. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GONÇALVES, Emanuel Regis Gomes. **A história editorial do livro Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus**: literatura vista de baixo, consagração cultural e luta de classes (1960-2020). 202 f. Tese (Doutorado em Letras: Literatura comparada) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77053>. Acesso em: 11 set. 2025.

GONÇALVES, Emanuel Regis Gomes. **Diário de Bitita**. [S.l.], 21 dez. 2020. Instagram: @carolinabitita. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CJD7\\_hGIP0E/?igsh=MWNyMWduNWItOThpag%3D%3D](https://www.instagram.com/p/CJD7_hGIP0E/?igsh=MWNyMWduNWItOThpag%3D%3D). Acesso em: 23 jun. 2024.

GOMES, Marcela de Andrade. CRAS e intervenção psicopolítica: os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Revista psicologia política, São Paulo**, v. 20, n.47, p.87-101, jan./abr. 2020. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000100008](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100008). Acesso em: 02 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. E-book.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares em corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. *In*: JOBIM E SOUZA, S. **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 13. ed. Campinas: Papirus, 2010. *E-book*.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares em corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural. **Revista brasileira de educação**, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002, p. 42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, Luiz Antônio Machado da, et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio**: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista; Brasília: INL/MEC, 1972

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: 34, 2009.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

HAMILTON, C. V.; KWANE, T. **Black power**: politics of liberation in America. New York: Random House, 1967.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017

hooks, bell. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. **Vivendo de amor**. Tradução Maísa Mendonça. São Paulo: Portal Geledés; Mulher Negra, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

HOUNTONDJI, Paulin J. Ethnophilosophie: le mot et la chose. **Exchorexis**: Revue Africaine de Philosophie, n. 7, 2008, p. 1-9, Tradução Mariana Batista Gomes de Sousa Braz. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/paulin\\_hountondji\\_-\\_etnofilosofia.\\_a\\_palavra\\_e\\_a\\_coisa.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/paulin_hountondji_-_etnofilosofia._a_palavra_e_a_coisa.pdf). Acesso em: 14 jan. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade**: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73105>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4). Rio de Janeiro, IBGE, 2022a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>. Acesso em: 6 dez. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Conheça o Brasil - População: quantidade de homens e mulheres. Rio de Janeiro, IBGE, 2022b. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Clíris**: poemas recolhidos. Rio de Janeiro: Ganesha Cartonera, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Sacramento: Bertolucci, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de viagem. In: JESUS, Carolina Maria de. **Casa de ladrillos**. Buenos Aires: Abraxas, 1963. p. 128-191.

JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **O escravo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada: livro do professor. São Paulo: Ática, 1993.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Sinal aberto).

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Vera Eunice de; FARIAS, Tom; MOTTA, Zezé. Filha de Carolina de Jesus lembra elogio de Clarice Lispector à sua mãe: 'Só ela conta a realidade'. [Entrevista cedida à Conversa com Bial]. **Gshow**, Rio de Janeiro, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/filha-de-carolina-de-jesus-lembra-elogio-de-clarice-lispector-a-sua-mae-so-ela-escreve-a-realidade.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2023.

KARDEC, Allan. **O céu e o inferno**, ou, a justiça divina segundo o espiritismo. 61. ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, c1944.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**: contendo os princípios da Doutrina Espírita. Tradução de Salvador Gentile. 4. ed. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1988.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LEAL, Marcelle Ferreira. Deslocamentos: Carolina Maria de Jesus em viagem pela América Latina. **Revista brasileira de literatura comparada**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 45, jan./abr., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rblc/a/xTYd7Vtz6cYvGwJ6XhQFzGn/#>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMA, Maria Daniely Souza; ALMEIDA, Vitória Gomes. Mercado editorial brasileiro e literatura afrodescendente: visibilidade de autores (as) negros (as) e incentivo à leitura. **Folha de Rosto**: Revista em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 4, n. esp., p. 15-24, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/351>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**: contos. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

LÓPEZ WINNE, Hernán; MALUMIÁN, Víctor. **Independientes ¿de Qué?**: hablan los editores de América Latina. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. *In.*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, c2020. 381 p. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2026.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MACHADO, Leonardo Lucio Vieira. **Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos**: uma análise comparativo-tematológica entre provérbios de Carolina Maria de Jesus e provérbios da filosofia tradicional de Cabinda. 333 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=14172942](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14172942). Acesso em: 14 jun. 2024.

MACHADO, Marília Novais da Mata. Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 105-110, mai./ago. 2006.

MARÇAL, Maria Antônia; SERAFIM, Vanda Fortuna. *EscreviVência: a religiosidade em Carolina Maria de Jesus*, *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA: FOME, DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, 14., 2022, Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: UNICAP, Escola de Educação e Humanidades, Instituto Humanitas, 2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2022.pe.anpuh.org/resources/anais/21/anpuh-pe-eeh2022/1664772421\\_ARQUIVO\\_e45b4ec6f5cf6d01c1f1965254bef155.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2022.pe.anpuh.org/resources/anais/21/anpuh-pe-eeh2022/1664772421_ARQUIVO_e45b4ec6f5cf6d01c1f1965254bef155.pdf). Acesso em: 07 maio 2024.

MARIA Firmina dos Reis. **Literafro**: o portal da literatura afro-brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MARQUES, Carla. **“Os Lusíadas”, de Luís de Camões**, 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/os-lusiadas-de-luis-de-camoes/#:~:text=%22Os%20Lus%C3%ADadas%22%2C%20de%20Lu%C3%ADs%20de%20Cam%C3%B5es%20s%C3%A3o%20considerados,momentos%20de%20reflex%C3%A3o%20do%20poeta>. Acesso em: 28 set. 2025.

MAZZEI, Beatriz. **Filha de Bitita**: filha da escritora Carolina Maria de Jesus, Vera Eunice realiza sonho da mãe: descobrir origens da família. São Paulo: Ecoa UOL, 2023. Disponível em: [https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/vera-eunice/?utm\\_source=canaiswhatsapp&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=noticias&utm\\_content=breaking-news](https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/vera-eunice/?utm_source=canaiswhatsapp&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=breaking-news). Acesso em: 22 nov. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, São Paulo, mar./maio, p. 82-91, 1998.

MEIRELES, Maurício. Radiografia do racismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, mar. 2023. Seção Ilustrada ilustríssima.

MENEZES, Hélio; BARRETO, Raquel. **Carolina Maria de Jesus**: um Brasil para os brasileiros. Disponível em: <https://ims.com.br/2022/01/11/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros-texto-da-curadoria/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MORRISON, Toni. **Playing in the dark**: whiteness and the literary imagination. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Inclusão Social**, Belo Horizonte, [2004]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 29 jun. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africana. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NINGUÉM nasce racista. Continue Criança. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3min41s). Publicado pela TV Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qmYucZKoxQA>. Acesso em: 7 dez. 2025.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Libertação, descolonização e africanização da psicologia**: breve introdução à psicologia africana. São Carlos: EduFSCAR, 2022.

NOGUEIRA, Simone Gibran. Psicologia e branquitude: qual a relação entre elas? Entrevistador: Daniel Gabarra. [S. l.], 21 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EqLeQmnBQgg>. Acesso em: 05 maio 2025.

NOVA publicação - Úrsula. **A imprensa**, v. 61, n.1, p. 4, 1860. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=035156&pagfis=1064>. Acesso em: 24 mar. 2024.

NOVELINO, Corina. **Eurípedes: o homem e a missão**. 18. ed. Araras: Instituto de Difusão Espírita, 2007.

OBSERVATÓRIO Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. **Intolerância religiosa**. Disponível em: <https://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/intolerancia-religiosa#:~:text=de%20acordo%20com%20as%20den%C3%bancias,%2c%20a%20umbanda%20com%2022%25>. Acesso em: 19 maio 2024.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. **Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX: 1928-1984**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. (Setefalas. Literatura).

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.28.4.155-170>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18829/15794>. Acesso em: 10 set. 2025.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 90-107, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/11269/10712> Acesso em: 22 fev. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e Conto. **Literafro**, Belo Horizonte. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/Panorama\\_editorial\\_da\\_literatura\\_afro-brasileira\\_atravs\\_dos\\_gneros\\_romance\\_e\\_conto.pdf](http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/Panorama_editorial_da_literatura_afro-brasileira_atravs_dos_gneros_romance_e_conto.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. **Trajetórias editoriais da literatura negra brasileira: poesia, conto, romance e não ficção**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

O RACISMO é estrutural? Entrevistador: Breno Altman. Entrevistado Muniz Sodré. [S. l.]: **Opera Mundi**, 7 de jun. 2023. TV 247. Disponível em: [https://www.google.com/search?sca\\_esv=587520431&sxsrf=AM9HkKIGSdr1zeptjBDAVi36DwPtriCY\\_Q:1701638291427&q=muniz+sodre%C3%A9+o+fascismo+da+cor&tbm=vid&source=lnms&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjM4ZXPmPSCAxVqkZUCHXoTD SYQ0pQJegQIDhAB&biw=1366&bih=643&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:3f5a7a31,vid:IyUvgrWiDk,st:0](https://www.google.com/search?sca_esv=587520431&sxsrf=AM9HkKIGSdr1zeptjBDAVi36DwPtriCY_Q:1701638291427&q=muniz+sodre%C3%A9+o+fascismo+da+cor&tbm=vid&source=lnms&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjM4ZXPmPSCAxVqkZUCHXoTD SYQ0pQJegQIDhAB&biw=1366&bih=643&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:3f5a7a31,vid:IyUvgrWiDk,st:0). Acesso em: 03 dez. 2023.

PECK, Raoul. Extermine todos os brutos. [S. l.: s. n.], 2021. 4 vídeos (60 min. cada). Publicado pelo canal HBO Max. Disponível em: <https://www.primevideo.com/-/pt/detail/Extermine-Todos-os-Brutos/0HQE3BU60SVOYIZMNODF4HHBOV>. Acesso em: 10 set. 2025

PEREIRA, Deise Quintiliano. **Diário de Bitita**: a autobiografia ensaística de Carolina Maria de Jesus. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, n. 58, p. 1-10, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/28074>. Acesso em: 16 set. 2025.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araújo. **Eu sou o que vejo**: representação e representatividade negra na literatura infantil contemporânea. Orientador: Marcos Vinícius Ferreira de Oliveira. 2023. 220 f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/16280/1/cristianevelosodearaujopestana.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PINHEIRO, João; BARBOSA, Sirlene. **Carolina**. São Paulo: Veneta, 2016. [Quadrinhos]

PINHEIRO, Maxmiliano Martins. A incorporação do negro na sociedade: o positivismo e as relações raciais no Brasil. **Revista de estudos e investigações antropológicas**, Recife, v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/reia/article/view/249556>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PINTO, Carlos Rafael. Uma leitura teológico-espiritual dos escritos de Carolina Maria de Jesus. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 33. 2021, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: SOTER, 2021. p. 286-291. Tema: Religião, laicidade e democracia: cenários e perspectivas

**PSICOLOGIA social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 189 p. (Psicologia social).

QUEM foi a professora Diva Guimarães, que emocionou o Brasil com discurso contra o racismo. Educação Antirracista. **Centro de referências em educação integral**, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/quem-foi-professora-diva-guimaraes-que-emocionou-o-brasil-com-discurso-contra-o-racismo/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*.: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Buenos Aires, 2005. p. 107-126. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 26 maio 2026.

- REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. Jandira, SP: Principis, 2020.
- RICOSTI, Neide. Carolina Maria de Jesus – catei lixo, catei tudo, menos a felicidade. **Revista Manchete**, n. 1096, p. 36-37, 21 de abril de 1973. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=132552>. Acesso em: 01 out. 2025.
- RODRIGUES, Joyce Maria. A relação do corpo para a construção da identidade negra. *In*: FELINTO, Renata (org.) **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para professores, fazeres para alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 61-66.
- RODRIGUES, Uliania Marinho. **Da intolerância religiosa ao racismo religioso: desafios e possibilidades na sala de aula**. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2021. Disponível em: [http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/50107/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Da%20intoler%C3%A2ncia%20religiosa%20ao%20racismo%20religioso%20desafios%20e%20possibilidades%20na%20sala%20de%20aula.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/50107/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Da%20intoler%C3%A2ncia%20religiosa%20ao%20racismo%20religioso%20desafios%20e%20possibilidades%20na%20sala%20de%20aula.pdf). Acesso em: 21 jun. 2024.
- ROEDIGER, David R. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. *In*: Vron Ware (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 55.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 66, fev. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZdtJhgS4B7BbmYrcpwST63B/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- SANTOS FILHO, Gabriel dos. A consciência da negritude. *In*: SANTOS FILHO, Gabriel dos. **O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar socioantropológico sobre a Pastoral Afro-Brasileira**. Salvador: EdUFBA, 2012a. p. 31-34.
- SANTOS FILHO, Gabriel dos. Entre o social e o religioso. *In*: SANTOS FILHO, Gabriel dos. **O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar socioantropológico sobre a Pastoral Afro-Brasileira**. Salvador: EdUFBA, 2012b. p. 45-48.
- SAUSSE, Henri. **Biografia de Allan Kardec**. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2014. Disponível em: <https://www.febnet.org.br/ba/file/oqueespiritismo/AllanKardec.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; MONTOVANI, Rafael. Sobre racismo e estrutura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 abr. 2023. Seção Ilustrada ilustríssima.
- SILVA, Cidinha da; RIBEIRO, Stephanie. Feminismo negro. *In*: **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Nathália Esteves da; TESSAROLO, Felipe Maciel. Claros ou escuros: um passeio pela história do racismo no Brasil. **Comunicação**: reflexões, experiências, ensino, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 037-044, maio 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335207036\\_Claros\\_ou\\_escuros\\_um\\_passeio\\_pela\\_historia\\_do\\_racismo\\_no\\_Brasil/references](https://www.researchgate.net/publication/335207036_Claros_ou_escuros_um_passeio_pela_historia_do_racismo_no_Brasil/references). Acesso em: 15 out. 2024.

SOBRAL, Cristiane. **Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz**. Brasília: Edição de autor, 2014.

SODRÉ, Muniz. A diferença litúrgica. In: SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 164-187.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. São Paulo: Vozes, 2023. *E-book*.

SOMET, Yoporeka. A África e a filosofia. **Revista Sísifo**, Feira de Santana, n. 26, nov. 2016. Disponível em: <https://www.revistasisifo.com/2016/11/a-africa-e-filosofia.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOUZA, Florentina. Literatura afro-brasileira: algumas reflexões. **Revista palmares**, Ensaios. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 64-72, dez. 2005. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i64.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

SOUZA, Jessé. **O que você ainda não sabe sobre racismo**. São Paulo: Instituto conhecimento Liberta (ICL), 2023. Disponível em: <https://membro.icl.com.br/aula/aula-01-o-que-e-racismo/?cid=66919>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SOUZA, Natália Lopes. **Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras**: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911). Orientadora: Silvana Mota Barbosa. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13808/1/natalialopesdesouza.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TATE, Claudia (org.). **Black Women Writers at Work**. Nova York: Continuum Publishing, 1983. p. 158-9.

TATE, Claudia (Org.). **Vozes negras**: a arte e o ofício da escrita. Jordanésia: Darkside Books - Darklove, 2023.

VIANNA, Mariana; BESSA, Elisa. **Medida provisória - filmagens**. Fotografias de still do filme. Cobogó, 2022. Disponível em: <https://www.cobogo.com.br/p/medida-provisoria-imagens>. Acesso em: 15 ago. 2025.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2. ed. São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 1934.

VILAS BOAS, Eliana Garcia. Carolina Maria de Jesus: a escritora sacramentana que conquistou o mundo. **Revista literária digital Juçara**, n. 3, 17 dez. 2021. Disponível: <https://culturasacramento.com.br/carolina-maria-de-jesus-escritora-sacramentana-que-conquistou-o-mundo>. Acesso em: 17 fev. 2022.

VITURIANO, Francisca Maria da Conceição. **Entendendo o apartheid e a figura de Nelson Mandela**. 2016. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política de Igualdade Racial) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/383/1/Francisca%20Maria%20da%20Concei%20c3%a7%20c3%a3o%20Vituriano.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

WILLIAMS, Fannie Barrie. The Colored Girl. *In.*: Mary Helen Washington (org.), **Invented Lives: narratives of black women 1860-1960**. Garden City, N.Y: Anchor Press, 1987.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e ficção**. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2021.

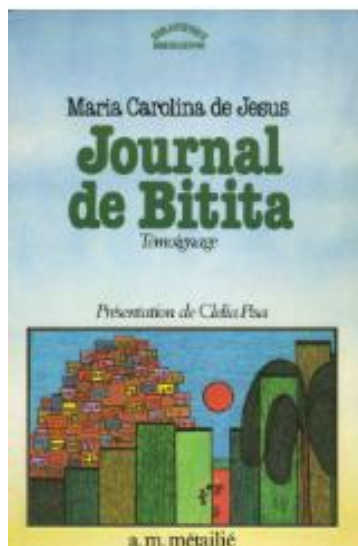
WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZAMBELLI chamou Benedita da Silva de 'Chica' duas vezes no mesmo dia. **O Globo**: política, Rio de Janeiro, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/07/04/zambelli-chamou-benedita-da-silva-de-chica-duas-vezes-no-mesmo-dia-video.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ZARPELON, Cecília. Para roteirista Sirlene Barbosa, HQs têm papel fundamental na educação. **Jornal Plural**, Curitiba, 9 set. 2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/cultura-etc/para-roteirista-sirlene-barbosa-hqs-tem-papel-fundamental-na-educacao/#:~:text=%E2%80%9CEu%20percebi%20que%20Carolina%20de,%2C%20obras%20autorais%2C%20pesquisas%20acad%C3%AAsicas>. Acesso em: 18 maio 2024.

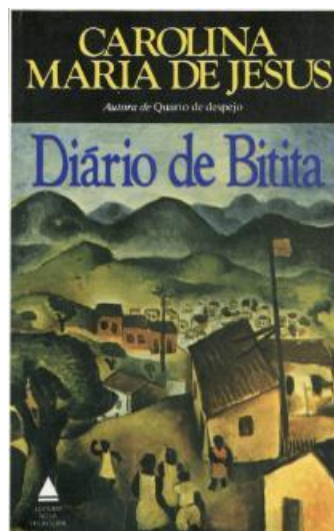
ANEXO A – IMAGENS DAS CAPAS DAS EDIÇÕES DE DIÁRIO DE BITITA  
(1982 – 2014)

Fotografia 1: 1. ed. a.m. métailié



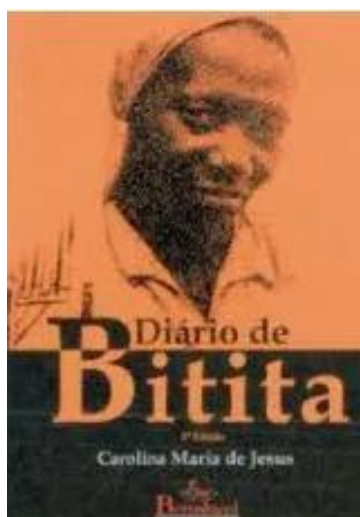
1986

Fotografia 2: 1. ed. Nova Fronteira



1982

Fotografia 3: 2. ed. Bertolucci



2007

Fotografia 4: 3. ed. SESI/ São Paulo



2014

## ANEXO B - ORELHAS DA PRIMEIRA EDIÇÃO (1986)

**Diário de Bitita**

*Maria Carolina de Jesus é a autora de Quarto de despejo, livro que, publicado em 1960, teve repercussão internacional, figurando entre as obras mais expressivas da chamada "literatura documentária de contestação". Mas a notoriedade e a fama, o assédio da imprensa, a atenção do público e do Governo logo terminaram, e Carolina de Jesus voltou à miséria quase absoluta, à mesma vida de favelada que retratara em seu livro. Pobre e esquecida, pouco antes de sua morte, em 1977, ela entregou a jornalistas que foram entrevistá-la os dois cadernos manuscritos que compõem o Diário de Bitita.*

*Esta narrativa tem força e autenticidade; é capaz de surpreender e comover com seu texto às vezes ingênuo, outras vezes quase bizarro, mas sempre perspicaz, onde ganha expressão o mundo interior de um ser humano cheio de sonhos, às voltas com a dureza e a indiferença da sociedade. Assim como a outra grande obra de Maria Carolina, este livro não é fruto de uma preocupação artística — são apontamentos escritos nas horas livres de uma trabalhadora, uma mulher negra, nascida no interior de Minas Gerais na primeira ou segunda década do século, criada na miséria, vítima constante do preconceito. Mesmo assim, ou por isso mesmo, sua inteligência e sensibilidade, a*

*consciência que tem de si própria e sua curiosidade frente ao mundo que a cerca fazem deste livro mais do que um testemunho. Pois, inseparável da história pessoal da autora, aparece aqui uma outra face da História, protagonizada por todos aqueles que a constroem sem que possam, contudo, escrevê-la.*

*Maria Carolina de Jesus conta sua infância e seu crescimento, sua peregrinação entre o campo e as pequenas cidades à procura de trabalho. Expressa também sua visão de mundo, suas experiências, suas opiniões — desde a singela lembrança da criança faminta que prova cocada em lata, até a reflexão sobre os governos e as revoluções. E o faz numa linguagem originalíssima, que junta vocabulário rico e extrema correção gramatical a construções inusitadas — reflexo da dualidade entre a cultura oral e a instrução adquirida nos livros.*

*Alberto Moravia viu a criação de Maria Carolina de Jesus como superior a todos os outros romances de enredo inventado. Através do "simples" relato de episódios, evidencia-se o lado obscuro do país, a imensa distância entre o Brasil oficial e o real. Mais ainda, cria-se uma literatura, por assim dizer, "em estado bruto", que não é a elaboração estética de um artista, mas sim o resultado vigoroso da ação concreta de viver.*

Capa: Victor Burton;  
sobre Momo, óleo sobre tela  
de Di Cavalcanti (1936)